



**REVISTA DE  
CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**A fronteira como  
campo de pesquisa**

Volume 49 – número 3 – 2018



Universidade Federal do Ceará—UFC  
Departamento de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

# **Revista de Ciências Sociais**

A fronteira como campo de pesquisa

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.

Fortaleza, v. 49, n. 3, nov. 2018/fev. 2019, p. 1–511.

## **Ficha Catalográfica**

---

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

n. 1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2018

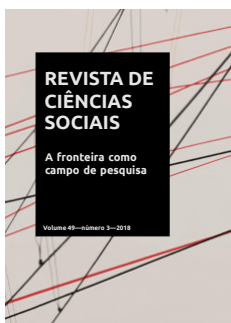
Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Fronteira; 2. Sociologia

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades

---



## **Revista de Ciências Sociais**

Volume 49, número 3, 2018

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

### **Comissão Editorial**

Clayton Mendonça Cunha Filho  
Irapuan Peixoto Lima Filho  
Irllys de Alencar Firmo Barreira

### **Conselho Editorial**

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)  
Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra)  
Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS)  
César Barreira (UFC)  
Fernanda Sobral (UnB)  
François Laplantine (Universidade de Lyon 2)  
Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA)  
Jawdat Abu-El-Haj (UFC)  
João Pacheco de Oliveira (UFRJ)  
José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa)  
Linda Maria de Pontes Gondim (UFC)  
Lucio Oliver Costilla (UNAM)  
Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ)  
Manfredo Oliveira (UFC)  
Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP)  
Moacir Palmeira (UFRJ)  
Ruben George Oliven (UFRGS)  
Ralph Della Cava (ILAS)  
Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia, Riverside)  
Véronique Nahoum-Grappe (CNRS)

## **Edição**

*Projeto gráfico:*

Vibri Design & Branding

*Editoração eletrônica:*

Jakson Alves de Aquino

Ana Alice Lima de Sousa

Danrley Pascoal dos Santos

Francisco Sócrates Costa de Abreu

*Organização do dossiê:*

Eric Cardin

José Lindomar C. Albuquerque

Luiz Fábio Paiva

*Revisão:*

Irapuan Peixoto Lima Filho

Francisco Sócrates Costa de Abreu

## **Endereço para Correspondência**

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181

Fortaleza, Ceará/BRASIL

Tel: (85) 3366.7416

E-mail: rcs@ufc.br

# Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,  
v. 49, n. 3, 2018

## // DOSSIÊ: A fronteira como campo de pesquisa

- 15 A fronteira como campo de pesquisa  
*Eric Cardin, José Lindomar C. Albuquerque, Luiz Fábio Paiva*
- 25 Tener el hijo *al frente*: la búsqueda por servicios obstétricos en la triple frontera amazónica Brasil, Colombia y Perú  
*Thales Willian dos Santos, Pedro Rapozo, Teresa Elizabeth Cueva Luna*
- 63 O viver e o sobreviver da fronteira Paraguai–Brasil: mercado, nacionalidade e trabalhadores  
*Cíntia Fiorotti Lima*
- 93 Baque de peso: circuitos, trajetos e subjetividades fronteiriças  
*Gilberto Geribola Moreno*
- 131 Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR)  
*André Luiz Faisting*
- 175 Entre trânsitos e cárceres: os processos de (des) fazer a fronteira hispano-marroquina numa experiência prisional no Centro Penitenciário de Tetuão  
*Montserrat Valle Prada*

- 201 Pena e perigo no governo da fronteira:  
considerações para uma análise generificada da  
fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia  
*Flávia Melo*
- 243 A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos)  
bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste  
*Alberto Luiz Schneider, Thays Fregolent de Almeida*
- 289 Entre o campo e a cidade, de imigrantes a ocupantes:  
memórias e experiências sobre o cotidiano de luta  
na ocupação Fazenda Caveirinha, Goiânia-GO  
(1970-1989)  
*Edmar Aparecido de Barra e Lopes*
- 327 Percursos e fronteiras da pesquisa em uma região  
transfronteiriça: entrevista com Carlos Zárate Botía,  
Universidade Nacional da Colômbia – Sede Amazônia  
*José Lindomar C. Albuquerque, Luiz Fábio Paiva*

### **// ARTIGOS**

- 361 Os “Rufinos” de Matão (PB): uma discussão sobre  
trabalho, migração e a condição quilombola  
*Vanessa Emanuelle Souza, Mercia Rejane Rangel  
Batista*
- 399 Sentido-deformação: o discurso de  
desenvolvimento e a formação social do Brasil  
*Leandro Vizin Villarino*
- 429 A Formação de Professores na Universidade Federal  
de Santa Catarina: uma análise de suas  
transformações curriculares no tempo  
*Amurabi Oliveira*
- 455 Multiculturalismo e escola pública  
*Elbio Miyahira*



**// RESENHAS**

481 A Sociologia de Durkheim

*Fábio Renan Pinheiro de Sousa, Nilton de Almeida  
Nascimento*

493 Um olhar sobre o neopentecostalismo

*Jheniffer Vieira de Almeida*

# Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,  
v. 49, n. 3, 2018

## // DOSSIER: The border as a research field

- 15 The border as a research field  
*Eric Cardin, José Lindomar C. Albuquerque, Luiz Fábio Paiva*
- 25 Giving birth “al frente”: seeking for obstetric services at the triple Amazonian border Brazil, Colombia and Peru  
*Thales Willian dos Santos, Pedro Rapozo, Teresa Elizabeth Cueva Luna*
- 63 Living and surviving the Paraguay-Brazil border: market, nationality and workers  
*Cíntia Fiorotti Lima*
- 93 Baque de Peso: circuits, paths and border subjectivities  
*Gilberto Geribola Moreno*
- 131 Representations of violence on the border: a study about the regions of Grande Dourados (MS) and the Oeste Paranaense (PR)  
*André Luiz Faisting*
- 175 Between Transits and Prisons: Processes of (Un)Making the Spanish-Moroccan Border Through the Experience of a Prisoner at the Tétouan penitentiary Center  
*Montserrat Valle Prada*

- 201 Penalty and danger in border government: considerations for a gendered analysis of the Amazonian border of Brazil, Peru and Colombia  
*Flávia Melo*
- 243 The Roncador-Xingu Expedition: (new and old) bandeirantes in the conquest of the West Frontier  
*Alberto Luiz Schneider, Thays Fregolent de Almeida*
- 289 Between the countryside and the city, from immigrants to occupiers: memories and experiences on the daily struggle in the Fazenda Caveirinha occupation, Goiânia-GO (1970-1989)  
*Edmar Aparecido de Barra e Lopes*
- 327 Routes and frontiers of research in a cross-border region: interview with Carlos G. Zárate Botía  
*José Lindomar C. Albuquerque, Luiz Fábio Paiva*

**// ARTICLES**

- 361 The “Rufinos” of Matão (PB): a discussion on work, migration and the quilombola condition  
*Vanessa Emanuelle Souza, Mercia Rejane Rangel Batista*
- 399 Sense deformation: development discourse and the social formation of Brazil  
*Leandro Vizin Villarino*
- 429 The Teacher Training at the Federal University of Santa Catarina: an analysis of its curricular transformations over time  
*Amurabi Oliveira*
- 455 Multiculturalism and public schools  
*Elbio Miyahira*

**// BOOK REVIEWS**

481 The Sociology of Durkheim

*Fábio Renan Pinheiro de Sousa, Nilton de Almeida  
Nascimento*

493 A look at neopentecostalism

*Jheniffer Vieira de Almeida*

// **Dossiê**  
A fronteira como campo de pesquisa



# A fronteira como campo de pesquisa

## **Eric Cardin**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
eric\_cardin@hotmail.com

## **José Lindomar C. Albuquerque**

Universidade Federal de São Paulo  
joselindomar74@gmail.com

## **Luiz Fábio Paiva**

Universidade Federal do Ceará  
luizfabiopaiva@gmail.com

Pesquisar a temática das fronteiras é abrir horizontes para observar mais além dos limites heurísticos de nossas formações disciplinares e nacionais. As fronteiras nos convidam a construir perspectivas interdisciplinares e transfronteiriças capazes de problematizar os lugares comuns e limitados de nossas formações acadêmicas e de “pôr em suspenso” o *habitus* nacional enraizado em nosso processo de socialização no contexto dos Estados nacionais modernos. Fazer pesquisa de campo nas regiões de fronteira é se situar diante de um fazer social, com suas sociabilidades, dinâmicas, esquemas, complexidades e contradições. O que possibilita observar a simultaneidade de pro-

cessos nacionais e transnacionais, relações fronteiriças e transfronteiriças, mobilidades e controles, diferenças e semelhanças, distâncias e aproximações, conflitos e integrações, assimetrias e simetrias estruturais e conjunturais que se configuram de forma específica em cada realidade estudada.

Já temos acumulado uma reflexão teórica relevante sobre as fronteiras nacionais, as frentes de expansão e as fronteiras étnicas no campo das Ciências Sociais nas seis últimas décadas, graças às investigações empíricas, ao debate acadêmico internacional e ao diálogo crítico com outras disciplinas, como a geografia, história, letras, direito, relações internacionais, etc. Nesse processo reflexivo, os cientistas sociais têm pensado as fronteiras internacionais especialmente como realidades relacionais construídas a partir dos significados produzidos pelas pessoas que vivem e transitam por estes territórios entre nações. Esta perspectiva centrada nas interações, narrativas, práticas sociais, formas de dominação e resistências cotidianas também pode ser vista nos estudos sociológicos e antropológicos sobre as frentes de expansão e as territorialidades e identidades étnicas.

Nesse sentido, a fronteira é aqui entendida especialmente em sua dimensão territorial. Não se trata somente dos territórios de fronteiras internacionais, mas também dos processos de ocupação e expansão das frentes econômicas e políticas, das reconfigurações territoriais e identitárias dos grupos migratórios, indígenas, quilombolas, entre outros, assim como das diferenças, transições e mudanças entre o mundo rural e urbano. Estes territórios múltiplos e diversos são espaços de tensão, articulação e diferenciação repletos de significados e experiências sociais construídos por todos aqueles que vivenciam e lutam por seus recursos, memórias, identidades e estratégias de sobrevivência.

A fronteira como experiência social aciona ritmos diversos de con-



tinuidades e descontinuidades, reprodução e transformação de mundos sociais que se tensionam e se contagiam mutuamente. No caso específico das fronteiras internacionais, pesquisar as dinâmicas transfronteiriças é pensar sobre o que se acaba e começa, se desmancha e se compõe em trânsitos difíceis de capturar por modelos teóricos pré-fabricados. É sempre preciso estar aberto para se deixar levar pelas dinâmicas da fronteira, esquecendo em alguns momentos dos marcadores físicos que a inventam para, então, olhar para os movimentos que a tornam um pouco mais aberta, porosa e multifacetada. Ao se construir como um campo de estudo, as fronteiras, em sua pluralidade, revelam fenômenos complexos e que têm possibilitado olhares geográficos, econômicos, políticos, históricos, antropológicos, sociológicos, entre outros, para explicar a complexidade de suas existências sociais. Estudar a fronteira é uma experiência que também se faz no trânsito entre disciplinas e lugares que compõem mosaicos e sistemas relacionais que exigem dos pesquisadores se envolverem em seus múltiplos movimentos.

Ao iniciar a empreitada para feitura desse Dossiê, os editores desejavam poder oferecer a comunidade acadêmica um resultado capaz de mostrar facetas das realidades transfronteiriças, observando essa relação entre territorialidades construídas e retratadas como espacialidades físicas, mas, também, culturais. Ao pensar sobre o conceito de fronteira, os artigos selecionados para este Dossiê buscam retomar desde clássicas discussões sobre a fronteira como frente de expansão, passando pelas fronteiras internacionais até as discussões sobre limites políticos e culturais. As fronteiras são trabalhadas ao longo dos textos como espaços sociais e simbólicos em construção que abordam mudanças em modos de vida e maneiras de vivenciar, pensar e praticar cidadanias, línguas e símbolos marcados por linhas de diferenças

e desigualdades entre territórios, mas também por sobreposições de identidades e misturas culturais.

Olhar para a fronteira a partir das ações e relações de quem vive na fronteira, seja nas áreas transfronteiriças entre Estados nacionais, seja nas fronteiras em movimento das reconfigurações rurais e urbanas, foi algo importante para a escolha dos trabalhos que compõem o Dossiê. No tocante às fronteiras internacionais, podemos entendê-las como realidades que nos ajudam a compreender as dinâmicas de uma nação porque ali a realidade nacional é contrastada, naturalizada ou questionada por sujeitos que se constituem em contato com o(s) outro(s). Olhar para a fronteira é, também, observar tudo aquilo que afirma uma realidade local, regional, transfronteiriça por meio de práticas, relações e narrações que têm a função de consolidar maneiras de ser naquele lugar. Esses modos de ser e pensar a fronteira, por um lado, se constitui como referência moral de uma comunidade política e, por outro, experimenta as resistências que a modulam e subvertem em uma relação que escapa aos modelos instituídos.

Cruzar a linha de fronteira, entrando e saindo de realidades nacionais, envolve ainda um trânsito entre o legal e ilegal em função de múltiplas maneiras de estabelecer os valores e normas que atuam para estabelecer as regras do jogo. A fronteira funciona como uma margem que busca afirmar as legalidades que estabelecem os limites para ação de um grupo, ao mesmo tempo que é afetada por outras realidades em suas convergências e divergências. Na tríplice fronteira entre Tabatinga (BR), Letícia (CO) e Santa Rosa (PER), por exemplo, galos de briga podem ser criados no Peru e Colômbia e colocados em rinhas de galo que movimentam paixões e apostas, enquanto no Brasil a prática é proibida. Criam-se então ilegalidades que fornecerão os galos de briga brasileiros para os mercados legais de rinhas de galo

nos territórios nacionais vizinhos. Essas transações são praticadas de maneira pactuada por sujeitos de nacionalidades diferentes, com as legislações nacionais divergentes em relação ao tema, mas com a paixão comum pelas rinhas de galo. Não há modelos, mas práticas que agenciam os lugares e as leis para que todos compartilhem de uma experiência social proibida e permitida em territórios que se conectam por fronteiras secas e molhadas.

As áreas de fronteiras internacionais correspondem a invenções que retroalimentam o imaginário popular, com ideias que circulam pelos meios de comunicação quase sempre mostrando o quanto os limites geográficos e a falta de possibilidades para protegê-los representa, *grosso modo*, um perigo à segurança nacional. Falar da fronteira é quase um testemunho que tem dupla função para produção de conhecimento. Primeiro, os estudos desnaturalizam as imagens correntes formadas pelo enorme desconhecimento das realidades transfronteiriças que, no Brasil, só aparecem nas falas de governos e da imprensa como um “problema”. Segundo, eles realizam um trabalho político-pedagógico a nos ensinar que existem pessoas que vivem nas fronteiras de diferentes maneiras, enfrentando problemas sociais, tais como do tráfico e do contrabando, mas também criando maneiras de sobreviver em territórios que sofrem com a falta de atenção as comunidades que o constituem. A fronteira não é simplesmente uma realidade geográfica que precisa ser tratada por ordens governamentais ocupadas por construir um campo de força contra ameaças de fora. São realidades que precisam ser trabalhadas de maneira complexa, considerando as maneiras de viver de quem está na fronteira todos os dias, trabalhando, adoecendo, conversando, morrendo, se divertindo ou experimento os resultados de desigualdades e injustiças sociais.

Ao longo dos oito textos que compõem o Dossiê, verifica-se as invenções e reinvenções de marcadores sociais em movimento contínuo de transformação. As fronteiras não são locais fáceis de capturar e traduzir em texto sua complexidade. Elas estão em movimento e as pesquisas que se arriscam a entender esse fenômeno só podem fazer a partir de metodologias que se abram a essa dinâmica transfronteiriça, escapando do pré-construído. Nesse sentido, as Ciências Sociais ganham um vasto campo de renovação epistêmica em virtude das possibilidades analíticas para se entender o que se faz e se desfaz entre fronteiras, observando as maneiras de enrijecer e flexibilizar limites através de negociações entre as pessoas que estão ali se separando e se aproximando nas relações transfronteiriças. As fronteiras ainda são espaços mais complexos nos encontros entre as diferenças de gênero, raça, étnicas, religiosas, entre outras, que em cada um dos segmentos que a compõem tornam o mundo social extremamente diverso e desafiador para quem deseja o conhecer.

O Dossiê, *A fronteira como campo de pesquisa*, inicia com um conjunto de três artigos que aborda a fronteira internacional com um espaço diferencial, desigual e complementar que produz possibilidades, oportunidades e deslocamentos transfronteiriços. Trata-se de pensar a fronteira como recurso e como zona de contato entre territórios diferenciados, onde se configuram maneiras de praticar a fronteira em formas específicas de nascer, trabalhar e se divertir entre limites internacionais. A pesquisa de Santos, Rapozo e Luna investiga como mulheres grávidas acessam os serviços obstétricos transfronteiriços e agenciam as possibilidades de ter seus filhos em outros países, sempre marcados por diferenças e desigualdades entre os sistemas de saúde de cada país vizinho. O texto explora as motivações dessas mulheres que exercem decisões mobilizadas por diferentes razões tendo em

vista os benefícios sociais, o melhor atendimento médico ou o futuro educacional de seus filhos. Na sequência, o estudo de Lima sobre como viver e sobreviver na fronteira entre Paraguai e Brasil descreve as contradições de um mercado de trabalho transfronteiriço na cidade paraguaia de Salto Del Guairá. A pesquisadora revela, a partir de relatos orais e notícias da imprensa local, as diferenças entre a fronteira almejada por uma parcela da classe dominante local e aquela vivenciada pelos trabalhadores, destacando as dificuldades enfrentadas por estes em seus deslocamentos e buscas de oportunidades na cidade paraguaia. O texto posterior é o estudo de Moreno sobre as interações de grupos juvenis entre Brasil, Paraguai e Argentina. Trata-se de um trabalho etnográfico que acompanhou um grupo de maracatu sediado em Foz do Iguaçu em sua composição e deslocamentos entre as fronteiras. As práticas e relações transfronteiriças desses jovens compõem uma sobreposição de pertencimentos que remetem à ideia de nação, tanto em relação aos Estados nacionais nessa região fronteiriça, como referente aos grupos de maracatus que se apresentam como nações.

Na sequência, reunimos três artigos que enfrentaram discussões que envolvem as representações e experiências sociais da punição e da violência entre fronteiras. O texto de Faisting aborda como a imprensa constrói matérias sobre crime e violência em fronteira. O pesquisador reuniu 2.256 matérias para demonstrar como as representações do crime e violência são elaboradas a partir de critérios de escolha do que é retratado como característico da fronteira nacional. Os dois artigos seguintes estão mais centrados nas narrativas de mulheres que vivenciam as experiências de violência e punição em zonas de fronteiras internacionais, são artigos preocupados em pensar a fronteira a partir de perspectivas de gênero. O trabalho de Prada, na fronteira hispano-marroquina, aborda a narrativa de uma mulher

espanhola encarcerada no Centro Penitenciário feminino de Tetuão, no Marrocos. A autora demonstra, a partir do relato de Rita, como a fronteira é borrada por circulações, contingências e processos de fazer e desfazer uma realidade prisional transnacional. Em seguida, Melo observa como a perspectiva analítica de gênero possibilita a compreensão de fenômenos sociais referentes ao governo das fronteiras na Amazônia. Sua pesquisa revela como a retórica da *pena* e do *perigo* sobre a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia criou as possibilidades para reprodução de formas de governo masculinizadas e pautadas por ideais de proteção policial de fronteiras “vulneráveis”.

Tendo em vista outras concepções de fronteiras, o dossiê se encerra com dois artigos que abordam as fronteiras em movimento da ocupação brasileira e as reconfigurações sociais das fronteiras entre o campo e a cidade. A reflexão de Schneide e Almeida exploram a produção cultural e intelectual acerca dos sertões e do Brasil Central para, em seguida, abordar a expedição Roncador-Xingu como parte do movimento político e econômico da Marcha para o Oeste a partir do contexto dos anos de 1940 e 1950. Esta frente de expansão territorial compõe um investimento geopolítico importante para a construção social do Brasil. Por fim, o Dossiê abre espaço para uma discussão importante que envolve não apenas fronteiras territoriais, mas fronteiras entre estilos de vida demarcados por espaços sociais distintos em suas práticas de fazer a vida. Isto é abordado no texto de Lopes a partir do fenômeno das migrações entre campo e cidade, ampliando a ideia de fronteira e produções de territorialidades a partir de um processo de luta e ocupação popular.

Para fechar o Dossiê, Luiz Fábio Paiva e José Lindomar Albuquerque apresentam uma entrevista com o professor e pesquisador Carlos Zárate Botía da Universidade Nacional da Colômbia. Trata-se de in-

vestimento intelectual feito para apresentar ao público da Revista de Ciências Sociais da UFC o saber de um dos mais importantes pesquisadores colombianos sobre a história e os fenômenos sociais que constituem a fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil. A ideia é que, ao final da leitura do Dossiê, os atuais e futuros pesquisadores da área tenham um documento que lhes sirva de ponto de partida para uma empreitada que se faz e se refaz entre fronteiras móveis, plurais e complexas. Menos do que linhas e limites, as fronteiras são mundos sociais permeados por discontinuidades, continuidades e mudanças entre trânsitos de experiências e culturas. Abordar essa realidade móvel e multifacetada é um dos objetivos centrais do Dossiê que a comunidade acadêmica agora tem à sua disposição.





# **Tener el hijo *al frente*: la búsqueda por servicios obstétricos en la triple frontera amazónica Brasil, Colombia y Perú**

**Thales Willian dos Santos**

Colegio de la Frontera Norte, México  
thalesdobrasil@gmail.com

**Pedro Rapozo**

Universidade do Estado do Amazonas  
phrapozo@uea.edu.br

**Teresa Elizabeth Cueva Luna**

Colegio de la Frontera Norte, México  
tecueva@colef.mx

## **Introducción**

Tener un hijo es un evento humano en el cual, más allá de su mera dimensión biológica se entretajan múltiples dimensiones. La primera de estas dimensiones alude a las condiciones de salud de la madre, lo que en muchas ocasiones supone tener acceso a servicios de salud. La accesibilidad implica, en el estudio de caso en cuestión, por un lado,

que la mujer acuda al lugar donde puede obtener ayuda y por otro lado, que sea bien recibida. También, implica la existencia de personas con experiencia y con el instrumental y medicina adecuada para cuidar a la madre y al niño por nacer. Suponiendo que estas condiciones básicas se cumplan, aún se requiere de un ambiente respetuoso y cálido para los seres que ocupan el lugar central de este escenario. Una dimensión a la que no siempre se alude es política, relacionada con las implicaciones derivadas de la nacionalidad de los padres y el lugar geográfico donde aquél hecho transcurre. Así, nos adentramos en el terreno de las relaciones humanas y políticas entre individuos y Estados nación.

El objetivo principal de esta investigación es describir y analizar cómo y por qué las mujeres brasileñas, colombianas y peruanas hacen uso de los servicios maternos en el espacio transfronterizo estudiado. Pues así, se propone destacar la dinámica de las mujeres embarazadas en la triple frontera a partir del uso transfronterizo de los servicios obstétricos cuando están a punto de tener a su hijo.

Se elige como lugar de estudio la triple frontera de Brasil, Colombia y Perú, la cual representa un microcosmo geográfico, social y demográfico dentro de la selva amazónica. En este espacio se destacan características peculiares por la presencia de un ecosistema delimitado el cual resulta distante de grandes centros urbanos. Sin embargo, es necesario señalar que la triple frontera ha llegado a constituir “una realidad urbana compuesta por una red de ciudades y asentamientos humanos que ejercen presión sobre los recursos naturales del bosque húmedo tropical” (VERGEL, 2009, p. 29).

El escenario se construye en un límite trasfronterizo abierto en donde no existen ni siquiera grandes barreras naturales. La división virtual entre el municipio brasileño de Tabatinga y la colombiana Le-

ticia se establece por una calle, mientras que el río Solimoes separa la isla peruana de Santa Rosa de los otros dos países.

Un ambiente de búsqueda por atención médica transfronteriza en la triple frontera se acentúa a partir del desarrollo de distintas políticas de salud. Los países adoptan modelos de atención que mezclan lo público y lo privado en diferente medida. En Brasil, la oferta de servicios médicos se compone de seis puestos de atención básica, una unidad de pronto atendimento con maternidad y un hospital militar. Ellos son servicios públicos y en los dos primeros toda la población tiene acceso a través del Sistema Único de Salud (EL SUS), mientras que en último se prioriza la salud de las familias militares.

La estructura de Colombia en la frontera, por otro lado, se compone de un hospital público y una clínica privada. Finalmente, del lado peruano de la frontera, un centro de salud ofrece servicios públicos. En este estudio se ha utilizado la expresión “al frente” a partir, exclusivamente, del discurso de las madres peruanas que van a tener el hijo en Brasil. Su uso surgía de manera recurrente durante las entrevistas. Las mujeres apropian de la terminología desde la configuración de una triple frontera que físicamente ocupa un lugar donde también se rompe una continuidad y el sentido del límite se parece menor.

Este trabajo trata de romper con la idea de inexistencia de conflictos entre el Estado y la sociedad estudiada a partir de los servicios de salud disponibles. Se busca en la actual investigación destacar los procesos ocultos durante el parto, por ejemplo, como los médicos de un hospital atienden a una mujer extranjera al momento del parto.

Finalmente se proyecta explicar cómo se configuran las mujeres como actoras de esta práctica reproductiva transfronteriza, en el entramado de relaciones significantes para ellas y desde situaciones específicas condicionadas por su nacionalidad de origen y por el Estado

al que se dirigen para parir al hijo en cuestión.

Las grandes virtudes de los métodos cualitativos aplicados en este estudio privilegian el análisis “interpretativo” de la subjetividad de los individuos sobre el significado de parir en otro país. Las respuestas sobre el fenómeno son capaces de favorecer el desarrollo de nuevas ideas explicativas sobre prácticas transfronterizas. Por prácticas fronterizas se entienden aquellas que resultan de la interacción social en un espacio dividido por fronteras internacionales, concentrándose en estudiar las que realizan las mujeres en el momento de parir, condicionadas por la naturaleza de la oferta de las instituciones de salud y la historia de fuerte relación de interdependencia entre las comunidades estudiadas.

El uso transfronterizo de los servicios de salud al momento del parto en la triple frontera de Brasil, Colombia y Perú necesita ser entendido desde una doble perspectiva, una, a través de las condiciones generales de la oferta del servicio y dos, desde la perspectiva de las propias usuarias, a partir de su experiencia. Por lo que se considera apropiado recurrir al uso de la perspectiva cualitativa en donde se busca la reinterpretación de los hechos sociales actuales en contextos determinados.

En cuanto al segundo nivel del análisis, siendo las propias mujeres usuarias de los servicios maternos los agentes claves en este proceso, su experiencia es de especial relevancia. Por lo tanto, los métodos cualitativos privilegian el estudio interpretativo de la subjetividad de los individuos, y de los resultados de su interacción (CASTRO, 1996). La definición de la población objeto de estudio representa un reto importante pues no se trata de hacer generalizaciones estadísticas, sino “generalizaciones analíticas” (YIN, 2004).

Reinterpretando a Yin, en este caso las generalizaciones analíticas

refieren a la interpretación de las experiencias referidas a ciertos grupos de mujeres en condiciones identificadas por los “estudio de caso múltiple”. Se trata de grupos de mujeres que han tenido la posibilidad de parir en un país vecino, y que en efecto lo han llevado a cabo. El hecho de que ellas han tenido acceso a un sistema de salud ya sea público o privado refiere a condiciones institucionales específicas y, por supuesto, a que las mujeres que acceden a los servicios privados tengan la capacidad de erogar parte de su gasto en ellos. Entonces, la conjunción de ciertas condiciones como las citadas contribuye a dibujar distintas experiencias para las mujeres que pueden hacer uso de servicios privados en contraposición a quienes utilizan los servicios públicos.

La metodología de los “estudios de caso múltiple” propuesto por Yin permite describir “la práctica de parir enfrente” con matices diferentes, luego entonces, se expone y profundiza el análisis sobre distintos tipos de prácticas. En este caso, los análisis se llevan a cabo a partir de la experiencia reciente de mujeres residentes en Leticia, que es la capital del departamento de Amazonas en Colombia; Santa Rosa, comunidad ubicada en una isla en el departamento de Loreto en Perú, y Tabatinga, municipio brasileño localizado en el estado de Amazonas. Se decide que el panel de las entrevistadas sea conformado por quienes tuvieran en los últimos dos años al menos un hijo en un país distinto al de su nacionalidad y residencia habitual.

Por lo tanto para este estudio se entrevistan diez mujeres, dividiendo los grupos de acuerdo con los tipos de casos de cruce que se han conformado en la frontera al momento de parir distintos de sus países. El manejo de la información con las madres que cruzaron la frontera al momento de parir se da de manera cautelosa para garantizar el anonimato de la entrevistada. Además son modificados los nombres de

las informantes en el uso de citas en este trabajo<sup>1</sup>. Tales mujeres actualmente tienen edades entre 19 y 35 años, la escolaridad con la que cuentan va desde primaria hasta los estudios de postgrado siendo en su mayoría personas con educación básica.

Se asume que al conformar subgrupos con características internas similares, se podría encontrar una explicación a su comportamiento en relación al uso de servicios maternos en un país distinto al suyo. En otras palabras, se supone que la descripción de la práctica y la causalidad atribuida de cada subgrupo estudiado podrían generalizarse para la población con similares características. La tipología de estudio de caso múltiple sugerida por Yin (2004) se basa aquí en dos factores: 1) el “el punto de origen” o nacionalidad de la madre, y 2) el país elegido para que nazca su hijo. Ellas fueron localizadas utilizando el método de bola de nieve, aprovechando las referencias que algunos de los informantes clave dieron de conocidas suyas.

A estas mujeres que tuvieron al menos un hijo en un país diferente al de su residencia habitual en los últimos dos años se les aplica un formato de entrevista semiestructurada con el objeto de profundizar en la experiencia de cruzar la frontera para tener a su hijo.

Pues así, el diseño metodológico responde a estudios de caso, lo que nos proporciona una mejor explicación de las particularidades de un fenómeno complejo que está en curso. Además, con el método se admite observar y entender la configuración de una situación compleja y poco explorada para luego sintetizar las informaciones recaudadas en resultados detallados sobre el caso. Ya lo dice Schramm (1971), el estudio de caso también trata de aclarar la toma de decisiones.

---

1. Para las madres peruanas utilizamos los siguientes nombres: Luz, Dulce, Kely y Ana María. Para las madres brasileñas los nombres de María, Marcia, Diana y Patricia. Para las madres colombianas los nombres de Adela y Nadia.

## La triple frontera amazónica

La frontera entre Brasil, Colombia y Perú se encuentra ubicada en la Amazonia, una región suramericana compartida. La triple frontera ha conformado un espacio con características peculiares por pertenecer a un ecosistema delimitado y un tanto alejado de grandes centros urbanos. En este espacio transfronterizo han compartido recursos y una historia que se complementa, más allá de lo que los separa.

De acuerdo a Farret (1997), es este tipo de escenario de aislamiento al que han estado sometidos estas comunidades, de parte de sus respectivos gobiernos nacionales, provoca en sus habitantes comportamientos de intercambio que facilita su vida en variadas maneras (FARRET, 1997, p. 108). La no pertenencia implica sufrir discriminación, la no integración de ciertos derechos, y a nivel subjetivo, un sentido de extrañeza, de encontrarse desentonando, de experimentar crisis culturales de saber que estás ahí sin pertenecer del todo.

El límite político contenido en las relaciones internacionales cotidianas de los pobladores de estas comunidades separa simbólicamente conjuntos socio-espaciales distintos, separación producida y productora, a su vez, de asimetrías que se concretan en diferencias en el desarrollo económico, legislativo, cultural y de oferta de servicios, incluidos los de salud (HOUSE, 1980, p. 456-477 Apud SUÁREZ-MUTIS, 2010, p. 244).

Puesto que en la actualidad la frontera se entiende como algo más que el espacio en pugna entre dos estados y su relación con el borde (MOTTA, 2011), la vida en la triple frontera se construye con el ir y el venir, en la dinámica de pertenecer a distintos lugares, y, lamentablemente con la dinámica del no-pertenecer, es decir, de lidiar con los Estados o las instituciones que quieren impedir, en ciertos momentos, que se reproduzca la apropiación del espacio transfronterizo por parte

de quienes no son ciudadanos.

Como se observa, en esta triple frontera que conecta las tres naciones se encuentran el municipio de Tabatinga, ubicada en el estado de Amazonas<sup>2</sup> (Brasil), la ciudad de Leticia, en el departamento<sup>3</sup> de Amazonas (Colombia) y la comunidad de Santa Rosa, en el departamento<sup>4</sup> de Loreto (Perú).

Tabatinga y Leticia, esta última fundada en 1867, han logrado mantenerse a lo largo del periodo republicano como los referentes fronterizos más importantes sobre el río Amazonas. Estos dos sitios distanciados inicialmente por varios kilómetros y una quebrada, la de San Antonio, en las dos últimas décadas del siglo XX se han unido físicamente convirtiéndose hoy en la principal conurbación fronteriza de toda la cuenca amazónica, con una población cercana a los cien mil habitantes (ZÁRATE, 2008, p. 21).

El municipio de Leticia cuenta con alrededor de 43 mil habitantes, se extiende 80 kilómetros a lo largo del Gran Río y alrededor de 100 kilómetros selva adentro a través de varios tipos de bosques tropicales. Cubre 27 comunidades indígenas y 24 barrios en el área urbana (GOBERNACIÓN DE AMAZONAS, 2010).

El acceso más frecuente entre Tabatinga y Leticia se hace a través de la avenida de la Amistad por la cual los pobladores se desplazan libremente. El límite entre los dos países se representa por un monumento ilustrado con el diseño de un apretón de manos, junto a pequeñas banderas y un reloj analógico circular.

“Las dos ciudades no nacieron juntas: se encontraron en el límite como resultado del crecimiento económico y demográfico de la dé-

---

2. Son 26 estados brasileños y el Distrito Federal, donde se encuentra la capital federal, Brasilia.

3. Los departamentos son las unidades territoriales de primer nivel en Colombia. El país se divide administrativa y políticamente en 32 departamentos.

4. 3 Perú está formado por 24 departamentos.



cada de 1980, que aceleró el enlace entre ellas, configurando hoy un continuo urbano transfronterizo”, enfatiza Motta (2011) al agregar:

Pese a estar desconectadas por vía terrestre con otras en sus respectivos países, las dos poblaciones han sido siempre enclaves geopolíticos en la disputa territorial en la (selva) Amazonia. Leticia fue esencial en la definición de los límites entre Colombia y Perú, mientras Tabatinga estuvo en medio de las disputas de los imperios ibéricos por la definición de sus áreas de influencia en la Amazonia, y fue, al tiempo, esencial para definir los límites en la región de Brasil, Colombia y Perú (MOTTA, 2011, p. 203).

Tabatinga y Leticia están conectadas con Manaus (capital del estado de Amazonas) y Bogotá por vía fluvial y aérea, la primera, y aérea, la segunda. Como se muestra en el mapa 1, Tabatinga se localiza al extremo oeste del estado de Amazonas, en Brasil, a orillas del río Solimoes. La información del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE, 2016) indican que el municipio posee un área de 3 266 km<sup>2</sup> con una población estimada en 61 mil residentes y una densidad demográfica de 16.21 hab/Km<sup>2</sup>.

Lo que observa Suárez-Mutis (2010) es que alrededor de Tabatinga y Leticia se encuentra una red de territorios indígena y pequeñas ciudades dependientes de ellas, que en conjunto suman más de cien mil habitantes. Algunas de estas pequeñas ciudades son Benjamin Constant y Atalaia do Norte (Brasil), Santa Rosa e Islandia (Perú) y Puerto Nariño (Colombia).

Santa Rosa está ubicada en el departamento de Loreto, en una isla a pocos metros de la frontera entre Brasil, Colombia y Perú. Los moradores se conectan con la ciudad de Iquitos (capital del departamento de Loreto) y las ciudades extranjeras de Leticia y Tabatinga por vía fluvial. El acceso a las dos localidades se hace en bote en un trayecto de cinco minutos por el río Solimoes. De acuerdo con el Instituto

Geográfico Nacional (IGN, 2015) la comunidad peruana cuenta con población estimada de casi 2 mil habitantes.

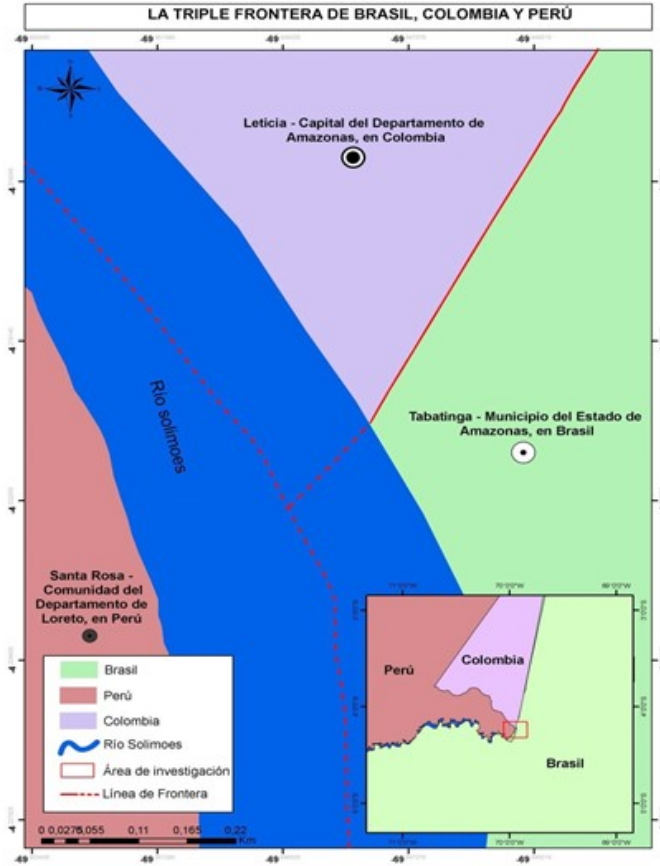


Figura 1: Área de investigación

Fonte: Núcleo de Cartografía Social del Estado de Amazonas/Núcleo de Estudios Socioambientales de la Amazonía (NCSA/NESAM) de la Universidad del Estado de Amazonas (UEA).

Al llegar a Santa Rosa se nota un escenario diferente al encontrado en las vecinas Leticia y Tabatinga. Los moradores están totalmente orientados hacia la pesca con incipiente crecimiento de agricultura. Algunos curiosos turistas se mezclan con la población local y los inú-

meros perros callejeros en los estrechos caminos de tierra que dividen las casas elevadas de madera construidas para resistir a la inundación que castigan anualmente los moradores entre los meses de mayo y abril. En ese contexto, la movilidad se reduce a las pequeñas embarcaciones. Mientras que Tabatinga y Leticia están conectadas por la avenida de la Amistad, el río Solimoes separa Santa Rosa de las respectivas ciudades en el espacio transfronterizo. En el período de lluvias, las inundaciones castigan la comunidad peruana. El fenómeno climático es esperado anualmente entre los meses de abril y mayo con recelo por parte de la población.

Por lo tanto, como explica Ferrarini (2013) a su vez los moradores tienen sus mecanismos de sobrevivencia con la disposición de movilidad en la frontera. Se observa sobre todo la presencia masiva de comerciantes peruanos en el lado brasileño de la triple frontera, vendiendo su pescado y productos agrícolas. Lo que agrada a los brasileños, dado que tales establecimientos contribuyen sobre manera en la oferta de productos en una zona alejada de los grandes centros urbanos. Este comercio es también bien recibido en Leticia.

Los casos de movilidad en la región de la triple frontera forman parte de una dinámica de interacción ancestral que se ha venido incrementado debido a la proximidad entre los países y posiblemente debido también a la más amplia aceptación de parte de la población de la validez del control médico sobre la etapa reproductiva de las mujeres y sobre los cuidados del parto.

Algunos autores señalan como factores expulsores las crisis económicas particularmente en Perú, y la inestabilidad por la guerrilla en Colombia. Para Oliveira (2006), la cercanía es uno de los principales factores que favorecen la corriente migratoria en la frontera. Sin embargo, “considerando la dimensión de la selva amazónica, es



Figura 2: Los moradores en el cruce desde Tabatinga hacia la comunidad de Santa Rosa por el río Solimoes

Fonte: Thales dos Santos (2016).

humanamente imposible mantener el control totalmente eficaz en las condiciones del traslado permanente” (LÓPEZ, 2004, in OLIVEIRA, 2006, p. 186).

Pues así, dice Becker (2005) que hoy en día, la Amazonia ya no es mera frontera de expansión de fuerzas exógenas nacionales o internacionales, sino una región en el sistema espacial nacional, con estructura productiva y múltiples proyectos de diferentes actores.

## **La triple frontera amazónica por las madres: El *habitus transfronterizo* del cruce**

La práctica de parir en otro país en la triple frontera forma parte de una dinámica de interacción transfronteriza que se construye en el día a día desde tiempo atrás. A continuación se destaca la percepción de frontera a partir de la visión de las madres brasileñas, colombianas y peruanas entrevistadas para este estudio. Son mujeres que, así como

menciona Patricia, “siempre cruzan (la frontera) por la facilidad de movilidad. No veo una división entre los países. Me parece que existe una unión en esta frontera”.

La frontera abierta les permite ir y venir de un país a otro en un contexto donde “todos se tratan igual, se respetan, no hay división, es como si fuera una sola”, dice Dulce. Pues así ellas se sienten empoderadas debido que “aquí (triple frontera) podemos vivir distintas culturas”, confiesa Diana. Cuando se trata de la convivencia, Marcia destaca que:

Los colombianos y los brasileños se relacionan mejor que con los peruanos. No sé si es por el motivo que los peruanos están del otro lado del río. Los peruanos tienen sus establecimientos en Tabatinga que gracias a Dios nos ayuda bastante. Pero los brasileños con los colombianos son más unidos.

La ubicación geográfica de Tabatinga y Leticia les permite vivir una relación más cercana. Las dos están conectadas por la Avenida de la Amistad. “Mi relación con las personas de Leticia es como tener un amigo muy cercano”, complementa Marcia.

Por lo tanto, cuando la oferta es limitada en un país, se busca en el otro. “Voy a Leticia cuando necesito comprar algo que no lo encuentro en Tabatinga”, explica María, mientras que Diana agrega: “Las principales ventajas están relacionadas a la cuestión de la atención médica en Leticia”, ya para Nadia:

Generalmente vamos a Tabatinga cuando queremos hacer compras muy específicas o a visitar a la familia. Es una zona multicultural de brasileños, colombianos y peruanos. Hay algunos productos que de pronto son más económicos allá o porque no se consigue acá. O porque queremos llevar algún detalle a alguna familia en otras partes de Colombia.

Por otro lado, las peruanas señalan el idioma como una desventaja

en la relación entre Perú y Brasil. “Es complicado (cruzar a Santa Rosa) por cuenta del español. Me parece muy difícil aprender el idioma”, confiesa Patricia. Al respecto, Dulce dice: “Eso de hablar es uno de los límites, a veces se entiende, a veces no”. Y Ana María resalta que “ya desventaja es que a veces nosotros no tenemos dinero para pasar al frente”.

Las madres describen una frontera abierta conducida sobre todo a partir del ir y venir diario. La libre movilidad les permite visualizar en el país colindante la oportunidad de dar andamio a las demandas diarias. “Aquí vivimos cerca ya estamos acostumbrados. Te vas a cada rato”, resume Kely. A esto se suma: “Me parece súper interesante que se permita (cruce entre los tres países). Aquí es como una isla en el medio de la selva, no hay nada, entonces me parece interesante la confraternidad”, termina Adela.

Aunque las mujeres destaquen la presencia de una frontera armónica, se observa un “conflicto” en la relación de los peruanos con la adyacente Colombia. Al respecto, resalta Luz:

Aquí vivimos cerca ya estamos acostumbrados. Te vas a cada rato. Es todo igual. Es la misma cosa, pero un río nos divide. En Leticia sí es un poco distinto, es muy diferente. Tú te vas a Leticia, no te acostumbra tanto, ya si voy a Brasil sí. No me acostumbro así de fácil en Leticia.

En este sentido, Ana María dice que ha sido difícil sociabilizarse al frente, tanto en Brasil como en Leticia. “No me acostumbro para nada. Voy un ratito a pasear luego me regreso. Porque mi lugar es aquí. Me acostumbro más acá, que estar allá.”

Bourdieu (2007) destaca que lo real es relacional. En este sentido, la existencia del mundo social se construye por las relaciones. Éstas no son sólo las interacciones establecidas por agentes a través de

vínculos intersubjetivos<sup>5</sup>, sino también por las relaciones objetivas en que su existencia no depende de la conciencia del individuo. Por lo tanto, se hace necesario construir un sistema de relaciones objetivas de habitus a partir de la historia social del mundo vivido para entender ciertas prácticas sociales.

Pues así, el habitus se define a partir de la percepción que los sujetos tienen del mundo y de cómo actuar en él, es decir, se construye como siendo “estructuras estructurantes” y al mismo tiempo “estructuradas”. Son estructuradas porque están conectadas a la historia de los agentes y sus relaciones sociales. Se suma a eso la idea de estructurantes porque son estructuras que resultan en percepciones y, consecuentemente, en acciones humanas relativamente predeterminadas por la estructura. Por lo tanto, no se debe entender el habitus con lo que se hace de manera automática dada la costumbre. “La teoría del habitus está dirigida a fundamentar la posibilidad de una ciencia de las prácticas que escape a la alternativa del finalismo o el mecanicismo” (BOURDIEU, 1990, p. 141).

Teniendo la decisión de tener el hijo al frente en la triple frontera como una acción social, resulta válido analizar cómo se construyen éstas relaciones en el momento de recibir a la madre extrajera al momento del parto. En este contexto, también se hace relevante entender lo que se estableció en la familia durante el cruce hacia el país de destino.

La reflexión sobre el actor, o el sujeto de investigación, se guía hacia a una interpretación mucho más allá del sentido común. Pues así, se permite destacar cuáles son los intereses de una acción en las relaciones sociales establecidas. Éstas, en muchos casos, son provocados por los actores, tales como las relaciones mantenidas entre las

---

5. Que sucede en la comunicación intelectual o afectiva entre dos o más sujetos.

mujeres de Santa Rosa (Perú) y sus familiares que viven en la parte brasileña de la frontera.

La construcción de habitus se despliega en lo cotidiano como en el caso de compartir estilos de vida que poseen dinámicas transfronterizas (VALENZUELA ARCE, 2014) donde “la estructura del campo es un estado de la relación de fuerzas entre los agentes o las instituciones que intervienen [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 136). Contra más experiencias de colaboración y cooperación transfronteriza, ya sea institucionalizadas o no, mayor potencial existirá para que las personas asimilen esas prácticas como propias y naturales (FRAGOSO et al., 2011).

Si bien proponemos que existen distintos campos por tratarse de mujeres que viven en un mismo espacio compartido, que es la triple frontera, y que cruzan desde puntos de origen distintos y se dirigen a diversos puntos también, por tanto, entran en relación con distintas instituciones y sistemas de salud.

Como resultado se hace importante destacar que en muchos casos la decisión de la mujer en tener el hijo al frente en un país adyacente puede tener más peso que de su familia. En consecuencia se permite ahondar en la libertad femenina sobre decidir o no sobre su propio cuerpo al momento de parir. Esta reflexión se establece como siendo fundamental para entender las motivaciones de cruzar la frontera hacia un país diferente.

Los casos específicos de movilidad femenina en la triple frontera, en la región amazónica, forman parte de una dinámica de interacción ancestral que se interpreta y visibiliza de una manera distinta desde los centros de poder y sus instituciones que apoyan la configuración de Estados Nación (Brasil, Colombia, Perú) pero con el riesgo de poner en entredicho las prácticas de los pueblos originarios de vivir y usar



el espacio más allá de las fronteras.

Desde la mirada de las mujeres se considera cómo la función reproductora del cuerpo femenino es utilizado como un recurso para ingresar hacia otra sociedad, distinta a la de su origen (CUEVA Y VÁZQUEZ, 2009). El escenario sugiere efectivamente una lucha femenina por la conquista de nuevos espacios y derechos, además de la búsqueda de atención médica en sí misma. Si bien la acción parece ser afirmativa, es todavía una práctica de alcance limitado dado que se centra en los roles tradicionales asignados a las mujeres y naturalizados de tal manera que no tiene grandes efectos reales en su condición de vida al interior de las familias.

El ejercicio de reflexionar sobre cuáles son las prácticas del uso transfronterizo de servicios de salud obstétricos, bajo qué condiciones se ejercen y por quienes, puede determinar matices en cuanto a la intensidad con que dichas prácticas puedan haberse estructurado como parte de un habitus. Incluso el hecho de que formen parte de las aspiraciones de mujeres de ciertos grupos sociales que viven la frontera puede entenderse como una construcción de su feminidad usando el cuerpo de una manera muy específica para alcanzar mayores derechos sociales para su descendencia.

En la construcción del habitus transfronterizo, se alude a las estructuras sociales generadoras de prácticas transfronterizas, “además de las condiciones definidas por la conjunción y disyunción en las fronteras como zonas de contacto, existen intersticios socioculturales como procesos inscritos en intersecciones que definen aspectos específicos de la vida transfronteriza”, como menciona Valenzuela Arce (2014, p. 27). Pues así, Bourdieu (1988) dice que el habitus se produce frente a un escenario determinado.

De esta manera, el incorporar el habitus en el análisis del uso trans-

fronterizo de los servicios maternos por parte de las madres provenientes de tres nacionalidades que buscan tener el hijo al frente puede ayudar a diferenciar las iniciativas que llevan a cabo al momento de cruzar y porqué las practican. En este caso, el conjunto esquematizado de percepciones, apropiaciones y acciones puestas en prácticas por las mujeres.

## **Patrones transfronterizos de utilización de los servicios obstétricos**

Las impresiones del trabajo de campo confirman las hipótesis iniciales sobre el uso obstétrico transfronterizo al momento del parto. Las conversaciones con profesionales de salud y población local muestran que en el escenario del estudio se destaca el grupo de peruanas que buscan a menudo dar a luz en Brasil. “Aquí (triple frontera) es muy común que la población tenga dos o tres nacionalidades”, dice la obstetra del Centro de Salud de Santa Rosa (entrevista, 2015). Y más: “Hay muchas (mujeres) que buscan el servicio en otro país justo en el momento del parto”, agrega el pediatra (entrevista, 2016) que labora en ambos lados de la frontera de Brasil y Colombia.

Los hallazgos también señalan la presencia de brasileñas que eligen los servicios obstétricos en Perú y Colombia y, por último, colombianas que prefieren tener la atención al parto en Brasil. En cambio, los casos de madres colombianas dando a luz en Perú, o de peruanas en Colombia fueron, aparentemente, inexistentes. Respecto a este último subgrupo que no fue localizado (el de peruanas en Colombia), algunos agentes clave mencionaron que podría ser debido al desarrollo de una política de salud que favorece la instalación y funcionamiento de servicios privados en territorio colombiano al que las mujeres pe-

ruanas no tienen acceso por su bajo nivel adquisitivo.

La triple frontera se revela como un microcosmo geográfico, social y demográfico en que confluyen tres fronteras entre los países de Brasil, Colombia y Perú. Su particularidad estriba en que se encuentra alejado de los grandes centros urbanos, lo cual obliga a sus pobladores a interactuar en diferentes aspectos prácticos de la vida cotidiana, siendo el de salud uno de ellos. Es relevante caracterizar las diferencias en la estructura de los servicios de salud de cada país porque como propone Suárez-Mutis y colaboradores (2010) existe un esquema de utilización de los servicios de salud donde la población prefiere más algunos servicios que otros, creando una interacción particular y de gran importancia.

A continuación se presentan los resultados donde la movilidad femenina se establece a partir del origen de la madre y su destino para parir en la triple frontera. Lo que resulta en la conformación de un “patrón de uso transfronterizo” de los servicios maternos al momento del parto.

## **Madres peruanas**

A pocos metros de la entrada de la comunidad de Santa Rosa, en Perú, viniendo desde Tabatinga, se localiza el único centro de salud de la isla. El espacio se llena de pacientes en las mañanas. Mientras que en las tardes los pasillos están vacíos. A esas horas, lo que se escucha son los pasos apresurados de los niños de médicos que habitan este espacio. Por la falta de estructura habitacional local, muchos colaboradores decidieron vivir en la unidad con sus familias. Lo que supuestamente les garante tener más proximidad con los moradores, sin embargo, eso no se refleja en el caso de las parturientas. “De las

50 mujeres embarazadas que tenemos, 30 van a tener el hijo acá, las otras se van al frente”, explica en entrevista la obstetra del Centro de Salud de Santa Rosa (2015). Por lo tanto, la profesional se refiere que en el universo de las 50 mujeres embarazadas, se espera que 20 crucen el río para dar a luz en Brasil.

El sistema público brasileño de salud no restringe atendimento a los extranjeros. De acuerdo a la directora de la Unidad de Pronto Atendimento (UPA)/Maternidad de Brasil (entrevista, 2016): “Es extremadamente importante construir una política específica de atendimento a la salud en las regiones de fronteras, principalmente cuando se refiere a la maternidad.” La crítica de la médica se guía más allá de la legislación vigente en el país, pues resalta un malestar frente a los atendimientos a las parturientes extranjeras de Colombia y Perú que buscan la unidad brasileña para tener a sus hijos.

La UPA se instaló en Tabatinga hace dos años. Desde que abrió sus puertas en febrero de 2014, la maternidad ha recibido madres extranjeras principalmente de Perú. “Tenemos muchos partos de peruanas porque las condiciones de salud en la isla de Santa Rosa son insuficientes”, comenta la directora de la UPA (entrevista, 2016). Por otro lado, es importante destacar que el centro de salud peruano deja de dar atención materna a las madres locales entre los meses de abril y mayo cuando la unidad sufre de inundaciones en temporada de fuertes lluvias.

Es de aclararse que aunque en territorio brasileño se presente una mejor estructura en salud materna, con seis Unidades Básicas de Salud (las UBS) y la UPA, ofertando atendimientos prenatales en las primeras y el parto, en la segunda, las parturientes peruanas no lo mencionan durante las entrevistas. Sus respuestas van direccionadas principalmente al acceso a derechos a partir del nacimiento de sus

hijos.

Em los datos siguientes se destaca el origen de las madres que dieron a luz en la UPA en 2014. Son datos presentes en el informe más reciente de la unidad médica. Sin embargo, la secretaria de registro de nacimientos garante en entrevista (2016) que la realidad no ha cambiado mucho en los últimos años. Las peruanas siguen siendo el principal público extranjero atendido.

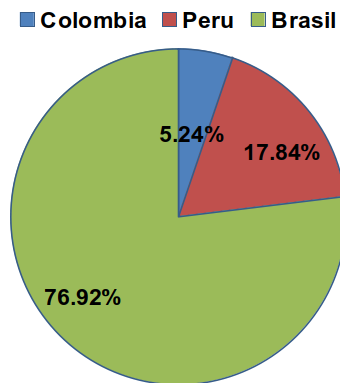


Figura 3: Partos realizados pelo serviço público de saúde em Tabatinga/Brasil

Fonte: Produção propia con datos de la UPA/Maternidad (2014-2016).

La movilidad de las madres embarazadas que salen de la isla de Santa Rosa para dar a luz en Tabatinga es circular. De acuerdo a la obstetra del centro de salud de Santa Rosa “La gran mayoría regresa buscando la constancia de nacido vivo. La constancia de nacido vivo que nosotros manejamos, ya que quieren que su hijo tenga la nacionalidad brasileña, pero también buscan la nacionalidad peruana”.

Pero la mayoría también viene porque quiere que su hijo siga teniendo el control [de salud] acá. En Brasil hay mucha demanda, acá es más chico y más fácil. A las 11 horas ya no hay nadie acá. Por eso prefieren hacer el control acá. Ahora ya no se les da para nada la constancia de nacido vivo. Hace como un año y medio que ya no

se les estamos dando, al menos que nos traiga la declaración jurada. De que vuelven, todas vuelven para hacer el control acá. Dicen que es porque es más rápido, también por la cuestión del idioma. Acá es más fácil de entenderles.” (Obstetra del centro de salud de Santa Rosa, entrevista, 2015).

Conforme señalan los médicos del centro de salud, la “declaración jurada” se representa por un papel firmado por el gobernador o jefe de parto con la presencia de testigos, donde se menciona que los niños nacieron en territorio peruano. Lo que se puede observar en la comunidad es que muchas madres hacen lo trámites sosteniendo la idea de haber tenido un parto domiciliario, sin mencionar el nacimiento en territorio brasileño.

Los cambios en la emisión de la declaración de nacido vivo no ha modificado el escenario. Las madres siguen cruzando el río para tener el hijo al frente. Las peruanas entrevistadas para este estudio señalaron que hicieron los exámenes prenatales en Santa Rosa pero cruzaron para tener el hijo en Brasil con la principal finalidad de tener acceso a la educación y a los programas sociales del gobierno brasileño.

Primero por la escuela. Ahora yo por tener dos hijos, tengo derecho de todo en Brasil. Ahora mis bebés ganan que es la bolsa familia<sup>6</sup>, los dos ganan mensualmente un beneficio. Tienen derecho de todo, yo también. (Luz, madre peruana, 2016)

Para que los cuatro tengan la identidad de Brasil. Eso es uno de los motivos. Si algún día desean estudiar allá, es más práctico que en Perú. Uno de los motivos es la educación. Para que uno se meta a la

---

6. Es un programa de bienestar social brasileño que forma parte de la red de programas de asistencia social del gobierno federal del país. Representa la transferencia de ingresos que proporciona ayuda financiera a familias pobres de Brasil, y a cambio, las familias deben asegurarse de que los niños asistan a la escuela y cumplan los calendarios de vacunación. Cada familia recibe una cantidad variable en función del cumplimiento de los objetivos fijados antes mencionados y para finales de 2015 la cantidad promedio por familia fue de 176 reales (54 dólares) mensuales.

universidad es más complicado en Perú. Es muy importante porque no tuve esa oportunidad y esa oportunidad quiero dársela a ellos. Para que ellos tengan mejor enseñanza superior que uno. (Dulce, madre peruana, 2016)

“Cuando va creciendo, le voy a decir ‘tu naciste allá, tu tienes los documentos brasileños’. Cuando él tenga oportunidad ya le voy a poner allá, no acá. Ya cuando mi niño entre al colegio, tiene derecho a la bolsa familia, bolsa escuela, todo eso. Para mí, tener el hijo allá es una ayuda más, eso fue una ventaja para mí.” (Kelly, madre peruana, 2016)

Lo que se concluye con el subgrupo de peruanas es que al menos en Santa Rosa la decisión de dar a luz en Brasil se toma con el fin de acceder a derechos, como el beneficio social bolsa familia y el acceso del hijo a la educación brasileña, más que la búsqueda de atención médica en sí misma. Lo que comprueba la hipótesis inicial del estudio donde se menciona que el cruce se establece frente a los derechos concedidos en el otro país a partir del nacimiento, más allá de la atención médica

Es importante destacar que las madres embarazadas peruanas no buscan a los servicios privados de salud en la parte colombiana de la frontera. Todas las que cruzan tienen como destino Tabatinga, únicamente para el parto, regresando luego de éste a la comunidad de Santa Rosa.

El patrón del uso transfronterizo de los servicios de salud por parte de las peruanas va encaminado a las mismas conclusiones que encontró Albuquerque (2012) en la frontera de Brasil y Paraguay. Sus averiguaciones ponen de relieve las tácticas de las madres que viven en territorio paraguayo y que van a parir en Brasil con la finalidad de acceder a los derechos y beneficios sociales en el lado brasileño.

## Madres brasileñas

Mientras que Brasil se establece como punto de destino de madres extranjeras que eligen el país al momento de parir al frente, brasileñas van en dirección opuesta. De las cuatro madres brasileñas que fueron entrevistadas con hijos en el extranjero, tres decidieron tener a sus hijos en Colombia. Las madres brasileñas entrevistadas que van a Colombia renuncian al derecho de parir de manera gratuita en su propio país para ingresar al sistema privado colombiano. Conforme explica la directora de la clínica Leticia (2016), dar a luz en la parte colombiana de la frontera es costoso. Algo alrededor de mil dólares.

Sale por lo menos en 1, 200,000 pesos colombianos. Pero si tienes tu EPS (seguro) mensualmente pagaron 200 mil pesos colombianos. Los pacientes tienen derecho a todos los servicios de ginecología, pediatría, todo el acompañamiento, durante el embarazo y postparto.” (Directora de la clínica Leticia, entrevista, 2016).

La brasileña Diana sigue teniendo el seguro médico colombiano. Lo que le estimuló a buscar la atención materna en el sistema privado de Colombia. A la vez la madre también destaca la estructura del servicio de salud en Leticia, en comparación al brasileño.

Ya que vivimos en frontera, no tenemos la dimensión de separar los países. Antes, por ejemplo, sólo teníamos el hospital militar aquí en Tabatinga. Hace poco instalaron la UPA, lo que ha ayudado mucho en la atención médica. Yo tengo seguro de salud colombiano, por lo tanto, hice todos los procedimientos en Leticia siendo asegurada. Así las facilidades de atención son miles de veces mejor. En el caso que nos pase algo yo puedo buscar atención médica en Leticia de una manera más fácil y rápida. Sin el seguro, el costo sería altísimo.” (Diana, madre brasileña, 2016).

El caso de Diana no ilustra la realidad de la mayoría de las madres brasileñas que dan a luz en Leticia. Actualmente la mayoría de las



madres que buscan parir en Colombia son obligadas a desembolsar los valores mencionados por la directora anteriormente.

El padre me apoyaba. Gracias a Dios pudimos pagar todo. Tuvi-  
mos que ahorrar dinero durante todo el periodo de gestación. Los  
médicos de Tabatinga decían que no entendían la cuestión de pagar  
por un parto ya que en Tabatinga es gratuito. Pero yo estaba muy  
interesada en los cuidados en el momento del parto. Me dieron mu-  
cha atención. Me quedé en un apartamento, con aire acondicionado,  
televisión. (Marcia, madre brasileña, 2016)

Tuve que hacer un pago de alto valor en pesos colombianos. Eso por-  
que mi patrón me lo prestó en pesos colombianos. Si fuese a pagar  
en Real iba a pagar mucho más. (María, madre brasileña, 2016).

Las madres brasileñas que decidieron dar a luz en Colombia se  
quejan de los servicios brasileños. Si bien es importante señalar que  
Marcia y Diana nunca han parido en territorio brasileño. Sus percep-  
ciones al respecto del atendimiento al parto en Brasil se construyeron  
a partir de visiones ajenas.

Por otro lado, María pudo tener sus dos primeros bebés en el hos-  
pital militar de Tabatinga, sin embargo, escogió dar a luz al tercero en  
Colombia con la siguiente idea: “Lo que me motivó a buscar el servi-  
cio privado en Leticia fue por la cuestión que no quería que mi parto  
fuese normal, quería la cesárea con la ligadura. Entonces pensé que la  
única manera de exigir sería pagando al servicio privado en Leticia”.  
Ella también menciona durante la entrevista que la única ventaja que  
considera en su decisión fue la calidad de los servicios médicos en  
Leticia.

Las averiguaciones dan cuenta más que nada de un flujo de brasi-  
leñas hacia Colombia con el objetivo principal de acceder a mejores  
servicios de salud durante el parto. En el discurso de las mujeres la  
posibilidad de obtener la doble nacionalidad para sus hijos parece que-

darse en segundo plano. Los casos de las madres brasileñas con hijos en Colombia van en contramano de la hipótesis al rechazar la idea planteada inicialmente en el estudio donde el acceso a los derechos en el país extranjero sería más importante que la búsqueda por mejores condiciones de salud.

Pues así se destaca en el grupo de brasileñas que la motivación para parir en Colombia tiene que ver con la característica del servicio de salud acerca del grado de poder de decisión que permite al paciente.

## **Madres colombianas**

A continuación se presenta el caso del subgrupo formado por madres colombianas que, así como las peruanas, cruzan la frontera para tener su hijo en Brasil. En este nuevo contexto, el cruce no se da por el río Solimoes, sino en vía terrestre por la avenida de la Amistad. En este caso son madres que buscan sobre todo la nacionalidad brasileña para sus hijos, consecuentemente dar a ellos acceso a la educación brasileña.

Son mujeres de nacionalidad colombiana que abandonan el atendimiento en el servicio privado de su país al momento del parto para tener acceso a la atención pública de salud en territorio brasileño. En el escenario médico materno de Leticia se ubica el Hospital San Rafael y la Clínica Leticia. Son dos unidades de referencia en la región. Las madres entrevistadas en este subgrupo reconocen la disponibilidad de la estructura de salud en el territorio colombiano de la triple frontera, pero aun así deciden cruzar. “Las colombianas que tienen sus hijos en Tabatinga es porque quieren de alguna forma tener los papeles, la legalización de los papeles allá”, adelanta la directora de la clínica Leticia (entrevista, 2016). En palabras de una de las madres

entrevistadas:

Es pensando en el futuro de ellas (sus dos hijas nacidas en Brasil). No sé más adelante lo que puede pasar. Realmente no me interesa en este momento ningún tipo de subsidio, pues nosotros trabajamos, pagamos la salud de nuestras hijas. Pues de pronto como brasileña es más fácil que se pueda desplazar alrededor del mundo que como colombianas.” (Nadia, madre colombiana, 2016)

El discurso de la colombiana Nadia se contrasta al de las madres peruanas. Las dos buscan que sus hijos tengan la ciudadanía brasileña, sin embargo, presentan explicaciones completamente distintas. Es importante señalar que las madres de Colombia y Perú agregan al sentido de dar a luz en Tabatinga la expectativa de que sus hijos tengan acceso a la educación brasileña. Aparentemente en los casos de las colombianas los beneficios sociales para los niños no son reclamados, como lo hacen la mayoría de las peruanas.

La principal, la que yo más ha anhelado ha sido tener la doble nacionalidad, para que cuando crezcan tengan las dos opciones. Formarse en Brasil, formarse en Colombia. Tener la oportunidad de vivir allá, vivir acá. Qué tuviera donde escoger. Que pudiera mezclar las dos culturas para su conocimiento. Fue una de las principales razones porque no son todos que tienen esta oportunidad de tener un hijo en un país estando en otro. (Adela, madre colombiana, 2016)

Los “patrones de uso transfronterizo” en el universo de las madres entrevistadas que dan a luz en otro país están ilustrados a continuación en el mapa sobre la ruta obstétrica en la triple frontera.

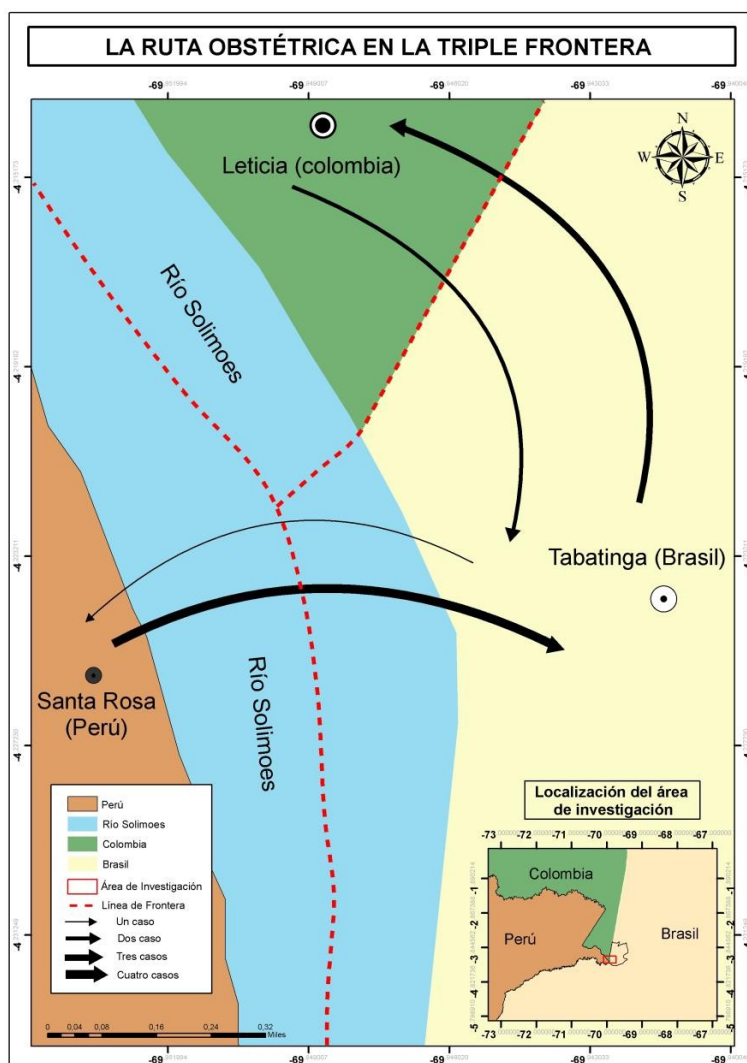


Figura 4: Patrones de uso transfronterizos en el universo de las mujeres entrevistadas

Fonte: Núcleo de Cartografía Social del Estado de Amazonas/Núcleo de Estudios Socioambientales de la Amazonía (NCSA/NESAM) de la Universidad del Estado de Amazonas (UEA).

El análisis cruzado de los datos de investigación marcados anteriormente por la origen, la motivación y el destino de la mujer al momento del parto destacan diferencias y similitudes acerca del mismo uso transfronterizo de los servicios obstétricos en la triple frontera. Para esta averiguación y la anteriores se consideró la técnica analítica de caso “creación de explicación” propuesta por Yin (2014).

Se desprende en este estudio los significados compartidos por las madres a partir del hecho de haber parido en otro país. Aunque el destino se establezca de manera semejante en caso de los grupos de peruanas y colombianas que cruzan hacia Brasil, la motivación se dio de forma distinta.

Las mujeres peruanas van a Brasil porque quieren por medio de sus hijos tener acceso a los beneficios sociales concedidos en el país a familias económicamente venerables. Por otro lado, las madres colombianas eligen el territorio brasileño porque quieren exclusivamente que sus bebés nazcan con la nacionalidad brasileña.

Si bien es cierto, las mujeres peruanas y colombianas mencionan de manera similar que el hecho de haber dado a luz en Brasil permite que sus hijos tengan derecho a la educación brasileña.

Por consiguiente vale resaltar la percepción de las madres hacia la estructura de salud ofrecida en el país de destino al momento del parto. Apenas las brasileñas destacan una búsqueda por mejor atención materna como siendo la finalidad del cruce transfronterizo. Estas mujeres buscan el servicio privado de salud en Colombia. Por otro lado, las peruanas y colombianas no mencionan la estructura médica de su país de destino (Brasil), aunque la parte brasileña de la frontera ofrezca una amplia oferta de servicios médicos.

Son mujeres peruanas y colombianas que buscan tener acceso a beneficios en Brasil, más allá obtener mejor atención médica. En con-

tramano están las brasileñas que van a Colombia exclusivamente para acceder a la salud privada del país.

## Consideraciones finales

El principal objetivo de esta investigación se encaminó a describir y analizar cómo y por qué las mujeres brasileñas, colombianas y peruanas hacen uso de los servicios maternos al momento del parto en la triple frontera. También se propuso describir y analizar cuáles son los servicios maternos accesibles en el área de estudio y de qué manera el personal de salud describe esta práctica. El estudio además se centró en describir y analizar la existencia de “patrones de uso transfronterizo” de los servicios maternos, bajo qué “lógicas” se ejercen por las mujeres estudiadas. Finalmente se proyectó explicar cómo se configuran las mujeres como actoras de esta práctica reproductiva transfronteriza, en el entramado de relaciones significantes para ellas y desde situaciones específicas condicionadas por su nacionalidad de origen y por el Estado al que se dirigen para parir al hijo en cuestión, especialmente por el hecho de que los Estados intervienen en las condiciones de oferta de los servicios de salud.

El atendimento materno en la triple frontera se mezcla entre los servicios públicos ofrecidos en Brasil a través de sus unidades básicas de salud, para los exámenes prenatales, y la unidad de pronto atendimento y maternidad, donde se realiza el parto. El país no restringe el atendimento a extranjeros y todos los servicios son gratuitos. La presencia de un hospital militar también se suma al contexto, pero su atención está direccionada sobre todo a los militares y sus dependientes.

La parte peruana de la frontera cuenta únicamente con un centro

de salud en la comunidad de Santa Rosa. El local ofrece atendimento prenatal y asistencia al parto natural. Las condiciones del centro de salud en la comunidad de Santa Rosa parece ser suficiente en lo general, pero son muy vulnerables durante los meses de abril y mayo ante eventos de fuertes lluvias ya que suele inundarse y deja de prestar sus servicios, incluyéndola atención al nacimiento de bebés.

La parte colombiana tiene servicios maternos con una fuerte presencia de la iniciativa privada, lo que coloca su sistema de salud a una distancia más alejada de acceso para la población en general en la triple frontera. Las extrajeras que acuden a ellos necesitan desembolsar alrededor de mil dólares en el caso de asistencia al parto.

El personal de salud brasileño escribe con cierto malestar el hecho de parir en otro país cuando se refiera sobre todos a las peruanas y colombianas que buscan Brasil. Aunque la legislación brasileña establezca el atendimento a extranjeras, los médicos parecen reprobar sutilmente la iniciativa y la caracterizan como una práctica desarrollada por las familias que se interesan en los beneficios sociales del país.

Por otro lado, las brasileñas que dan a luz en Colombia son bienvenidas en el servicio privado local. Los médicos colombianos justifican con quejas hacia los servicios maternos de Brasil. Son críticas hacia un sistema médico preparado para el parto, pero que muchas veces desvalorado debido su carácter público.

Los análisis sobre la estructura materna en la triple frontera reflejan la existencia de atención obstétrica en todos los tres países de la frontera. De ello resulta necesario admitir que la cuestión no se construye sobre ser un sistema de salud público o privado, sino la percepción que la madre tiene acerca del atendimento y de los beneficios que obtiene de utilizar uno o otro servicio, sopesándolo con una mi-

rada de corto o mediano alcance y en función de los beneficios para ellas y sus hijos. Se trata de miradas diversas sobre este entramado de servicios y oportunidades.

Se nota principalmente que la utilización de los servicios de salud en la triple frontera de Brasil, Colombia y Perú representa una de las interacciones que la población lleva a cabo en un microcosmos transfronterizo. A partir del recorte que se hizo en la investigación se concluye la existencia de un insistente uso del espacio transfronterizo al momento del parto.

Por lo tanto ha sido posible resaltar “patrones de uso transfronterizo” de los servicios maternos donde las mujeres emergen como actrices de esta práctica reproductiva transfronteriza, en el entramado de relaciones significantes para ellas y desde situaciones específicas condicionadas por su nacionalidad de origen y por el Estado al que se dirigen para parir al hijo en cuestión.

Son mujeres que van a parir en otro país, pero que atribuyen significados diferentes para dicha práctica. Por otro lado, se observa la construcción de un habitus dado que se desarrolla mediante un proceso de acciones prácticas donde son desempeñadas de acuerdo las necesidades propias. Además, son “condiciones objetivas históricamente construidas” en la triple frontera.

Pues así, el cruce de las mujeres que se dirigen a otro país al momento del parto se despliega en la construcción un habitus dado que se desarrolla mediante un proceso de acciones prácticas donde son desempeñadas a través de los vínculos establecidos por las madres en la triple frontera.

La terminología de Bourdieu explica la predisposición de las madres a compartir estilos de vidas parecidos debido a las “estructuras estructuradas y estructurante”. Por lo tanto, son prácticas construidas



a partir de la historia de las madres y sus relaciones en la frontera que resultan en percepciones y acciones acerca del mejor destino al momento del parto establecido entre las mujeres y los espacios de atención materna ofertados por el sistema de salud en la triple frontera.

La construcción del habitus depende del contexto en el que se sitúan sus agentes (Bourdieu, 1999). Pues así, el perfil socioeconómico muestra que las madres peruanas que buscan principalmente tener acceso a beneficios sociales en Brasil coinciden con el grupo de mujeres con menor nivel educativo. Estos hallazgos hacen eco con los resultados presentados por Cueva y Vázquez (2009) en un estudio sobre las madres mexicanas que van a parir en Estados Unidos. Las autoras encontraron que el nivel educativo de la mujer y su estrato socioeconómico tenían un efecto en el tipo de motivación para dar a luz en territorio estadounidense. Por lo tanto, tanto las madres peruanas como las mexicanas que en el estudio tenían menores ingresos asignan un valor mayor a los beneficios económicos inmediatos que obtendrían para sus hijos del hecho de haber parido en otro país.

Siguiendo esta línea de reflexión, en este estudio se encontró que el grupo de brasileñas y colombianas quienes cuentan con mejores niveles educativos que las peruanas tienen más variadas razones subyacentes a esta práctica de parir en el extranjero y ellas son que asignan como factor determinante los mejores servicios médicos maternos, la doble nacionalidad y el acceso a la educación al momento de elegir el país de destino para parir a su descendencia.

Los destinos elegidos contrastados con el lugar de origen de la madre y el nivel educativo de las mismas se encaminan a lo que Bourdieu (1991) definió como “distinción” dado que la predisposición de las madres en elegir destinos distintos tiene correlación con sus condiciones sociales. Así pues las prácticas de tener el hijo al frente son

parte de un habitus transfronterizo donde la mujer pone su cuerpo para ingresar a otro territorio. A pesar de todo, el concepto de Bourdieu no ofrece suficientes elementos para explicar porqué las otras mujeres en la triple frontera (las que no cruzan) tienen acciones distintas y eligen su propio país al momento del parto.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos “brasiguaios” no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). *Geopolítica (s)*, 3(2), 185-205, 2012.

BECKER, Bertha. “Geopolítica da Amazônia”. *Revista Estudos Avançados. Dossiê Amazônia I* 19 (53): 71-86, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Sociología y cultura*. México: Grijalbo, 1990.

\_\_\_\_\_. *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. Taurus Ediciones, 1991.

\_\_\_\_\_. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.

\_\_\_\_\_. “El espacio para los puntos de vista”, In: Francisco Márquez y Daniela Sharim, eds., *Proposiciones. Historias y relatos de vida: Investigación y práctica en las ciencias sociales*, Santiago, Chile, vol. 29, marzo, 1999.

\_\_\_\_\_. *El sentido práctico*. Siglo XXI de España Editores, 2005.

CASTRO, Roberto. “En busca del significado: supuesto, alcances y limitaciones del análisis cualitativo”, coords., Ivonne Szasz y Susana Lerner, *Para comprender la subjetividad. Investigación cualitativa en salud reproductiva y sexualidad*, México D.F., El Colegio de México, p. 57-85, 1996.

CUEVA Luna, Teresa Elizabeth y Belem I. VÁSQUEZ, Galán. “Familias y prácticas de apropiación de un espacio. Binacional fronterizo: un estudio de caso”, en *El Colef, Dirección General Regional Noroeste, Fenómenos*

sociales y urbanos transfronterizos entre México y Estados Unidos, Tijuana, El Colegio de la Frontera Norte, p. 153-183, 2009.

FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: Castello I. et al. (Org.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 1997, p. 96-103.

FERRARINI, Sebastião. Encontro de civilizações: o alto Solimões e as origens de Tabatinga. Manaus. Ed. Valer, 2013.

FRAGOSO, A.; GUALDA, E.; VILLEGAS, E. L.; DE MARTINS, V.; GUALDA, J. M.; GONZÁLEZ, T. Desarrollo e identidades en la cooperación transfronteriza: la complejidad de las relaciones España-Portugal. In J. A. Marquez (Ed.). Congreso Internacional Cooperación Transfronteriza Andalucía-Algarve-Alentejo. Huelva: Universidad (p. 397-409), 2011.

GOBERNACIÓN DE AMAZONAS. Nuestro departamento, 9 de abril de 2010, em [amazonas.gov.co](http://amazonas.gov.co), consultado el 18 de junio 2016.

IGN — Instituto Geográfico Nacional del Perú. 2015. Disponível em [www.ign.gob.pe](http://www.ign.gob.pe). Acesso em 2015.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 2016.

LEVINO, Antonio, CARVALHO, Eduardo Freese de. “Análise comparativa dos sistemas de saúde da tríplice fronteira: Brasil/Colômbia/Peru; Comparative analysis of health systems on the triple border between Brazil, Colombia, and Peru.” *Rev. panam. salud pública* 30.5 (2011): 490-500. 2011.

MOTTA, J. A. La frontera en el espacio urbano: expresiones del límite entre Leticia (Colombia) y Tabatinga (Brasil). *Mundo Amazonico*, 2, 199, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. “A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia.” *Estudos Avançados* 20.57 (2006): 183-196. 2006.

SANTOS, T. S. *Tener el hijo “al frente” en la triple frontera de Brasil, Colombia y Perú*. Tesis de maestría en Estudios de Población. El Colegio de la Frontera Norte – COLEF, Tijuana:2016.

SCHRAMM, W.; Mayo, J. *Notes on Case Studies of Instructional Media projects*. Washington D.C., 1971.

SUÁREZ-MUTIS, M. C.; CÁRDENAS, C. M. M.; REYES, L. D. P. P.;

PEITER, P. C. Interacciones transfronterizas y salud en la frontera Brasil-Colombia-Perú. *Mundo Amazónico*, 1, 243-266, 2010.

VALENZUELA ARCE, José Manuel. Transfronterzas: fronteras del mundo y procesos culturales. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2014.

VERGEL, Erik. Arquitectura amazónica y percepciones de frontera: estudio de caso barrios La unión y Guadalupe en las ciudades gemelas de Leticia y Tabatinga. En *Revista M.* vol 6, No. 2, 2009. p. 6-25, 2009.

YIN, Robert K. *The case study anthology*. Sage, 2004.

YIN, Robert, K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman editor, 2014.

ZÁRATE, Carlos Gilberto. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonía de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932 (Vol. 1)*. Univ. Nacional de Colombia. 2008.

**Resumo:**

Este estudio se lleva a cabo en un microcosmo geográfico, social y demográfico en que confluyen las fronteras de Brasil, Colombia y Perú. Su particularidad estriba en que se encuentra alejado de los grandes centros urbanos que obliga a sus pobladores a interactuar en diferentes aspectos prácticos de la vida cotidiana. Esta investigación se encamina a responder cómo y por qué ocurre el uso transfronterizo de los servicios obstétricos al momento del parto por parte de las mujeres que viven en la triple frontera. La metodología empleada fue de tipo cualitativa y responde a estudios de caso con la finalidad de comprender la práctica social de tener el hijo en otro país. Los resultados revelan la existencia de un patrón del uso transfronterizo construido a partir de la nacionalidad, motivación y destino de la madre al momento de dar a luz.

**Palavras-chave:** Amazônia, Triple frontera, Madres, Servicios obstétricos

**Abstract:**

This study was conducted in a geographical, social and demographic microcosm where the borders of Brazil, Colombia and Peru converge. Its uniqueness is that it is far from large urban centers that force its residents to interact in different practical aspects of everyday life. This research is aimed to answer how and why the cross-border use of obstetric services at birth by women living in the triple border occurs. The methodology was qualitative and responds to case studies with semi-structured interviews to understand how the social practice of having the child in another country is carried out. The results reveal the existence of a cross-border pattern use built from nationality, motivation and destination of the mother when giving birth.

**Keywords:** Amazon, Triple border, Mothers, Obstetric services.

Recebido para publicação em 09/05/2018.

Aceito em 27/09/2018.

# **O viver e o sobreviver da fronteira Paraguai–Brasil: mercado, nacionalidade e trabalhadores**

**Cíntia Fiorotti Lima**

Secretaria de Educação do Estado do Paraná

cintiafiorotti@hotmail.com

## **Introdução<sup>1</sup>**

Nas entrevistas com os vendedores em lojas e ambulantes em Salto del Guairá<sup>2</sup> e com os atravessadores de mercadorias na fronteira entre

---

1. Este texto é parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado.

2. Em 1997 a população de Salto Del Guairá era de 12.000 habitantes. Pertence ao departamento de Canindeyu que conta com aproximadamente 145.841 habitantes, estando 83% destes, também localizados nas áreas rurais. DGEE/STP, dados referentes ao ano de 2007. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>>. Acesso em 04 de outubro de 2010. Na década de 2000 a prática crescente de atividades comerciais em Salto del Guairá relacionadas à venda de produtos importados pelo Paraguai oriundos de países como China, Coreia e Indonésia aumentou significativamente o número de lojas (no ano de 2006 haviam 200 lojas, passando em 2010 a 1.300 lojas), de trabalhadores e o fluxo comercial com as cidades brasileiras Guaíra e Mundo Novo. O número de habitantes em Salto del Guairá chegou a triplicar nesta década.

este município e as cidades brasileiras de Guaíra<sup>3</sup> e Mundo Novo<sup>4</sup>, emergiram referências a conflitos em torno da concorrência entre os trabalhadores de nacionalidades diferentes e entre os proprietários de lojas. Tais conflitos foram expressos quando descreviam sobre as condições vividas em suas ocupações e as dificuldades enfrentadas ao buscarem nessa fronteira formas de sobrevivência.

Ao tentarmos compreender estes conflitos, analisamos como a relação estabelecida pelos trabalhadores com a nacionalidade amarra-se também com as próprias relações de mercado estabelecidas nesta fronteira. Estas relações não são harmônicas. Por exemplo, um projeto de cidade pensado por parte do empresariado local junto ao poder público municipal entra, por vezes, em conflito com a presença de trabalhadores de diferentes nacionalidades que vivem neste lugar. Há, igualmente, os conflitos entre uma parcela dos empresários locais de Salto del Guairá e investidores oriundos de outros países com diferentes expectativas com relação ao trabalho nesta fronteira<sup>5</sup>.

Para entender sobre qual a importância da relação de mercado nos conflitos que emergem nas relações sociais vividas cotidianamente pelos trabalhadores, recuperamos uma parte do desenho de como este mercado se configura nesta cidade fronteiriça. Também se trata de compreender as diferenças entre a fronteira almejada por parte deste

---

3. Em 2010, Guaíra contava com 30.669 habitantes. Localiza-se à > margem esquerda do Rio Paraná no extremo oeste do Estado. Foi > declarada como município em 1952, em alguma medida, resultando dos > interesses do governo federal em aumentar o controle da divisa com > Salto Del Guairá/Paraguai e com Mundo Novo, estado do Mato Grosso > do Sul/BR.

4. Localizado ao sudoeste do Mato Grosso do Sul/BR, Mundo Novo contava com 17.043 habitantes em 2010. Teve sua emancipação como município em 1977.

5. Nem todo empresariado local de Salto del Guairá (proprietários de lojas tanto de nacionalidade paraguaia quanto brasileira que residem ou residiram em Salto del Guairá e atuam desde 1970, 1980 e 1990 no comércio de produtos importados) possuem as mesmas expectativas sobre o projeto de cidade direcionado ao turismo comercial.



empresariado local e do poder público municipal de Salto del Guairá e as relações sociais vividas pelos trabalhadores. Uma das fontes de pesquisa utilizadas para estudar esse processo foram as reportagens veiculadas na imprensa local entre os anos de 1990 e 2010, além das entrevistas realizadas com proprietários de lojas e com trabalhadores envolvidos como vendedores ou ambulantes em Salto del Guairá.<sup>6</sup>

---

6. Para esta pesquisa tornou-se fundamental o uso das fontes orais. As entrevistas visaram valorizar a subjetividade trazida pelos sujeitos pesquisados a respeito de suas trajetórias de vida e trabalho e das relações culturais e sociais com a fronteira. Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas com trabalhadores de nacionalidades brasileira, paraguaia e argentina, moradores de Guairá, Mundo Novo e Salto del Guairá. Entre os 31 entrevistados estão: 13 vendedores formais e/ou informais em lojas de importados em Salto del Guairá, sendo a maioria deles atravessadores de mercadorias na fronteira; 01 vendedor ambulante em Salto del Guairá; 01 ex-atravesador de cigarros; 01 policial federal aposentado; 02 militares reformados do Exército; 01 ex-funcionário da Receita Federal; 01 funcionário da Receita Estadual; 01 jornalista; 05 proprietários de lojas de importados em Salto del Guairá; e 05 moradores que viveram ou vivem entre essas cidades nas proximidades dos portos de travessia onde são passadas mercadorias. Como pseudônimos aos nomes dos entrevistados, utilizamos nomes de cantoras, jogadores e técnicos da seleção brasileira de futebol que atuaram a partir da década de 1960. Os entrevistados foram selecionados seguindo alguns critérios, tais como ocupação relacionada ao comércio na fronteira e o tempo de residência em alguma das cidades. Contudo, cabe ressaltar que tais critérios dependeram, em alguma medida, de minhas relações sociais de amizade e das relações entre os próprios entrevistados que indicavam outras pessoas. Houve elaboração prévia de roteiros de acordo com o perfil profissional de cada entrevistado. Porém, os roteiros não foram seguidos exatamente conforme o planejamento inicial. Novas questões foram levantadas conforme o andamento das entrevistas.

A pesquisa com os jornais locais O Paranazão/ Rio Paranazão, entre 1996 e 2015, ocorreu devido à circulação que possui entre as três cidades fronteiriças e por seus editores e correspondentes serem moradores de uma dessas cidades. Ainda, foi escolhido por possuir a característica do olhar de pessoas que moram e trabalham como jornalistas na região e, também, por expressar muitos dos anseios das classes dominantes locais. Por isso, o jornal foi percebido como mais significativo para os interesses da pesquisa quando comparado a outro jornal local ou a jornais de circulação regional e nacional.

## Disputas pelo comércio na fronteira: mercado e nacionalidade

Em 02 de maio de 1997, o jornal *O Paranazão*, com circulação entre as três cidades fronteiriças, trazia na página destinada às notícias de Salto del Guairá a seguinte matéria:

### **Salto del Guairá a melhor opção de compras. O progresso ao olho nu.**

Salto del Guairá, transformado num grande atrativo para investidores, não só do Brasil mas também dos cinco continentes. [...] Salto del Guairá-PY, Guaíra-Pr e Mundo Novo-Ms, fazem uma trilogia com miras no futuro, nesta paragem de compras e ecologia, elas, fazem florescer uma mistura sem precedentes de fascínio para os turistas. A união espiritual destas três cidades ligadas pela solidariedade fará desta, um povo só que luta por ser reconhecido pelo que vale. A coragem de sobreviver fez que Salto del Guairá seja o destino de comprar mais procurado pelos amantes do melhor. Por isso, novos prédios estão-se construindo espalhados pela pequena cidade, mas não são só as compras que fazem de Salto del Guairá uma promessa de boas compras. É o calor humano que impregna cada negociação, a segurança, a hospitalidade do povo paraguaio que está atento em agradar o visitante<sup>7</sup>.

A tentativa de construção de uma vocação turística para o comércio de mercadorias importadas é redesenhada para Salto del Guairá, principalmente na década de 1990, período posterior a formação do Lago de Itaipu. Entre os anos de 1970 a 1980, a vocação turística atribuída à cidade voltava-se para o turismo de contemplação a *Salto Siete Quedas*. Consequentemente, associava-se a este trânsito de vi-

---

7. Nesta matéria, o diretor responsável era Ademir Brito dos Santos. *Salto del Guairá a melhor opção de compras. O progresso ao olho nu*. Jornal *O Paranazão*, 02 de maio de 1997. p. 8. A produção da matéria está em português, mas apresenta alguns termos em espanhol. Existe a possibilidade de ter sido escrita em espanhol e traduzida para o português.

sitantes, oriundos tanto do Paraguai quanto do Brasil, as compras no comércio de mercadorias nacionais e importadas<sup>8</sup>.

Embora nas décadas de 1970 e 1980 a cidade apresentasse o desenvolvimento deste turismo de contemplação e de comércio de mercadorias importadas, sua economia concentrava-se na presença de serrarias, extração de madeiras, palmito e na monocultura da soja, principalmente por brasileiros. Desta forma, “coragem de sobreviver” e “solidariedade” são recursos usados na tentativa de manutenção do comércio nos anos seguintes ao final da década de 1980, quando há redução do fluxo de consumidores nas lojas de importados da cidade. Já “segurança” e “hospitalidade” significaram tentativas de elaboração de um suposto diferencial para a cidade desde 1990, quando o país já tem como referência de centro de compras de produtos importados o município de Ciudad del Este.<sup>9</sup>

No acervo deste jornal encontramos esforços por parte do poder público das três cidades e de parte dos empresários locais em organi-

---

8. O processo de construção da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional nas décadas de 1970 e 1980, contou com a formação do Lago de Itaipu em 1982, inundando uma extensa área de terras e, dentre outras consequências, alterando a paisagem natural onde localizava-se a chamada “Sete Quedas”. São referências as entrevistas com proprietários de lojas em Salto del Guairá, como a entrevista com Rosa, 70 anos, nacionalidade paraguaia, e as obras de memorialistas, tais como a professora SOTO, Fernanda Feiliú. Canindeyu-Zona Alta. *Los Brasiguayos*. Asunción: Imprenta LEO S. R. L., 2004.

9. Nas propagandas distribuídas em hotéis e restaurantes voltadas para o público consumidor oriundo de Guaíra, Mundo Novo e cidades próximas a fronteira, são trazidas as localizações da Avenida Paraguay, principal rua comercial de Salto del Guairá, das lojas patrocinadoras e de alguns pontos de referência de órgão públicos e privados desta cidade e de Guaíra. Em 1997, ano da inauguração de um dos primeiros shoppings em Salto del Guairá, os comerciantes e o mercado imobiliário local previam o crescimento urbano e comercial da cidade no sentido da fronteira com Mundo Novo (MS). Isto devido à construção da ponte Ayrton Senna que liga os dois estados brasileiros: Paraná e Mato Grosso do Sul. Fonte: *O Paranazão*. Imagem com mapa de propaganda para turismo comercial Guaíra, 25 de julho de 1997. Sem autor.

zar reuniões de debates para pensar ações que promovessem os aspectos econômicos oferecidos pela região. Estes conteúdos sobre a suposta integração e harmonia das relações entre as cidades fronteiriças são encontrados tanto em português quanto em espanhol. A construção da imagem de harmonia entre empresários, trabalhadores e consumidores de nacionalidades diferentes carrega elementos das propagandas de “integração” difundidas com o MERCOSUL. Neste momento, nas matérias pesquisadas, a nacionalidade é recuperada para agregar qualidades a trabalhadores paraguaios e brasileiros sem diferenciá-los.

Contudo, as imagens construídas sobre o viver nesta fronteira também entram em contradição com as demais notícias que são veiculadas por este meio de comunicação. O jornal traz, nas mesmas edições, as propagandas sobre uma suposta harmonia e matérias abordando sobre a necessidade brasileira de debater e ter ações voltadas para a “segurança de fronteira”, o “comércio ilegal de madeiras” e o “andamento de obras na região de fronteira junto aos impactos socioeconômicos”<sup>10</sup>. Quando a pauta do jornal reforça os interesses trazidos

---

10. Autor não identificado. *Comitê permanente de fronteira*. Jornal *O Parana-zão*, 27 de junho de 1997. P. 05. Edições nº01 a nº50. Período de debate do Projeto de Lei n. 2.304/96, proposto pelo deputado Federal Maurício Requião, nele é proposto que “o congresso nacional decrete a criação de uma área de Livre Comércio ALC em Guaíra, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social deste município e das regiões vizinhas”. Abaixo o conteúdo do projeto: “Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras de livre comércio far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação e d Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas a: I – consumo e vendas internas na área de livre comércio; II – beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal; III – agropecuária e piscicultura; IV – instalação e operação de serviços de turismo ou de qualquer natureza; V – estocagem para comercialização no mercado externo; VI – industrialização de produtos em seu território.” REQUIÃO, Maurício. Projeto de Lei 2.304/96, de 20 de agosto de 1996. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em maio 2015. De modo geral, tal projeto foi apoiado inicialmente por vá-

pelas diferenças econômicas e políticas entre as três cidades e seus respectivos países, os conflitos sociais e as desigualdades ganham maior evidência<sup>11</sup>.

O planejamento para Salto del Guairá, voltado para o turismo comercial, ganhou diferentes sentidos quando junto a este projeto também entrou em disputa o mercado em torno da venda de produtos importados. Na década de 1970 e 1980, havia poucas lojas de venda de produtos importados em Salto del Guairá. Estas se organizavam com o abastecimento de mercadorias vindas de importadoras que já dominavam o mercado em Ciudad del Este. Muitos destes comerciantes se abasteciam também com a compra de mercadorias de lojas em Ciudad del Este e em Asunción.<sup>12</sup>

A entrevista realizada com uma proprietária de loja de nacionalidade brasileira junto ao seu filho, que atuam no comércio em Salto del Guairá desde a década de 1960 (tendo já comercializado alimentos, tecidos, eletrônicos e ferramentas), expressa um pouco como este empresariado local percebeu parte destas mudanças:

---

rios deputados, mas depois ele foi barrado devido as influências políticas de uma parcela dos empresários que teriam seus interesses econômicos lesados.

11. Autor não identificado. *Fronteira Brasil-Paraguai: Integração aduaneira trará prejuízos para Guairá*. Jornal *Rio Paranazão*, 11 de julho de 2003. p. 10. A integração aduaneira, de modo resumido, foi uma tentativa de formar em cidades fronteiriças uma aduana integrada envolvendo, entre outros, funcionários públicos da receita federal de ambos os países. No caso de Guairá e Mundo Novo, a sede desta aduana seria em Salto del Guairá, chegando a ter sido construída parte da obra. Esta aduana, por vezes, facilitaria a liberação de cargas que sairiam do Paraguai, sem passarem pelo tempo de demora que teriam na aduana brasileira. Porém este projeto não se consolidou. Entre os motivos, identificamos tanto pelo impacto que isto geraria na economia das cidades fronteiriças, quanto na dificuldade de muitos fiscais de nacionalidades diferentes trabalharem em conjunto, com políticas e Leis específicas de cada país.

12. Isto é expresso nas entrevistas com os proprietários de lojas, Edu, 50 anos e Rosa, 70 anos, ambos de nacionalidade paraguaia, residentes em Salto del Guairá. Entrevistas gravada em outubro de 2013 em Salto del Guairá. Falas traduzidas durante a transcrição da gravação.

**Mãe:** [...] Antes, estoque não existia. Era só pra ter o teu produto e vender para algumas pessoas. Não fazem muito tempo que foi descoberto Salto, acho que fazem uns 8 ou 10 anos por aí.

**Filho:** Faz mais, uns 15 anos.

**Mãe:** Que foi descoberto mesmo não, com os árabes. Porque não fazem muitos anos que foi descoberto Salto, que entrou os árabes.

**Filho:** Foi a partir de 2000 pra frente, na copa de 1998 começou a chegar gente com loja. Naquela época a gente vendia tecido e eletrônicos e o pai voltou com a barbearia. Tava em crise até 2005, nós ficamos passando fome [...] Ferramentas foi em 2005<sup>13</sup>.

Maria Cleuza e sua família, como imigrantes brasileiros, experimentaram melhoras financeiras em suas vidas quando houve condições econômicas favoráveis para exploração do turismo comercial em Salto del Guairá. Já a mudança percebida no padrão de vida da família, em conjunto a mudança do tipo de mercadoria comercializada na loja, esteve associada a dois momentos: 1º) quando ocorre a expansão comercial da cidade com a abertura de novas lojas, principalmente por empresários brasileiros<sup>14</sup>; e 2º) quando ocorre a ampliação da presença de muitos investidores estrangeiros, como libaneses e chineses, sendo que grande parte deles já possuíam mercado em Ciudad del Este<sup>15</sup>.

---

13. Maria Cleuza, 63 anos, nacionalidade brasileira e residente em Salto del Guairá e em Mundo Novo. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá/PY.

14. Por exemplo, a loja Bless Import de proprietários brasileiros tendo uma loja inaugurada em 1997 e outra em 2010. Já o Shopping China, possui proprietários de nacionalidade paraguaia, inaugurado em Salto del Guairá em 2006, decorrente de uma empresa grande de Pedro Juan Caballero iniciada em 1933 que também se expandiu em 2006 para outros países na América do Sul como Bolívia e Uruguai.

15. São exemplos, o Shopping América e o Shopping Mercorsur. O primeiro foi inaugurado em 2008, com investimento de chineses e sul-coreanos que já possuíam mercado em Ciudad del Este. O segundo, inaugurado em 2013, com investidores de origem libanesa, grupo Colise, que também já possuíam negócios em Ciudad del Este.

A entrada de outro perfil de investidores marcou tanto o declínio como a ascensão econômica de Maria Cleuza e sua família. A chegada a Salto del Guairá de investidores oriundos de outros países e/ou com mercado já estabelecido em Ciudad del Este, trouxe para pequenos comerciantes maior fluxo de consumidores na medida em que melhorou a estrutura local. Posteriormente, os migrantes trouxeram para parte do empresariado a necessidade de reorganizar o comércio para se manterem no mercado. Isto ocorreu quando não conseguiram concorrer com os preços destes investidores de maior porte e com o aumento significativo de pequenas lojas oferecendo praticamente os mesmos tipos de mercadorias.

No caso de Salto del Guairá, as décadas de 1990 a 2000 ainda eram marcadas por um mercado onde poucas importadoras controlavam a entrada e os valores dos produtos a serem comercializados. São poucas as empresas que conseguem adentrar este meio, conseguindo comprar direto de importadoras, ou mesmo realizar acordos com importadoras ou com associações para terem melhores margens de lucros na compra e venda de produtos importados. Com a expansão comercial da cidade, houve uma parcela do empresariado local que conseguiu se reorganizar economicamente para concorrer com os investidores de maior potencial econômico. Por exemplo, as empresas que conseguiram abrir seu capital<sup>16</sup>. No entanto, ainda há pequenos comerciantes que não conseguem comprar de importadoras as mercadorias ofertadas por eles em suas lojas, exigindo a comercialização com distribuidoras intermediárias, comprando de lojas em Ciudad del Este ou em outras cidades de ambos os países.

---

16. Uma destas lojas é Queen Anne, iniciada em 1970 como Comercial Salto del Guairá. Continuou com os filhos dos primeiros proprietários em 1978, chamando-se Casa Queen Anne, passando à sociedade anônima em 2000 como Queen Anne S.A.

Em meio a este cenário, apenas grandes empresas dominam o mercado de importação exclusiva de algumas mercadorias para Salto del Guairá. Sobre tal questão, alguns vendedores relataram como suas comissões oscilavam de acordo com o controle desta circulação de mercadorias:

As mercadorias que são de importadoras locais, você vai ganhar 0,3%, e tem muita importação que é deles mesmo. Nestas mercadorias, você vai ganhar 5% a 7%. A diferença, é que nem o Johnnie Walker, é uma marca que tem uma importadora que é só eles que trazem no Paraguai. [...] Eles têm os esquemas deles, de trazer mercadorias que são exclusivas de importadoras locais, mas eles conseguem trazer.<sup>17</sup>

Ao descrever como sua remuneração é composta, o entrevistado traz elementos sobre como tal controle passava de relações formais com as importadoras até os meios informais, “esquemas”. Isto garantia a empresa onde trabalhava uma oferta “salarial” maior que as demais lojas em Salto del Guairá.

Quem controla o acesso à entrada e à distribuição das mercadorias aos lojistas em Salto del Guairá, controla também a garantia de um melhor posicionamento neste mercado de vendas de produtos importados. Isto é um dos mecanismos usados para tentar controlar o preço de revenda que outras lojas concorrentes também oferecem. Tão importante quanto conseguir o monopólio da importação e distribuição das mercadorias é conseguir articular meios informais de concorrer com as vendas das mercadorias que tem sua importação controlada por outras empresas. Para além disso, conforme a pesquisa realizada, estas empresas possuem mecanismos de vendas e transporte, entregando diretamente as mercadorias no Brasil sem passar pelo balcão

---

17. Dario, 26 anos. Entrevista gravada em maio de 2013 em Guaíra-PR.



da loja e muito menos pela regularização da exportação e importação entre os dois países.

Como o controle do mercado de importação de produtos de alta rotatividade, tais como, informática, eletrônicos e bebidas está nas mãos de grupos de grandes investidores, tendo a maioria deles organizados em associações, outras empresas locais de Salto del Guairá com capital necessário para firmar acordos de importação buscam oferecer mercadorias diferenciadas. Por exemplo, a referência feita por uma das empresárias entrevistadas.<sup>18</sup>

O controle da entrada e distribuição das mercadorias importadas ao Paraguai que chegam a Salto del Guairá por parte de grandes capitalistas terá impacto sobre as pequenas lojas excluídas dos mesmos benefícios obtidos por eles. Uma das vendedoras entrevistadas, Morena, destacou como a entrada ilegal de produtos importados do Brasil para o Paraguai também é uma prática comum entre alguns dos proprietários de lojas. As lojas menores recorrem a vendas de algumas mercadorias oriundas do Brasil, não comuns nas prateleiras das grandes lojas, como forma de se manterem no mercado oferecendo produtos diferenciados das demais lojas de importados. Assim, Morena descreve:

[...] Ali em Salto, vão viajar no máximo pra São Paulo, pra vender as coisas ali no Paraguai. [...] No caso das bolsas mesmo, as bolsas do Paraguai são quase tudo de São Paulo. Se você for comprar tem do Paraguai mesmo, só que o material é inferior, já as de São Paulo são melhores, mais bonitas e mais caras. Os donos de loja em Salto, vão a São Paulo e pegam bolsas e bijuterias pra vender aqui, não

---

18. “[...] Hoje ela, é a única importadora de tapetes direto da China, ela foi pra lá e negociou com importadora de tapete, flores e vasos chineses, ela é a importadora. Igual a dona Nilda, ela tem uma marca, uma qualidade de bolsa que é a única que importa”. Nara, 73 anos. Entrevista gravada pela autora em agosto de 2013 em Guaíra-PR.

paga imposto nem nada, só que pra passar aqui na receita é difícil, você tem que ir passando 5 peças por dia, porque se eles pegarem, tomam tudo. [...] Eu fui viajar uma vez com a proprietária da loja, ela paga o quê? R\$ 60,00 reais naquelas bolsas da Vitor Hugo e as pessoas vão lá e compram muitas pra vender em Curitiba por R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais, sendo que se elas fossem lá em São Paulo, elas iam pagar muito barato [...].<sup>19</sup>

Quando Morena olha para este fluxo de mercadorias na fronteira e questiona o porquê de se contrabandear para o Brasil um produto brasileiro, a entrevistada traz as contradições percebidas naquele mercado. No caso da origem das bolsas brasileiras fabricadas por força de trabalho boliviana em São Paulo e vendidas por um valor considerado baixo. Comprar estas bolsas em grande quantidade por estes valores baixos não é uma atividade tão simples de ser feita. Há redes de contatos e limites mínimos de mercadorias a serem consumidas. Ainda entra o interesse do sacoleiro em adquirir outros bens com o deslocamento até o Paraguai. O que, visivelmente, mobiliza trabalhadores “laranjas” ou “cotistas” e, ainda, beneficia o setor hoteleiro em Guaíra.

Entre os pequenos proprietários de lojas brasileiros, muitos abrem pontos comerciais em Salto del Guairá e agem informalmente na compra e revenda de muitas das mercadorias oferecidas. Conforme Morena, a mesma estratégia usada para transportar diariamente mercadorias não regulamentadas, mas dentro das cotas, do Paraguai para o Brasil, são utilizadas nesta transação de sentido contrário. A entrevista de Morena elucida como a circulação destas mercadorias e o trânsito de pessoas envolvidas nestas ocupações de “cotistas” e “sacoleiros” não acontecem somente em sentido a um país. Os trabalhadores mobilizados no comércio nesta fronteira transitam entre os limites territoriais

19. Morena, 22 anos. Entrevista gravada pela autora em maio de 2012 em Guaíra-PR.

dos países preocupados em fazer deste espaço um lugar onde a busca por sua composição da renda seja possível. Já os proprietários de lojas, visam nisto o acúmulo de capital com a revenda e a exploração da força de trabalho destes vendedores e cotistas.

Na imprensa local pesquisada são quase unânimes as matérias com denúncias sobre apreensão de contrabando de mercadorias industrializadas e vestuário no sentido Paraguai–Brasil. Não há tanto interesse por parte do Estado brasileiro em fiscalizar a saída sentido Brasil–Paraguai, pois praticamente não são parados os carros que transitam pelas aduanas brasileiras localizadas nesta fronteira. A fiscalização é visível no controle da saída em caminhões de produtos agrícolas (*in natura*) com destino ao Paraguai. Como a região tem uma alta produção agrícola, as cobranças dos impostos sobre a exportação são consideradas relevantes pelo Estado.

Ademais, estas lojas de menor porte se concentram em atender não apenas ao público consumidor oriundo do Brasil, mas também consumidores que vivem no Paraguai. Por exemplo, quando uma vendedora afirma que

No centro tinha mais cliente paraguaio mesmo, só que pra você vender no centro pra paraguaio você tem que ter coisa brasileira. Eles não gostam de comprar a mercadoria deles, porque eles não gosta de usar igual<sup>20</sup>.

Nesse sentido, o diferencial das mercadorias também se torna um atrativo para estas lojas se manterem com a concorrência deste mercado em Salto del Guairá. Uma parcela do empresariado local de Salto del Guairá não conseguiu manter as margens de lucros tidas anteriormente a década de 2000. Sem estrutura econômica para concorrer

---

20. Diana, 24 anos, nacionalidade brasileira e residente no Paraguai. Entrevista gravada em julho de 2012 em Guaira.

neste mercado, recorreram à mudança no tipo de mercadoria ofertada em suas lojas<sup>21</sup>.

Este também foi o caso de Maria Cleuza e o filho que passaram a comercializar ferramentas em 2005, reorganizando, atualmente, as marcas vendidas, as porcentagens dos lucros sobre a venda das mercadorias e os métodos de venda. Sobre isto, Maria Cleuza relatou:

[...] a gente depende quase só do turismo. O paraguaio num compra, quem compra são brasileiros. [...] Meu outro filho vende só pela internet, tem um site disponível e o cliente vem buscar. Com essa concorrência, tem muita loja, está ficando difícil de trabalhar, em Salto del Guairá agora tem mais de 50 lojas de ferramentas. Tem que ter preço, e você já num ganha na mercadoria se negociar. Por exemplo, meu vizinho, se chegar um cliente meu e eu não estiver aqui, tiver ido almoçar, ele diz “ela já foi embora vem aqui que eu te atendo”. Você tem que procurar ter mercadoria uns três ou quatro meses sem que o vizinho descubra a sua marca, entendeu? Aí você pode se manter com uma marca, um diferencial. [...] A margem de lucro é bem menor que tinha antes, se você colocar mais que os 10% a 20% em cima da mercadoria, você num consegue. Se você colocar 25% você nota que teu limite já caiu. Antes do ano de 2000 conseguia colocar 100%, e, assim, e o aluguel subiu muito aqui<sup>22</sup>.

Para Maria Cleuza, o uso da venda pela internet para conseguir se manter neste mercado não era algo visualizado em outros tempos. A reorganização das vendas imposta pelas novas dinâmicas deste mercado, também impactam culturalmente na relação que ela estabelece com a decadência de seu status social e econômico na posição de em-

21. Por exemplo, a loja Infotec iniciada na década de 1970, reformulou o tipo de mercadorias comercializadas passando de uma loja que ofertava produtos artesanais nacionais e eletrodomésticos, para ofertar informática e outros eletrônicos, visando oferecer mercadorias que iam ao encontro da procura por parte dos consumidores.

22. Maria Cleuza, 63 anos, nacionalidade brasileira e residente em Salto del Guairá e em Mundo Novo. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá. Maria Cleuza pode ter se sentido à vontade para fazer tais referências, por ter sido entrevistada por uma pessoa de nacionalidade brasileira.

presária proprietária de loja. Além disso, as mudanças na forma de acumulação destas empresas geraram impactos na forma como proprietários de lojas irão se relacionar entre eles e, também, com os trabalhadores mobilizados no comércio. Estas vendas pela internet aumentarão a necessidade de articulação com a força de trabalho envolvida como “cotistas” ou laranjas, barqueiros e batedores no transporte destas mercadorias na fronteira entre Paraguai e Brasil.

No caso da empresária Maria Cleuza, ao descrever o comportamento de seus vizinhos comerciantes em Salto del Guairá, busca estabelecer um marco divisor entre a mudança nas relações vividas no passado e no presente.

[...] Então lá no Brasil, meus filhos comiam carne. A gente chegou aqui e não tinha comida, tinha pouca coisa. Eles escutavam a criança chorar, “ai mãe a gente quer carne”. Tinha uma vizinha minha, a Reina e o seu Flores, esses foram os que... Ele tinha um açougue e eles traziam. Ela fazia aquelas bisteconas de carne com mandioca e traziam para as crianças, eles são muito bons. Os daqui, né? Os veteranos de Salto del Guairá. Inclusive o meu marido foi homenageado como um dos veteranos. A turma de Salto del Guairá são muito solidário. Os que são estúpidos, que são racistas são esses que vem de São Pedro, de Ciudad del Este, não de Ciudad del Este não são porque estes são fronteira também, os que são também são de Asunción. [...] Classe baixa mesmo, da classe média pra cima eles já são mais solidários. Agora, o Paraguaio, o paraguaio mesmo, o do mato, aqueles “pé de chinelo”, os *cuyarê*, “do pé sujo”, que eles falam, esses são mais racistas. Agora, os daqui, não. A gente tem muitas amizades. [...] Os paraguaios daqui gostavam de casar com brasileira. A minha filha chegou a ser rainha do Clube Nacional. A gente frequentava muito a sociedade, a gente fazia reunião nas casas. A gente era mais unido. Hoje não existe isso mais. [...] Outra coisa, a pessoa vai crescendo e se entrega mais a trabalhar e não tem mais tempo pra ter amizade. A gente fazia festas, bailes. [...] Até uns 15 a 18 anos atrás<sup>23</sup>.

23. Maria Cleuza, 63 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013 em Salto del

A ascensão econômica por meio do comércio vivido pela família é lembrada como um tempo de “veteranos”, em que as relações sociais entre seus pares se davam de forma diferente da atual. O declínio desta condição experimentada por ela em conjunto com as mudanças vividas com o processo de acumulação de capital nesta região é denunciado por ela nas diferenças de comportamento entre os atuais comerciantes e trabalhadores com os quais ela se relaciona e disputa mercado. Por isso, para a entrevistada é importante lembrar a solidariedade e o convívio no momento da entrevista ao fazer a comparação entre o passado e os tempos vividos atualmente. Não se trata de dizer que anteriormente as desigualdades e os conflitos não estivessem presentes no cotidiano vivido por essas pessoas, mas de perceber que estes conflitos, enfatizados atualmente, são recuperados pela entrevistada para expressar as perdas de um modo de vida.

Maria Cleuza, ao fazer referências ao outro, afirma a sua nacionalidade enquanto brasileira. Para ela, a população natural de Salto del Guairá e Ciudad del Este são referenciadas com características qualitativas devido à presença de brasileiros circulando nestas cidades e tendo trocas culturais com a população local. Entre aqueles com maior poder aquisitivo estão proprietários de terras voltados para o cultivo da monocultura da soja que adentravam a estas regiões ao menos desde a década de 1950. A presença desses brasileiros em território paraguaio, combinada ao momento econômico e ao projeto de desenvolvimento do país, proporcionou mudanças a estas regiões, que vão desde a expropriação do camponês e indígenas de suas terras a costumes vividos por esta população (ALBUQUERQUE, 2005; FIOROTTI e CARDIN, 2016). Para além disso, o comércio de madeiras e de mercadorias importadas também mobilizou muitos brasileiros

---

Guairá/PY.

para estas regiões de fronteira. Logo, os “da classe média pra cima”, citados pela entrevistada, compõem parte desta população que se articulou e/ou se beneficiou de um tipo de projeto econômico para o país

Mesmo vivendo no Paraguai desde a década de 1960, para Maria Cleuza o outro não é o estrangeiro brasileiro, grupo ao qual ela se enquadraria. Ela já identificou o outro como os “árabes”, responsáveis pela expansão comercial. Neste momento da entrevista, identifica dentro do Paraguai como o outro a própria população nacional de baixo poder aquisitivo, que migra de outras regiões do país em busca de sobrevivência ou melhores condições de vida. A referência a esta população como “pé de chinelo, os cuyarê, do pé sujo”, utilizada tanto no português, quanto no espanhol, indica como paraguaios de Salto del Guairá também estabelecem uma relação diferenciada com estes migrantes. Assim, a identidade assumida pela entrevistada, neste momento, aproxima-se mais de uma identificação com uma classe social do que com a nacionalidade (CARDIN, 2016).

A diferença de nacionalidade é um recurso de distinção com relação ao outro, recuperada neste momento também para expressar a disputa pelo mercado de vendas nesta fronteira. Da mesma forma, recorre-se à diferenciação entre o “nós” e os “outros” quando a constituição da cidade difere das expectativas criadas por parte do empresário local.

Com a ampliação do turismo comercial em Salto del Guairá, emergiram conflitos em torno das diversidades culturais e das diferenças de comportamento entre os proprietários de lojas com relação ao lugar. Estes conflitos também foram expressos pelos trabalhadores, ao lidarem com isto no cotidiano de trabalho. Morena descreveu como percebe estas diferenças:

Eles são muito católicos, lá tem muito católico, são fervorosos, são bem mais firmes que no Brasil. Eles são de guardar dia de santo, de ir na missa todo domingo [...]. Que nem na sexta-feira santa, os donos de loja que são paraguaios mesmo, na quinta-feira da véspera, depois do meio-dia, eles já param de trabalhar. Eles seguem certinho, eles são bem mais religiosos do que a gente que é católico aqui no Brasil, bem mais! Os brasileiros não fecham as lojas nos feriados de dia santos, só que quando a prefeitura dá ordem de fechar, aí as lojas que ficam abertas ganham multa. Mas os brasileiros teimosos e os árabes ficam lá, pagam a multa, mas continuam aberto. Os paraguaios não, eles fecham a loja, eles não têm assim essa ganância, porque assim, brasileiro e árabe vão lá e são muito gananciosos. Se fala assim, “ah, assim, tem que fechar dia de sábado porque é algum dia de religião”. Ah, Deus o livre! É uma guerra dos brasileiros e dos árabes contra os paraguaios. Eles vão na prefeitura, fazem de tudo pra não fechar. Agora, se você falar pros paraguaios, na hora eles vão aceitar, eles topam, eles fecham. Não tem essa ganância, de falar que não, que precisam abrir porque amanhã vai dar bastante gente e eles têm que vender. Tem uma visão diferente. Agora, aqui no Brasil, brasileiro fecha, agora vão lá os brasileiros e os árabe e ficam brigando, brigando até ficar aberto<sup>24</sup>.

Quando Morena recorre à expressão “guerra” refere-se à disputa pelo mercado entre proprietários de lojas. Como trabalhadora estrangeira ocupada em Salto del Guairá, se sente atacada de ambos os lados neste conflito. As práticas dos empresários brasileiros respingam diretamente nas relações de convívio entre vendedores brasileiros e os trabalhadores nacionais. Por isso, trabalhar em dias santos é viver o constrangimento causado pelo rompimento de um costume com a qual Morena possui identificação com seus pares de nacionalidade diferente da sua.

“Ganância” é um dos termos usados por Morena ao comparar a diferença de comportamento dos empresários estrangeiros perante os nacionais. Ao dizer que estes últimos “têm uma visão diferente”, a

24. Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guáira.



entrevistada chama atenção para refletir como a relação deles com o lugar de vida pauta-se também em outros horizontes, para além da acumulação proporcionada pelo mercado de importados na fronteira. A descrição sobre a contradição do comportamento do empresário brasileiro (que adere ao calendário dos dias santos em seu país, mas não em outro), leva a refletir como a relação destes últimos com a cidade Salto del Guairá difere dos nacionais. Ter empresa neste lugar não significa necessariamente internalizar ou lidar com a cultura local ao ponto de seguir seus costumes, mesmo quando há proximidades com sua cultura.

Quando proprietários de lojas estrangeiros descumprem o calendário acordado entre a parcela dos empresários da cidade, organizados em associação comercial, e o poder público municipal; evidenciam que não há um projeto coeso entre todos os proprietários de lojas. As próprias multas indicam uma tentativa de controle que não consegue ter efeito. Os lucros obtidos em dia de feriado católico brasileiro que coincide com feriado católico paraguaio parecem compensar esses valores. Tais proprietários estrangeiros possuem uma relação com a cidade que se diferencia do pretendido inicialmente por uma parte do empresariado local quando incentivou a vinda de “investidores”. A abertura do mercado paraguaio à entrada de mercadorias importadas oriundas de outros países com a baixa cobrança de impostos significou, entre outros motivos, um processo de mudança marcante em algumas cidades fronteiriças com o Brasil.

No caso de Salto del Guairá, contribui para estas mudanças a articulação de todo um empresariado nacional e estrangeiro em aproveitar alguns fatores econômicos, políticos e sociais no final da década de 1990. Entre eles, o aumento da fiscalização por parte do Brasil na Receita Federal de Foz do Iguaçu e toda a infraestrutura financiada pelo

Estado brasileiro com a construção da Ponte Ayrton Senna, feita para promover maior agilidade no transporte de soja, milho e gado entre o Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraná. O rápido crescimento do mercado de comercialização de produtos importados em Ciudad del Este e, conseqüentemente, a concorrência e a evidência das desigualdades sociais tiveram algum peso na visualização de Salto del Guairá como um lugar para investidores que já possuíam trajetórias neste mercado.

Após o marco de formação do Lago de Itaipu, combinada à abertura econômica do Paraguai, o poder público municipal de Salto del Guairá, assim como o de Ciudad del Este, já incentivavam um projeto de turismo comercial para suas cidades. A atuação desses agentes, combinada às facilidades de circulação de entrada e saída de moeda e mercadorias do país, também teve papel importante para atrair estes investidores. No final da década de 1990, o poder público municipal de Salto del Guairá recuperava as perspectivas atribuídas ao projeto de crescimento econômico para a cidade, quando denunciava a presença de trabalhadores brasileiros não regulamentados:

**Ilegales costará caro a los comerciantes. Comuna exigirá legalización de empleados brasileños.**

La municipalidad de esta capital departamental clausurará los comercios que no cumplan con el código laboral vigente en nuestro país, principalmente, en lo relativo a contratación de extranjeros. Tampoco serán habilitados negocios cuyos funcionarios no residan legalmente en el municipio. El objetivo es frenar la invasión de mano de obra extranjera<sup>25</sup>.

Quando o poder público municipal recorreu à ameaça de que “[...]

---

25. DUARTE, Rosendo. *Ilegales costará caro a los comerciantes. Comuna exigirá legalización de empleados brasileños. O Paranazão*, 13 de novembro de 1997. p. 4. Edições n. 51 a n. 100.

tampoco serán habilitados negocios cuyos funcionarios no residan legalmente en el municipio [...]”, indicou a necessidade de tomar medidas punitivas para tentar manter suas perspectivas sobre a cidade pretendida por eles. Apenas uma parcela do empresariado parece concordar com esta expectativa, já que o anúncio de punição é dirigido a todos empresários da cidade. Cabe enfatizar que a ação do poder público também foi pressionada por trabalhadores nacionais que não conseguiram vagas neste mercado de trabalho. Assim, em conjunto a esta disputa, acentuaram-se as referências à nacionalidade para distinguir as pessoas com direito ou não de desfrutar deste projeto.

O projeto de turismo comercial pretendido pela cidade não foi e nem é homogêneo entre a classe dominante local. Entre os empresários locais de Salto del Guairá, que se consolidaram entre 1970 e 1990, muitos deles apresentaram nas entrevistas interesses divergentes desta perspectiva defendida pelo poder público municipal. Entre eles, a discordância sobre o perfil de força de trabalho a ser contratada.

A contratação de estrangeiros em Salto del Guairá, no final da década de 1990, articulou-se à necessidade de uma força de trabalho com perfil que se adequasse à expectativa de vendas ao público consumidor pretendido. Entre outros motivos, tornava-se mais atrativo economicamente a contratação destes trabalhadores do que investimentos para qualificação da força de trabalho local e nacional. Assim, alguns empresários argumentaram que recorreram aos “empleados brasileños”:

Aqui na loja mesmo é mais paraguaio que brasileiro. Já teve mais brasileiros. É que agora tem mais opção de dentro, dos jovens que vem pra aqui na cidade, já tem umas três universidades, e pra estudar sustentam o estudo com o trabalho, mas até pouco tempo atrás a oferta de mão de obra era mais de gente do Brasil. Era visível, funcionários pegavam carona de Guaíra e de Mundo Novo. Para

mim era indiferente de onde vinha. A minha mulher é brasileira e os meus filhos são meio a meio, estudam no Brasil. Mas em geral aqui, num há, principalmente com Guaíra, os laços assim, tem bastante com gente de Guaíra e Mundo Novo. Num se percebe assim uma discriminação. Tanto porque aqui quase todos os colonos da soja são brasileiros. Só que aqui dentro é normal.<sup>26</sup>

Ao dizer “era indiferente de onde vinha”, o interesse era em ter força de trabalho de baixo custo e sem necessidade de maiores investimentos em qualificá-la. Não se trata de dizer que não havia trabalhadores procurando envolver-se neste mercado de trabalho, mas de terem no outro lado da fronteira uma oferta abundante de força de trabalho dentro do perfil pretendido.

Na entrevista com o empresário, as universidades são colocadas como marco para presença de trabalhadores com perfil diferenciado daqueles da década de 1990. Estes últimos, em alguns casos, eram oriundos de ocupações no campo ou com outros tipos de trajetórias ocupacionais na cidade, por exemplo: mulheres envolvidas no trabalho doméstico, com baixa escolaridade e com dificuldades no idioma português. Esta parcela possuía um tipo de qualificação e perfil diferente do pretendido para o trabalho nas vendas em lojas de importados.

Contudo, cabe ressaltar como a experiência de vida deste entrevistado também influencia na forma como interpreta esta diferença de nacionalidade. Edu, além de ser casado com uma brasileira, também teve parte de sua trajetória de vida no Brasil. Filho de uma família abastada, teve uma formação e um círculo de relacionamentos diferente da maioria da população de Salto del Guairá.

---

26. Edu, 50 anos, nacionalidade paraguaia, residente em Salto del Guairá e proprietário de loja. Entrevista gravada em outubro de 2013, realizada em Salto del Guairá pela autora em conjunto a Eric G. Cardin. Fala do entrevistado traduzida durante a transcrição da gravação.

Diferente da perspectiva deste empresário, outra parcela do empresariado local de Salto del Guairá enfatiza a relevância da nacionalidade do trabalhador na hora da contratação. Dalva falou sobre isto:

Eu comecei a trabalhar com 19 anos, já com meu negócio. Por isso que está há 32 anos, era pequeno, como todo mundo começa pequeno. Já tinha funcionários paraguaios, sempre trabalhei com paraguaios. Nunca brasileiros [...] porque eles querem fazer normas no trabalho, e você não pode viver no país de outro e dizer que não vão fazer isto, que não sabem isto. O brasileiro se querem achar. São deseducado, eles não se colocam no lugar. [...] Quando comecei era eu, dois funcionários e marido.[...] Hoje já tenho 7 funcionários, já chegou a ter 20, quando o real tava bem, em 2008.<sup>27</sup>

Quando a entrevistada destaca a diferença de perfil entre os trabalhadores mobilizados em Salto del Guairá não se ampara somente na nacionalidade e nem fala sobre a qualificação dos mesmos. Recorre ao comportamento deles em meio à relação de exploração da força de trabalho. Sua fala evidencia o estranhamento do trabalhador estrangeiro às leis e acordos trabalhistas formais e informais estabelecidos neste mercado de trabalho em Salto del Guairá. Estes brasileiros já trazem consigo trajetória ocupacional e/ou de vida com relações de trabalho diferentes das vividas nesse lugar. O termo “não colocarem-se no lugar”, para referir-se ao perfil do trabalhador brasileiro, expressa a não aceitação deste vendedor a muitos acordos informais de trabalho, em que são estabelecidas condições que extrapolam até mesmo a própria legislação paraguaia.

Em meio a esta diferenciação entre a força de trabalho nacional e estrangeira, a prioridade na contratação da força de trabalho nacional por parte de Eva acaba indo de encontro à perspectiva de desenvolvimento econômico pensado para a cidade por parte do poder público

27. Dalva, 56 anos. Entrevista gravada em outubro de 2013 em Salto del Guairá/PY.

municipal e afirmado nos meios de comunicação locais. Entretanto, a relação estabelecida entre esses moradores e empresários de Salto del Guairá com a identidade nacional, também é recuperada para expressarem como se percebem nas relações cotidianas com o outro.

A vendedora Morena enfatizou as dificuldades percebidas ao diferenciar a relação com os vizinhos de lojas de acordo com a nacionalidade deles. Sua descrição é longa, mas expressiva para entender parte destas relações:

[...] Assim, lá no Shopping Salto, quando eu trabalhei lá, quase não tinha, assim, paraguaio mesmo, as lojas por perto eram tudo quase que de brasileiros mesmo ou de árabes. Agora, ali mesmo no centro onde eu trabalhei, ali era tudo paraguaio mesmo, minhas vizinhas eram tudo paraguaia mesmo. Assim, eles são meio traçoeiros, eles se fazem de amigos, mas depois, se você precisar deles pra qualquer coisa, você não precisa contar com eles, que eles não ajudam mesmo. É meio difícil de lidar com eles. É poucas pessoas ali que eu conheci, que eu consegui lidar com eles, que eu consegui fazer amizade. Porque o resto assim, que o dia que você precisar deles, você pode esquecer. [...] Porque eles não ajudam, não ajudam mesmo. [...] Agora, se você colocar uma lata de refrigerante da mesma que eles têm, eles te condenam, assim, todo mundo coloca as coisas iguais, mas se um brasileiro colocar, eles condenam o brasileiro, porque eles sabem que o brasileiro vende mais, porque fala mais, se colocar algo igual ao do deles. Então, isto é uma coisa que acaba distanciando eles, é a questão da concorrência, eles têm medo de você colocar a mesma coisa que eles e começar a vender mais que eles. É que nem acontecia, o meu patrão ia, comprava as coisas, eles viam e colocavam as coisas iguais, e eu nunca reclamei, mas se eu estava vendendo mais que eles, eles viravam a cara pra mim. Tipo assim, no fim de semana, eles ficavam o tempo todo cuidando para ver o que eu estava vendendo, se eles soubessem, vamos supor, que eu estava vendendo mais manta que eles, eles viravam a cara, eles não conversavam comigo o dia inteiro, porque eu estava vendendo mais do que eles<sup>28</sup>.

---

28. Morena, 22 anos. Entrevista gravada em maio de 2012 em Guáira-PR.

Morena que, em alguns dos empregos, assumiu o cuidado sobre as lojas, por vezes, inverteu a relação entre trabalhadora e proprietária na internalização das responsabilidades que lhe eram atribuídas, por ter que responder pela falta de mercadorias no estoque da loja. A entrevistada trabalhou em lugares com um perfil de proprietários de lojas e consumidores distintos. As inúmeras pequenas lojas na Avenida Paraguay e suas ruas próximas possuem proprietários de diferentes nacionalidades como brasileiros, libaneses e chineses. Entretanto, são lugares onde há maior concentração de proprietários e trabalhadores de nacionalidade paraguaia. Já os dois *shoppings* citados na entrevista são dos chamados “investidores estrangeiros”, sendo ocupados a maioria por proprietários de lojas brasileiros e libaneses. A concorrência entre proprietários de lojas de nacionalidade paraguaia e empresários imigrantes que se ocupam dessas brechas do capitalismo na fronteira, abrindo comércio onde há possibilidade de lucros, tem impacto direto sobre os trabalhadores.

Quando recorre ao termo “traíçoeiros”, Morena não nega que há amizade entre os vendedores de nacionalidade paraguaia, mas que, dependendo do que se compartilha, esta relação de amizade pode ser distanciada. O relato de Morena recupera situações onde o bom convívio entre paraguaios e brasileiros não é negado. Porém, este convívio possui limites. A solidariedade não é necessariamente algo a ser constantemente compartilhado com estrangeiros que disputam sua sobrevivência no mercado de importados na fronteira. Há códigos de conduta e comportamentos entre estes trabalhadores que não são estendidos a outros trabalhadores de nacionalidade diferente da sua. A troca cultural e o convívio entre estes vendedores possuem especificidades e limitações que servem para amparar o reconhecimento entre os seus pares nacionais e de mesma ocupação. Estes limites são re-

corridos para a própria afirmação da identidade destes trabalhadores, tanto paraguaios, quanto brasileiros.

A esse respeito, o estudo etnográfico realizado por Fernando Rabossi (2004) em Ciudad del Este, indica que as fronteiras étnicas entre os trabalhadores não se restringem às disputas do mercado ao respingarem em situações cotidianas. Entre as diversas observações empíricas destacadas pelo autor, o simples ato de beber cerveja ganha significado e apresenta fronteiras silenciosas. Embora brasileiros e paraguaios convivam num mesmo espaço de trabalho, estes não costumam compartilhar o mesmo copo de cerveja com os brasileiros, prática que representa um sinal de companheirismo entre os trabalhadores paraguaios. Por meio de experiências como esta, o autor traz elementos para analisar como a fronteira entre os trabalhadores de nacionalidade brasileira e paraguaia transparecem ou são firmadas nos momentos de sociabilidade ou na cotidianidade entre aqueles que possuem maior identificação entre eles.

O ressentimento vivido pela população trabalhadora local de nacionalidade paraguaia, por lidar com a concorrência de imigrantes trabalhadores, muitas vezes é expresso na diferenciação e distanciamento com o outro quando se percebem em relação desigual. Os vendedores de lojas estão na ponta deste processo de acumulação capitalista, lidando com conflitos e pressões geradas por esse processo na fronteira.

## Considerações Finais

A presença de trabalhadores brasileiros não regulamentados em Salto del Guairá e a existência de paraguaios nas mesmas condições nas cidades de Guaíra ou Mundo Novo não é um aspecto novo nesta



fronteira. A circulação destes trabalhadores entre os países não tem se fixado nas demarcações legais dos limites internacionais, mas, entre outros, na busca por sobrevivência e/ou na tentativa de melhores condições de vida que as diferenças econômicas e políticas entre estes países podem oferecer.

Não é uma prática comum dos vendedores brasileiros de lojas ou ambulantes mudarem-se para Salto del Guairá. Muitos destes já possuem seus círculos de relacionamento, família e moradia em uma destas duas cidades brasileiras fronteiriças. A não imigração permanente por parte dos vendedores brasileiros igualmente ocorre pela comparação entre as estruturas na saúde, educação e no custo de vida entre as cidades. O rápido crescimento comercial da cidade implicou no encarecimento do custo de vida para a população trabalhadora e na piora dos serviços públicos como luz e água. Como Perla, moradora de Salto del Guairá elucidou:

aqui em Salto o custo de vida é bem alto, em relação, por exemplo, por aqui tudo vem de fora, tudo é mais caro, aluguel, água, luz, comida, vestuário, a cesta básica, é caro em comparação a outras cidades como Assunção, que é centro<sup>29</sup>.

Sobre os conflitos entre nacionalidades, podemos elencar ao menos três elementos considerados aqui como fundamentais. Primeiro, o que contribui para emergência desses conflitos é a disputa de mercado gerada por esse comércio na fronteira. Segundo, esses conflitos também passam pelas diferenças entre classes sociais. Terceiro, historicamente, na expansão capitalista prevalece o domínio econômico do Brasil sobre o Paraguai, o que tem peso na formação cultural do preconceito e dos conflitos em torno da nacionalidade entre estes tra-

---

29. Perla, 32 anos, nacionalidade paraguaia. Entrevista gravada em maio de 2012, realizada em Salto del Guairá/PY.

balhadores que vivem em Salto del Guairá.

## Referências

ALBUQUERQUE, José L. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Fortaleza. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

CARDIN, Eric Gustavo. Ituzaingó não é Winston Parva ou como os permanentes se tornam outsiders. *Revista Ambivalências*, v. 04, n. 08, 2016.

FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960–2015)*. Tese (Doutorado em História). UFU: Uberlândia, 2015.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo. Migrações paraguaias na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, v. 7, p. 53–71, 2016.

PORTELLI, A. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n. 10, dez., 1993, p. 41-58.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Como pensamos la Triple Frontera? In: *La Triple Frontera. Dinámicas culturales y procesos transnacionales*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010. p. 21-46.

**Resumo:**

O crescimento comercial em Salto Del Guairá/PY tem aumentado os números de trabalhadores brasileiros que têm se deslocado diariamente de Guaíra/PR e Mundo Novo/MS a fim de trabalharem como vendedores em lojas no país vizinho, bem como, em outras atividades ligadas ao transporte e à comercialização de mercadorias na fronteira. Neste estudo buscamos analisar as contradições e conflitos em torno do trabalho e do mercado em Salto del Guairá, problematizando algumas das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores locais e por outros sujeitos que buscam nesses lugares formas de sobrevivência. O estudo busca analisar as diferenças entre a fronteira almejada por uma parcela da classe dominante local e aquela vivenciada pelos trabalhadores. Para tanto, utilizamos fontes orais com proprietários de lojas e vendedores e as análises de matérias veiculadas no jornal local Rio Paranazão.

**Palavras-chave:** Mercado; Fronteira; Trabalho.

**Abstract:**

Commercial growth in Salto Del Guairá / PY has increased the number of Brazilian workers who have daily moved from Guaíra / PR and Mundo Novo / MS to work as vendors in stores in the neighboring country, as well as in other activities transport and marketing of goods at this border. In this study we seek to analyze the contradictions and conflicts surrounding work and the market in Salto del Guairá, problematizing some of the difficulties faced by local workers and by other individuals who seek in these places ways of survival. The study seeks to analyze the differences between the border sought by a portion of the local dominant class and that experienced by the workers. To do so, we use oral sources with owners of stores and vendors and the analysis of material published in the local newspaper Rio Paranazão.

**Keywords:** Market; Border; Job.

Recebido para publicação em 05/05/2018.

Aceito em 09/06/2018.

# Baque de peso: circuitos, trajetos e subjetividades fronteiriças

**Gilberto Geribola Moreno**

Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
geribolamoreno@gmail.com

## Introdução<sup>1</sup>

Desde março de 2015, venho pesquisando as práticas culturais juvenis na região da tríplice fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai) com o objetivo de compreender as relações entre os diferentes grupos culturais juvenis, suas interações e a possível criação de diferentes configurações sociais desenvolvidas por meio da agência dos grupos culturais juvenis, de seus circuitos e trajetos. A imersão em uma cidade de fronteira trouxe de imediato duas questões para a realização da pesquisa. A primeira referida a certa acuidade metodológica no sentido de buscar a especificidade local dentro de sua escala, evitando certa “tentação da metrópole”<sup>2</sup>, ambiente privilegiado pelas pesquisas com

---

1. A expressão “baque” se refere às apresentações dos grupos de maracatu. Baque de peso compõe uma frase de uma música e remete à força que tem o baque da Nação Porto Rico e, por extensão do grupo Alvorada Nova.

2. Faço referência à discussão de Magnani sobre a «tentação da aldeia». Segundo o autor, haveria certa propensão a se pensar os grupos juvenis encerrados em suas

juventude. Como observa Sposito (2009), é escassa a pesquisa com juventude na escala das pequenas e médias cidades e, pode-se dizer, inexistente nas regiões de fronteiras. Nesse sentido, pesquisar as práticas culturais juvenis em uma cidade fronteiriça de porte médio introduzia novos desafios de abordagem. A segunda questão foi da ordem da entrada no campo da pesquisa. Ao realizar uma caminhada exploratória pela cidade, a impressão, em um primeiro momento, foi de que Foz do Iguaçu tinha certas semelhanças com outras cidades do mesmo porte das muitas que existem pelos interiores do país. Refiro-me a uma maior fluidez do trânsito, certa percepção de que a temporalidade é estendida, em suma, um ritmo menos acelerado que o das metrópoles e, especialmente, uma sociabilidade caracterizada pelo hábito do encontro nas calçadas defronte às casas no final da tarde para conversar e, neste caso, seguindo a tradição sulista, bebendo chimarrão ou tererê. Ao mesmo tempo, em um primeiro olhar, Foz do Iguaçu apresentava alguma especificidade, características distintas, particularidades, que poderiam ser próprias da região de fronteira. Como a constante alusão aos países vizinhos, marcadas por referências de proximidade e distanciamento. Por exemplo, o uso do termo “chiru”, palavra da língua guarani (xirú) apropriada por brasileiros, que designa originalmente amigo ou alguém com quem se tem relações de confiança, mas que se reveste de tom pejorativo e depreciativo quando alguns moradores da região fazem alusão aos paraguaios.

O início da pesquisa foi um exercício de alteridade caracterizando-se pela adaptação ao ambiente a ser pesquisado e pela deambulação

---

próprias referências, como se compusessem grupos cujas lógicas se encerrariam em si mesmos, não estabelecendo relações com outros atores sociais. Estabelecendo alguma similitude, poderia haver certa «tentação da metrópole» nas pesquisas que privilegiariam, por diferentes motivos, a escala da metrópole como ambiente das pesquisas cujo objeto são os jovens, seus grupos e interações.

exploratória, própria do método etnográfico. Embora a literatura sobre a região informasse vários aspectos de meu ambiente de pesquisa, eu me orientava pela noção da experiência etnográfica (MAGNANI, 2002; 2009) e, caminhando pela cidade, passei a observar algumas práticas culturais, conversar com as pessoas, anotar aquilo que me parecia relevante em meu caderno de campo.

Uma de minhas primeiras percepções sobre Foz do Iguaçu foi certa carência de espaços públicos nos quais eu esperava encontrar grupos juvenis a desenvolver suas práticas culturais. A dimensão da cidade média e os hábitos de seus moradores contribuíam para essa percepção. Alguns interlocutores jovens repetiram, com poucas variações, que “nós temos poucas baladas. Nossa diversão é se reunir na casa de um amigo para beber, ouvir música e conversar”. Esse tipo de depoimento insistentemente reiterado chamava a atenção para um tipo específico de sociabilidade ancorada no âmbito privado da vida. Parecia confirmar outra impressão que eu tive que dizia respeito à dificuldade de encontrar grupos juvenis circulando pela cidade. Por meio das informações dos cidadãos iguaçuenses, eu soube que, na Praça da Bíblia e, em especial, em um espaço voltado para atividades culturais — o Barracão —, se reuniam diferentes grupos juvenis. Supostamente, haveria outros espaços de encontros juvenis na cidade que, no entanto, eu só descobri posteriormente. Alguns em suas bordas, por exemplo, a “comuna” do *rapper* Mano Zeu (que eu viria a conhecer durante o desenvolvimento da pesquisa), alguns espaços de sociabilidade juvenil embalados pelo consumo de música sertaneja e shows de diferentes estilos. Mas, também, aqueles espaços voltados para o turismo e, em sua maioria, de localização mais central que eu conheci de imediato, mas não se mostraram atraentes para meus objetivos de pesquisa. Em minha primeira visita à Praça da Bíblia, ao perguntar

para uma vendedora de lanches o que distinguia aquela praça de outros espaços da cidade ela respondeu que “é aqui que vem o povão. Se você quer conhecer o povo de Foz tem que ser aqui. Lá para o centro vão mais os almofadinhas, os filhinhos de papai e os turistas, é claro.” A observação e alguns depoimentos com o mesmo sentido desse me apontavam que ali poderia ser meu ambiente de pesquisa.

A partir desse momento, passei a acompanhar as atividades desenvolvidas nesse local, com especial atenção ao espaço voltado para atividades culturais, o Barracão. Dessas atividades, optei por acompanhar *de perto e dentro* o grupo Maracatu Alvorada Nova, que ensaia nesse espaço. Se, de um lado, eu pretendia discutir os fluxos culturais transfronteiriços, pensando a tríplice fronteira como espaço de investigação, ao deparar com um grupo de maracatu, reconhecida manifestação cultural pernambucana, em uma cidade do Paraná, via, por outro lado, que havia diferentes fronteiras sendo transpostas e fluxos culturais inesperados e de múltiplas direções.

Iniciando por esse caminho e partindo dessas percepções, desenvolvi a pesquisa que apresento neste trabalho. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresento alguns elementos sobre a região da tríplice fronteira com o fito de situar o leitor no ambiente do trabalho etnográfico que venho desenvolvendo na região e, também, alguns aportes teóricos e as opções metodológicas que orientam o trabalho de campo e a escrita. A segunda parte do texto é dedicada a alguns apontamentos da etnografia realizada na região e, em particular, a abordagem sobre o grupo Maracatu Alvorada Nova e as interações observadas entre esse grupo e outros atores. Por fim, termino o artigo com algumas considerações finais apontando certos efeitos promovidos pelos encontros entre os jovens da região e suas ações no campo da cultura.



## O ambiente da pesquisa: a tríplice fronteira

A Tríplice Fronteira, assim denominada depois dos atentados às torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, é composta por três cidades: a brasileira Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, no lado argentino da fronteira. Essa região é conhecida pela pujança das Cataratas do Iguaçu, no lado brasileiro e argentino, sendo um dos principais destinos turísticos no Brasil. O gigantismo de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em produção de energia, compõe a grandiloquência da região sendo, também, um destino turístico. A cidade de Foz do Iguaçu passou por diferentes fases econômicas, sendo a mais conhecida a do “turismo de compras”, quando pessoas de diferentes regiões do Brasil buscavam a cidade com o intuito de fazerem compras em Ciudad del Este, cuja maior atração é o comércio de diferentes bens de consumo. Esses compradores, aproveitando os preços convidativos, estabeleceram uma ampla rede de pequenos comerciantes por todo o país como revendedores e/ou atravessadores de mercadorias. Viabilizaram, ao mesmo tempo, o crescimento econômico da cidade por meio da necessidade de uma gama de serviços de hospedagem e acolhimento turístico.

O comércio de Ciudad del Este é caracterizado, em grande medida, por ilegalismos e ilicitudes, segundo tem sido divulgado pelas diferentes mídias e estudos acadêmicos. Na porção paraguaia, sobressai, ainda, a presença dos brasiguaios, termo que deriva da migração de brasileiros para o Paraguai, constituindo um grupo heterogêneo composto por fazendeiros, trabalhadores por empreita, posseiros e trabalhadores sem-terra (ALBUQUERQUE, 2005; 2009). Pode-se observar, ainda, que a própria junção de duas palavras (brasileiro e paraguaio) para construir o vocábulo que nomeia esse grupo sinaliza

a constituição de um hibridismo local.

A cidade de Puerto Iguazú é pouco lembrada pelo discurso externo sobre a região, mas mantém, também, intenso fluxo fronteiriço, sobretudo para atividades de lazer de grupos de brasileiros que buscam o ar pitoresco da região, seus vinhos e queijos.

Somam-se a esses elementos, a diversidade de línguas faladas no território, como guarani, português, espanhol, árabe e as línguas asiáticas e, também, o “portunhol”, designação de um hibridismo linguístico que combina português e espanhol em uma articulação inovadora<sup>3</sup>. Outra peculiaridade da cidade, mas também da região, é a grande presença de grupos étnicos distintos, dentre os quais ganham especial destaque os grupos guaranis e as comunidades árabes e asiáticas. A presença de grupos guaranis circulando pelas fronteiras locais segundo suas próprias definições territoriais é um fator que introduz complexidade aos fluxos da região, uma vez que estes não se orientam pelas delimitações fronteiriças estabelecidas pelos Estados nacionais. Esses elementos sinalizam a diversidade cultural da região, constituída por grupos tradicionais, mas, também, por manifestações que estão em sintonia com as novas configurações sociais do mundo globalizado.

Há, ainda, outras caracterizações sobre a região, estabelecidos especialmente por meio do olhar externo, das quais tem sobressaído a porosidade da fronteira que facilitaria o tráfico de drogas e, especificamente, no caso da fronteira entre Paraguai e Brasil, o tráfico de armas.

Desde os atentados ao World Trade Center, em 2001, a região passou a receber a atenção internacional, em especial do serviço de in-

---

3. O portunhol tem ganhado expressão poética através de algumas obras literárias escritas nesse idioma. Dentre essas, se destacam os trabalhos de Douglas Diegues (2006; 2008), escritos, segundo sua denominação, em “portunhol selvagem”.

teligência dos Estados Unidos da América, devido à presença da população árabe e muçulmana. Aventou-se, por ocasião dos atentados, a possibilidade da existência de células dos grupos Hezbollah e Al-Qaeda nessas cidades, suscitando um discurso sobre a região que a caracterizava como uma “terra sem lei” na qual proliferavam grupos de apoio ao terrorismo internacional. Nas palavras de Montenegro e Béliveu (2006, p. 17):

[...] comienza a ser categorizada como um área com características propias, al ser construida como noticia em la prensa internacional y nacional. El discurso periodistico assimila la zona a um espacio transnacional, uma tierra sin ley, que escapa a los controles estatales. La Triple Frontera se convierte em metáfora de las “zonas grises” y de los amenazantes espacios a los que se atribuye imprevisibilidad, em el marco de discursos relacionados com agendas de seguridade, em la era del “terrorismo global”.

Embora esse quadro seja genérico, ele aponta a existência de certo olhar para a região que, orientado de fora, pode estar imputando à zona fronteira características estereotipadas e, muitas vezes, discriminatórias, que não abrangem as possíveis diferentes manifestações socioculturais de seus habitantes. Inclusive, esse olhar estereotipado sobre a Tríplice Fronteira pode dificultar a percepção da existência de um contradiscurso, expresso em diferentes ações e linguagens, bem como de práticas orientadas no sentido de se opor à visão corrente e de senso comum sobre a região redefinindo o território e as relações de seus habitantes<sup>4</sup>.

Sabe-se que as fronteiras nacionais se definem de um lado pelos marcadores políticos administrativos, delimitadores que podem de-

---

4. Compreendo que os estereótipos são elementos importantes de investigação social que podem desvelar as configurações sociais que se estabelecem no território. Nesse sentido, não devem ser descartados como uma falsa imputação ou mascaramento da realidade, mas compreendidos como um campo de pesquisa.

marcar identidades instituindo pertencimentos aos Estados-nação ou a grupos étnicos específicos. As fronteiras podem ser compreendidas, também, como espaços de fluxos de pessoas, bens, símbolos, códigos e signos. Estes encontram certas orientações nos marcadores institucionais, mas, também, podem ser regidos por outras lógicas. Aquelas próprias dos grupos que compõem o espaço fronteiriço. Seguindo essa perspectiva, este trabalho visa a compreender a região da tríplice fronteira como um espaço integrado por meio da ação e das práticas cotidianas (CERTEAU, 1996) de seus habitantes que podem, em diferentes medidas, criar contradiscursos, sobretudo, em relação aos estereótipos de “terra sem lei”: região caracterizada pela presença do terrorismo internacional, do tráfico de armas e drogas e pelo contrabando. As dinâmicas instituídas pelas práticas culturais, pela circulação e fluxos de objetos, signos e pessoas, podem, também, promover a constituição de diferentes configurações socioculturais, de formas de existir e de híbridos resultantes do intercâmbio entre distintos elementos significantes nesse território. Compreendo que a região da tríplice fronteira exige uma abordagem que lhe tome como um território ampliado para além dos espaços contíguos às delimitações institucionais entre os Estados-Nação. Nesse sentido, entendo que, ao pesquisar a região da tríplice fronteira, se faz necessário abordar as dinâmicas que se processam nesse território visando compreendê-lo como um todo articulado que transborda os limites institucionais e abarca, em sua complexidade, as demais cidades da região. Segundo as afirmações de Pozzo (2014):

Ciudad del Este, Foz do Iguazu, Puerto Iguazu, deben ser estudiadas y pensadas como realidades integradas en la region [...] El espacio socialmente construido ya no puede ser estudiado y pensado desde la realidad de una sola lengua y un único territorio. Se hace cada vez mas urgente estudiar los asentamientos-en-movimiento, las

transfronteras y los espacios deborderizados para poder comenzar a entender algo de este complejo enmarañado social denominado Triple Frontera. (p. 27-8).

Concomitante à percepção física do território, a Tríplice Fronteira pode e necessita ser compreendida como um complexo social e ser definida como uma “zona fronteiriça” na qual ocorrem intercâmbios de diferentes ordens em meio às indefinições de um espaço com certa opacidade cultural (GLISSANT, 2005). De acordo com Hannerz (1997, p. 23), a zona fronteiriça pode ser “explorada com mais criatividade por deslocamentos situacionais e combinações inovadoras, organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências. Nas zonas fronteiriças, há espaço para a ação [*agency*] no manejo da cultura.” Fato observado nas interações cotidianas de seus moradores que mobilizam distintos recursos materiais e simbólicos que remetem a outros elementos da reflexão proposta por Hannerz (1997) sobre as fronteiras. Assim, a discussão acerca dos *fluxos culturais* nas regiões de fronteira deve se apoiar em um tripé que conta com dois outros termos: a *fronteira*, como elemento que demarca pertencimentos, e *hibridações*, que resulta do intercâmbio entre diferentes elementos.

Desse modo, acredito que o termo “zona de fronteira” apresenta certa funcionalidade analítica no sentido de se abarcar toda região e permitir compreender a fronteira político-administrativa como um elemento que institui certos marcadores sociais da diferença que compõem a vida daqueles que residem nas cidades da tríplice fronteira.<sup>5</sup> Nesse movimento de diferenciação, assiste-se a um diálogo entre os

---

5. Alguns trabalhos têm apontado que a fronteira abarca outras cidades e mesmo a perspectiva nativa, em algumas ocasiões, extrapola as três cidades aqui delimitadas como componentes da tríplice fronteira. Por uma questão de recorte empírico, optei por trabalhar com as cidades mais reconhecidas como pertencentes a essa fronteira.

termos institucionais que demarcam as fronteiras e aqueles que os deslocam por meio da ação dos sujeitos que habitam os espaços fronteiriços, criam “híbridos culturais”<sup>6</sup> e promovem processos de integração.

Embora seja uma tentação abandonar a perspectiva institucional da fronteira em prol da constituição de uma região marcada pela diversidade e de híbridos culturais, foi possível perceber, por intermédio da etnografia, que os moradores se apropriam dos limites político-administrativos como marcadores em seus deslocamentos e definidores de diferenças entre os demais moradores da região. Segundo o depoimento de um jovem:

Nós somos paraguaios. Então temos nossas especificidades que são diferentes das de vocês. E não tem nada a ver com o comércio daquele canto da cidade (se referindo à zona de comércio de Ciudad del Este). Se você entrar mais pela cidade você vai ver outro Paraguai, outro ritmo, outro tudo. Temos um ritmo próprio, um jeito de encarar a vida de outra maneira que não tem nada a ver com o jeito brasileiro (Pablo).<sup>7</sup>

Frequentador assíduo dos eventos que se realizam do lado brasileiro da fronteira, esse jovem revela uma característica constante em meus interlocutores: a ênfase no estabelecimento das diferenças entre os grupos e dinâmicas de integração marcando as características de cada grupo relacionado ao seu pertencimento nacional. Ao mesmo tempo, por meio das ações de diferentes ordens (econômicas, sociais, culturais etc.) promovidas pela circulação no território, se desen-

---

6. Eagleton (2003), Said (1995) e Garcia Canclini (2011), entre outros, apontam que as culturas dialogam, estão todas envolvidas umas com as outras e que, de certo modo, não há cultura isolada ou pura, fato que justificaria a noção de hibridismo cultural. Nesse sentido, adoto aspas no termo “híbridos” por compreender que este apresenta certa fragilidade conceitual.

7. Optei por trocar os nomes de alguns interlocutores para preservar-lhes anonimato. No entanto, para aqueles de projeção pública mantive seus nomes originais, pois entendo que são facilmente identificados mesmo sob um nome fictício.

volvem dinâmicas que instituem novas configurações socioculturais. Fenômeno que pretendo tratar à frente.

Em minha pesquisa na região, venho acompanhando um grupo de maracatu cujos participantes são, em sua maioria, brasileiros residentes em Foz do Iguaçu. Porém, alguns membros do grupo são paraguaios de Ciudad del Este e outros são argentinos da cidade de Puerto Iguazú. O regime de interação entre os membros do grupo e as atividades nas quais o grupo se insere promovem certos deslocamentos dos membros do grupo — os batuqueiros — entre essas cidades e, em especial, no trajeto definido pela travessia da Ponte da Amizade, que liga Brasil e Paraguai, e da Ponte da Fraternidade, que liga Brasil e Argentina.

Observo, no cotidiano da região, uma maior interação e circulação entre as cidades de Foz e Ciudad del Este, facilitada, em boa medida, pela Ponte da Amizade e por uma fiscalização menos incisiva na aduana paraguaia. O grande fluxo de pessoas entre essas cidades se desenvolve principalmente devido ao comércio de bens eletroeletrônicos e outros produtos oferecidos do lado paraguaio com preços mais acessíveis do que os praticados do lado brasileiro. Os deslocamentos dos moradores das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são realizados mais frequentemente para compras e trabalho. Nesse aspecto, há deslocamentos, nos dois sentidos entre Brasil e Paraguai, de pessoas que trabalham no comércio de Ciudad del Este e residem em Foz e vice-versa. Um trajeto que desponta com certa peculiaridade é o de diaristas e empregadas domésticas que saem do lado paraguaio para trabalharem em Foz. Todas as manhãs e finais de tarde, observam-se mulheres paraguaias caminhando sozinhas ou em grupo vindo ou indo para os pontos de ônibus que dão acesso ao Paraguai. O contingente de paraguaias no serviço doméstico brasileiro é impulsionado

pelo baixo preço dessa mão de obra que custa trinta por cento a menos que uma diarista ou empregada brasileira.

Embora ocorra um intenso deslocamento de pessoas pela Ponte da Amizade para fins de trabalho e comércio, a especificidade desse trajeto, no caso dos jovens observados em minha pesquisa,<sup>8</sup> é seu deslocamento para fins de cultura e lazer. Um conjunto de bares forma um circuito de lazer para os jovens da região tanto nas cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e em Ciudad del Este. Este circuito reúne espaços voltados para o *rock* nos quais é comum a apresentação de grupos de *rock* paraguaios, muitos restaurantes frequentados por residentes e turistas, diferentes espaços dedicados à música sertaneja (hegemônica na cultura local) e, mais recentemente, observa-se a constituição de um circuito LGBT. É importante apontar a presença de um circuito de cultura negra na cidade de Foz que se ramifica para as outras cidades da fronteira. Além do grupo de maracatu, cuja identificação é com a cultura negra, encontra-se em Foz um grupo de Dança Afro; um grupo de afoxé; A Comuna, espaço dedicado ao *Hip Hop*; a Festa Preta, organizada por jovens negras e negros; encontro de *hip hop* no Barracão; batalha de *hip hop*. Esses eventos encontram ressonância nos terreiros de candomblé da cidade de Foz do Iguaçu, nos quais se realizam diferentes eventos sagrados e profanos. Estes, em geral, de apoio às ações que jovens negros promovem na cidade. Interessante notar que o maracatu, o terreiro e o *hip hop* têm suas versões dos lados paraguaio e argentino da fronteira indicando o deslocamento, especificamente no caso do maracatu e do terreiro, de elementos que compõem as práticas culturais brasileiras.

---

8. As categorias jovem e juventude dizem respeito a grupos heterogêneos, com características distintas sob inflexão de distintos marcadores da diferença social. Assim, o grupo que eu acompanhei em minha pesquisa é um grupo específico que não representa a totalidade dos jovens da região.



Em geral, os deslocamentos entre Foz e a cidade de Puerto Iguazú são em menor número e com outras finalidades, mas, no caso dos jovens residentes na região, como foi observado acima, prevalecem aqueles voltados para o lazer e a cultura. Cidade de menor porte, Puerto, como é chamada localmente, não oferece as mesmas mercadorias que a cidade paraguaia, mas se destaca por uma atividade noturna com bares, cafés e pelos restaurantes que servem comidas típicas da Argentina, um atrativo para os turistas que visitam a região. A distância maior em relação a Foz e uma fiscalização aduaneira mais rigorosa do lado argentino estabelece certas dificuldades quanto ao fluxo para essa cidade daquele que se realiza para Ciudad del Este. Não obstante, a participação de jovens argentinos dessa cidade no grupo de maracatu possibilitou que o grupo de maracatu Alvorada Nova se apresentasse, no carnaval de 2016, em Puerto Iguazú e Puerto Esperanza, outra cidade da região de Misiones. Desde então membros do grupo de maracatu têm participado dos ensaios de um grupo cultural de Puerto Iguazú. Nos carnavais de 2017 e 2018, os dois grupos se reuniram para apresentações em Puerto Iguazú, sob orientação do mestre de maracatu. O mesmo processo vem sendo observado em Ciudad del Este, na qual se criou um grupo de maracatu e outro de percussão que mescla elementos da música paraguaia com os propagados pelo grupo de maracatu.

Com ênfases e frequências distintas a depender da origem e destino, constato a existência de dois trajetos corriqueiros entre as cidades, mas que se redefinem como um circuito cultural por meio das práticas engendradas pelos grupos juvenis. Reafirmando as diferenças entre os participantes dos grupos juvenis, observo que as barreiras aduaneiras e as pontes que ligam as cidades apresentam-se como pórticos, espaços liminares que definem pertencimentos e estabele-



Cortejo do grupo Maracatu Alvorada Nova em  
Puerto Esperanza - Argentina

Foto de João Otávio Lourenço.

cem marcadores das identidades nacionais. Percebo claramente, a partir da pesquisa de campo, diferenciações engendradas pelo pertencimento aos Estados-nação e o estabelecimento dessas diferenças nacionais nos depoimentos dos jovens. Embora seja corrente a percepção de que as identidades são fluídas e contingentes (HALL, 2006), elas se apresentam na região de fronteira como marcadores sociais da diferença caracterizando cada subgrupo pelos atributos considerados como constitutivos de cada nacionalidade. Não obstante, as interações promovidas no âmbito das práticas culturais deslocam e ressignificam os pertencimentos locais por meio da sobreposição e acoplamento de elementos constitutivos das respectivas culturas. Fenômeno observado com maior intensidade com os jovens argentinos e paraguaios que assimilam ritmos e instrumentos do maracatu, bem como cânticos que fazem alusão às divindades do candomblé. Nesse processo, os jovens das diferentes nacionalidades vêm conferindo outro sentido aos trajetos entre as cidades, deslocando-o das referências co-

merciais e agregando um número crescente de jovens em atividades culturais dos dois lados das pontes. Em uma tentativa de assinalar esses deslocamentos, no próximo tópico me concentrarei na apresentação dos apontamentos etnográficos sobre o grupo de maracatu Alvorada Nova em sua circulação pelas cidades fronteiriças.

## Alvorada Nova: sob o signo da diferença

“Axé Nação Porto Rico,  
Axé Semente de Angola,  
Axé Alvorada Nova,  
Ogum,  
verde e vermelho”.

Ao final dos ensaios do grupo de maracatu, os participantes formam uma roda mantendo-se lado a lado e com os braços sobre os ombros uns dos outros. No centro do círculo, deixam os instrumentos. Alison, o mestre do grupo, profere as três primeiras frases escritas acima que são respondidas pelo grupo por meio da expressão “axé”. O grupo realiza um movimento em onda com os corpos se deslocando no espaço em círculo sem que seus participantes retirem os braços do ombro de seu vizinho de roda. Em uníssono todos verbalizam o cumprimento axé em uma sequência longa do vocábulo. Por fim, encerrando o ensaio ocorre o chamamento a Ogum e os membros do grupo respondem: “verde e vermelho”, as cores da nação Porto Rico<sup>9</sup>. Assim se encerram todos os ensaios do grupo que são

9. Existem duas denominações de maracatu. O maracatu de nação ou do baque virado e o maracatu rural ou do baque solto. O grupo de Maracatu Alvorada Nova é do baque virado. Em uma de suas canções, faz referência ao próprio baque como “esse baque de peso”, afirmando sua proeminência sobre as demais nações de maracatu.

realizados no Barracão Cultural, espaço voltado para diferentes práticas culturais desde os anos 1990. Esse espaço foi criado por Betinho, um agente cultural da cidade de Foz do Iguaçu que, desde que instalou o barracão, passou a residir em Foz, constituindo família com uma moradora, também envolvida com práticas culturais. A família estendida do casal — contando-se as irmãs de sua esposa — também tem atuação reconhecida no ambiente cultural da cidade. Desde que montou o Barracão, apenas por um período de três anos Betinho não esteve à frente das ações desenvolvidas nesse local. Segundo suas palavras: “teve um prefeito que cismou com a gente e não quis a gente aqui. Então vieram outras pessoas que não fizeram nada. Depois a gente voltou e passamos a fazer o festival de teatro que durou mais de dez anos. Agora o teatro tá mais com as meninas e eu acho que a gente tem que ampliar. Por exemplo, para essa discussão da cultura popular. Até 2013, quando surgiu o Alvorada, não se discutia cultura popular na cidade”. (Relato reconstituído no caderno de campo).

O Barracão comporta um palco para apresentações teatrais e um auditório para aproximadamente cem pessoas. Na entrada, há um guichê para a venda de ingressos para assistir aos espetáculos. Estes são produzidos pelos grupos da casa, mas ocorrem, também no Barracão, espetáculos de outras localidades oriundos de outras cidades brasileiras ou dos países vizinhos. Atrás do palco, há uma sala na qual se guardam instrumentos musicais do grupo de maracatu, figurinos etc. Uma cozinha e um banheiro completam o espaço dos fundos do Barracão. A área externa serve de estacionamento e espaço de convivência no qual são realizadas algumas atividades como, por exemplo: comemorações pelo aniversário dos diferentes grupos que utilizam o espaço, feira de trocas, exposições etc. Seguindo o tipo de construção peculiar à região sul, o Barracão é construído em madeira, constituindo-se

em um galpão com o piso em cimento queimado. O espaço não conta com equipamentos e instalações sofisticadas, mas não apresenta um ar de precariedade ou excesso de improvisos.

Está localizado na Praça da Bíblia, local que reúne diversos trailers estacionados ao largo da praça que oferecem diferentes tipos de comida: espetinhos, mandioca recheada (escondidinho), hambúrgueres, yakissoba, sawuarma, costelas de porco, maçã do amor, cervejas, refrigerante, sucos etc. Alguns vendedores trabalham com produtos originários do Paraguai, como brinquedos eletrônicos, CDs e DVDs piratas etc. A praça é frequentada por muitos casais com ou sem filhos e jovens de diferentes idades. A frequência dos jovens à praça destina-se ao consumo de lanches após cultos religiosos, “abastecer as baterias” após a prática do *skate*, paquerar ou para o “esquentar” antes de começar a noite, sobretudo aos sábados. O grupo de maracatu algumas vezes deixa as dependências do Barracão e faz incursões pela praça em rápidas apresentações que sempre causam muita sensação, rompendo com a rotina do local marcado pela calma daqueles que sentados à suas mesas comem, bebem e conversam.

Tradicionalmente os grupos de maracatu de nação têm relações com os terreiros de candomblé, fato sempre lembrado por Alison, o mestre do grupo. No entanto, pessoas de diferentes denominações religiosas participam deste grupo e acompanham as manifestações vinculadas às entidades de matriz africana que compõem o panteão religioso do candomblé.

Desde sua origem, o grupo Maracatu Alvorada Nova estabeleceu seus laços com um terreiro de candomblé localizado nas imediações da Praça da Bíblia. Embora aqueles que não seguem essa religião acompanhem, nos ensaios, as referências aos orixás, em outras ocasiões não o fazem e, também, não frequentam o terreiro. Mesmo o

mestre do grupo tem dito que “eu não tenho cumprido com minhas obrigações e a Mãe Odete me cobra por isso”. A frequência incerta e irregular ao terreiro tem causado certa controvérsia nas relações entre os membros do maracatu com outros grupos referenciados na cultura de matriz africana e, particularmente, com aqueles que são frequentadores do terreiro.

Um episódio ilustra essa relação controversa que se estabelece entre esses grupos. Na comemoração do aniversário de dois anos do grupo, organizou-se uma grande festa no Barracão à qual acorreram jovens das três cidades fronteiriças e de algumas cidades do entorno paranaenses. A organização ficou a cargo de grupos responsáveis por diferentes atividades: grupo da recepção, das comidas, das bebidas, da limpeza, cabendo aos argentinos providenciarem vinho, sua especialidade nacional. Toda a área foi tomada pela festa e as diferentes atividades e apresentações de artista locais em apoio ao grupo. Mãe Odete, a mãe de santo do terreiro com o qual o líder do maracatu estabeleceu seus vínculos e obrigações, foi convidada a proferir uma palestra sobre o candomblé e seus orixás. Essa palestra contou com um número expressivo de público. O Terreiro de Mãe Odete é um dos mais antigos da região e conta, além dos vínculos com o grupo de maracatu, com um grupo de afoxé e alguns jovens que organizam festas cujas temáticas são a história e a cultura negra. Após sua palestra, o público fez perguntas à mãe de santo, que as respondeu em tom descontraído, mas acentuando que “o povo de santo tem sido vítima de muito preconceito e a gente precisa se opor a isso porque daqui a pouco não vamos poder andar na rua”.

Ao fim de sua participação, Mãe Odete retirou de sua bolsa uma carta dizendo “nós estamos em um ambiente democrático, por isso quero ler uma carta que o grupo de afoxé fez com relação ao que

a gente tem visto aqui”. Nesse momento, os membros do grupo de afoxé subiram ao palco postando-se ao lado da Mãe Odete numa aparente tentativa de demonstração de apoio, força e união. A carta se referia à tradição do maracatu como cultura de matriz africana, seu vínculo histórico ao candomblé, e enfatizava a falta de comprometimento do grupo com essa tradição; a pouca aproximação dos membros do grupo com o terreiro e a apropriação indevida da cultura negra por parte do grupo de maracatu. O grupo de Afoxé afirmava que aquele “maracatu era apenas um grupo artístico cultural e que, por isso, não contribuía e até mesmo negaria a luta do povo negro”.

Ao término da leitura da carta, a mãe de santo e o grupo de Afoxé se retiraram da festa, restando apenas dois de seus membros. Dado o anticlímax criado pela leitura da carta, nos dias subsequentes acionou-se toda uma série de dispositivos para aproximar os dois grupos e dirimir as dificuldades da relação. Reuniões foram realizadas e nos grupos se discutiu o teor e a pertinência da leitura da carta. As posições de fato apresentaram-se conflitantes, pois o grupo de maracatu entende que não se apropria da cultura negra no sentido que lhe é imputado pelo grupo de afoxé, mas que toca maracatu e, mais importante, que sua vinculação específica é com o Maracatu Nação Porto Rico, ramificação original da Praia do Pina, em Recife. Mestres da Nação Porto Rico de Recife foram acionados — por coincidência um estava em Foz —, afirmando a filiação do grupo àquela nação. Com a filiação esclarecida, cabia apaziguar os ânimos. Novas reuniões ocorreram entre o mestre do grupo de maracatu e a mãe de santo. O retorno às boas relações foi selado com a participação do grupo que tocou um baque em uma festa do terreiro dedicada a Oxóssi. A mãe de santo agradeceu a todos pela presença e pediu desculpas pelos desentendimentos. No entanto, as relações mantiveram-se, ao longo dos últimos

anos, sob certa névoa de desconfiança em face das diferentes opções com que cada grupo lida com sua prática cultural e se relaciona com as diferentes instâncias locais.<sup>10</sup>

Tendo em vista a perspectiva que o grupo de maracatu aponta, eu arriscaria afirmar que seus membros atuam por meio de uma lógica de acoplamento (HALL, 2006) dos diferentes elementos culturais dispersos pelo território. Buscam referências na tradição que remonta à Nação Porto Rico, alguns — especialmente o mestre do grupo — articulam-se ao Terreiro da Mãe Odete — fato crucial para os grupos de maracatu — mas, ao mesmo tempo, acionam elementos que se coadunam a outras lógicas e princípios, especialmente a proposta de difusão da “cultura do maracatu” para além dos limites da fronteira e, ao estabelecer relações com os grupos culturais transfronteiriços, articulando elementos da cultura dos países vizinho à “cultura do maracatu” e vice-versa. Nesse duplo movimento, o grupo afirma o pertencimento a uma linhagem dentro do maracatu denominado Nação Porto Rico, grupo histórico recifense que deita raízes no início do século XX e que, por sua vez, afirma-se como herdeiro das tradições africanas. Em todas as apresentações, o mestre do Maracatu Alvorada Nova afirma para a plateia que “o maracatu é uma tradição da cultura negra, nós somos ligados ao candomblé, uma religião de matriz africana. Maracatu é isso: cultura popular negra de matriz africana e de culto aos orixás”. Vale a pena enfatizar que o grupo faz várias apresentações no circuito cultural das cidades próximas no Brasil e nos países vizinhos em eventos que não estão relacionados com as culturas afrodescendentes.

Embora eu não acompanhe diretamente o grupo de afoxé, observo

---

10. A questão de fundo na relação entre esses grupos é a de “apropriação cultural”, termo polissêmico e de múltiplas interpretações. Não pretendo aprofundar a discussão sobre o tema, pois não é o objetivo deste texto.



que não se pode afirmar que este não articule elementos estranhos à tradição que advogam e que reivindicam como elemento característico e fundamental dos grupos culturais de matriz africana e, em especial, deles próprios. A observação dessa controvérsia com o maracatu permite afirmar que eles fazem certo uso estratégico de um pretense essencialismo cultural negro nos moldes apontados por Spivak (2014), pois estão no mesmo campo de atuação do maracatu, o qual denominam de cultura popular, e disputam os mesmos espaços de apresentações, representações e financiamentos.

Com referência ao marcador social de diferença cor/raça, eu afirmaria que a maioria dos participantes do Alvorada Nova são brancos, ao passo que no grupo de afoxé são negros.<sup>11</sup> Compreendo que esse é um aspecto de suma importância nas configurações sociais, no entanto, não será tratado neste texto, fundamentalmente pelo fato de eu ter me dedicado ao grupo de maracatu e suas interações com outros grupos da região.

Durante a pesquisa, observei que o grupo de maracatu tem uma perspectiva de atuação marcada pela mobilidade sobre o território que lhe confere uma maior inserção social e exposição pública. Nesse sentido, sua prática está em sintonia com as ações e práticas culturais dos grupos de maracatu mais conhecidos e com maior tempo de atuação. Segundo um expoente da Nação Porto Rico, “hoje são muitos os que estão viajando dando oficina de maracatu. Eu estou viajando faz um mês, indo de cidade em cidade. Meu marido está em Paris para um encontro de oito grupos que tem lá” (Mestre Ana). Seguindo as ob-

---

11. Essa definição passa pela minha observação visual. Reconheço certa dificuldade em definir cor/raça sem ouvir a manifestação das pessoas abordadas. Contudo, dado o momento em que se encontra a pesquisa optei por correr o risco de uma definição apressada que pode, eventualmente, ser redefinida futuramente por meio da auto-declaração dos participantes.

servações de Ortner (2006), afirmo que “expressões como ‘cultura pública’ ou, nos termos de James Clifford, ‘cultura viajante’ (1997) dão conta dessa visão mais móvel das formas e das forças culturais” e com isso deslocam a tradição e sobrepõem novos elementos sobre esta, recriando a cultura que se inova por meio da experiência dos agentes. Em outros termos, eu afirmaria que os grupos de maracatu atuam em baseados em certos elementos das tradições, porém deslocando alguns componentes e agregando outros de diferentes origens e, nesse movimento, vão recriando novas manifestações e práticas culturais.

O grupo de maracatu Alvorada Nova tem percorrido as cidades da região fronteiriça participando de diversos eventos. Realiza suas apresentações, na maior parte das vezes, sem cachê, apenas com uma ajuda de custo. Reconhecido como ponto de cultura pelo Ministério da Cultura, recebe uma verba que exige, como contrapartida, apresentações e a realização de oficinas nas escolas da região.<sup>12</sup> Dentre suas apresentações, algumas são feitas nas cidades além dos limites fronteiriços e que, evidentemente, não constam da exigência de contrapartida por parte do ministério. Essas apresentações ocorrem após o convite de uma associação ou grupo dos países vizinhos e decididas por meio do debate entre os participantes do maracatu. De certo modo, é uma atividade espontânea do grupo marcada por certa reciprocidade com os grupos paraguaios ou argentinos. Dentre essas atividades o grupo foi convidado a se apresentar na “Primeira Festa da Cultura de Ciudad del Este”, realizada no dia 02 de maio de 2015 e organizada por um grupo de jovens paraguaios dedicados à promoção de atividades culturais na cidade.

---

12. O reconhecimento como ponto de cultura e a consequente ajuda financeira, ainda que aquém das necessidades dos grupos de cultura popular, são elementos fundamentais para a garantia da continuidade da produção e divulgação do trabalho desses grupos.

O visitante de Ciudad del Este em geral percorre as lojas de produtos eletroeletrônicos, perfumes e diferentes produtos de distintas origens em busca de um bom preço cuja revenda seja garantida com lucro ou apenas que a economia de algum dinheiro justifique a visita. Nessa parte da cidade, o burburinho entre compradores e vendedores é intenso, chegando a ser desconfortável, o tráfego é caótico e o visitante sofre todo tipo de abordagem nas ruas. Contrapondo-se às primeiras impressões sobre a cidade, vislumbra-se, após percorrer-se a zona de intenso comércio pela qual ela é conhecida e visitada, uma grande praça na qual os moradores passam seu tempo livre e desfrutam os finais de semana entre brincadeiras, jogos de futebol, piquenique com a família etc. A área impressiona pela grandiosidade, pois foi, em passado recente, o aeroporto da cidade, agora transformado em espaço de sociabilidade e lazer. Em área contígua a esta, e ainda situado na avenida principal, o visitante encontra um lago artificial com pessoas caminhando ou correndo em suas margens. Foi nesse espaço, entre o lago e a outra parte da praça, que um grupo de jovens realizou a Festa da Cultura de Ciudad del Este. Um trecho da praça foi reservado para as apresentações de *shows* de grupos locais. Nele montou-se um palco para apresentações de teatro e música. As bordas desse anfiteatro foram iluminadas com velas aromáticas colocadas dentro de arranjos feitos de cascas de laranjas ressecadas. Barracas com comidas vegetarianas ofereciam diferentes quitutes e outras comercializavam artesanatos. Pelo meio da tarde o público era quase que exclusivamente de jovens, porém, com o correr das horas, outros grupos de idade foram se agregando à festa. Se alguém procurasse uma festa paraguaia típica não a encontraria naquele lugar, marcado pela afluência de jovens com seus códigos denotando o pertencimento a diferentes grupos de estilo.

Para o grupo de maracatu chegar à festa, foi marcado um encontro entre dois jovens paraguaios, participantes do maracatu, e alguns membros do grupo em frente ao terminal de ônibus da cidade de Foz do Iguaçu. De lá partimos<sup>13</sup> em ônibus convencional para Ciudad del Leste. Ao chegar, embora a festa contasse ainda com poucos participantes, percebi a frequência mista entre brasileiros e paraguaios que conversavam, na maior parte das vezes que pude observar, em portunhol, a língua franca desse encontro e dos encontros cotidianos entre moradores dessa região de fronteira. Comentando o encontro, Augusto, morador desde os anos 1990 de Foz, disse: “aqui a gente tá vendo integração”. Referia-se à evidente interação e colaboração entre os jovens de origens distintas, estabelecendo um contraponto aos discursos oficiais acionados por ocasião dos tratados internacionais de integração dos países latino-americanos, dentre os quais o Mercado Comum do Sul — MERCOSUL. “A cultura tem esse mérito. Ela reúne as pessoas. Enquanto os caras lá em cima ficam brigando, a gente vai fazendo as coisas aqui. Eles nem fazem ideia do que rola por aqui.” (Augusto, reconstituição de caderno de campo).

Ocorreram apresentações de teatro e música. Uma peça foi encenada remetendo à “Grande Guerra” entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.<sup>14</sup> Grupos de rock das duas cidades se apresentaram, bem como de música folclórica paraguaia. Com a chegada da

---

13. Desde os meus primeiros contatos com o Maracatu Alvorada Nova, eu passei a acompanhar os ensaios do grupo com vista a realizar uma etnografia desta prática cultural. Seguindo os preceitos da etnografia, eu buscava um olhar *de perto e dentro* (MAGNANI, 2002). Em pouco tempo, eu passei a integrar o grupo de batuqueiros do maracatu ao aceitar o convite do mestre do grupo para tocar caixa. Desse modo, eu não me limitei a acompanhar o grupo na qualidade de investigador, mas me integrei às suas dinâmicas como um membro. Compreendo que esta imersão na vida do grupo foi fundamental para a realização da etnografia.

14. A historiografia paraguaia refere-se à guerra movida pela tríplice aliança contra seu país de a Grande Guerra. Da qual, eles dizem ainda não terem se recuperado.

noite, o grupo de maracatu se apresentou. Ao soar os tambores, pessoas que estavam nas imediações e bordas da praça, acompanhando o evento a certa distância, se juntaram à festa. As mulheres que tocam agbê no maracatu colocaram-se perfiladas na frente do grupo. Vestidas com saias coloridas e rodadas e girando ao tocarem o instrumento imprimiam à apresentação uma “marca brasileira”: o “gingado”, a “malemolência” corporal e certa “sensualidade”.<sup>15</sup> Um jovem paraguaio tocava o gonguê marcando o tempo das execuções. Nas caixas, nós dávamos o ritmo da música ao passo que as alfaias, divididas entre brasileiros e paraguaios, tomavam o ambiente com sua sonoridade grave.<sup>16</sup> Muitos com suas cuias de chimarrão ou tererê iniciavam os primeiros passos dançando ao som do ritmo pernambucano. Um dos organizadores do encontro manifestava sua satisfação afirmando: “olha que coisa linda. Temos que fazer mais vezes. O maracatu vir para cá é sensacional. Veja como as pessoas curtem” (Pablo).

No mês de outubro de 2015, o mesmo grupo de jovens organizou a Festa Arapoty (primavera), ocupando outro ponto da praça. O teor da festa era “brindar a chegada da primavera com um encontro entre pessoas para compartilharem atividades saudáveis, comidas saudáveis visando à construção de um mundo são”. Segundo o informativo Artes y Espetáculos:

---

15. Adoto propositalmente certos estereótipos impingidos à mulher brasileira por ter ouvido manifestações nesse sentido no local acompanhadas das expressões “muy buena”, “muy garbosa”.

16. O agbê é um chocalho feito de uma grande cabaça recoberta de contas. Tocado por meio do balanço das duas mãos em oposição. O gonguê é semelhante a um sino ou agogô e é percutido com uma baqueta marcando o compasso das músicas. As caixas são mais conhecidas por serem usadas em fanfarras, escolas de samba e compor a bateria. As alfaias são o diferencial do maracatu no que tange aos tipos de instrumentos. Trata-se de grandes tambores percutidos com duas baquetas.



Fotos da apresentação do grupo  
Maracatu Alvorada Nova em Ciudad del Este  
Fotógrafo: João Otavio Lourenço.

El evento será artístico, cultural y educativo. Habrá música en vivo, clases de yoga, danza, feria de comidas vegetarianas, jugo de frutas, adopción de animales y entrega de plantines de especie nativa. El grupo Maracatu Alvorada Nova, de Foz de Yguazú, Brasil, será uno de los principales atractivos, además se prevé, danza y exposición nativa de los Maka.

Mais uma vez a alimentação da festa foi vegetariana ou vegana. A introdução da alimentação vegetariana estabelece um contraponto de destaque aos hábitos alimentares tradicionais da região marcados pela presença da carne bovina, em especial a costela assada acompanhada de mate ou cerveja. Os participantes puderam praticar ioga e pilates, assistir a apresentações musicais, comprar artesanatos etc. O grupo de maracatu foi anunciado como a principal atração vinda do Brasil. As expectativas em torno dessa “atração vinda do Brasil” podem reverberar toda uma estereotipia já observada no encontro anterior e que põem em diálogo e tensão os marcadores sociais de cada grupo nacional.

Como ocorre em todos os seus encontros, ao final de sua apresentação nesse evento, o grupo de maracatu fez um círculo composto por seus batuqueiros, entrelaçando os braços sobre os ombros uns dos outros. Os participantes da feira foram convidados a se reunirem ao grupo: “venham para o axé”, interpelavam os membros do grupo aos participantes da Festa Arapoty. Muitos atenderam ao chamado juntando-se ao grupo. Agradecimentos pela presença por parte dos organizadores e pelo convite por parte dos batuqueiros e seu mestre foram a tônica desse momento em uma demonstração de gratidão e reciprocidade entre as partes. Em dado momento, uma participante da roda pediu “um axé para essa fronteira que não tem fronteiras”. Todos gritaram axé e alguém bradou “todos nós somos o mesmo povo”. Havia certa emoção no contato entre as pessoas, muitos agradecimen-

tos, de um lado, pelo convite a participar e, do outro, por ter aceitado se apresentar. Penso no acionamento de uma relação baseada em uma economia do dom, na qual prevalece a troca simbólica sem a mediação do ganho pecuniário ou do lucro. Soledad, moradora de Ciudad del Este afirma, muito emocionada, que “foi linda a presença de vocês aqui na nossa cidade. Cria um clima diferente entre as pessoas, diferente do dia a dia da cidade e do tipo relação que as pessoas têm”. Como desdobramento desses encontros, um membro do Alvorada Nova reuniu um grupo de brasileiros e paraguaios e fundou um grupo de maracatu em Ciudad del Este que teve uma vida insipiente. Porém, esse grupo deu origem a outro voltado para a dança de temas musicais brasileiros como o axé, samba e ritmos carnavalescos.

As mesmas dinâmicas foram observadas em encontros e nos carnavais na cidade de Puerto Iguassu, reunindo os membros do maracatu e do grupo La Barcasa, coletivo de jovens argentinos devotados a diferentes práticas culturais. Nos encontros desses grupos assiste-se à troca de componentes rítmicos e a elaboração de novas sonoridades nos ensaios conjuntos e apresentações. Visitando o Barracão os membros do La Barcasa participam dos ensaios de maracatu, das festas organizadas para arrecadar dinheiro, aprendem o manejo dos instrumentos do maracatu e mesclam o aprendido aos ritmos argentinos. “A gente aprende muito com essas trocas. La Barcasa tem crescido muito com o maracatu. Nós aprendemos muitas coisas que não sabíamos”, afirma Juarez, organizador do grupo argentino. No carnaval de 2016, o grupo de maracatu Alvorada Nova participou da apresentação do La Barcasa. Para isso acontecer, foram necessários vários dias de ensaio e o acoplamento dos ritmos musicais brasileiros aos temas do carnaval argentino. Mais especificamente, trabalhou-se nos ensaios o tema do cancionero popular argentino denominado Selva Noche Luna. Em



2017 e 2018, repetiu-se a apresentação e o La Barcasa apresentou seus temas no carnaval de Foz do Iguaçu acompanhado do Alvorada Nova.



Apresentação conjunta do grupo Alvorada Nova e do La Barcasa no carnaval de Foz do Iguaçu em 2018.

As ações empreendidas pelo grupo de maracatu Alvorada Nova desdobraram-se do lado brasileiro da fronteira em três novos grupos: o grupo Kaburé — filiado à nação Leão Dourado; o Maracatu Mulher — cuja inspiração é o grupo Maracatu Encanto do Pina, vinculado à Nação Porto Rico; e o Maracatu Jovem — grupo formado com estudantes que participaram de oficinas realizadas nas escolas da cidade pelos membros do Alvorada Nova. Observo, assim, que essa prática cultural vem se disseminando pela região, seja para além das fronteiras brasileiras ou em seu próprio território. Os jovens argentinos e paraguaios manifestam certa reverência à musicalidade dos brasileiros e tentam reproduzir ritmos e performances. “Melhorou muito. Desde que o pessoal do maracatu veio pros ensaios, La Barcasa cresceu, o pessoal toca melhor. Estão aprendendo o batuque brasileiro”, afirma Angelita. “Agora nós somos uma coisa só. Estamos unidos. (diz Juarez entrelaçando os dedos das mãos) La Barcasa e Alvorada Nova é o mesmo povo”.

## Considerações finais

Diferentes aspectos da região de fronteira abordados neste artigo podem suscitar pesquisas seguindo uma nova orientação que desponta nos trabalhos sobre fronteiras, embora eu não os tenha referido nestes termos quando busquei descrever de forma sucinta algumas características da região e de seus moradores. Os distintos aspectos da região de fronteira, em especial seu cotidiano, a sociabilidade local e os modos de vida de seus habitantes, sinalizam uma agenda de pesquisa ainda por ser desenvolvida com a participação de um número maior de pesquisadores, universidades e o apoio de agências de fomento.<sup>17</sup> Este trabalho insere-se nesta nova perspectiva cujo esforço é compreender as dinâmicas de sociabilidade na região de fronteira.

Tarius (2002) e Ribeiro (2010) discutem o fenômeno da globalização apontando a existência de uma globalização por baixo, parte constituinte da globalização. Esta seria constituída, também, pela ação de pequenos atravessadores, comerciantes de pequeno porte, sacoleiros etc., numa miríade de atividades que possibilitam a circulação de mercadorias em uma dinâmica “subterrânea”, abaixo das normas comerciais, porém não alheias à lógica da circulação capitalista de mercadoria, bens e pessoas. Ribeiro (2010) sinaliza a existência de uma “globalização popular” que faz circular uma gama de produtos de diferentes origens para os mais diversos destinos. Essa globalização popular tem um de seus espaços locais em Ciudad del Este cuja principal atividade comercial foi durante anos o comércio voltado a suprir os sacoleiros e pequenos comerciantes em busca de produtos eletroeletrônicos originais ou pirateados para serem vendidos nas cidades brasileiras. Este fenômeno se inseriu no discurso oficial das cidades, e em especial na

---

17. Cardin e Albuquerque (2018) apontam essa nova perspectiva nos estudos sobre fronteira.

cidade de Foz do Iguaçu, como “turismo de compras”, mobilizando uma série de serviços e contribuindo, nos anos 1980/90, para a expansão da rede hoteleira e de serviços.

Dinâmica semelhante à globalização por baixo ocorre com os processos de integração latino-americana cujo maior expoente tem sido os acordos firmados no âmbito do MERCOSUL entre os Estados. Ao observar as ações desenvolvidas pelo grupo de jovens abordados neste trabalho, percebi diferentes ordens de fatores que se articulam nesta zona de fronteira, constituindo um contexto sociocultural peculiar. De um lado, observo um processo de “integração por baixo” levado a cabo pelas ações e deslocamentos de diferentes grupos sociais. De outro, percebo certa centralidade das práticas culturais desenvolvidas pelos jovens da região de fronteira nesse processo de “integração por baixo”. No caso específico das práticas culturais juvenis aqui observadas, é estabelecido um discurso contra-hegemônico baseado na valorização da região de fronteira como território de pertencimento e realizações simbólicas e materiais. Discurso que muitas vezes nega a fronteira anunciando “que somos um só povo”.

Nos depoimentos observados em campo, é recorrente a afirmação da inexistência de fronteiras entre os moradores dos países que compõem a tríplice fronteira. No âmbito das interações entre os jovens que acompanhei, busquei referências genéricas e globais das culturas pop e juvenil nas quais se estabelecem suas identificações a grupos de estilo juvenis acopladas aos elementos que compõem as diferenças baseadas nas nacionalidades e a provável apropriação e redefinição na esfera das práticas culturais do discurso da integração. Deste acoplamento emerge uma noção de pertencimento a um território específico sem fronteiras. “Viva a tríplice fronteira sem fronteiras” é uma expressão lançada recorrentemente nas festas e reuniões desse grupo de

jovens.



Grupo Maracatu Alvorada Nova atravessando  
a fronteira com a Argentina (2016)

Foto de João Otávio Lourenço.

Desse modo, nos marcos das práticas culturais exercidas por esses grupos juvenis na região de fronteira, cabe pensar o espaço das práticas culturais como um lugar de anunciação (BHABHA, 2005) de novas formas de relações sociais e da criação de formas inusitadas e inesperadas de intercâmbio na dimensão das trocas simbólicas. Ao acompanhar os jovens em minha etnografia pela região, observo processos de integração que ocorrem por meio de deslocamentos físicos e simbólicos que enfatizam as semelhanças sem deixar de delinear as diferenciações entre os jovens. Esse processo se desenvolve no âmbito das cidades e dos eventos organizados pelas juventudes locais instituindo circuitos e trajetos orientados pelas práticas culturais e de lazer. Evidentemente, há outros elementos que constituem diferentes circuitos e trajetos. Como referido, o mundo do trabalho mobiliza um número expressivo de pessoas transpondo as fronteiras de lado a lado na região. O que parece ser inovador nas relações sociais nessa região são os deslocamentos orientados pelas práticas culturais juvenis.

As práticas culturais são ações coletivas realizadas de maneira es-

pontânea, nos momentos de tempo livre, envolvendo, via de regra, muito trabalho voluntário. Essas práticas se amparam em uma proposição discursiva que enfatiza o pertencimento e a valorização da vida na região de fronteira que, hipoteticamente, pode transbordar os limites dos grupos juvenis. “Nós temos muitas coisas pra fazer aqui no Paraguai. São mais de trinta anos do partido Colorado e de ditadura que estão presentes em todos os lugares. Por isso precisamos unir forças com todos, sejam paraguaios, brasileiros e argentinos e mudar as coisas. Inclusive entre a gente” (Alejandro).

Assim propugna-se a favor da agricultura familiar e de “uma alimentação sã para uma vida sã” em oposição à monocultura característica da região, aventam-se novas formas de interação entre os grupos, difunde-se o debate sobre sexualidade e gênero, bem como os elementos da cultura negra também são difundidos, dentre outros aspectos. Essas diferentes frentes de atuação desses jovens possibilitam a elaboração e difusão de práticas culturais que agregam jovens de diversas origens e pertencimentos sociais. Tais práticas culturais não eliminam as diferenças entre os membros dos grupos, mas lidam com as tensões entre os diferentes pertencimentos e inauguram uma perspectiva de uma ação juvenil transfronteiriça.

As práticas culturais juvenis observadas na região, em especial as de matriz negra, podem estar instituindo novos contextos ao transitar por fronteiras sociais, culturais e políticas. O maracatu, especificamente, enquanto prática cultural que transborda seu local de origem e por consequência suas fronteiras, pode ser visto “como algo que se desdobra e que é apropriado de maneiras muito mais variáveis do que se supunha ser o caso da cultura em sentido clássico.” (ORTNER, 2006).

Posso afirmar que, compondo essas ações, as práticas e as relações

estabelecidas por meio do maracatu promovem certa sobreposição de pertencimentos às nações. Tanto aquelas que são definidas pelos Estados-nação como as que se delimitam nos marcos das identidades que compõem o universo dos maracatus. O maracatu, manifestação típica da cultura pernambucana, ao sofrer um processo de desterritorialização por meio da ação de seus membros, reterritorializa-se sob diferentes configurações sociais na região de fronteira, recriando-se como componente das práticas culturais de origem popular. Vincular-se aos agrupamentos com alguma identificação aos grupos de maracatu define uma nova “territorialidade existencial”<sup>18</sup> (GUATTARI, 1992) para esses jovens. Cabe observar que, frente a uma noção de território e identidade (neste caso, região de fronteira) que antecede as práticas dos sujeitos, os jovens envolvidos nas interações do grupo de maracatu e, por consequência, com certa identificação com essa — e provavelmente outras manifestações da cultura afro-brasileira — redefinem esse território e seus limites culturais.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ALBUQUERQUE, J. L. C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BHABHA, H. *O lugar da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. *Fronteiras e deslocamentos*.

---

18. A noção de “território existencial” envolve espaços construídos com elementos materiais e afetivos apropriados e/ou agenciados de forma expressiva que resultam na constituição de lugares para viver.

*Revista Brasileira de Sociologia SBS*. v. 6, n. 12, 2018.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. Capítulo VII — Caminhadas pela cidade; Capítulo IX – Relatos de espaço.

DIEGUES, Douglas *et alli*. Karta-Manifesto-del-Amor-Amor-em-Portunhol-Selvagem. *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2008. Disponível em: [oglobo.globo.com](http://oglobo.globo.com). Acesso em: 25 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Bichos paraguaios: mitologia popular paraguaiá recriada em portunhol selvagem por Douglas Diegues com mucho esperma y sangre du corazon*. 2006. Disponível em: <http://www.bichosparaguaios.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 out. 2015.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

GARCIA CANCLINI, N. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2011.

GLISSANT, É. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALL, H. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteira, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional. *MANA*, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, Bruna, M. de. (Orgs.). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSPFAPESP, 2000.

MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação ou De como os Baloma de Kiriwana pode reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Ed.

UNESP- Ed. Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. *RBCS*, v. 17, n° 49, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n. 32, 198 p. 129-156, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

\_\_\_\_\_. Circuito: proposta de delimitação da categoria. São Paulo, 2014 (no prelo).

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. *La Tríplice Frontera: globalización y construcción social del espacio*. Buenos Aires: Miño y Davila, 2006.

ORTNER, S. B. Uma atualização da teoria da prática. Conferência proferida na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiana, 2006.

POZZO, A. O. Paraguay y sus fronteras: apuntes sobre culturas em movimento em territórios que se reconfiguram. In: PEREIRA, D. A. (Org.). *Cartografias imaginárias da Tríplice Fronteira*. São Paulo: Dobra Editorial, 2014.

RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74., p. 21-38, 2010.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, C. S. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SPOSITO, M. P. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

TARRIUS, A. *La mondialisation par le bas. Les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Edition Ballande, 2002.



**Resumo:**

Este trabalho baseia-se em uma pesquisa realizada na região da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai, Argentina), na qual são abordadas as interações de grupos juvenis. Articulando os temas juventude, cidades e fronteiras, o trabalho visa a contribuir para o entendimento das práticas culturais juvenis que se desenvolvem nessa região. O artigo apresenta a etnografia de um grupo de maracatu sediado em Foz do Iguaçu apontando seus deslocamentos para Ciudad del Este e Puerto Iguassu, cidades que compõem a região, bem como de jovens argentinos e paraguaios que atravessam a fronteira para participarem dos ensaios e apresentações do grupo. A etnografia sinaliza que as interações culturais entre esses jovens redefinem os trajetos na região e, por meio de processos de integração, sobreposições, deslocamentos e conflitos, instituem diferentes marcos nas fronteiras entre os três países.

**Palavras-chave:** Juventude; Práticas Culturais; Fronteiras; Etnografia.

**Abstract:**

This work is based on a research carried out in the region of the “triple border” (Brazil, Paraguay, and Argentina) in which the interactions of youth groups were approached. Articulating themes such as youth, cities, and borders, the work aims to contribute to the understanding of youth cultural practices that are developed in this region. The article presents the ethnography of a group of maracatu based in Foz do Iguaçu, pointing out their displacement to Ciudad del Este and Puerto Iguassu, cities that are part of this region, as well as the journeys travelled by Argentine and Paraguayan youth people who cross the border to participate in the group’s rehearsals and presentations. The ethnography indicates that the cultural interactions between these young people redefine the paths in the region, and through integration processes, overlappings, displacements and conflicts they establish different milestones on the borders between these three countries.

**Keywords:** Youth; Cultural Practices; Borders; Ethnography.

Recebido para publicação em 09/05/2018.

Aceito em 15/07/2018.

# **Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR)**

**André Luiz Faisting**

Universidade Federal da Grande Dourados

faisting@uol.com.br

## **Introdução**

Desde fins da década de 1970 o crime e a violência vêm chamando a atenção dos cientistas sociais brasileiros, criando um amplo campo de estudos desses fenômenos no Brasil<sup>1</sup>. Mais recentemente, contudo,

---

1. Ao recuperar as contribuições de balanços anteriores que avaliaram tendências teóricas, conceituais, metodológicas e temáticas desde a década de 1970, Barreira e Adorno (2010) argumentam que a partir do ano 2000 mantiveram-se, em geral, os mesmos recortes temáticos e preocupações teórico-metodológicas, e apontam o crescimento, adensamento e abertura de frentes de investigação que permitiram a criação de uma “tradição” de estudos sobre violência na sociedade brasileira, com múltiplos recortes: mercado, cooperação e conflito, classes e hierarquias sociais, política, poder e governabilidade, controle social, cultura, representações sociais e imaginário. Assim, as distintas conexões entre narrativas e fatos, entre constatações e explicações, entre experiência vivida e mundo normativo, tornam o tema da violência um lugar privilegiado para pensar a sociedade brasileira atual. (BARREIRA e ADORNO, 2010, p. 334).

tem sido forte o interesse acadêmico em compreender as possíveis mudanças no perfil da criminalidade e da violência, sobretudo em relação ao chamado “crime organizado” no contexto da globalização. Dentro de um cenário mais amplo, portanto, pelo menos dois novos desafios têm se colocado aos pesquisadores desse campo de estudos e pesquisas. O primeiro é avançar no conhecimento sobre as conexões da violência com uma nova configuração da ocupação urbana nas periferias das grandes e médias cidades, onde se estabelece novos vínculos societários e relações precárias de trabalho, que introduzem um contingente substancial de pessoas tanto no mercado informal quanto nas práticas do “crime organizado”. O segundo desafio está relacionado aos estudos de fronteiras e, de certa forma, também se relaciona com o primeiro desafio que foi pensado, em princípio, como um “problema” apenas das metrópoles urbanas. Como argumenta Hirata (2015, p. 30):

O “efeito bumerangue” faz os ilícitos transfronteiriços entrarem em ressonância com a representação da violência urbana, que associa e reduz a área da segurança pública nas grandes metrópoles ao combate militarizado dos mercados das drogas. Nas últimas décadas, as políticas de guerra às drogas parecem ter se deslocado com grande rapidez para as fronteiras, na medida em que essas são vistas como os locais de proveniência dessas mercadorias em direção às grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Para entender esse trânsito entre cidades e fronteiras é preciso estar atento a uma sobreposição de dinâmicas antigas e recentes que produzem um hibridismo entre as áreas da segurança pública e da defesa nacional.

Com efeito, tanto as práticas ligadas à aquisição de mercadorias ilegais quanto à sua gestão por parte das autoridades locais e federais também são fenômenos que caracterizam os espaços de fronteiras. Embora estejam se referindo à criminalidade violenta nos grandes centros urbanos, Barreira e Adorno (2010, p. 343) argumentam que

não é possível refletir sobre a violência contemporânea sem considerar sua presença em outras regiões do País e, de forma especial, nas regiões de fronteira. Assim, defendem que “no estágio atual, é impossível uma visão do território nacional como um todo, o que nos permitiria melhor entender fenômenos contemporâneos como o fluxo de migrantes, mercadorias e capitais nas fronteiras”.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a importância dos estudos sobre fronteiras tanto no que diz respeito às suas configurações históricas e geopolíticas quanto em suas dimensões socioeconômicas e culturais. Numa perspectiva sociológica, portanto, deve se considerar as múltiplas formas de sociabilidades nos espaços de fronteiras, marcadas ou não por conflitos, crime e violência. Como destacam Cardin e Albuquerque (2018, p. 119-120):

A fronteira como lugar é um espaço intercultural de produção de identidades, alteridades, estereótipos e formas de discriminação, mas também de convivências, relações de parentescos, trocas culturais e simbólicas variadas com os vizinhos imediatos e com outros grupos étnicos e nacionais que vivem nessas cidades fronteiriças. Associados a essa dimensão de identidade e alteridade, estes lugares são repletos de memórias, narrativas e sentimentos de seus habitantes marcados pelos tempos heterogêneos da experiência fronteiriça.

Seja qual for a perspectiva adotada, importa ressaltar que cerca de 11 milhões de pessoas vivem hoje na faixa de fronteira do Brasil, distribuídas de forma desigual ao longo de mais de 16 mil quilômetros, o que coloca não apenas o problema das “ameaças externas”, mas também as dinâmicas do fluxo de mercadorias e de pessoas nessas regiões. Não por acaso esse fenômeno representa hoje uma das principais preocupações dos governos de vários países, e dessa forma também tem sido objeto de formulação e aplicação de políticas públicas na área de segurança. Ou seja, “se em um pequeno espaço de fronteira um

controle e fiscalização nunca se concretizam totalmente, imagine-se então quão enganosa é a representação de um controle efetivo ou completo da fronteira brasileira”. (NEVES, *et. al.*, 2016, p. 22).

Foi dentro dessa carência de pesquisas sobre as fronteiras brasileiras que participamos, em 2013, de uma pesquisa nacional sobre segurança pública nas fronteiras. A justificativa para esse diagnóstico, financiado pelo Ministério da Justiça, se deu justamente pelo reconhecimento de que havia uma grande lacuna de informações qualificadas sobre as dinâmicas de criminalidade locais e sobre as especificidades sociais, econômicas e culturais nessas regiões<sup>2</sup>. Como desdobramento desse diagnóstico nacional também realizamos, em 2016, uma pesquisa sobre a região da Grande Dourados, aprofundando os dados qualitativos nos municípios dessa região que não foram cobertos pela pesquisa nacional<sup>3</sup>. Nesse percurso estamos desenvolvendo, atualmente, um estudo comparativo entre as regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense, tendo como foco as representações da violência (re)produzidas pela imprensa local nessas duas regiões. O

---

2. A pesquisa foi uma iniciativa do Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), e se deu em duas frentes: “Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico das Fronteiras”, coordenado pelo grupo de pesquisa RETIS, e “Segurança Pública nas Fronteiras”, coordenado pelo grupo de pesquisa NECVU, ambos da UFRJ. Apesar de o levantamento ter ocorrido ao longo de 2013, os relatórios finais só foram publicados no final de 2016, cujos resultados disponibilizaram uma quantidade substantiva de dados quantitativos e qualitativos sobre todos os municípios localizados nas regiões de fronteira do Brasil, o que tem permitido cruzar informações e contrastar perspectivas a partir de outras pesquisas.

3. Projeto “*Violência na Fronteira: representações sociais e políticas públicas na região da Grande Dourados, MS*”, (CNPq — Edital 043/2013). Além Dourados foram pesquisados os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante e Vicentina. A pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas em profundidade com profissionais da área de justiça, segurança, educação, saúde e representantes de movimentos sociais. Não foi realizado o levantamento das representações da violência por meio da imprensa local, sendo esse um dos objetivos da pesquisa mais recente que estamos desenvolvendo.

objetivo desse artigo é apresentar parte dos resultados e dos diálogos entre esses diferentes estudos e pesquisas que temos empreendido nos últimos anos, com destaque para a atual pesquisa sobre as representações da violência por meio da imprensa local.

## **Representações Sociais, Violências e Fronteiras**

Partindo das experiências de pesquisa relatadas acima, passamos a reconhecer cada vez mais a importância do enfoque nas diferentes representações da violência na fronteira. Ou seja, para além da materialidade da violência e das formas de controle e gestão dos chamados “ilegalismos” de fronteira, é importante considerar a forma como tais fenômenos são percebidos, interpretados e reproduzidos por pessoas e grupos que, efetivamente, vivem e atuam nessas regiões, consideradas em suas diversidades profissional, socioeconômica, étnica e cultural. Nesse sentido, recorreremos novamente a Cardin e Albuquerque (2018, p. 126) que argumentam:

Pesquisar as fronteiras é abordar o mundo por meio da janela fronteira do conhecimento, ou seja, abrir um horizonte de investigação onde possamos construir outros caminhos teóricos e metodológicos e pensar os grandes temas das Ciências Sociais — Estado-Nação, nacionalismo, soberania, alteridade, território, sociedade e cultura, entre outros, a partir de situações fronteiriças específicas [...]. Nesse sentido, a reflexão sobre as regiões transfronteiriças pode incorporar essas análises críticas ao denominado nacionalismo metodológico a partir das experiências cotidianas dos moradores que vivem em regiões situadas entre Estados nacionais.

Importa ressaltar, portanto, que a violência nas fronteiras não pode ser analisada apenas em termos de sua objetividade e dos indicadores quantitativos como homicídios e outros tipos de crimes, por mais importantes que esses sejam. A violência é, também, o que se representa

como violência, e a fronteira é, também, o que se representa como fronteira.

Assim, partimos da concepção de fronteira para além de sua dimensão física, de limites e divisas, mas como território marcado por sociabilidades variadas, conflitivas ou não, como espaço dinâmico de múltiplas faces, encontros e desencontros. Como argumenta Albuquerque (2010, p. 42), “alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteiriços e outros são específicos de uma dada configuração social”. Assim, nessa pesquisa buscamos identificar e comparar, em termos das representações da violência, quais são as especificidades das duas regiões. Daí a importância em apreender, ainda que brevemente, o referencial da Teoria das Representações Sociais e, dentro dela, a vertente das representações sociais da violência.

Para Porto (2010, p. 67) “os vários enfoques a partir dos quais o fenômeno da violência tem sido abordado, aquele centrado na análise das representações sociais não tem merecido estatuto privilegiado na sociologia”. Pensar em fenômenos como a violência na contemporaneidade significa pensar o problema da fragmentação, da identidade e da diversidade.

Estamos em presença de um social heterogêneo, no qual nem indivíduos nem grupos parecem reconhecer valores coletivos. Esse contexto dá origem a múltiplos arranjos societários, a múltiplas lógicas de condutas. Predominando tal situação, é válido falar em sociedade fragmentada, plural, diferenciada, heterogênea, tanto no âmbito material — das organizações e dos movimentos sociais — quanto do simbólico, no qual diferentes sistemas de valores vivem e convivem de forma mais ou menos autônoma [...] Sociedades nas quais prevalecem tais situações são passíveis de múltiplas lógicas de ação, organização e reorganização do espaço social e de múltiplos recursos de atuação, entre os quais figura, ou pode figurar, o da vio-



lência [...] os meios de massa, se não diretamente responsáveis pela aumento da violência e da criminalidade, seriam, pelo menos, um canal de estruturação de sociabilidades violentas. (PORTO, 2002, p. 158-160)

Assim, não há como avançar no conhecimento de uma determinada realidade social sem que busquemos compreender como essa realidade é percebida e reproduzida pelos diferentes segmentos que a vivenciam. Para Jodelet (2001), as representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. (JODELET, 2001, *apud* PORTO, 2010, p. 66). A depender de como são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem também justificar e orientar políticas públicas.

No que se refere à articulação entre fronteira, violência e segurança pública, portanto, destacamos um tipo de caracterização da fronteira que tem sido comum entre profissionais e pesquisadores: a ideia de fronteira como um “espaço-problema”. Se é com base nessa representação que as políticas públicas de segurança são formuladas por autoridades que, na maioria dos casos, não vivem nem atuam nas fronteiras, tal constatação torna-se uma questão fundamental para compreender essas representações.

Do ponto de vista das políticas públicas brasileiras, um dos “problemas” associados às fronteiras que vem ganhando proeminência nas últimas décadas é a segurança pública. Pensada, sobretudo, como uma questão cujo centro são os chamados “ilícitos transfronteiriços”, tal categoria associa a insegurança nas fronteiras a certos circuitos mercantis, sobretudo o tráfico de drogas ilícitas, o tráfico de pessoas e o contrabando de produtos informais, assim como as suas conexões reais ou imaginárias com os grandes centros urbanos brasileiros. (HIRATA, 2015, p. 30)

Nessa perspectiva das representações da fronteira como “espaço-problema”, em uma publicação onde ressaltam a ambivalência característica das “conexões (trans)fronteiriças” permeadas pela mídia, Silveira e Guimarães (2016) também apontam os aspectos prestigiados pela mídia nas relações (trans)fronteiriças, quais sejam, contrabando de mercadorias e de armas, narcotráfico, exploração de recursos naturais, populações camponesas e indígenas, segurança, defesa, controle, dominação e hegemonia nas fronteiras. Segundo as autoras,

São todos temas candentes que desfrutam da fortuna midiática, expondo a debilidade de todos aqueles que habitam as fronteiras ou por elas transitam. Um aprofundamento das condições de noticiabilidade em termos técnicos aporta como os valores-notícia dos crimes de descaminho podem estar a serviço de políticas diversas, como aquelas atinentes às relações internas (reforma agrária e reservas indígenas) ou internacionais, inerentes aos modelos de Estado e de gestão da segurança pública e defesa nacional. (SILVEIRA e GUIMARÃES, 2016, p. 11).

Nesse contexto, caracterizado por representações da fronteira que alimentam as proposições de políticas públicas de segurança, é importante destacar que “será parcial a abordagem de violência que se ativer aos chamados ‘dados objetivos’ sem incorporar, além dos fatos e das estatísticas, a subjetividade das representações sociais, orientadoras de conduta”. (PORTO, 2009, p. 218). Se considerarmos as representações sociais como matéria-prima do “fazer sociológico” e, portanto, um dado a ser considerado por quem elabora políticas públicas de segurança, o fato importaria tanto quanto sua versão, pois ambos constituem parte da definição do que é violência. Assim, entender por que a imprensa (re)produz certas representações sobre violência e segurança pública nas regiões de fronteira pode revelar-se mais pertinente do que tentar desmentir ou confirmar essas representações.

Além disso, podemos destacar a pertinência da explicação sociológica da violência via representações sociais tanto por parte dos agentes da violência, na medida em que as representações “justificam e orientaram as práticas dos atores sociais”, como dos formuladores de políticas públicas de segurança. A explicação da violência movimenta-se dentro dessa rede complexa de significações. E para compreender as bases de tais representações, ainda é ilustrativo o estudo de Caldeira (2000), na medida em que contribui para entender como nossa herança autoritária permanece presente nas mentalidades e nas representações da violência.

Para a autora, é nas conversas diárias sobre o fenômeno da violência que normalmente se desenvolve a chamada “fala do crime”. Através desta forma de discurso é possível a apreensão de categorias que, concomitantemente, geram formas de conhecimento e “desreconhecimento”. Esses, por sua vez, justificam termos depreciativos utilizados contra determinados grupos, classificando simbolicamente o mundo. Pensando nas representações sociais difundidas pela mídia, é ímpar reconhecer como a “fala do crime” se encontra com o senso comum e com as manifestações populares sobre crime e violência, contribuindo, dessa forma, para a proliferação da violência num contexto de crítica às instituições de controle da lei e da ordem, por um lado, ou pela legitimação de reações privadas ou ilegais, por outro.

A fala do crime — ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que tem o crime e o medo como tema — é contagiante [...]. A fala do crime é também fragmentada e repetitiva. Elas surgem nas mais variadas interações, pontuando-as, repetindo a mesma história ou variações da mesma história, comumente usando apenas alguns recursos narrativos [...]. A fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. (CALDEIRA, 2000, p. 27)

Importa ressaltar que, independente de falsas ou verdadeiras, essas ideias constituem o imaginário popular e influenciam, assim, as condutas sociais. Como argumenta Porto (2009, p. 215), “ditados, provérbios, valores e crenças inseridos nessas afirmações formam o conteúdo por excelência do que chamamos representações”. Além disso, “afirma-se a relevância de centrar o foco da compreensão nos indivíduos, sem desconhecer que eles não pairam no ar: movem-se e movem suas práticas sociais em contextos específicos”. (PORTO, 2010, p. 84). Este contexto específico, em nosso caso, pode ser traduzido como a fronteira propriamente dita, que também pode ser analisada em sua dupla dimensão: ela mesma como representação social, e como território onde a violência se manifesta de maneira concreta e objetiva.

Ao refletir sobre as razões pelas quais a maioria das imagens sobre a fronteira aponta para uma estreita relação entre fronteira e violência, Goettert (2013, p. 18) argumenta que essas imagens não têm origem recente.

A análise de um conjunto de construções históricas tende a apontar que essa ideologia resulta de camadas superpostas de relações projetadas sobre a fronteira, desde a construção de representações e imagens no processo de expansão territorial, demográfica e econômica a partir dos séculos XVII e XVIII, passando pelo território dos ‘coronéis e bandidos’, entre o último quartel do século XIX e primeira metade do século XX, à produção de imagens (como as cartográficas) e informações midiáticas nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Assim, cabe ressaltar não apenas a importância das diferentes representações da fronteira, mas também das representações da violência na fronteira e, dentre essas, aquelas (re)produzidas pela imprensa local. Nesse sentido, destacamos o estudo de Kleinschmitt (2016) que,

ao analisar as representações das letalidades na Tríplice Fronteira e de buscar entender como essas representações influenciam na formulação das políticas de controle e como são percebidas pelos moradores das periferias, ressalta que muitos dados produzidos pela polícia geralmente são publicados pelos jornais sem possibilidade de debates ou críticas.

Os representantes das forças culturais dominantes da Tríplice Fronteira produzem e reproduzem notícias interessadas. A forma como se produz a notícia, sem análise crítica de especialistas e com meras reproduções factuais, contribui para a construção de um imaginário local que relaciona as mortes violentas à fronteira e à dinâmica das práticas ilícitas de caráter transnacional, no caso brasileiro. Disso resulta a representação de que o tráfico, o contrabando e o descamiinho — vindos do Paraguai — geram os acertos de contas e as disputas por portos, elevando as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu. (KLEINSCHMITT, 2016, p. 108).

Albuquerque também apresenta a fronteira do Brasil com o Paraguai de um modo menos dualista, tendo como horizonte a vivência cotidiana dos atores, o hibridismo linguístico e a metamorfose de identidades como exemplos.

A região das fronteiras brasiguaias é um espaço social singular, difícil de ser compreendido a partir dos lugares centrais da nação brasileira e paraguaia. As fronteiras dessa experiência migratória são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Dessa forma, há uma disputa e uma confluência de nacionalidades nesse território fronteiriço onde se configuram novas frentes de expansão capitalista e migrações fronteiriças produtoras de identidades, alteridades, diferenças, hibridismos, conflito e integração no campo de poder das fronteiras econômicas, políticas, culturais e linguísticas (ALBUQUERQUE, 2010, p. 588)

Em estudo sobre o perfil de adolescentes vítimas de homicídios em

Foz do Iguaçu, Cardin (2013b, p. 155) também aponta que “as dinâmicas próprias de uma fronteira desigual fomentam um contexto fundamental no entendimento da violência”. Ao mesmo tempo, o autor constatou em suas pesquisas que os próprios familiares de jovens vítimas de homicídios não consideram a desigualdade socioeconômica um fator determinante da violência, o que aponta para a diversidade de representações da violência em regiões de fronteira.

Quando os entrevistados foram indagados sobre o que poderia ter sido feito para evitar o ocorrido nenhum dos depoentes assinalaram para o aumento ou melhoria na segurança pública, muito menos para questões vinculadas ao mercado de trabalho e ao modelo de desenvolvimento econômico adotado na região. De modo geral, as respostas se amarram a três questões: 1) a vítima deveria ter mudado algum aspecto de sua conduta, como, por exemplo, voltado a estudar, a trabalhar, parar de beber, usar drogas, etc.; 2) a vítima deveria escutar mais sua família e responsáveis ou ter ficado mais tempo em casa e; 3) ter ficado em sua cidade de origem ou ter ido embora de Foz do Iguaçu. (CARDIN, 2013b, p. 170)

Compreender a base das representações sociais da violência em regiões de fronteira também tem se constituído no principal objetivo de nossas pesquisas, incluindo a pesquisa mais recente que tem como finalidade contrastar essas representações nas regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense. Assim, cabe destacar, ainda que brevemente, algumas características e percepções dessas duas regiões como territórios de práticas e de representações da violência.

## **Percepções da fronteira entre o legal e o ilegal**

No que se refere ao contraste entre a Grande Dourados e o Oeste Paranaense como regiões de fronteira, destaca-se, inicialmente, a necessidade em considerar como as questões relacionadas à violência

articulam-se em torno dos “problemas” característicos dessas duas regiões: a existência de um mercado informal e diversas formas de “ilegalismos”, os chamados crimes comuns, a forte presença do agonegocio e dos povos indígenas, e os conflitos daí advindos que não raramente desembocam em demandas para o sistema de justiça e de segurança.

Ao buscar caracterizar a dinâmica geral da fronteira no Estado do Paraná, afirma-se no relatório da pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, 2016) que há diferenças significativas entre as regiões de fronteira desse Estado com o Paraguai (oeste paranaense) e com a Argentina (sudoeste paranaense), havendo questões comuns aos municípios de cada uma dessas regiões, ou seja, enquanto o sudoeste do Paraná se assemelha às características da fronteira do Estado de Santa Catarina, que também linda com Argentina, o restante da fronteira apresenta características similares com o sul do Mato Grosso do Sul, que também faz fronteira com o Paraguai. Neste sentido, sugere-se que as regiões de fronteira da Grande Dourados e do Oeste Paranaense estariam próximas não apenas em termos geográficos, mas também em termos das representações da fronteira como “espaços problemáticos”.

A fronteira com o Paraguai é, em diversos sentidos, interpretada como um problema, tanto pelos moradores quanto pelos representantes das instituições pesquisadas, ao passo que a fronteira com a Argentina é concebida como positiva. Alta incidência de crimes, enfraquecimento do comércio local e sobrecarga dos serviços públicos são os principais efeitos negativos atribuídos à fronteira com o Paraguai, por onde ingressariam ilegalmente drogas, armas e produtos contrabandeados no Brasil, principalmente eletroeletrônicos e cigarros. (NEVES *et al.*, 2016, p. 30)

Tais proximidades entre as duas regiões de fronteira justificam a

necessidade de estudos comparativos, sobretudo se considerarmos, na perspectiva da circulação e fluxos de pessoas e de mercadorias, a relevância ou não de as duas fronteiras estarem situadas geograficamente em diferentes estados da Federação e, dessa forma, submetidas a diferentes identidades culturais e a diferentes controles por parte das forças de segurança locais. Em ambos os casos, portanto, é importante articular os “problemas” característicos da fronteira às questões da diversidade, da identidade e das políticas públicas de segurança pensadas e desenvolvidas em cada uma das regiões, bem como de que forma a atuação das respectivas imprensas locais tem fomentado as representações sociais da violência e da criminalidade nessas fronteiras.

A Grande Dourados está localizada no sul de Mato Grosso do Sul, estado que abriga uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (IBGE, 2012), distribuídos entre 79 municípios. Destes, 44 encontram-se localizados dentro do espaço definido como “faixa de fronteira”, território que se estende da linha divisória com o Paraguai e a Bolívia até 150 quilômetros para o interior do estado. Destaca-se que praticamente metade da população do Mato Grosso do Sul vive na faixa de fronteira. Sobre a relação com os países vizinhos, de acordo com a pesquisa sobre “Segurança Públicas nas Fronteiras” (NEVES *et al*, 2016) essa relação é representada como bastante integrada, podendo-se até falar em uma “cultura de fronteira”.

Especialmente em cidades gêmeas ou núcleos urbanos da linha de fronteira, muitos brasileiros trabalham ou chegam mesmo a residir nos países vizinhos, sendo importantes as dinâmicas sociais que atravessam os limites internacionais e colocam os brasileiros e paraguaios ou bolivianos em convívio constante, compartilhando os mesmos espaços de lazer, igrejas, escolas etc. (NEVES *et al*, p. 165-166)



Dentro do Estado de Mato Grosso do Sul a região da Grande Dourados se destaca como produtora de grãos destinados à exportação e fortalecimento do agronegócio. Também tem sido palco, mais recentemente, da expansão do plantio da cana de açúcar, com instalação de usinas em vários municípios da região. A configuração desse modelo socioeconômico não ocorre de modo harmônico, mas é marcada por conflitos e exclusões que incidem sobre os sistemas de justiça e segurança pública. Dourados é a segunda maior cidade do Estado, e encontra-se a cerca de 120 km do Paraguai, sendo o principal centro urbano da região sudoeste do estado.

Na percepção dos entrevistados na pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al*, 2016), Dourados foi considerado como “bastante impactado pela proximidade com a fronteira, apresentando características únicas de criminalidade se comparadas com outros municípios que não estão em faixa de fronteira”. Além disso, os entrevistados concordaram, em sua maioria, que a posse de arma de fogo em Dourados é mais frequente do que em outros municípios, e apontaram como problemas o contrabando, o tráfico de drogas e de armas, além de “exploração sexual infanto-juvenil, imigração ilegal, crimes ambientais e disputa por terras”. Já no que se refere à relação entre economia e “ilegalismos”, a maioria dos entrevistados discordou que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, embora não tenha havido consenso entre os entrevistados no que se refere às vantagens ou desvantagens econômicas por estar próxima da fronteira, ou seja, alguns acreditam ser positiva essa proximidade e justificam que a fronteira atrai pessoas e movimentam o comércio, e outros argumentam ser negativas uma vez que os preços menores do país vizinho dificultam a competitividade do comércio local. (NEVES *et al.*, p. 252)

No que se refere à segurança pública, Dourados é considerada

como cidade estratégica e concentra a grande maioria das instituições de justiça e de segurança da região. Por exemplo, apenas em Dourados existem delegacias especializadas como a Delegacia de Defesa da Mulher e a Delegacia da Infância e Juventude, assim como é o único que possui uma Delegacia Especializada em Operações de Fronteira (DEFRON) que atua em parceria com as demais forças policiais, especialmente o Departamento de Operações de Fronteira (DOF)<sup>4</sup>. Também há na região uma unidade da Força Nacional que atua principalmente nas comunidades indígenas.

Dentro do objetivo de melhor qualificar os indicadores de violência na região<sup>5</sup>, há que se destacar, ainda, a situação dos povos indígenas. Com efeito, Mato Grosso do Sul tem sido destaque há vários anos como o primeiro no *ranking* com maior número de homicídios contra indígenas. Uma das hipóteses para a violência contra essa população na região é que, além dos conflitos pela demarcação de terra, a invisibilidade desses povos contribui, também, para uma menor sensibilidade em reconhecer a gravidade dessa violência, tanto pela população quanto pelas autoridades locais, o que sugere atenção especial para a importância das representações sociais dos próprios indígenas, na medida em que elas podem contribuir para alimentar, ou pelo menos justificar, as violências físicas e simbólicas praticadas contra os mesmos<sup>6</sup>.

---

4. O Departamento de Operações da Fronteira (DOF) é uma experiência de integração entre as polícias civil e militar que, para muitos, constitui a primeira experiência concreta de integração das duas polícias no Brasil.

5. Segundo dados do Mapa da Violência 2016, Mato Grosso do Sul registrou aumento de 12,4% de homicídios por arma de fogo entre os anos de 2013 (314) e 2014. (353).

6. Mato Grosso do Sul apresenta uma das maiores populações indígenas do País e uma parcela considerável reside na faixa de fronteira, sendo as etnias mais presentes os Guarani, Kaiowá, Nhandeva e Terena, que se encontram confinados em reservas com grande concentração demográfica, o que prejudica seus modos tradi-

O Estado do Paraná tem população estimada em mais de 10,4 milhões de habitantes, distribuídos em 399 municípios e, dentre estes, 139 estão localizados na faixa de fronteira, o que representa 34,84% do território estadual. Dos municípios fronteiriços, 19 estão situados na linha de fronteira. De acordo com a pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, p. 30), “de modo geral, a relação entre brasileiros, paraguaios e argentinos é vista como cordial e colaborativa”, mas especialmente nos municípios da região de fronteira com o Paraguai as queixas são mais frequentes acerca da “baixa competitividade dos produtos brasileiros, o que atrapalharia o desenvolvimento do comércio local”. Da mesma forma, a caracterização da criminalidade e da violência nas regiões de fronteira apresenta “certa heterogeneidade” dependendo do país com o qual limitam as diferentes regiões. Ou seja, “os municípios da faixa de fronteira com o Paraguai tendem a apresentar maior incidência de crimes e sensação de insegurança do que aqueles da faixa de fronteira com a Argentina”. Além disso, o tipo de fronteira — seca ou fluvial — e a existência ou não de vias de ligação (rodovias e pontes) também influenciam na criminalidade local. (NEVES *et al.*, p. 31-32)

Outro aspecto registrado pela pesquisa sobre a fronteira do Estado do Paraná, e que a aproxima das regiões de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, é relativo às condições de vida das populações indígenas, especialmente as de etnia guarani. Ou seja, “a escassa disponibilidade de terras impede que as comunidades indígenas, caracterizadas por uma mobilidade itinerante por meio dos países que

---

onais de organização. Estima-se que vivem no Estado cerca de 77 mil indígenas que ocupam uma área de aproximadamente 140 mil hectares. Cidades como Amambai, Dourados, Aquidauana e Miranda se destacam por abrigarem grandes contingentes indígenas, mas outros municípios da faixa de fronteira possuem percentuais ainda mais expressivos, como em Japorã onde 50% de sua população se autodeclara indígena; ou Paranhos com 36% e Tacuru com 35%. (NEVES, *et. al.*, 2016).

constituem a Tríplice Fronteira, possam subsistir por intermédio dos recursos que tradicionalmente dispunham”. (NEVES *et al.*, p. 31)

O Oeste Paranaense é uma das 10 mesorregiões do estado do Paraná, formada pela união de aproximadamente 50 municípios agrupados em três microrregiões: Cascavel<sup>7</sup>, Foz do Iguaçu e Toledo. Destaca-se que somente as mesorregiões Oeste e Sudoeste têm todos os municípios localizados na faixa de fronteira do Paraná. Tendo em vista a grande quantidade de pesquisas sobre Foz do Iguaçu<sup>8</sup>, nossa

---

7. **Cascavel** se destaca pela posição estratégica tanto no Oeste Paranaense quanto no Estado do Paraná. Para Rocha (2013, 2013, p. 27), “conforme a legislação estabelecida sobre a faixa de fronteira e sua extensão espacial, percebe-se que o município unificador desses diferentes espaços está no polo de Cascavel que devido a sua infraestrutura possibilita a aproximação das diversidades e serviços, seja em busca de qualidades médicas, nas vias de transporte de produção ou nos ofícios oferecidos pela maior cidade da região, já que está no cento de entroncamento que liga a região sul, o Mercosul e a faixa de fronteira com o restante do Brasil”. Ainda que as taxas de homicídios tenham caído nos últimos anos em Cascavel, ela já figurou entre os municípios mais violentos do Brasil, e ainda está entre as cidades com maior taxa de letalidade do Paraná, já que teve crescimento sucessivo nessas taxas desde 2003. Em 2012, ano mais violento da história da cidade, 128 pessoas foram mortas por arma de fogo.

8. Vários estudos apontam que a partir de 2007 ocorreu diminuição constante e significativa das taxas de letalidades em **Foz do Iguaçu**, devido às intensas políticas de controle das atividades ilícitas na região, tanto pelas forças federais quanto pelo governo do Estado, iniciadas no ano 2004. Cardin (2011) relata as transformações ocorridas dentro do circuito sacoleiro após a implantação das políticas de controle nos anos 2000, como o desaparecimento do cigarreiro, mas enfatiza que o controle fortaleceu outras práticas, como a dos barqueiros e laranjas, ou seja, “[...] a base de sustentação desse tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes” (CARDIN, 2011, p. 127). KLEINSCHMITT também afirma que não se pode concordar totalmente com a explicação corrente de que simplesmente houve uma migração do crime para outros municípios, “pois as mortes não diminuíram em Foz do Iguaçu de forma proporcional ao aumento das taxas em outros municípios fronteiriços, mas ocorreu um significativo aumento dessas taxas no espaço, em um processo de difusão da violência que não se limitou ao lado brasileiro”. Ao mesmo tempo, a autora diz ser preciso concordar com Cardin (2013b), “quando atribui à migração dos grupos que atuavam no circuito sacoleiro e no circuito vinculado ao narcotráfico para outros municípios fronteiriços”. (KLEINSCHMITT, 2016, p. 132).

pesquisa tem se dedicado à análise das representações da violência pela imprensa a partir da microrregião de Toledo, que possui população estimada em 402.056 habitantes e está dividida em 21 municípios<sup>9</sup>, entre os quais Guaíra, que lida tanto com o Paraguai quanto com o Mato Grosso do Sul.

No que refere especificamente ao município de Toledo, o mesmo tem população de 132.077 e é reconhecido, assim como Dourados, pelo potencial no agronegócio, ocupando o 1º lugar em PIB agropecuário do Paraná e da região Sul, e 11º lugar no País. Toledo está localizado a 105 km de Guaíra e a 140 km de Foz do Iguaçu, portanto dentro dos limites considerados como faixa de fronteira. Tem, como Dourados, características de cidade-polo pela qual circulam pessoas de dezenas de outros municípios menores também situados na faixa de fronteira. E assim como Dourados é um polo universitário e, junto com Foz do Iguaçu, é considerado centro geoeconômico gerador de mão-de-obra, empregos e tecnologia de produção e comercialização. (ROCHA, 2013, p. 64)<sup>10</sup>.

Pela sua condição de município localizado na linha de fronteira, Guaíra também se constitui numa cidade importante do Oeste Paranaense e foi incluída em nossa pesquisa, pois limita com o município de Mundo Novo, do Estado do Mato Grosso do Sul, ao qual está li-

---

9. Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi.

10. Toledo também é considerado estratégico para a segurança pública. Essa foi, inclusive, a justificativa para sua escolha como sede, em 2014, do 2º encontro do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron). De acordo com informações disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Toledo, as propostas de ações para segurança pública na fronteira discutidas nesse encontro deveriam ser executadas nos municípios com maiores índices de criminalidade em cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP), sendo Toledo o 6º município-chave da AISP.

gado pela Ponte Ayrton Senna que atravessa o Rio Paraná, e com o Lago de Itaipu, em cuja margem oposta encontra-se a cidade paraguaia de Salto del Guairá. Houve consenso entre os entrevistados na pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, 2016) quanto à afirmativa de que o município de Guaíra tem características únicas de criminalidade por estar na fronteira, o que “estaria associado à circulação de pessoas e mercadorias, principalmente ilegais, e à configuração de relações de rentabilidade em torno de tais atividades, que podem gerar atritos”. Além disso, alguns entrevistados “reconheceram que Guaíra é conhecida pelo alto grau de violência, no entanto, esta violência estaria aparentemente restrita ao acerto de contas entre os envolvidos nas redes dos mercados ilegais, não afetando as rotinas dos moradores”. E embora ilícito, “o contrabando é entendido como uma opção de trabalho, diante da escassez de empregos que atinge principalmente a população jovem”. (NEVES *et al.*, p. 76-78)

Destaca-se, finalmente, a questão indígena na percepção dos moradores de Guaíra. Todos os entrevistados apontaram a existência de conflitos envolvendo indígenas e argumentaram que os “índios estariam promovendo ocupações em propriedades de fazendeiros locais e reclamando a posse das terras”. Para um entrevistado, ao contrário de outros municípios, “os índios que chegaram a Guaíra não seriam originários da região, mas grande parte seria proveniente do Paraguai e estariam se inspirando no Movimento Sem-Terra para invadir propriedades”. Assim, o relatório registra que “a disputa por terras entre fazendeiros e indígenas tem gerado muita tensão no município, e as instâncias governamentais não estão conseguindo apresentar soluções para o problema”. Tais conflitos, como se tem verificado, têm resultado em crimes de homicídio contra os indígenas. Do lado paraguaio,

de acordo com o relatório, “acredita-se que terras indígenas sejam utilizadas para o plantio de maconha. Esta produção é sustentada com trabalho escravo e/ou em regimes de pobreza extrema”. (NEVES *et al.*, p. 83)

## Representações do crime e da violência na imprensa local

Com relação às notícias veiculadas pela imprensa local nas duas regiões de fronteira estudadas, optamos pelos portais de notícias que circulam a partir dos municípios de Dourados, Guáira e Toledo, e que tivessem seções de “polícia” ou de “segurança”. Como normalmente as notícias se repetem, foram levantadas notícias em quatro portais: *O Progresso* e *Dourados News* na Grande Dourados, e *Radar BO* e *Portal Guáira* no Oeste Paranaense<sup>11</sup>.

O levantamento dos títulos das notícias foi realizado diariamente no período de 12 de junho a 05 de outubro de 2017. Mesmo considerando que o período de levantamento foi próximo para os quatro portais, o total de notícias variou entre eles, sendo o *Dourados News* o que mais divulgou notícias sobre crime e violência nesse período, num total de 651; e *O Progresso* foi o que menos publicou essas notícias,

---

11. A escolha desses portais se justifica pelas seguintes razões: na região da Grande Dourados circulam dois jornais mais antigos em versões impressas e também *online*, quais sejam: *O Progresso* e *Diário MS*, bem como inúmeros sites de notícias que circulam apenas em versão digital. Assim, para a pesquisa escolhemos um desses jornais mais tradicionais — *O Progresso* — e um dos sites de notícias considerado pelos jornalistas como de maior acesso, o *Dourados News*. No Oeste Paranaense a intenção foi selecionar um site de notícias que circula a partir de Toledo, o *Radar BO*, uma vez que nosso recorte territorial se deu a partir da microrregião de Toledo, e um jornal que circula a partir de Guaira, no caso o *Portal Guaira*, não apenas pelo fato desse município integrar a microrregião de Toledo mas também, e sobretudo, por estar localizado no limite da fronteira com o Paraguai e com o Estado de Mato Grosso do Sul.

num total de 404. Quanto aos jornais do Oeste Paranaense, o período e total de notícias levantadas foram praticamente iguais, com 604 notícias para o *Radar BO* e 597 notícias para o *Portal Guaira*. Considerando os quatro jornais, portanto, registramos 2.256 títulos de notícias, que foram distribuídos em três categorias de crimes/ocorrências e analisados em termos da frequência de palavras-chaves previamente selecionadas.

Sobre a classificação dos crimes/ocorrências<sup>12</sup>, os títulos das notícias foram distribuídos em três categorias: aqueles marcados pela presença do chamado “crime organizado”, em suas conexões com o tráfico de drogas, de armas e contrabando; as ocorrências relativas aos chamados “crimes comuns”; e as práticas de crime e violência envolvendo os povos indígenas.

Destaca-se que as ocorrências classificadas como “crimes comuns” representaram a maioria dos títulos das notícias veiculadas em todos os jornais pesquisados, ou seja, 66,9% no total. A frequência desse tipo de ocorrência em cada jornal ficou assim distribuída: 78% em *O Progresso*, 65,4% no *Dourados News*, 69,7% em *Radar BO* e 58,1% no *Portal Guaira*. Nessa categoria de “crimes comuns” incluem-se desde os delitos mais graves como homicídios, até os crimes de lesão corporal considerados “leves”, além de roubos, furtos

---

12. Essa divisão está parcialmente fundamentada na classificação de Adorno (2002a), na qual o autor destaca três dimensões do comportamento violento na contemporaneidade. O primeiro grupo se refere ao **crime organizado**, principalmente o relacionado aos sequestros e ao tráfico de drogas; o segundo é o bloco que envolve **ameaças aos direitos humanos** como linchamentos, extermínios e violência policial; e o terceiro refere-se aos crimes praticados nas **relações interpessoais**, como nas brigas de vizinhos e de casais. Assim, nossa classificação contempla, em parte, os três grupos apontados pelo autor, ainda que a violação de direitos humanos e a violência policial não estejam totalmente contempladas. Nesse caso, apenas as ocorrências envolvendo indígenas foram incluídas nesse último grupo, estando os demais crimes diluídos nas categorias de “crimes comuns”.



e assaltos. Incluem-se, ainda, os chamados conflitos interpessoais e intersubjetivos<sup>13</sup>.

Vale ressaltar, contudo, os limites dessa distinção entre “crimes comuns” e “crime organizado” para pensar a violência em regiões de fronteira. Ou seja, muitas vezes esses crimes podem estar interligados por redes complexas de sociabilidades marcadas pela violência. Com efeito, é possível que roubos e furtos, em geral caracterizados como “crimes comuns”, sejam praticados por pessoas que estejam a serviço do tráfico, seja na condição de “soldados” ou de “escravos”, situação que caracteriza muitos dependentes de droga. Como afirmam Barreira e Adorno (2010, p. 337) acerca da criminalidade urbana, “alguns jovens se convertem em pequenos traficantes para sustentação de seu consumo. Não raro, produzem dívidas, quase impagáveis, gerando escravidão urbana”.

Embora os autores estejam se referindo aos grandes centros urbanos, contata-se que essa realidade atinge cada vez mais outras regiões do País, incluindo as regiões de fronteira. Assim, é preciso ampliar as representações de fronteira para além daquela que a define unicamente como “porta de entrada” de drogas, de armas e de mercadorias ilegais. De qualquer forma, consideramos importante diferenciar os dois tipos de crime nessa primeira abordagem, uma vez que as políti-

---

13. Adorno ressaltava esse tipo de conflitualidade provocado por tensões nas relações interpessoais: “Trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. Compreendem conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que frequentam os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes. Resultam, em não poucas circunstâncias, de desentendimentos variados acerca da posse ou propriedade de algum bem, acerca de paixões não correspondidas, acerca de compromissos não saldados, acerca de reciprocidades rompidas, acerca de expectativas não preenchidas”. (ADORNO, 2002b, p. 318).

cas públicas de segurança nas fronteiras focam, em geral, nos crimes relacionados ao tráfico e ao contrabando, e assim é necessário entender como a imprensa retrata essas ocorrências, dando ou não ênfase à dimensão da fronteira.

Ainda dentro da categoria “crimes comuns”, ressalta-se a grande quantidade de notícias sobre “recuperação de veículos roubados”, identificada apenas nos dois jornais do Oeste Paranaense, ou seja, essas ocorrências representaram 12,5% dos títulos das notícias publicadas no *Radar BO* e 8% no Portal Guáira. Assim, o que pode indicar, em princípio, uma questão menos relevante, ou apenas uma constatação de que os jornais estão cumprindo sua função de informar, também pode ser interpretado como uma forte relação entre a imprensa e os órgãos policiais, no sentido de que é preciso dar ênfase ao trabalho da polícia e demonstrar que as forças de segurança nessas regiões estão atuando de maneira eficaz. Além disso, destaca-se que o roubo de carro representa um “crime contra a propriedade” que, em contraste com o “crime contra a vida”, muitas vezes aparece com maior destaque na imprensa local. Isso se torna importante quando se constata, por exemplo, que ocorrências como as que envolvem violência contra os povos indígenas parecem não gozar desse mesmo destaque nas notícias desses jornais.

Com efeito, as ocorrências que citaram indígenas nos títulos das notícias representaram apenas 1,2% do total, estando assim distribuídas: 2,7% em *O Progresso*, 2,1% no *Dourados* e 0,3% no *Portal Guáira*. Não foi identificada nenhuma menção aos indígenas nos títulos das notícias publicadas pelo *Radar BO* nesse período. Considerando a situação de vulnerabilidade de indígenas nas duas regiões, constata-se que sua invisibilidade ainda é notória. Além disso, de acordo com o relatório “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES

et al., 2016, p. 31), os indígenas da Tríplice Fronteira, principalmente do lado paraguaio, vivem situações de “prisões por envolvimento com atividades delitivas de contrabando e transporte de drogas ilegais”. Na região da Grande Dourados a situação não é diferente, ou seja, as ocorrências envolvendo crimes, violências e suicídios nas aldeias da região são frequentes. Contudo, quando se observa os títulos das notícias nos jornais pesquisados verifica-se que a frequência de ocorrências divulgadas envolvendo os povos indígenas também é baixa quando comparada às demais ocorrências.

No que se refere à categoria “crime organizado”, que incluiu as ocorrências de tráfico de drogas, de armas e contrabando, as mesmas representaram 31,9% dos títulos das notícias selecionadas em todos os jornais. Essas notícias representaram os seguintes percentuais em cada jornal: 19,3% em *O Progresso*, 32,5% no *Dourados News*, 30,3% em *Radar BO* e 41,5% no *Portal Guáira*. Em termos comparativos, portanto, constata-se que *O Progresso* foi o jornal que mais deu ênfase aos “crimes comuns” (77,8%), enquanto que o *Portal Guáira* foi o que mais noticiou crimes relacionados ao tráfico e ao contrabando (41,5%). Nos outros jornais os índices estão próximos para ambos os tipos de ocorrência. Em todos os jornais, contudo, os “crimes comuns” estão presentes na maioria das notícias, e as notícias que envolvem povos indígenas são muito pouco representativas em todos os jornais.

Além da classificação em categorias de crime/ocorrência, também inferimos a frequência de palavras-chave nos títulos das notícias selecionadas. A escolha dessas palavras se deu a partir de uma leitura prévia de todos os títulos, na qual foi possível identificar a maior ou menor frequência de termos que remetem às representações de crime e violência, além de palavras que sugerem ocorrências identificadas

com a fronteira e que apontam para a questão da diferença, da diversidade e dos estereótipos. Assim, chegamos a um total de 28 palavras-chave, que foram consideradas também em suas derivações ou palavras com significado ou sentido próximo<sup>14</sup>.

A primeira constatação a partir da frequência de palavras-chave foi com relação à palavra “carro” e seus derivados, pois a mesma foi a que mais apareceu no quadro de palavras-chave, ou seja, 277 vezes, ocupando o 1º lugar nesse *ranking* em *O Progresso* e no *Radar BO*, e o 2º e 3º lugares no *Portal Guaira* e no *Dourados News*, respectivamente. Algo similar ocorreu em relação à palavra “moto” ou “motocicleta”, que também esteve entre as mais citadas (115 vezes) e ocupou o 8º ou 9º lugares nos quatro jornais. Destaque, no caso dos “veículos”, para os jornais do Oeste Paranaense, onde a palavra aparece com uma frequência bastante superior aos demais.

Na sequência de palavras com maior frequência, em segundo lugar está a palavra “maconha”, que apareceu 275 vezes no conjunto de todos os títulos. Ela ocupou o primeiro lugar do *ranking* nos jornais *Dourados News* e *Portal Guaira*, e o 3º e 6º lugares, respectivamente, em *O Progresso* e no *Radar BO*. A alta incidência da palavra “maconha” contrasta com a baixa incidência das palavras “cocaína” (45 vezes), “crack” (19 vezes) e “haxixe” (4 vezes). Com relação à palavra “droga”, a frequência também não foi tão alta como a da palavra “maconha”, mas apresenta uma incidência importante e uniforme em todos os jornais, aparecendo 128 vezes no conjunto total dos títulos,

---

14. As palavras-chave foram as seguintes, em ordem alfabética: “adolescente/menor”; “agrotóxico”; “arma/arma de fogo/tiro”; “assalto/assaltante”; “bandido”; “carro/veículo/caminhão”; “cigarro”; “cocaína”; “contrabando”; “crack”; “criança/menino(a)”; “droga(s)”; “estupro/estuprador”; “faca/facada/facão”; “fronteira(s)”; “furto”; “haxixe”; “homicídio/assassinato/execução”; “idoso(a)”; “índio/indígena/aldeia”; “linchamento”; “maconha”; “marido/esposa/ namorado(a)”; “moto/motocicleta”; “mulher”; “roubo”; “suicídio”; “tráfico/traficante”.

ocupando o 7º lugar no *ranking* geral e os primeiros lugares nos jornais *Dourados News* e *Radar BO*. No mesmo sentido tem-se a palavra “tráfico”, que aparece 81 vezes entre as notícias, ocupando a 12ª posição na classificação geral.

Sobre a palavra “contrabando”, a mesma apareceu 106 vezes, e ocupou a 10ª posição no *ranking* geral, estando, portanto, entre as mais frequentes. Há variações, contudo, quando se comparam os jornais, pois a frequência dessa palavra é mais alta nos jornais do Oeste Paranaense, especialmente no *Portal Guaira* onde ela apareceu 62 vezes e ocupou o 3º lugar, um pouco diferente do *Radar BO* onde ela apareceu apenas 24 vezes e ocupou a 11ª posição. O contraste, contudo, é maior em relação aos jornais da Grande Dourados, uma vez que a palavra “contrabando” apareceu 16 vezes no *Dourados News* e apenas 4 vezes em *O Progresso*, ocupando, respectivamente, as 16ª e 25ª posições nesses jornais.

Algo semelhante ocorreu com a palavra “cigarro”, que apareceu 83 vezes e ocupou a 11ª posição no geral, logo atrás da palavra “contrabando”. Entretanto, da mesma forma que a palavra “contrabando” a frequência em que a palavra “cigarro” aparece permite o contraste entre os jornais das duas regiões: 46 vezes no *Portal Guaira* e 25 vezes no *Radar BO* (6º e 10º lugares, respectivamente). Em contraste, apareceu apenas 4 vezes em *O Progresso* e 8 vezes no *Dourados News*, ocupando os últimos lugares no *ranking* desses jornais.

No que se refere à “importação irregular de agrotóxico”, ainda que essa ação não esteja tipificada juridicamente como contrabando, incluímos a mesma na categoria de “crime organizado” por considerá-la mais próxima das atividades de contrabando e “crimes fronteiriços” do que de “crimes comuns”<sup>15</sup>. Nesse caso, contudo, houve uma baixa

---

15. O crime de contrabando ou descaminho está tipificado no art. 334 do Código

incidência da palavra “agrotóxico” nos títulos das notícias, ou seja, apenas 16 vezes, sendo 2 vezes em *O Progresso*, 4 vezes no *Dourados News* e 5 vezes cada nos jornais *Radar BO* e *Portal Guáira*. Se levarmos em conta que esse tipo de ocorrência é frequente nas duas regiões de fronteira, seria possível afirmar que os jornais analisados não têm dado destaque para a mesma? Se sim, porque não estariam considerando sua relevância? Seria a importação irregular de agrotóxico vista como menos grave, a exemplo do que ocorre quando se contrasta o tráfico de drogas e de armas com o contrabando de mercadorias, ressaltando a importância de “combater” o primeiro e “tolerar” o segundo? Contudo, no caso da importação irregular de agrotóxico é preciso considerar não apenas a dimensão econômica, mas também as implicações socioambientais e de saúde coletiva.

Em síntese, no que se refere ao conjunto de palavras-chave que remetem, direta ou indiretamente, à questão do tráfico e do contrabando, as palavras “maconha”, “cocaína”, “crack” e “droga”, assim como “contrabando”, “tráfico” e “cigarros”, indicam não apenas uma grande incidência de crimes envolvendo esses fenômenos, mas também o quão complexa pode ser a diferenciação entre “crime organizado” e “crimes comuns” em regiões de fronteira, especialmente em termos de representações sociais. Como afirmam Barreira e Adorno (2010),

Não é consensual entre os pesquisadores o emprego do conceito *crime organizado*. Muitos pesquisadores têm manifestado dúvidas quanto ao alcance desse conceito para explicar a natureza dos *ilegalismos* em curso na sociedade brasileira contemporânea. Suspeitam que o conceito foi forjado para dar conta de realidades muito distin-

---

Penal e a “importação irregular de agrotóxico” no art. 56 da Lei n.º 9.605/98. Assim, nem toda importação de mercadoria proibida configura o crime de contrabando, como no caso de agrotóxicos (GRECO, 2017).

tas, como sejam as máfias europeias, sobretudo italianas e marselhesas ou, ainda, as gangues nos Estados Unidos. De qualquer forma, é inegável reconhecer que o *crime-negócio*, para se referir a uma expressão cunhada por Zaluar, comporta características empresariais e diz respeito ao mercado de bens ilegais, cujo fluxo percorre círculos carentes de legalidade ou regulamentação. (BARREIRA e ADORNO, 2010, p. 344-345).

Assim, com possíveis conexões com o “crime organizado” estão as ocorrências que caracterizamos, também por falta de uma melhor conceituação, de “crimes comuns”. Entre esses estão “roubos”, “furtos” e “assaltos”. No que se refere às práticas designadas como “roubos” e “furtos”, ambos tiveram uma incidência alta nos títulos das notícias selecionadas. A palavra “roubo” apareceu 223 vezes no conjunto das notícias, ocupando o 3º lugar no *ranking*. E a palavra “furto” apareceu 155 vezes no total, e ocupou a 5ª posição geral. No mesmo sentido, a palavra “assalto” também apresentou uma incidência alta, aparecendo 111 vezes e ocupou a 9ª posição no *ranking*. No contraste entre os jornais, e no que se refere às palavras “assalto” e “roubo”, a frequência é similar entre os jornais pesquisados. No que se refere à palavra “furto” há um destaque para o *Radar BO*, no qual essa palavra tem uma incidência maior em relação aos outros jornais, aparecendo 98 vezes e ocupando a 2ª posição, praticamente empatada com a palavra “veículo”. No geral, também se observa, embora com algumas oscilações, que nos jornais do Oeste Paranaense a frequência das palavras “roubos” e “furtos” é maior do que nos jornais da Grande Dourados.

Como destacado antes, é possível que furtos, roubos e assaltos tenham relação também com o chamado “crime organizado”, especialmente os relacionados ao tráfico. No que se refere aos homicídios e a (posse de) armas de fogo não parece ser diferente, pois é possível

que também estejam associados — talvez em um grau até maior do que os demais — ao tráfico de drogas e de armas. No que se refere, portanto, à palavra “arma” (incluindo as palavras “arma de fogo” e “tiro”), essa também teve uma grande incidência nos títulos das notícias, ou seja, apareceu 169 vezes e ocupou o 4º lugar no *ranking*, e não há, nesse caso, grandes oscilações entre os jornais<sup>16</sup>. Já no que se refere à palavra “homicídio”, que também incluiu as palavras “assassinato” e “execução”, a incidência foi menor se comparado com a palavra “arma”, pois apareceu 59 vezes e ocupou o 16º lugar no *ranking*. Nesse caso, ao contrário dos anteriores, a incidência foi maior nos jornais da Grande Dourados. Ou seja, ainda que as notícias não reflitam necessariamente os indicadores de homicídio, podendo inclusive deturpá-los, em termos das representações presentes nos títulos das notícias a alta incidência de “armas” não corresponde, no mesmo grau, à incidência de homicídios ou mortes violentas identificadas nos títulos<sup>17</sup>.

---

16. De acordo com o *Mapa da Violência 2016*, Cascavel, Foz do Iguaçu, Santa Helena e Santa Terezinha de Itaipu saíram da lista das 150 cidades com maiores taxas de homicídio por arma de fogo do País. Guaíra, contudo, ocupa a 52ª cidade com maior taxa de homicídios por arma de fogo (WAISELFISZ, 2016).

17. Cabe ressaltar que não discutimos nesse artigo os problemas mais diretamente relacionados à produção de notícias pela imprensa, assim como a maneira como os títulos das notícias são formulados. Contudo, registramos que não estamos ignorando a importância dessa discussão, ou seja, ainda que estejamos trabalhando com o referencial de Porto para quem “entender por que a mídia produz certas representações sobre violência ou segurança pública pode revelar-se mais pertinente do que se preocupar apenas em desmentir ou confirmar tal e qual representação” (PORTO, 2009, p. 218), o fato é que não estamos imunes aos “padrões de manipulação” da imprensa, nos termos em que argumentou Perseu Abramo (2016). Segundo esse autor, são quatro esses padrões: ocultação, fragmentação, inversão e indução. Um dos mais interessantes a ser considerado é o padrão de “inversão”, ou seja, da substituição da “versão” pelo “fato”, o que pode se dar, entre outras formas, pelo “oficialismo”: quando a versão reflete apenas o discurso oficial. Nesses casos, os fatos podem ser substituídos pelas versões oficiais. Se considerarmos que a grande maioria das notícias sobre crime e violência são repassadas aos jornais e aos jornalistas



No que diz respeito às chamadas “armas brancas”, buscamos a frequência dessa arma através da palavra “faca” e seus derivados (facão, facada), e constatamos que ela aparece 47 vezes nos títulos das notícias, ocupando a 18ª posição no *ranking*. A frequência dessa palavra nos jornais não é destoante, e sugere sua relação tanto com os “crimes comuns” como assalto, roubo e furto, quanto com os conflitos interpessoais e intersubjetivos.

Assim, outro conjunto de questões que suscitaram a escolha de palavras-chave diz respeito justamente aos crimes e conflitos de natureza interpessoal e intersubjetiva. Daí a escolha de palavras como “estupro”, “mulher”, “criança”, “adolescente”, “idoso”, “marido/esposa/namorado”, além de “linchamento”, esse último pela alusão à violência como “crueldade”, uma violência banalizada tanto na realidade quanto nas representações midiáticas. Com efeito, ao proporem novas agendas de pesquisa sobre crime e violência no Brasil, Barreira e Adorno (2010, p. 347) apontam para a emergência de um tipo de violência que tem desafiado os pesquisadores da área, ou seja, os “novos significados da violência, como a crueldade nas formas privadas de resolução de conflitos”<sup>18</sup>.

No que se refere à frequência da palavra “mulher”, destaca-se que essa também teve uma alta incidência nos títulos, aparecendo 142 ve-

---

tas pelas autoridades policiais é provável que a notícia apenas reproduza o discurso oficial da polícia.

18. Os autores argumentam que embora não se trate de um fenômeno exclusivo da sociedade brasileira, a violência como crueldade vem adquirindo entre nós contornos singulares. Barreira retoma esse tema em outro artigo onde discute as conexões entre violência difusa e as marcas recentes da crueldade. Adverte que se antes os crimes violentos estavam relacionados à honra e à vingança, e, portanto, tinham razões, agentes e verdades, a violência como crueldades está à “margem de um universo justificador”. O “difuso”, assim, “relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais”. (BARREIRA, 2013, p. 224).

zes e ocupando a 6ª posição no *ranking*, sem distorções substantivas nos quatro jornais. Também como uma incidência importante a palavra “estupro” apareceu 39 vezes, e embora tenha ocupado a 21ª posição no *ranking*, pelo seu significado em termos de violência de gênero consideramos esse número significativo no quadro de “crimes comuns”. Essa incidência foi maior nos jornais da Grande Dourados. No que diz respeito às palavras “marido/esposa/namorado”, a mesma apareceu 61 vezes, estando assim na 14ª posição geral, também com maior incidência nos jornais da Grande Dourados, em especial em *O Progresso* onde essas palavras ocuparam o 4º lugar. Ressalta-se, finalmente, que a alta incidência da palavra “mulher”, associada às palavras “estupro” e “marido/esposa/namorado”, pode indicar uma maior presença da mulher no “mundo do crime” ou, por outro lado, a permanência de sua condição de vítima preferencial da violência. Nesse sentido, Cardin e Albuquerque (2018) apontam como um dos desafios à construção de uma agenda de pesquisa sobre as fronteiras contemporâneas, a importância da sociologia e da antropologia de gênero<sup>19</sup>.

A agenda de pesquisa sobre gênero também chegou às regiões de fronteira no Brasil. A tradição dos estudos fronteiriços pouco problematizou as relações de gênero na produção da fronteira. Questões que envolviam as redes familiares, relações de parentescos e processos distintos de trabalhos de homens e mulheres nas regiões

---

19. Ao pensar a fronteira como categoria sociológica, Cardin e Albuquerque (2018, p. 124-125) propõem alguns desafios para uma agenda de pesquisa sobre fronteiras, quais sejam: a) incorporar criticamente às tradições de estudos de fronteira nas Ciências Sociais as reflexões de áreas afins como geografia, relações internacionais, história etc.; b) problematizar conceitos cristalizados da tradição sociológica como Estado, sociedade, poder, soberania, identidade, migração, capitalismo; c) observar “problemas específicos que os subcampos da sociologia lançam ao investigarem as regiões fronteiriças, tais como a sociologia da violência, a sociologia econômica, a sociologia das migrações e a sociologia/antropologia do gênero.

de fronteira não eram abordadas tendo em vista essas diferenciações e intersecções de gênero. As perguntas e inquietações postas pelos pesquisadores da área de gênero têm possibilitado inovações teóricas relevantes, pensando as diferenças e articulações de gênero, sexualidades e governo da fronteira como dispositivos de produção do espaço social das regiões fronteiriças (CARDIN e ALBUQUERQUE, 2018, p. 125).

No que refere às palavras “criança” e “adolescente”, preferimos separá-las em virtude da especificidade que os adolescentes têm quando o que está em questão são os crimes cometidos pelo que se conveniou chamar de “menor infrator”, numa alusão aos “adolescentes em conflito com a lei”. Daí, na formulação de palavras-chave, incluímos a palavra “menor” junto com “adolescente”, e ambas apareceram 66 vezes no conjunto dos títulos de todas as notícias, ocupando o 13º lugar. Nesses casos, a incidência maior foi nos jornais do Oeste Paranaense, especialmente no *Portal Guaira*. Com efeito, no Grupo Focal realizado nesse município por ocasião da pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, 2016), os participantes argumentaram o seguinte:

Menores de idade acabam se inserindo nas redes de mercado informal, pois a legislação dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, ao passo que precisam contribuir com a renda familiar. Um grave problema decorrente disso é que os jovens abandonam muitas vezes a escola, pois passam as noites “bandeirando” — isto é, em prontidão para alertar os “contrabandistas” sobre uma eventual aproximação da polícia —, de modo que acabam dormindo em sala de aula e perdendo o ciclo letivo. (NEVES, *et. al.*, 2016, p. 77-78).

Com relação à palavra “criança”, à qual associamos também a palavra “menino(a)”, elas apareceram 46 vezes nos títulos das notícias, ocupando a 19ª posição e com maior incidência no *Dourados News*. Já a palavra “idoso(a)” apareceu 24 vezes, ocupando a 23ª posição no

quadro geral, com maior incidência no jornal *O Progresso*.

Além de mulheres, crianças, adolescentes e idosos, sujeitos de direito que podem ser considerados mais vulneráveis à violência, é preciso mencionar novamente os indígenas. Ainda que a condição dos povos indígenas mereça um capítulo à parte quando se discute violência e fronteiras, nesse momento cumpre registrar e reafirmar a baixa incidência das palavras “índio”, “indígena” e “aldeia” nos títulos das notícias selecionadas. Mesmo considerando a forte presença indígena nas duas regiões, os conflitos decorrentes da demarcação de terras, as condições de precariedade em que estão inseridos, os frequentes suicídios e conflitos internos no interior das aldeias, constatamos a baixa incidência de notícias envolvendo esses sujeitos de direito nos jornais pesquisados, especialmente os do Oeste Paranaense e, entre eles o *RadAR BO* que não publicou nenhuma notícia cujo título tivesse os termos “índio”, “indígena” ou “aldeia”.

Assim, a ausência dessa identificação nos títulos das notícias já seria reveladora da provável irrelevância que se confere à presença desses povos nas duas regiões. Em todos os jornais, crimes e violências envolvendo indígenas tiveram pouca incidência nos títulos, ainda que existam variações, ou seja, enquanto nos jornais da Grande Dourados aparecem 25 notícias (11 em *O Progresso* e 12 no *Dourados News*), o que representa, juntos, 4,8% do total de notícias levantadas, no caso dos jornais do Oeste Paranaense aparecem apenas duas notícias no *Portal Guáira*, o que representa apenas 0,3% das notícias nessa região. Ademais, se considerarmos os títulos das únicas duas notícias que aparecem no *Portal Guáira*, quais sejam, “*indígenas saqueiam carga de frango em Nova Laranjeiras*”, publicada em 03/07/2017, e “*indígenas rendem motorista e tomam ônibus durante manifestação*”, publicada em 13/08/2017, nota-se que a referência aos mesmos, quando

apareceram, foram no sentido de caracterizá-los como saqueadores e criminosos<sup>20</sup>.

Para finalizar, destacamos a incidência de outras quatro palavras importantes na identificação de representações sociais que permeiam as notícias sobre crime e violência: “linchamento”, “suicídio”, “bandido” e, no caso específico de nossa pesquisa, a própria palavra “fronteira”. Sobre “linchamentos”, apesar dessas ações serem mais comuns do que se imagina no Brasil, a incidência dessa palavra nos títulos foi muito pequena, ou seja, apenas 3 vezes, uma em cada jornal, excetuando o *Radar BO*. Contudo, considerando que não há tipificação jurídica para o linchamento, sendo esse enquadrado como homicídio, é possível que assassinatos ou agressões com características que poderiam ser enquadradas como tal não o foram.

Sobre “suicídio”, a frequência dessa palavra foi um pouco maior,

---

20. As outras notícias que envolveram indígenas tiveram os seguintes títulos: **Dourados News:** “aldeias terão projeto para prevenir violência doméstica contra mulheres”; “presidente do STF recebe indígenas de Mato Grosso do Sul em Brasília”; “indígenas pedem policiamento durante lançamento de projeto na aldeia”; “jornalista é condenado por frase ”índio bom e índio morto””; “ministro vem a MS conhecer realidade das aldeias”; “mortes de índios devem ser debatidas em audiência pública”; “indígenas dão trégua em ocupação mas clima continua tenso”; “choque chega em área de conflito indígena”; “policiais deixam área de confronto mas indígenas permanecem no local”; “homem é espancado por indígenas após atropelamento na perimetral”; “dois homens são presos em 1 h por agressão a mulheres em Dourados”; “Supremo nega HC a fazendeiros envolvidos em conflito contra indígenas”; “Coordenadoria pede doação de materiais da cultura indígena de Dourados”. **O Progresso:** “falsa advogada é presa suspeita de aliciar indígenas”; “indígenas dizem que vão manter ocupação das áreas”; “indígenas invadem área rural e deixam proprietários feridos”; “índios da bororo saem em defesa de sitiante e impedem invasão”; “indígena diz que 97 famílias estão acampadas em sítios”; “corpos de indígenas são encontrados enterrados em fazenda”; “indígenas interditam rodovias causando congestionamento em MS contra marco temporal”; “rodovias são liberadas em MS após vitória dos indígenas sobre marco temporal”; “índios interditam MS 156 sem previsão de liberação durante manifestação nacional”; “criança douradense é encontrada em valeta na aldeia bororo após sumiço”; “mulheres kaiowa e guarani promoverão assembleia em Coronel Sapucaia”.

aparecendo 13 vezes no conjunto total dos títulos das notícias selecionadas, com uma incidência maior no jornal *Radar BO*. Contudo, se considerarmos a grande incidência de suicídios envolvendo indígenas, chama a atenção, também, o fato de que em jornais como *O Progresso*, *Dourados News e Portal Guaira* — que estão situados em municípios com bastante proximidade às aldeias indígenas — as notícias de suicídios não tenham sido registradas em maior número. E mesmo no caso do jornal *Radar BO*, destaca-se que nenhuma das notícias sobre suicídio envolveu indígenas. O contraste dessas notícias — bem como a possível ausência delas — com outras fontes de informação como o Relatório “Violência contra os povos indígenas” do CIMI pode ser ilustrativo dessa questão.

No que se refere à palavra “bandido”, a mesma apareceu 60 vezes nos títulos das notícias, com maior frequência em *O Progresso* (26 vezes). No quadro geral, ela ocupou o 15º lugar no *ranking*. Ainda que a frequência dessa palavra tenha sido menor se comparada às outras, verifica-se que ela ainda é comum na linguagem jornalística de cunho policial, apoiada, muitas vezes, por parte expressiva da população que pede cada vez mais o endurecimento das penas, traduzindo, nas palavras de Adorno, uma “obsessão punitiva crescente”. (ADORNO, 1996, p. 21). Ou seja, para além da conhecida e difundida frase “bandido bom é bandido morto”, a palavra “bandido” é reveladora de representações sociais na medida em que parte de estereótipos para caracterizar supostos criminosos, disseminando-se pelo senso comum e também em grande parte da mídia. Como nos lembra Caldeira ao definir o que caracteriza a fala do crime,

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o

bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente (CALDEIRA, 2000, p. 10).

Por fim, a baixa frequência da palavra “fronteira” nos títulos das notícias também chama a atenção, pois aparece apenas 59 vezes, ocupando a 17ª posição no quadro geral das palavras-chave. Se considerarmos o universo de 2.256 títulos de notícias sobre crime e violência nesses territórios conhecidos justamente por serem regiões de fronteira, essa baixa frequência da palavra “fronteira” pode ser reveladora. O fato de a maioria das ocorrências estarem associadas aos chamados “crimes comuns” talvez ajude a entender essa baixa incidência da palavra “fronteira” nos títulos, o que sugere que, do ponto de vista dos jornais, não parece tão significativo reconhecer que mesmo os crimes comuns podem ter especificidades por estarem na fronteira. Essa hipótese, contudo, ainda precisará ser melhor aprofundada, sobretudo com a análise dos conteúdos dessas notícias. Destaca-se, ainda, que a maior incidência da palavra “fronteira” foi verificada no *Dourados News* (28 vezes), contra apenas 10 menções no *Portal Guaira*, esse último um jornal que circula a partir de um município situado na divisa entre Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai, portanto um município marcadamente de fronteira.

## Síntese conclusiva

Dois desafios têm se colocado, mais recentemente, à área de estudos sobre crime e violência no Brasil: compreender a violência no contexto de (re)organização dos espaços urbanos, marcados pelo mercado informal e pelo crime organizado; e os chamados “ilegalismos

de fronteira”, também considerados em suas interconexões com as questões urbanas das grandes e médias cidades. É dentro desse segundo desafio que temos realizado pesquisas sobre violência, crime e segurança pública nas fronteiras, tendo como foco principal as representações da violência nessas regiões e fundamentado na ideia de que tão importante quanto a materialidade da violência são as formas de percepção, interpretação e reprodução desse fenômeno. Em outras palavras, a violência é, também, o que se representa como violência, e a fronteira é, nesses termos, o que se representa como fronteira, considerada em sua diversidade e em suas múltiplas formas de sociabilidade, marcadas ou não por práticas de crimes e de violência.

Além da participação numa pesquisa nacional que teve como propósito desenvolver um diagnóstico da segurança pública nas fronteiras do Brasil, e de uma pesquisa que aprofundou os dados qualitativos para a região da Grande Dourados, estamos desenvolvendo um estudo comparativo entre as regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense, tendo em vista as proximidades que essas regiões comportam em termos dos “problemas” característicos de fronteiras, como a existência de um mercado informal e diversas formas de “ilegalismos”, os chamados crimes comuns, a forte presença do agronegócio e dos povos indígenas, entre outros. Ressalta-se que em ambas regiões a fronteira com o Paraguai tem sido interpretada como um “espaço-problema”, sobretudo pelos representantes das instituições de controle. Compreender como esse “problema” aparecem nas representações da violência por meio da imprensa local se constitui no objetivo principal da pesquisa. Assim, o objetivo desse artigo foi apresentar alguns resultados dessa pesquisa, em diálogo com as pesquisas anteriores.

Para registro das notícias veiculadas na imprensa local foram sele-



cionados dois portais de notícias em cada uma das duas regiões estudadas, que nesse primeiro momento foram analisados apenas por meio dos títulos das matérias publicadas. No total foram registrados 2.256 títulos, agrupados em três categorias de ocorrências e também analisados em termos da frequência de algumas palavras-chave. No que se refere às categorias de ocorrência, constatou-se que a maioria deles indica práticas relacionadas ao que denominamos “crimes comuns”, que vão desde o homicídio, passando por furtos, roubos e assaltos, até lesões corporais “leves”. Essa categoria representou 66,9% do total de títulos, seguido da categoria “crime organizado” que envolve tráfico e contrabando, e que representou 31,9% do total de títulos. A terceira categoria está relacionada às ocorrências que envolvem os indígenas e representou apenas 1,2% dos títulos.

Em termos comparativos, constatou que *O Progresso* (Grande Dourados) foi o jornal que mais deu ênfase aos “crimes comuns” (77,8%) e o *Portal Guaira* (Oeste Paranaense) o que mais enfatizou os crimes relacionados ao tráfico e ao contrabando (41,5%). Em todos os jornais, contudo, os “crimes comuns” estão presentes na maioria dos títulos, e as notícias que envolvem os povos indígenas são pouco representativas em todos os jornais. Ressalta-se, contudo, os limites dessa classificação, pois é bastante provável que, na prática, as duas primeiras categorias se sobreponham, ou seja, é possível que muitos crimes considerados “comuns” tenham relação com os crimes de tráfico, por exemplo, ao mesmo tempo em que é possível que crimes classificados como tráfico ou contrabando possam ter implicações nos chamados “crimes comuns”. A divisão, portanto, é arbitrária e tem como objetivo apenas compreender como, em termos de representações da violência, a ênfase se dá mais em uma ou outra dessas categorias.

No que se refere à frequência de palavras-chave, destaca-se que as

duas palavras com maior incidência em todos os jornais foram “veículos” e “maconha”. Se considerarmos que a palavra “moto/motocicleta” também teve grande incidência reforça-se a indicação de grande quantidade de roubo de carros e motos nessas regiões, especialmente no Oeste Paranaense, além de grande incidência de apreensões de “maconha”, que contrasta com a menor incidência da palavra “cocaína” e a baixa incidência das palavras “crack” e “haxixe”. Na sequência aparecem as palavras “furto”, “arma” e “roubo” que, junto com “assalto”, indicam uma grande incidência dos crimes considerados “comuns”. As palavras “droga”, “contrabando”, “cigarro” e “tráfico” vêm em seguida e reiteram, num grau menor, a incidência do chamado “crime organizado”. Registra-se, ainda, a baixa incidência da palavra “agrotóxico”, o que sugere que os jornais não têm destacado o delito de “importação irregular de agrotóxico”.

Sobre os segmentos considerados mais vulneráveis à violência, destaca-se a baixa incidência da palavra “indígena”, considerando que o problema da vulnerabilidade e da violência que envolve os povos indígenas nas duas regiões é um fenômeno bastante evidente, mas não aparece dessa forma na imprensa local. A palavra “jovem/adolescente” também sugere um forte envolvimento desse segmento nas ocorrências citadas, assim como a incidência da palavra “criança/menino(a)” indica que as crianças também aparecem como vítimas nesse cenário de crime e violência nas fronteiras. Destaque, contudo, para a grande incidência da palavra “mulher”, uma das mais frequentes que ocupa a 6ª posição nesse *ranking*, sugerindo tanto uma possível ampliação da participação de mulheres no mundo do crime quanto a possível permanência das mesmas como vítimas preferenciais da violência também nas fronteiras.

Finalmente, destaca-se que a palavra “fronteira” aparece na 17ª po-

sição do *ranking*, o que surpreende na medida em que num universo de mais de 2 mil notícias sobre crime e violência, que ocorreram justamente na faixa de fronteira, essa palavra aparece apenas 59 vezes, com uma baixa incidência sobretudo no jornal do Oeste Paranaense que circula a partir de Guaíra, a única cidade da amostra que se situa no limite da fronteira com o Paraguai e com o Mato Grosso do Sul. E ainda que com uma incidência menor em relação às outras palavras, o termo “bandido”, que aparece 60 vezes nos títulos das notícias, indica a permanência, na linguagem jornalística de cunho policial, de uma forma tradicional de atribuição de estereótipo aos suspeitos de crime, o que também sugere pensar naquilo que Garland (2008) considera como uma das tendências atuais da chamada “cultura do controle”, qual seja, o “populismo penal”, especialmente por parte da mídia e da imprensa.

## Referências

ADORNO, Sergio. A criminalidade urbana violenta no Brasil. *BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, 1993.

\_\_\_\_\_. Sergio. *A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Tese (Livre Docente em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Mais Crimes. *O Estado de São Paulo* — 27/01/2002a.

\_\_\_\_\_. Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri, in: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito*. São Paulo: Pioneira, 2002b.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. *A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2010.

BARREIRA, Cesar; ADORNO, Sergio. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª. Edição. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

BARREIRA, Cesar. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 1, n. 1, jan/jul/2013.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDIN, Eric. (Org.) *As Múltiplas Faces das Fronteiras*. Curitiba: CRV, 2013a.

\_\_\_\_\_. As dinâmicas das fronteiras e as vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu, PR (2001-2010). Século XXI. *Revista de Ciências Sociais*, v. 3, no 2, p. 155-181, jul./dez. 2013b.

CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e Deslocamentos. *Revista Brasileira de Sociologia - Vol. 06, No. 12*, jan./abr. de 2018.

GARLAND, David. *Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GOETTERT, Jones. A fronteira, a violência como o *outro geográfico* e um cotidiano de relações múltiplas (ou aquilo que não se mostra), in: CARDIN (Org.) *As Múltiplas Faces das Fronteiras*. Curitiba: CRV, 2013.

GRECO, Rogério. *Código Penal comentado*. 11a. edição. Niterói: Editora Impetus, 2017.

HIRATA, Daniel. Segurança Pública nas fronteiras: apontamentos a partir do 'Arco Norte'. *Ciência e Cultura*, v. 67, p. 30, 2015.

IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros — 2012*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. *As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social*. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre, 2016.

NEVES, Alex Jorge (et. al.). *Segurança Pública nas Fronteiras*. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

\_\_\_\_\_. *Segurança Pública nas Fronteiras*: Sumário executivo. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 8, julho/dezembro de 2012, p. 152-171.

\_\_\_\_\_. *Sociologia da Violência*: do conceito às Representações Sociais. Brasília: Francis, 2010.

\_\_\_\_\_. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, 21 (2), 2009, p. 211-233.

ROCHA, A. A. *Uma análise do crescimento econômico na faixa de fronteira*: o caso do Paraná. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Unioeste. Toledo, 2013.

SILVEIRA, Ada Machado e Guimarães, Isabel Padilha (Org.) *Conexões (trans)fronteiriças*: mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu (PR): EDUNILA, 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016*: homicídios por arma de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016.

**Resumo:**

Partindo do diálogo entre diferentes pesquisas sobre fronteiras compreendidas nos últimos anos, esta pesquisa tem como objetivo estudar as representações sociais da violência em duas regiões de fronteira do Brasil: a Grande Dourados (MS) e o Oeste Paranaense (PR). Para tanto, analisa como a imprensa local nessas regiões contribui para a (re)produção de representações sobre crime e violência. Num período de aproximadamente três meses, foram selecionados 2.256 títulos de notícias em quatro jornais (dois para cada região), os quais foram classificados em três categorias de ocorrências e analisados em termos da frequência de palavras-chave que reforçam imagens, estereótipos e concepções da violência e da criminalidade na fronteira.

**Palavras-chave:** Violência; fronteira; representações sociais.

**Abstract:**

Starting from the dialogue between different and recent frontier researches, this article aims to study the social representations of violence on two border regions of Brazil: Grande Dourados (MS) and the west of Parana (PR). Therefore, it analyzes how the local press in these regions contributes to the (re)production of crime and violence representations. Over a period of three months, it was selected 2.256 news titles from four newspapers (two from each region) which were classified into three categories of occurrences. Then they were analyzed by the frequency of keywords that reinforce images, stereotypes and conceptions of border crime and violence.

**Keywords:** Violence; borders; social representations.

Recebido para publicação em 30/04/2018.

Aceito em 07/08/2018.

# **Entre trânsitos e cárceres: os processos de (des)fazer a fronteira hispano-marroquina numa experiência prisional no Centro Penitenciário de Tetuão**

**Montserrat Valle Prada**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

mmonxi@gmail.com

## **Uma ponte entre a fronteira e o cárcere**

Localizo, na fronteira hispano-marroquina, o eixo dessas páginas que, se bem adota formas palpáveis a partir de histórias e experiências transfronteiriças concretas, também se constrói na abstração e no dinamismo de seus contornos. Dessa maneira, a fronteira vai ganhar múltiplas representações no texto. Ela é o arame farpado do qual fala Gloria Anzaldúa (1987), mas também se palpa nos cruzamentos entre sistemas valorativos de modos de vida, rasgos constituintes das pessoas e marcos conceituais que alteram constantemente o seu espectro. A fronteira tem uma disposição espaço-temporal, porém, não só adota formas geopolíticas localizadas entre os territórios, senão que

sua expressão se manifesta em formas complexas que vão além das condições jurídico-administrativas e econômicas. Estou me referindo à fronteira como uma tecnologia de poder que possui condições de atuação múltiplas, um objeto que se constrói e se perpetua a partir de mecanismos de regulamentação, controle e gestão de fluxos e corpos.

A fronteira entre Ceuta, Espanha, e Tetuão, Marrocos, se consolida por 6,3 quilômetros de cercas de arame equipadas com dispositivos de vigilância no seu perímetro. A multiplicidade de experiências de vida que se produzem nesses cruzamentos fronteiriços possibilita analisar regimes de governamentalidade sobre certos trânsitos nos limites de ditos Estados. Através da história de Rita — principal interlocutora —, busco mostrar algumas relações que perpassam as experiências transnacionais e os significados dos muros entre sujeitos que habitam as bordas da fronteira hispano-marroquina. Da mesma forma que as autoras chicanas (ANZALDÚA; MORAGA, 1981) versam sobre as vivências transfronteiriças vinculadas ao corpo das mulheres de cor, busco entender a fronteira hispano-marroquina a partir do corpo de Rita como uma ponte tomada por múltiplas diferenças reveladas na sua experiência de encarceramento no Centro Penitenciário feminino de Tetuão, Marrocos, província adjacente à cidade espanhola de Ceuta.

Fazendo um paralelo entre a fronteira e o universo prisional (DAVIS; DENT, 2003), considero o cárcere como uma fronteira em si mesma pela própria partição dos muros ao determinar o dentro e o fora. Resultaria impossível conceber o dispositivo carcerário do Centro Penitenciário de Tetuão de forma isolada ao complexo jurídico-militar da fronteira hispano-marroquina, e vice-versa. Tal vinculação simbiótica ocorre pelo compartilhamento de tecnologias geopolíticas e econômicas de regulamentação e controle dos corpos. O presídio de



Tetuão está situado na franja fronteiriça hispano-marroquina, onde a circulação diária de pessoas e mercadorias entre Ceuta e Tetuão configura tanto a fronteira na sua dimensão local e transnacional, como as relações e distinções sociais que se dão nela. A interconexão de vivências, cotidianos, representações e tecnologias de gestão do corpo e do tempo, assim como as relações entre o dentro e o fora do presídio, colocam a prisão num *locus* de análise que nada deve à concepção da cadeia como uma entidade hermética.

Pensar a prisão de Tetuão como um espaço transfronteiriço permite-me debruçar sobre os limites nacionais dos Estados e identificar formas organizadas e atualizadas onde se desdobram, além de domínios de poder entranhados nas micropolíticas cotidianas — marcados por hierarquias raciais, de gênero, classe, religião e sexualidade —, também outras vivências atravessadas pela unidade penitenciária, como afetos, agenciamentos entre sujeitos e gestos de solidariedade balizados no dentro/fora da penitenciária feminina de Tetuão. Se a fronteira hispano-marroquina é a abordagem desta pesquisa, a prisão de Tetuão constitui a passagem narrativa na qual o relato de Rita se contextualiza.

A metodologia de pesquisa é resultado de uma série de entrevistas reunidas durante a experiência de campo na Espanha, entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017. Em viagem programada para a cidade de Barcelona, pude copilar e registrar detalhadamente a história de vida de Rita. Ela narrou situações que me transportavam a memórias passadas, agora não apenas compreendidas como contos já conhecidos senão como uma contribuição significativa para as discussões a respeito das relações e significados de fronteira. O nosso encontro, carinhoso e íntimo, se deve a uma revelação determinante para o curso desta escrita, Rita e eu temos uma relação afetiva de parentesco. Opto

por alterar seu nome como uma maneira de resguardar sua identidade. Assim, realizo uma imersão focada no relato de vivências, projetos e tensões que implicam um amplo leque de relações com os marcadores físicos e sociais da fronteira hispano-marroquina.

A experiência de campo traz à tona lembranças de inúmeras trocas familiares. Rita é minha tia paterna, filha caçula e única mulher entre cinco irmãos homens, de nacionalidade espanhola e criada em Torre-romeu, um bairro periférico da pequena cidade de Sabadell, localizada na província de Barcelona. Torre-romeu é um complexo de prédios e casas povoado inicialmente pela onda migratória procedente do sul da Espanha durante o período pós-guerra civil, no transcurso do século XX — como é o caso dos pais e irmãos de Rita, nascidos na periferia da província andaluza de Granada e conduzidos a um processo de deslocamento até habitar dito bairro. Atualmente, com uma população aproximada de 6.000 vizinhos, o bairro de Torre-romeu constitui uma das zonas da comunidade autônoma da Catalunha com uma maior porcentagem de população de etnia cigana e migrantes de origem marroquina e subsaariana.

## **A detenção penal**

Dois dias após ser detida na fronteira hispano-marroquina, no dia 25 de fevereiro de 2012, Rita foi encarcerada, com 39 anos de idade, no Centro Penitenciário feminino da cidade de Tetuão. Tetuão se localiza na região norte de Marrocos, a uma distância de quarenta quilômetros da cidade espanhola de Ceuta. O fragmento de vida de Rita que vou relatar começa no momento da detenção. Rita se encontrava dirigindo seu carro por uma estrada em território marroquino próximo a Ceuta. No interior de outro carro que circulava na sua

frente estava Lola, uma conhecida também espanhola casada com um homem marroquino. As duas tinham acordado ir para Marrocos de viagem e quando chegassem lá, segundo a situação, veriam o que fazer, sendo cada uma responsável pelas consequências dos seus atos. Lola trasladava um pacote de *haxixe*<sup>1</sup> e tentava cruzar a fronteira hispano-marroquina de Ceuta. Negócio que, no caso de se efetivar, lhe brindaria com algum benefício econômico.

Nesse 25 de fevereiro de 2012, porém, o trajeto da droga foi interceptado por um operativo policial de registro ordinário no passo fronteiriço entre Marrocos e a cidade espanhola de Ceuta que, ao descobrir o pacote, não só deteve a Lola, senão também a Rita. “A gente marcou de não se delatar, mas ela me delatou. Deve ter achado que se me delatava iam soltar ela, mas ficou dentro também”, diz Rita, atribuindo a culpa de sua detenção em função da revelação de Lola. Assim, aproximadamente quinze policiais forçaram Rita a sair do carro, transportando-a no veículo oficial até a delegacia de Tetuão. Ao alegarem que se tratava unicamente do preenchimento de um trâmite burocrático-legal para a continuação da sua viagem, Rita permaneceu 48 horas no calabouço da delegacia, num quarto subterrâneo escuro, pequeno e sujo, sofrendo uma série de chantagens e enganos em total privação de liberdade, sem acesso a informações ou esclarecimentos em relação a sua situação. Desprovida de instruções, firmou sua própria sentença ao reconhecer que estava traficando drogas na sua incursão pelo país. Rita afirma:

Ao ser detida não me deixaram usar meus direitos, que eram: ter um tradutor e ligar para o Consulado de Espanha ou para a minha família. Não me deixaram. Me obrigaram a assinar um documento que eu não entendia, depois soube que dizia que eu concordava que a droga era minha. Como eu vou dizer isso? Nem que estivesse

---

1. *Haxixe* é um termo árabe que significa a resina extraída da planta de *Cannabis*.

idiota! Pois me fizeram assinar isso. E me meteram na prisão me culpando do que eles quiseram. Porque não entendia e aquilo [a droga] não era meu. Eu dizia: — que alguém me traduza isto! Eles diziam que no documento estava escrito que eu ia embora de lá.

Acreditando na promessa dos guardas sobre liberar ela em troca de assinar dita folha impressa, escrita em língua árabe na sua totalidade, Rita firmou em cego um documento cheio de carimbos da delegacia, sem entender nenhuma palavra do que estava anotado. Essa firma deu início a um complexo processo burocrático-administrativo localizado na fronteira entre Espanha e Marrocos que, daqui em diante, transformaria a vida de Rita. A digitalização da grafia árabe, juntamente à privação de acesso à assessoria jurídico-legal e tergiversação do conteúdo do texto, tornaram tal papel um território transfronteiriço opaco e indecifrável, especialmente decisivo no porvir da trajetória de Rita.

Acessando um domínio da administração pública na delegacia de Tetuão, observamos que, na rotinização do poder do Estado, os documentos burocráticos aparecem no cotidiano dos artefatos gestores dos trânsitos transfronteiriços. O documento assinado por Rita na delegacia autoriza declará-la portadora e, ainda, responsável pela droga interceptada na fronteira a partir de um relato concreto que adquire a condição de prova no posterior julgamento do caso, tido agora como “crime”. Este documento, determinante na trajetória penal e na experiência transfronteiriça de Rita, adquire uma função legal uma vez que inscreve nele a versão “verdadeira” dos fatos ocorridos. Certa gramática, comprometida com a criação do que Adriana Vianna (2014) chama de um “efeito de coerência”, sedimenta e arquiva a vida de Rita no papel.

Passados dois largos dias, Rita foi encaminhada para o Tribunal de Justiça de Tetuão, onde procedeu o julgamento do caso. O juiz e o advogado de ofício já esperavam na sala quando Rita se incorporou

e efetuou a declaração oral dos fatos. O processo de acusação penal se estendeu durante dois meses e foi composto por cinco julgamentos com tradutor integrado, ocorridos consecutivamente em intervalos de duas semanas entre cada um deles. Segundo Rita, o procedimento sequenciado dos julgamentos “pretendia criar um clima de suspense para exercer pressão sobre a família da acusada e receber quantias de dinheiro”, remunerações sobre as quais se reestabeleceria a sentença definitiva.

A assinatura que Rita rabiscou naquela declaração escrita na língua árabe virou contra ela no julgamento, tornando-se uma prova acusatória com peso suficiente para culpá-la de um delito com pena “privativa de liberdade”. Desse modo, no quarto julgamento se deliberou a sentença de Rita, condenada a dezoito meses de cárcere por “porte e tráfico ilícito de drogas”: *haxixe*. Finalmente, no quinto e último julgamento, a pena foi reduzida a quinze meses de cárcere e uma multa alfandegária de 165.000 euros, sendo justificada esta mudança pelo fato de não terem encontrado indícios de droga no seu carro. Porém, dita sanção se prolongou até vinte e sete meses de encarceramento pela impossibilidade de liquidar a penalização econômica. Em nenhum dos julgamentos lhe foi entregue qualquer tipo de documentação, tornando o procedimento judicial um terreno incerto para Rita e fecundo às relações entre o poder punitivo e os elementos probatórios de “verdade” sobre o caso.

## **A entrada no centro penitenciário**

Diante dos olhos de Rita se erguia o prédio. Um corredor central conectava os três quartos. Em cada quarto moravam entre 25 e 27 mulheres, a maioria marroquinas, ainda que não todas. As portas dos

quartos eram feitas de grades de ferro maciço, com amplos orifícios nas suas ferraduras, nos quais se acoplavam grandes chaves também de ferro. As janelas, cobertas com uma armação de barras metálicas e vidros opacos, estavam fixas, algumas sempre permaneciam abertas e outras, por contra, sempre fechadas. “Não se via o exterior através das janelas, no inverno fazia frio pelas abertas e no verão calor pelas fechadas”, diz Rita. O chão era de mosaico, estampagem que se estendia até o banheiro, um por quarto. O banho dispunha de três latrinas construídas uma do lado da outra, equipadas com uma torneira e um balde de plástico cada uma. A água sempre saía fria, salvo duas horas por semana que a água esquentava. O sistema elétrico, carente de tomadas, contornava as paredes brancas e o teto, de onde penduravam as lâmpadas que emitiam uma luz branca e brilhante, criando um clima neutro no local. Na chegada à instituição carcerária, Rita ficou impactada de ver tanta gente no mesmo quarto, mas pensou “que era um equívoco e que sairia rápido de lá”.

Presídio feminino de Tetuão, Marrocos. Às 6h30 foram acesas todas as luzes do prédio. Rita abriu os olhos e contemplou ao seu redor, onde se encontravam as outras 25 mulheres deitadas nas camas. No espaço reduzido da cela, se alinhavam duas fileiras de beliches que formavam um pequeno corredor central para possibilitar o passo. No fundo, havia um banheiro. Rita saiu da cama e caminhou até o banheiro, o chão estava frio. Como cada manhã, entrou numa latrina, encheu o balde com água gelada e lavou seu corpo com o sabão em gel que seus irmãos mandavam mensalmente para ela. A água que vertia na cabeça escorregava pela sua pele branca até escoar no buraco da latrina.

Num canto do corredor, fora dos quartos, uma superfície retangular de mármore escuro com oito tomadas elétricas no seu contorno ser-

via de cozinha para as 80 detentas do prédio. Aos poucos, as tomadas iam sendo ocupadas por fogões elétricos fabricados com resistências circulares, sobre as quais pousavam as panelas; fogões trazidos pelas famílias das moradoras do presídio. “Oito tomadas para todas nós, sempre tinha treta”, lembra Rita. Sentadas no chão da cela, Rita e algumas outras companheiras preparavam os alimentos para cozinhar. Com cartões telefônicos cortavam os legumes sobre pratos de plástico, já que “estavam proibidas as facas”. Surpreendentemente, o presídio não proporcionava nem comida nem utensílios de cozinha. Por isso, o trânsito de familiares e conhecidos era crucial para a aquisição de comida, panelas, talheres, copos e pratos de plástico dentro do prédio.

Os intercâmbios afetivos, econômicos e materiais — se é que cabe distinguir categoricamente entre eles —, conformavam uma rede de relações que transcendia a estrita separação entre o dentro e o fora da prisão (PADOVANI, 2015). O interior do Centro Penitenciário feminino de Tetuão se conectava com a rua por meio de múltiplos processos de agenciamento com o exterior do cárcere. Estas tramas do dentro/fora e os fluxos que as subjazem mostravam que a rigidez dos muros da gaiola apresentava, em algum ponto, permeabilidades, permitindo-nos repensar seus limites. Através dos vínculos familiares e afetivos, as trajetórias de vida dos sujeitos encadeavam-se umas nas outras, formando complexas redes nas quais os trânsitos de alimentos, roupas, pratos, copos e produtos de higiene, entre outros, abriam brechas no concreto dos paredões do presídio. A experiência prisional de Rita vazava o limite das paredes da penitenciária. O sabão em gel que ela usava diariamente para assear-se e as roupas que vestia carregavam a fragrância de seus irmãos, cujas vidas também estavam atravessadas pelo aprisionamento de Rita. Assim, o painel de comida na cela de Rita se conectava não só com o pacote que seus irmãos

enviavam por correio, senão também com todas aquelas vidas que confluíam na vivência cotidiana do dentro/fora do presídio. Portanto, a materialização das trocas remete a múltiplas camadas de presença, desde trânsitos afetivos, remessas de dinheiro ou produtos básicos, até os processos de rotinização do Estado e as relações diplomáticas bilaterais entre Marrocos e Espanha que constituem a vivência na cadeia.

Rafael Godoi (2010) analisa os “vasos comunicantes” que fazem denexo entre a prisão e outros territórios. De acordo com o autor, os sujeitos encarcerados em centros penitenciários externos ao país de origem e as redes transnacionais de agentes influenciados pelo processo prisional complexificam o mapeamento dos efeitos do encarceramento. Neste ponto, poderíamos pensar que o nível de afetação pelo universo prisional é incalculável, já que nele se articulam as diferentes esferas da “rede transnacional de governamentalidade” (FERGUSON, 2006). Tomando emprestado o conceito de “vasos comunicantes” de Godoi (2010), considero estas conexões mediadoras das ordens e agências prisionais intermuros. Os canais de comunicação derivam das visitas, das relações com policiais e outros funcionários, da entrada de pacotes e sacolas com alimentos, roupas e produtos higiênicos, mas também dos telefones celulares que as detentas conseguiam e pelos quais se conectavam com o exterior do presídio. A vinculação entre os cotidianos de mulheres presas, familiares, amigos, funcionários, comerciantes dos arredores, burocratas, cônsules, juízes e reis constituem o processo de (des)fronteirização no enredo prisional do caso de Rita. Juntamente a tais agentes, as redes se articulavam com documentos oficiais, suportes materiais, financeiros e afetivos que produziam e sustentavam tais vínculos.



## Nas tramas das relações

A gestão da pena se articula por meio de várias tecnologias disciplinares (FOUCAULT, 2012). O encerramento obrigatório dentro dos presídios, distribuídos espacialmente em celas diferenciadas e em espaços territorializados, classifica as detentas no interior de uma malha de relações de poder que produz vastas hierarquias entre os diferentes agentes que transitam pelo dentro/fora do presídio. As vigilâncias constantes por parte dos funcionários do presídio, os estritos horários de fechamento das celas, o racionamento de água quente, a escassez alimentar e a privação de relações sexuais são alguns dos dispositivos de regulamentação dos corpos no árduo cenário carcerário. A fixação de uma economia do tempo e de limites espaciais configura a arquitetura do presídio e produz processos de diferenciação entre as presas.

O contato com o caso de Rita permite analisar algumas relações que se estabelecem entre os diferentes agentes que transitam pelo presídio feminino de Tetuão: as mulheres encarceradas, as funcionárias, os guardas de segurança, a direção e os familiares e conhecidos. Tais interações configuram uma teia de vínculos entre o dentro e o fora da prisão, através da qual a fronteira prisional vai adquirindo porosidades num interior/exterior nem sempre reconhecível. Se bem o dentro e fora do presídio se mostrem rígidos através dos seus paredões e janelas opacas, a circulação de afetos e “substâncias compartilhadas”, para usar as palavras de Janet Carsten (2014), indica as linhas de fuga pelas quais se movimentam as intensidades e os fluxos de carinho, ajuda e estimulação nos enredos da vida cotidiana.

Rita compunha o círculo de mulheres sentadas no chão de sua cela em torno de uma grande panela de alumínio. Uma companheira ia entregando, com as mãos, um pedaço de frango a cada uma delas. “As

que tinham dois pratos ofereciam para as que não tinham ou, então, compartilhavam o mesmo”, explica Rita. Algumas bebiam a água que escorria da torneira e comiam com as mãos, outras, como Rita, conseguiam comprar garrafas de água do exterior, que recebiam regularmente. Rita tinha um copo de vidro, um garfo e uma colher de alumínio que guardava “como um tesouro”. Entre gargalhadas, Rita me conta que roubava os talheres das funcionárias. Os produtos do exterior do cárcere recebidos pelas presas estabelecia diferenças significativas que determinavam os recursos econômicos ou a disponibilidade de uma rede familiar e afetiva próxima, mas, ao mesmo tempo, ocasionava políticas de solidariedade e processos de agenciamento entre indivíduos em privação.

Cada semana, Fátima — a irmã caçula de Naima, uma das companheiras de cela de Rita — cozinhava e levava para a penitenciária diversos pães. Fátima morava num povoado rural junto a sua família, onde amassava a farinha até adquirir um formato redondo, conhecido como *khobz*. Logo introduzia as formas num forno a lenha situado do lado de fora da sua casa construída com chapas de metal. Através das visitas à prisão, nomeadas como *ziarah*<sup>2</sup>, Fátima alimentava sua irmã e outras presas próximas. A vida de Fátima se encontrava profundamente atravessada pela cadeia, tanto nos afetos que eram depositados nesses trânsitos como nas pequenas remunerações que algumas detentas trocavam pelo pão, como Rita, que comenta ser “o melhor pão que comeu na vida”. O pão de Fátima ocupava um lugar central na organização social da cela e repercutia no percurso da experiência carcerária das detentas. Esses alimentos trazidos do exterior mobilizavam vias de solidariedade entre as visitantes e as companheiras do presídio. As

---

2. A palavra *ziarah* era usada para se referir às visitas de familiares e amigos. Tais encontros abasteciam as presas de sacolas com alimentos e outros objetos.

condições de precarização da vida, modeladas pelo dispositivo carcerário, eram apaziguadas pelas sacolas procedentes do exterior, sendo um fator relevante na constituição de relações entre as presas e na materialização das porosidades intermuros.

Natália Padovani (2015, p. 31) alerta como as redes afetivas vivenciadas a partir da experiência prisional intervêm nas trajetórias dos sujeitos no dentro/fora da prisão e anunciam “espaços privilegiados de agência e regulação” ou, ainda, “formas de vivenciar liberdades a partir da instituição prisional” (2015, p. 35). Assim, as trocas financeiras e afetivas operam cotidianamente como suportes de vida e, diversas vezes, extravasam os laços consanguíneos do que se entende como família. Afetos, ajudas e solidariedades veiculadas nesses agrupamentos tecidos através da experiência prisional, enredam vidas a despeito dos elos entre o cumprimento da pena e a projeção de liberdade.

Os processos dolorosos do encarceramento vão sendo compartilhados dia após dia por meio de múltiplas trocas. Fazendo referência à teoria de Janet Carsten (2014) sobre o “espassamento” e a “diluição” do parentesco através das “substâncias” entrelaçadas nos fluxos e intercâmbios intrínsecos ao presídio, Padovani (2015) já apontou que tais “substâncias” se referem ora a objetos concretos — como comida, dinheiro, sabão ou lugar de moradia —, ora a outras substâncias que produzem materialidade — como afetos, ajuda mútua, memórias, emoções e pensamentos. Ainda, a presença e troca de “substâncias” entram em jogo na convivência dos sujeitos e coletividades intrincados nas travessias penais, modificando as vivências corporais e relacionais subjetivas da prisão. Padovani (2015, p. 48) afirma:

No fim da visita afinal, o portão bate nas costas de quem sai e diante dos olhos de quem fica. Neste duro instante, a prisão parece ser nada

porosa. Mas é nesta saída/permanência que está a “pequena fenda” por onde dentro e fora se entrecruzam. Quem deixa a prisão ao final da pena, carrega-a por meio dos vínculos que passam a alinhar as vidas.

Neste registro, a prisão é produtora de políticas de amizade e cuidado frente ao sofrimento, à solidão e à saudade vivenciada, emoções que irão se estender inclusive após o cumprimento da pena. As redes de solidariedade articuladas nas instituições prisionais têm sido um tema recorrente em pesquisas sobre trocas afetivas e cárcere, onde conjuntamente aparecem outras dimensões no emaranhado das relações prisionais tingidas de desafetos, abusos de poder e uso de privilégios marcados por processos de diferenciação e hierarquização.

Rita conta sua história usando as palavras em árabe que aprendeu no presídio, algumas são palavrões que circulavam pelos corredores nos momentos de tédio em que o ponteiro do relógio parecia não avançar. A língua árabe que se falava no presídio era traduzida e interpretada nas relações entre as detentas. A cada dia que passava Rita desejava voltar para sua casa na Espanha, perto de sua família e amigos. Para Rita, isso era uma das marcas cardinais que a diferenciava das outras companheiras de presídio e lhe dava forças para ignorar os constantes insultos e brigas. O passaporte espanhol e seu lugar de origem a colocavam numa posição onde existia, para ela, um futuro que aspirava cada noite quando, às 23h em ponto, se apagavam as luzes do presídio. O futuro de voltar. O desejo de retornar para Espanha — território que, para Rita, constituía um lugar de conforto diante da situação em que se encontrava —, apaziguava a raiva que sentia no meio ao tumulto das brigas diárias. Assim, Rita criou seus mecanismos e condutas, aprendendo a ignorar os insultos dirigidos a ela como forma de agenciar seu bem-estar durante a travessia.<sup>3</sup> Tais pensamen-

3. Da mesma maneira que as autoras chicanas (ANZALDÚA; MORAGA, 1981)

tos, baseados na reafirmação de diferenças e assimetrias históricas entre pertencimentos geopolíticos, possuíam o peso dos privilégios engendrados por processos de territorialização que se faziam presentes. No interior de uma trama de legibilidade/ilegibilidade onde a pena frente à infração da lei é considerada legítima pelos mecanismos de consagração da mesma, Rita aciona narrativas que a vinculam a uma “boa cidadã espanhola” para alcançar uma suposta legibilidade civil ou “civilizada”. Para ela, evitar as brigas dentro do presídio a tornaria mais respeitável pelos agentes de governo, neste caso as funcionárias, produzindo o que Foucault (2012) chamou de reconhecimento da regra e prevenção do “contágio moral” por uma vigilância ativa.

A maioria das mulheres que habitava o presídio de Tetuão era de origem marroquina. Um pequeno número de mulheres como Rita provinha de Estados europeus, como Espanha, Portugal ou Itália. A nacionalidade apresentava-se como um relevante marcador social da diferença que, na interseção com outros processos de territorialização subjetivos e existenciais, criavam uma rede de relações entre os agentes do dentro/fora da prisão. O fato de ser espanhola despertava em Rita a segurança de que, caso não se envolvesse em problemas, um dia retornaria para o seu bairro periférico de Torre-romeu, posicionando-a num lugar de conforto em relação às presas originárias de Marrocos. Em seu relato, é remarcada a distinção entre as condições dos presídios espanhóis, segundo ela, equipados com academias e bibliotecas e, por contra, a carência estrutural do presídio feminino de Tetuão. Ademais, Rita percebia a situação de precariedade do presídio enquanto

---

utilizam o termo “travessia” para contar sobre suas experiências de passagem entre culturas, línguas e territórios distintos encarnados nos seus corpos, adapto o sentido desse conceito para me referir ao caminho de Rita, desde sua história pregressa de vivências acumuladas nos subúrbios espanhóis até o cruzamento da fronteira entre Ceuta e Tetuão e seu processo de cumprimento da pena ditada pelo juiz.

uma característica geral do Marrocos, como se o país inteiro fosse um aprisionamento desprovido do que ela entende por liberdade.

A etnografia *Nem dentro, nem fora das prisões*, escrita por Bruna Bumachar (2016), sobre a experiência prisional de estrangeiras na Penitenciária Feminina da Capital em São Paulo, contribui enormemente na análise das tensões pelas posições assimétricas de poder e nas formulações das diferenças de nacionalidade e raça. Baseando-se na ideia de que “certos fluxos conformam as fronteiras prisionais e transnacionais que não são nem dentro, nem fora, mas ao longo de múltiplos ‘dentros’ e ‘foras’” (2016, p. 61), a autora se interessa pelo modo como as estrangeiras vivenciam o dentro/fora da prisão numa produção de interfaces onde fluxos e fronteiras se diluem e entrecruzam formando margens, muros e porosidades.

Inspirada por Bumachar (2016), gostaria de remarcar, através dos processos de subjetivação de Rita, a impossibilidade de separar fronteiras e trânsitos. As distâncias e proximidades são tecidas por meio das configurações relacionais entre Rita e os outros, entre estar dentro e fora desses *intermezzos* de caráter provisório, contraditório e ambíguo. Ser “espanhola” no presídio de Tetuão embaralha categorias de diferenciação articulando noções de nacionalidade, raça, gênero e classe que são negociadas, comprometidas e ressignificadas constantemente em função das possibilidades, agências, necessidades e interesses. Dito de outra forma, longe de ser um princípio de unidade cultural interna, a nacionalidade se perfaz na confluência de outros eixos de diferenciação (BRAH, 2011) que, ao se imbricarem entre eles, moldam as relações sociais, a subjetividade, a identidade e a própria experiência prisional. Assim, a materialidade dos limites prisionais e transnacionais é modulada em função das (inter)ações dos agentes com as políticas de gestão envolvidas nessa trama.

O tempo da pena aparece na narrativa de Rita como um vetor que precisa ser morto a qualquer custo. “Lá se mata o tempo brigando”, “lá as pessoas se matam por uma pílula”, afirma. Se o período dentro das grades é percebido como desmerecedor de vida e, de alguma forma, ilegítimo ou indigno, os mecanismos de proscricção temporal, seja nas brigas diárias entre detentas ou em outros métodos de manipulação do tempo, como os processos de medicalização ou consumo de drogas, descortinam as agências políticas que Rita e as outras presas manifestam frente aos regimes carcerários de fiscalização. Então, sepultar o tempo da pena traz consigo inúmeras rixas, bate-bocas, duelos, pensamentos da e na diferença e, inclusive, prolongados estados de letargia possibilitados pela ingestão de fármacos ou drogas. Talvez nessas dobras, os espaços de existência das presas se sincronizam temporalmente com o exterior do presídio, permutando constantemente os sentidos e as possibilidades de habitá-los.

## **A economia das trocas e chantagens**

A circulação de remunerações econômicas, juntamente a rotinas de intimidações, abusos e rapinagens que movimentavam os bens providenciados nos múltiplos interiores e exteriores do presídio constituíam o funcionamento cotidiano do Centro Penitenciário feminino de Tetuão, estabelecendo certas relações de poder entre as presas, as funcionárias e os membros da direção, ou entre as próprias presas. Porém, as propinas em dinheiro não constituíam a única moeda de troca. As trajetórias das detentas eram atravessadas por espaços fronteiriços onde legalidades e ilegalidades iam sendo negociadas permanentemente. Tais trânsitos do formal e do informal, do lícito e ilícito, descortinavam uma verdadeira economia política nos intervalos tecni-

dos por relações prisionais e redes de ajuda.

“Sabe o que faziam algumas presas? Preparavam a comida das funcionárias com o que suas famílias traziam para elas comerem. Por obrigação! As funcionárias eram muito más”, coloca Rita. A raiva toma posse na fala de Rita na medida em que vai contando como as funcionárias removiam suas comidas, roupas e demais objetos pessoais. As contínuas inspeções que realizavam sobre as posses das presas atormenta a memória vivencial de Rita. “Eu as mandava ir à merda, não queria cozinhar para elas”, comenta Rita irritada, “mas roubavam meus utensílios de cozinha, porque minhas panelas eram melhores, e me deixavam sem nada, eram más”. A fala de Rita faz referência à “maldade” das funcionárias como “um maltrato psicológico frequente e desgastante”. Os subornos e ameaças constituíam uma peça-chave nessa engrenagem social que, juntamente aos acordos pactuados, significavam os vínculos que se produziam em tal contexto.

Cada mês Rita recebia um pacote da Espanha, uma caixa enviada pelos seus irmãos. Por ser de papelão, o pacote era chamado de *cartona* e costumava conter alguma peça de roupa como um moletom, um pijama, meias ou calcinhas, chinelos, um frasco de sabão em gel de 2 litros e creme hidratante. Quando Rita ia procurar o embrulho na sala de recepção dos envios externos, “já faltava metade das coisas”. Rita explica com detalhe as negociações com as funcionárias, que aconteciam mensalmente no momento de recolher a *cartona*. Afirma:

Eu pensava: — os meus irmãos estão me mandando isto [o pacote], gastando uma grana comprando tudo para que logo essas [as funcionárias] levem! Me chegava um gel e ela me dizia: — me dá esse gel. E eu dizia: — e com o que eu vou me lavar? Então, eu falava para a funcionária: — você agora vai sair pela porta e poder comprar o que você quiser, mas eu estou aqui dentro e tenho que me lavar com este sabão. Se eu te dou ele, com que eu me lavo? — Se você não



dava, elas já te marcavam.

Neste ponto da interlocução, decido perguntar a Rita a que está se referindo quando comenta que as funcionárias “marcavam” algumas detentas. Rita aclara essa parte me explicando que as represálias por não oferecer um bem pessoal às funcionárias podiam ser de vários tipos como, por exemplo, não sair para o pátio nas horas permitidas ou ser incomodada no momento das refeições através de imposições para expropriar a comida que dispunha. Então, na experiência de Rita, as consequências de negar uma petição das funcionárias incidiam sobre a gerência capilar da penitenciária e se fundamentavam no maltrato, cunhando uma política de fechamento e abertura constante na dinâmica inter/intramuros. Assim, as negociações entre presas e funcionárias iam se dando através de acordos precários, efêmeros contratos de aliança ou inimizade, constituídos por múltiplas contradições dificilmente catalogáveis por meio de posições relacionais rígidas.

Pradeep Jeganathan (2004) descreve os postos de fiscalização no contexto do Sri Lanka e define o termo *checkpoint* como as práticas governamentais de registro, ou seja, tecnologias de controle constitutivas dos dispositivos de Estado e de suas margens. Me inspirando nos apontamentos do autor para pensar a arquitetura prisional, pressuponho que as passagens de controle fronteiriças entre Espanha e Marrocos, que aparecem nítidas na alfândega de Ceuta, reproduzem uma fantasia de lembrança e antecipação da violência onde tais postos passam a ser percebidos como dispositivos de segurança cruciais no funcionamento paradoxal dos processos de fronteirização/desfronteirização geopolíticos e econômicos.

Os postos de migração, os controles fronteiriços que interceptam a circulação de sujeitos e mercadorias em certos pontos das rodovias, os agentes de governo encarregados de solicitar documentação de identi-

dade em portos, aeroportos e delegacias, juntamente aos registros das substâncias que chegam em sacolas e pacotes de papelão até o presídio feminino de Tetuão, suturam alguns dos limites fronteiriços entre Espanha e Marrocos. A partir de regimes de gestão dos corpos, alguns *checkpoints* como as alfândegas ou controles migratórios, demarcam sobre o mapa os limites do Estado. Outros postos de verificação e checagem “estão localizados, talvez, não nas fronteiras do estado, mas em suas margens fluidas e em deslocamento. Neste sentido, a própria existência de um *checkpoint*, como uma entidade operacional e um conceito, desafia a clareza da fronteira, desfocando seus distintivos”<sup>4</sup> (JEGANATHAN, 2004, p. 75). A construção de territórios de vulnerabilidade limítrofes permite que os *checkpoints* inseridos nos processos de Estado possam agir a partir de quadros operacionais próprios, nem sempre normativos nem legais. Portanto, através de práticas de governamentalidade, os momentos de verificação podem ser entendidos como zonas morais que condicionam a circulação de pessoas e elementos materiais.

Os postos de fiscalização governam a entrada/saída dos pacotes que circulam pelo Centro Penitenciário de Tetuão. Nestes registros, o mesmo *checkpoint* pressupõe o trânsito de substâncias e antecipa sua ilegalidade por meio de uma localização marginal. As margens fluidas e variáveis do Estado, às quais se refere Jeganathan (2004), se estendem até os pontos de controle prisionais que, inter-relacionados com as substâncias e os sujeitos, inauguram espaços limiares. Dessa maneira, tanto as presas, seus familiares e amigos, como as funcionárias e outros agentes de fronteira, são afetados pelas práticas dos *checkpoints* sobre a circulação de produtos que entram/saem do presídio. O pacote de Rita mandado pelos seus irmãos desde Torre-romeu,

---

4. Tradução minha.

periferia da Espanha, atravessa pontos de fiscalização fronteiriços, consulares e prisionais. No último posto, as funcionárias extraem dele uma parte do conteúdo. Assim, os *checkpoints* se mostram como pontos nevrálgicos onde os processos de estatização garantem a circulação de narrativas, a produção de relações e as condições de revista. Esses processos de produção de entrelaçamentos entre o dentro e o fora criam os discursos e as práticas das instituições prisionais.

O tempo da pena é compartilhado com a espera da *cartona* que, simultaneamente, nos remete ao *checkpoint* por atuar como mediador móvel das margens do Estado. Esta substância contém as marcas postais do Estado espanhol e o carimbo do Consulado de Espanha em Tetuão, expondo os rígidos limites burocráticos das fronteiras nacionais entre Espanha e Marrocos. O caminho do pacote e o processo condenatório que Rita percorre produzem linhas de assujeitamento que a própria prática do *checkpoint* representa implicitamente. Constar como infratora perante a lei aduaneira de trânsito de mercadorias e não ter condições econômicas para a liquidação da multa alfandegária coloca Rita numa posição de “inimizade” frente aos órgãos fiscais do Estado. A função dos *checkpoints* é evocar reiteradamente tais memórias e, a partir do controle dos movimentos de dentro/fora do presídio, assujeitá-la a formas antecipadas de ilegalidade, ilegitimidade ou, inclusive, violência.

## No vaivém da travessia

Nesses fragmentos de situações experimentadas por Rita, observamos como os processos de diferenciação operam sobre os corpos a partir de distinções de nacionalidade. O uso do termo diferenciação como uma figura aplicável a formações sociais específicas nos

permite analisar como as tecnologias de gestão do corpo agem e impactam sobre Rita. Pressupondo a fronteira em questão como uma tecnologia política na qual seu poder não é algo dado *a priori*, senão que constituído incessantemente nas relações que a subjazem, os processos de estatização articulados pelas suas instituições legais, jurídicas, políticas e sociais definem a (i)legitimidade das posições e o reconhecimento/ausência de direitos dos corpos nos territórios intrincados. O processo de diferenciação de Rita gravita num vaivém, ora embranquecendo sua passagem pela cadeia na articulação dos privilégios derivados da cor de pele e da nacionalidade, ora precarizando sua vida nos episódios de violência institucional ocorridos durante a sua travessia. Os cenários de fronteira entre Marrocos e Espanha se deslocam da linha divisória entre dois Estados-nação para incorporar-se nos intervalos da cotidianidade, num *continuum* de porções de vida que vão do bairro periférico de Torre-romeu até os mais profundos atravessamentos no corpo e nas relações de Rita no presídio.

Habitando inúmeras fronteiras, a potência da personagem de Rita é precisamente nos revelar que os jogos de poder não seriam representados por dois planos opostos e preestabelecidos na imagem do opressor e do oprimido. Pelo contrário, as relações se mostram bem mais esfaceladas, fragmentadas e ruidosas por estarem os indivíduos sujeitados a certos poderes e, ao mesmo tempo, providos de certas influências de forma desigual e contingente. As contradições e ambiguidades que envolvem a figura de Rita e sua vivência fazem parte dos processos de constituição de uma passagem fronteiriça entre Espanha e Marrocos, ora aparecendo rígida, ora se mostrando porosa. As substâncias que entram no presídio, como água engarrafada, garfos, colheres, copos, comida, absorventes, roupas, medicamentos, produtos de higiene e outros recursos político-econômicos, juntamente às oscila-

ções seletivas dos níveis de violência e permissividade, conformam os vetores num diagrama de relações intermitentes entre os agentes que transitam pela margem fronteiriça hispano-marroquina do Centro Penitenciário feminino de Tetuão.

Os espaços de fronteira que aparecem na travessia de Rita se mostram contingentes, variados e incongruentes pelas transformações constantes que se dão nas distâncias e proximidades entre os muros do dentro e fora do presídio. A própria configuração de fronteira agita a segregação em múltiplos planos — tanto distrital, estatal, nacional, como também corporal, familiar e prisional. Nessas infinitas dobras, os laços e as contendas fazem flutuar os limites físicos, simbólicos, morais e, inclusive, ontológicos entre as diferentes urdiduras de relações. O aparelho prisional articula e regula os trânsitos dos sujeitos que o compõem a partir de processos de diferenciação que colocam os sujeitos em posições assimétricas. No interior de políticas de aprisionamento e criminalização, a gestão do corpo de Rita é produzida nas múltiplas intersecções entre “prisão” e “liberdade”, às vezes abstratas, tensionadas nos intervalos da cotidianidade das práticas de governo. Dentro da arquitetura prisional, a capilaridade do Estado se materializa na justaposição das trajetórias corporais. Assim, os processos de diferenciação por gênero, raça, nacionalidade, geração, língua e laços familiares enredados nesse contexto se entrelaçam com a produção de relações na experiência de encarceramento de Rita.

A partir da navegação pela narrativa da interlocutora, observamos como em situações de precariedade, Rita serve-se de algumas relações de poder para levar a cabo eventuais agenciamentos que assegurem sua vivência. Essas dinâmicas aparecem também tingidas de espaços de troca, solidariedade e afetos, possibilitando formas práticas de transitar pelos limites territoriais e existenciais das fronteiras. A

circulação pela fronteira hispano-marroquina de Ceuta e Tetuão conjuga diversos regimes de governamentalidade e práticas punitivas sobre certas mobilidades de pessoas e mercadorias nos limites de ditos Estados. O relato de Rita embaralha categorias estáticas, instigando eixos de análise frutíferos para o mapeamento da fronteira entre Espanha e Marrocos. A produção de postos de fiscalização fronteiriça flutua nas margens dos Estados-nação, nem sempre localizados nas divisórias entre os países, senão espalhados num leque de conjunturas que se estendem até delegacias, tribunais e controles nas saídas e entradas de substâncias no Centro Penitenciário feminino de Tetuão. Nesse diagrama de circulações, os processos de (des)fazer fronteira se materializam em múltiplas camadas de relações, trocas e agências emaranhadas à travessia de Rita, a um só tempo, prisional e transnacional.

## Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherríe (eds.). *This bridge called my back: Writings by radical women of color*. Watertown, Massachusetts: Persephone Press, 1981.

BRAH, Avtar. *Cartografias de la diáspora: Identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BUMACHAR, Bruna. *Nem dentro, nem fora: A experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 103-118, jul./dez. 2014.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre

gênero, globalização e punição. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 523-531, jul.-dez. 2003.

FERGUSON, James. Transnational topographies of power. In: FERGUSON, James. *Global shadows: Africa in the neoliberal world order*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 89-122.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint: Anthropology, Identity and the State. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 67-80.

PADOVANI, Natália. *Sobre casos e casamentos: Afetos e 'amores' através de penitenciárias femininas de São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

VIANNA, Adriana. Etnografando Documentos: Uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014, p. 43-70.

**Resumo:**

A posição confinante das águas do mar Mediterrâneo torna a fronteira entre Espanha e Marrocos não apenas uma localização geopolítica, senão um território onde se produzem, no seu cotidiano, relações, demarcações, fraturas e porosidades entre espaços, sujeitos e modos de vida. Neste artigo, proponho contemplar os diversos processos de fazer e desfazer a fronteira hispano-marroquina a partir da trajetória de Rita — principal interlocutora —, uma mulher espanhola encarcerada no Centro Penitenciário feminino de Tetuão, Marrocos. Ao considerar tal prisão como uma passagem da fronteira hispano-marroquina em si mesma, vou tecendo um diagrama de circulações, agências e cruzamentos entre métodos punitivos e eixos de diferenciação que compõem e alteram constantemente o seu espectro.

**Palavras-chave:** Fronteira; Cárcere; Espanha; Marrocos.

**Abstract:**

The confining position of the waters of the Mediterranean Sea make the border between Spain and Morocco into not only a geopolitical location, but also a territory that — on a daily basis — produces relationships, demarcations, fractures, and porosities between spaces, subjects, and modes of being. In this article, I contemplate different processes of making and unmaking the Spanish-Moroccan border through an examination of the personal trajectory of Rita, the study's primary interlocutor. Rita is a Spanish woman currently imprisoned at the female Penitentiary Center in Tétouan, Morocco. By considering the prison as an extension of the Spanish-Moroccan border in and of itself, I aim to weave a diagram of circulations, agents, and crossings among the multiple methods of punishment and the axes of differentiation that compose and alter the border's specter constantly.

**Keywords:** Border; Prison; Spain; Morocco.

Recebido para publicação em 26/04/2018.

Aceito em 07/08/2018.



# **Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise genericada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia**

**Flávia Melo**

Universidade Federal do Amazonas

flaviamelodacunha@usp.br

## **A penosidade *da* fronteira<sup>1</sup>**

Os marcos reguladores da legislação trabalhista brasileira definem penosidade, insalubridade e periculosidade como condições de precarização do trabalho e correspondem, respectivamente, ao desempe-

---

1. Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas em uma série de eventos: V Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais (Fortaleza, 2016), Seminário Gênero em territórios de fronteira (Campinas, 2017), V Congresso da Associação Latino Americana de Antropologia (Bogotá, 2017), 18º Congresso Brasileiro de Sociologia (Brasília, 2017), Workshop Gênero e Mobilidades (Campinas, 2017) e 41º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu, 2017). Agradeço a Luiz Fabio Paiva, Jose Miguel Olivar, Gabriela Torres-Mazuera, Paola García-Reyes, Lindomar Albuquerque, Adriana Piscitelli, Natalia Padovanni e Laura Lowenkron pelos profícuos debates proporcionados e pela oportunidade de amadurecer muitas das questões aqui discutidas. Também agradeço as sugestões dos pareceristas da Revista de Ciências Sociais e, sobretudo, a revisão atenta e cuidadosa de Fabio M. Candotti.

nho de atividades desgastantes, de exposição a agentes nocivos para a saúde e de grave risco à vida. Ainda na primeira metade do século XX, a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) reconheceu no Brasil a necessidade de indenização pecuniária para as atividades consideradas perigosas e insalubres. Em 1988, a Constituição Federal garantiu como direito social a remuneração adicional e indenizatória ao trabalho realizado sob condições de perigo, insalubres ou de pena. Na sequência, normas do Ministério do Trabalho<sup>2</sup> regulamentaram os adicionais por periculosidade e insalubridade, assegurando o primeiro a categorias de trabalhadores como policiais e bombeiros, e o segundo aos trabalhadores da saúde e da indústria química.

Se para os adicionais de periculosidade e insalubridade os parâmetros legais de aferimento baseiam-se em circunstâncias objetivas (lesões físicas) ou taxas toleráveis de exposição a determinados agentes químicos, as diretrizes para determinação das condições de penosidade são ainda imprecisas e demasiado subjetivas. Talvez, por esse motivo, o pagamento desse benefício permaneça sem regulamentação e a sua implementação, quando concedido, tenha demandado morosos litígios judiciais.

No ano de 1990, uma lei reiterou o direito constitucional à indenização pelo desempenho de atividades penosas “aos servidores [públicos] em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento”. Anos depois, portarias da Procuradoria Geral da República garantiram o pagamento desse adicional aos servidores do Ministério Público da União em cidades “situadas na faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, bem como aquelas localizadas na Amazônia Legal e

---

2. Normas Regulamentadoras NR15 e NR16.

no Semiárido Nordestino que tenham população inferior a trezentos mil habitantes”<sup>3</sup>. Esse precedente desencadeou processos similares e, há alguns anos, servidores públicos de instituições federais de ensino localizadas nesses municípios da “faixa de fronteira” passaram a reivindicar o pagamento do “adicional penosidade”.

Em uma das poucas decisões judiciais favoráveis a esse tipo de pleito, a sentença definia o trabalho nesses lugares de “difícil fixação” como “atividade sofrida” e descrevia a condição de “penosidade de fronteira”. Na esteira dos confusos parâmetros legais existentes, o teor dessa decisão judicial sugeria a existência de um terreno escorregadio no qual a periculosidade produz a penosidade, sendo esta última caracterizada por um determinismo geográfico de forte viés etnocêntrico e colonial e por uma condição de perigo inerente à fronteira, concebida como região mais vulnerável ao crime. Assim, e ainda conforme o teor desses processos, um dos principais argumentos para reivindicação do benefício nas ações judiciais promovidas por servidores civis é o sofrimento físico e emocional provocado pelo desgaste de trabalhar em uma “região perigosa” ou de “difícil fixação”<sup>4</sup>.

Esse litígio trabalhista é representativo do modo como penosidade

---

3. Neste parágrafo refiro-me ao artigo 71 da Lei n. 8.112/1990 que estabeleceu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. As portarias da Procuradoria Geral da República/Ministério Público da União são as de n. 633/2010 e n. 654/2012.

4. Este excerto da decisão judicial corrobora para a argumentação em curso: “atividade penosa, dentre as variadas acepções, pode ser compreendida como aquela que, por sua natureza, circunstâncias ou métodos de trabalho, submetem o trabalhador à fadiga física ou psicológica. Também se enquadra no conceito de penosidade o exercício de atividade em zona de fronteira, onde, além do interesse estratégico de defesa nacional, há maior incidência de delitos transfronteiriços, cuja prevenção e repressão é de interesse supranacional, gerando maior desgaste no desempenho de cargos e funções públicas” (Sentença do processo nº. 0001707-74.2015.4.03.6202 do Juizado Especial Federal Cível de Dourados, Subseção Judiciária de Dourados/MS).

e periculosidade parecem, não raras vezes, confundir-se nas imaginações sobre uma parte da região amazônica situada no “Arco Norte” da “Faixa de Fronteira”<sup>5</sup>. Mais ainda, parecem retroalimentar-se e até mesmo imiscuir-se. Não me refiro a qualquer confusão no uso das imprecisas definições da legislação trabalhista nacional, mas a certa profusão semântica reveladora do modo como essas figuras são continuamente atualizadas na e sobre “a fronteira”. Refiro-me, particularmente, ao modo como se constituem imaginações políticas demasiado produtivas e capilares porque engendram saberes, práticas e instituições e são continuamente ressignificadas em diferentes camadas.

Em 21 de março de 2017, o noticiário vespertino da televisão A Crítica – repetidora da Rede Record no Amazonas/Brasil – exibiu um episódio da série jornalística “Nas veias do tráfico”<sup>6</sup> e apresentava aos telespectadores amazonenses os “piratas” do Rio Solimões – afluente do Rio Amazonas que, segundo a reportagem, seria a “artéria principal na rota da cocaína que vem de barco do Peru e da Colômbia com destino a Manaus”. Embora já conhecidos pelos ataques a embarcações e canoas que navegam com toda sorte de mercadorias e valores pelos rios amazônicos, os “piratas” são descritos na série como um grupo de criminosos que disputa o controle dos rios com facções criminosas que utilizam a hidrografia amazônica para transportar a droga produzida na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia.

Segundo a reportagem, os “piratas do Solimões” atacavam embarcações com carregamentos de cocaína pertencentes à Família do Norte

---

5. Definida pela Lei nº. 6634 de 02/05/1979 como a “faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 unidades da Federação” (Ministério da Integração Nacional, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2009).

6. Série JR “Nas veias do tráfico” exibida em março de 2017. Disponível em [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acesso em 06 de setembro de 2018.

(FDN), facção criminosa nacionalmente conhecida desde janeiro daquele mesmo ano, após a morte de 56 homens presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus/Amazonas/Brasil<sup>7</sup>. Como retaliação pelo roubo dos carregamentos, essa facção teria capturado e executado membros do grupo de piratas. Trechos de um vídeo anônimo, supostamente produzido pela FDN, exibiam a execução de uma dupla de piratas capturados. Um deles estava caído no chão, já morto, amarrado pelas mãos e pés a um tronco. O segundo aparecia de joelhos, cercado por facões, metralhadoras e lanternas sobre seu rosto enquanto era instado a descrever o seu *modus operandi*. Clamando por sua vida, justificava aos seus executores a razão da traição: “Sou pai de sete filhos. Não sei ler, não sei escrever. Fui criado no interior onde *eles* [os piratas] me deram apoio”. A piedade provocada pelo clamor daquele homem – provavelmente executado ao final da gravação – foi interrompida pelo espetáculo das cenas seguintes.

A sequência apresentava a operação de uma equipe especial da Polícia Militar do Amazonas que havia conseguido capturar outros desses piratas na cidade de Coari/Amazonas/Brasil, há 753 km da tríplice fronteira e 456 km de Manaus. Para a reportagem do JR, a pirataria havia se constituído um problema tanto para a FDN como para os gestores da segurança pública. A prisão dos piratas “no meio da selva amazônica” e a apreensão de armas de alto calibre escondidas em igapós foi transmitida de forma espetacular. Após a captura, os tesouros recuperados (armas de alto calibre) e os homens apreendidos foram exibidos em praça pública e cortejados em carro aberto até a cadeia da cidade. Dezenas de motos e buzinações acompanharam a condução e exibição dos presos pelas ruas da cidade, do porto ao cárcere.

---

7. Alessi, Gil. 2017. Massacre em presídio de Manaus deixa 56 detentos mortos. Disponível em [brasil.elpais.com](http://brasil.elpais.com). Acesso em 06 de setembro de 2018.

Anos antes, em julho de 2015, o Jornal de Jundiá (publicação digital do interior de São Paulo) divulgava uma matéria intitulada “A violência enraizada na Amazônia” em que descrevia a cidade de Tabatinga (Amazonas, Brasil) como uma “cidade pequena, [com] cerca de 50 mil habitantes, sem contar os estrangeiros que fincam estacas por lá, [e que] carrega nos ombros o peso da violência causada pelo Narcotráfico Internacional”<sup>8</sup>. Tabatinga – município brasileiro situado nos limites nacionais de Brasil, Peru e Colômbia – é a principal cidade da região do Alto Rio Solimões e ocupa lugar de destaque nas ações de enfrentamento ao tráfico internacional de drogas, políticas de defesa nacional e segurança pública desenvolvidas na região norte do país.

Essas narrativas, no entanto, não povoam apenas os noticiários jornalísticos. A principal diretriz do Ministério da Integração Nacional do Brasil (2009) para as políticas de fronteira reitera muitos dos elementos presentes nessas reportagens<sup>9</sup>. O mesmo sugere o teor do Relatório do Encontro Interinstitucional sobre a Justiça na Tríplice Fronteira Brasil/Peru/Colômbia (2011) publicado pelo Ministério Público Estadual do Amazonas<sup>10</sup>. Embora preocupado com questões atinentes

---

8. A matéria foi publicada na edição digital pelo Jornal de Jundiá em 29/07/2015. Disponível em [www.jj.com.br](http://www.jj.com.br). Acesso em 09 de abril de 2016.

9. “A região se apresenta como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e aos serviços públicos, historicamente abandonada pelo Estado e pela falta de coesão social, por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania”. (PDFE, 2009, p. 11).

10. “Dentro do amplo alcance da segurança coletiva da região fronteiriça não se apela apenas à proteção ou às técnicas de repressão, mas também à prevenção, à assistência, à minimização dos danos e à eliminação dos riscos. A segurança integral, além disso, se constitui num conceito que supera a tradicional exclusividade, militar e policial, que distinguiu a segurança pública por muito tempo. Há uma multiplicidade de novos agentes e causas de riscos e perigos, que não apenas os relacionados ao crime e à violência. Efetivamente, não há apenas um ‘inimigo’ à vista (o crime), mas uma região fronteiriça peculiar recheada de perigos e riscos que subvertem as tradicionais normas fixas de calculabilidade, ligando meios e fins ou

à proteção e assistência social, o relatório alude à “segurança integral” como meio para a “minimização de danos” e “eliminação dos riscos” para justificar a necessidade de políticas mais amplas e a preocupação preeminente de proteger uma região “recheada de perigos e riscos”.

Formulações como essas pressupõem e naturalizam o “incipiente desenvolvimento regional”, a “baixa densidade institucional do Estado” e a constante “ameaça do inimigo estrangeiro”, concepções que orientam de forma decisiva as políticas de integração nacional, defesa e segurança pública, mas também as de proteção social. Desse modo, a fronteira criada e imposta pelo estado brasileiro – não sem contínuas interações com outros estados nacionais – produz e se reproduz continuamente reconfigurando políticas e instituições forjadas, muitas das vezes, em contextos diversos e até mesmo oponentes à lógica da integração, defesa e segurança.

## **Gênero, Estado e Fronteira**

Minha contribuição para o dossiê “A fronteira como campo de pesquisa”<sup>11</sup> foi elaborada a partir da revisão e sistematização de diferentes processos investigativos experimentados ao longo de sete anos de pesquisa em cidades amazônicas situadas na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia<sup>12</sup>. Neste artigo, minha intenção é avançar na

---

causas e efeitos”. (Ministério Público do Estado do Amazonas, 2011, p. 07).

11. Agradeço a Luiz Fabio Silva Paiva (UFC), Lindomar Albuquerque (Unifesp) e Eric Cardin (Unioeste) o acolhimento deste trabalho.

12. Refiro-me a um conjunto de investigações realizadas desde 2012 e cujos objetos inserem-se no campo das políticas públicas de segurança pública, defesa nacional, proteção social e desenvolvimento regional. No *Observatório da Violência de Gênero no Amazonas* (MELO, 2012-2015, MEC/SESU) realizamos o mapeamento de crimes contra mulheres reportados à polícia e o inventário de ações públicas para enfrentamento à violência de gênero em 16 municípios do Amazonas. No *Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Alto Solimões* (REIS, 2015-2016,

proposição de ferramentas para uma análise generificada (VIANNA E LOWENKRON, 2017)<sup>13</sup> de formas de governo à luz de dados mais recentes, observados em minha pesquisa de doutorado sobre políticas de proteção social<sup>14</sup>.

Nesse empreendimento tenho recorrido a distintos métodos e materiais: pesquisa etnográfica de longa duração em delegacias de polícia, centros de assistência social e coordenações municipais e estaduais de políticas públicas; estudo de trajetórias individuais, intergeracionais e trajetos cotidianos; pesquisa documental sobre legislações, planos de políticas e normas técnicas produzidas por diferentes setores do estado brasileiro; análise de reportagens e outras publicações na in-

---

MDA/CNPQ) acompanhamos a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar, equidade de gênero e desenvolvimento territorial na região do Alto Solimões. Em outro projeto de pesquisa, *(In)segurança na fronteira: sobre como os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na Tríplice Fronteira Amazônica* (PAIVA, 2014-2016, CNPQ) analisamos as percepções de moradores da cidade de Tabatinga sobre criminalidade e segurança pública. Na pesquisa *Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia Brasileira* (OLIVAR, 2014-2017, FAPESP) nos dedicamos a observar mais detidamente as categorias gênero e estado em contextos amazônicos transfronteiriços. Finalmente, com a investigação *Regimes de mobilidade espacial na Amazônia urbana* (CANDOTTI, 2016-2017, CNPQ), consideramos os regimes de mobilidade espacial produzidos e vivenciados por moradores de dois dos principais centros urbanos da Amazônia (Manaus e a região transfronteiriça).

13. A análise que proponho guarda estreita relação com as premissas de Vianna e Lowenkron (2017), autoras que concebem gênero como um “modo de regulação social e produção de diferenças e hierarquias que tem importância estratégica na constituição e na compreensão da própria forma política estatal e suas tecnologias de governo” (p.01). A expressão *análise generificada* consiste, pois, em observar como políticas de estado engendram formas de governo, controle e hierarquias produtoras de e produzidas por diferenças de gênero.

14. A pesquisa intitulada *Políticas públicas e trajetórias de gênero na fronteira: análise do processo de implementação do Programa Bolsa Família na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia* é financiada com recursos da FAPEAM (bolsa de doutorado no país) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – Código de Financiamento 001) e realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo com estágio doutoral na Universidad Complutense de Madrid.



ternet; e pesquisa bibliográfica aportada em relatórios de pesquisa, monografias e artigos científicos.

O conjunto de políticas públicas que forneceu o material empírico para minha reflexão é bastante diverso, pois tenho dedicado especial atenção a três áreas da atuação estatal: defesa nacional, segurança pública e proteção social. Essas áreas não correspondem exatamente a instâncias administrativas do poder executivo, pois, embora observáveis separadamente nos nichos da burocracia estatal, designam um vasto aparato estatal e não-estatal que se materializa tanto em quartéis, delegacias, centros de referência, secretarias municipais, como em agências bancárias, supermercados, loterias e em procedimentos, técnicas, objetos e práticas de agentes públicos, civis e militares. Com efeito, são aqui compreendidas como processos híbridos e ramificados de controle, de gestão e de produção de territórios e de populações, ao mesmo tempo complementares e concorrentes entre si.

O foco sobre essas áreas se deve a dois motivos: primeiro pelo contexto geopolítico da região investigada, inserida em território componente do “arco norte” da “faixa de fronteira” do Brasil. Essa forma específica de territorialidade estatal<sup>15</sup> demandava considerar como esse

---

15. Convém uma menção à noção de território e a outro conceito dele derivado, territorialidade, que tem importância capital para o pensamento geográfico, assim como para uma certa antropologia (FORTES e EVANS-PRITCHARD, 1975; OLIVEIRA, 1998; ALMEIDA, 2012; GODOI, 2014). Ingold (2015, p. 215) argumenta contra o conceito de espaço por ser abstrato, rarefeito e vazio, incapaz de ser habitado. No entanto, no pensamento geográfico essa noção recebeu especial atenção. No sentido atribuído por Lefebvre (1974), é concebida dialeticamente como produto e produtor da vida social e das relações de produção e reprodução. Já “espaço geográfico”, proposto por Santos (1996), designa um conjunto complexo de sistemas de objetos e de ações mediados pela interação cultura-natureza através da técnica. Consoante a Lefebvre, Santos concebia espaço como uma criação sobre o território pelo povo. Raffestin (1980) também diferenciava espaço e território, mas, inversamente, definia o território como um campo de ação do poder cujo produto seria o espaço. Haesbaert (2004) argumenta que as concepções de Lefebvre e Raffestin não são necessariamente opostas, pois o primeiro define “um espaço

segmento se relacionava aos outros de meu interesse. Segundo porque me interessava continuar a observar e descrever práticas e instituições envolvidas no controle estatal da violência de gênero (MELO, 2008), o que me conduziu a perseguir outras agências cujas ações se conectavam com o “combate ao crime” (CANDOTTI, MELO e SIQUEIRA, 2017), o “desenvolvimento regional” (MELO e CANDOTTI, 2016) e a “proteção social” (MELO, 2017). Assim, o campo das políticas de assistência social constituiu-se progressivamente em um terreno novo e profícuo no qual, desde então, tenho me posicionado e forjado um ponto de vista.

Essa trajetória da pesquisa vem me conduzindo a um exame atento da relação entre gênero e estado, amplamente discutida em certa produção bibliográfica sobre programas sociais e avaliação de políticas públicas pela lente do empoderamento e autonomia das mulheres

---

feito território através dos processos de apropriação e dominação” (p. 02). Sobre a noção de território no pensamento geográfico, defende que “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (p. 02). O conceito de territorialidade é muito utilizado em pesquisas antropológicas e, tal como o define Emília Godoi (2014), é polissêmico, plural e abrange “processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados a um espaço transformado” (GODOI, 2014, p.10). Sua acepção abarca as dimensões sociais, simbólicas e físicas e enfatiza o caráter processual do território, em constante transformação. Parte dos dados considerados em minha análise abarcam de modo relacional tanto o território como categoria prática do estado-nação em sua dimensão jurídico-política-funcional (HAESBAERT, 2004); como as territorialidades, isto é, os processos situados de apropriação e transformação de territórios por meio de relações de poder (GODOI, 2014). Noutras palavras, tenho observado tanto os diferentes limites produzidos pelo estado brasileiro para gestão de políticas públicas e controle de populações, como as apropriações e transformações daquele mesmo espaço pelas mobilidades de mulheres habitantes da tríplice fronteira de Brasil-Peru-Colômbia, região estudada. Percorrendo essa linha de argumentação eu poderia afirmar que é na correlação entre distintas “lógicas territoriais” (HAESBAERT, 2004) continuamente atravessadas umas pelas outras que se localiza, em parte, o meu objeto de estudo.

(MARIANO, 2001; 2008; PIRES, 2011; PIRES, 2012; REGO, 2013). Esquivando-me dessa forma de abordagem e seguindo a trilha de uma densa linhagem de estudos feministas (BUTLER, 1990; MOORE, 1994; LAURETIS, 1994; BROWN, 2010), me interessa mais explorar uma perspectiva relacional dos modos como estado e gênero são feitos, tal como sugerem Vianna e Lowenkron (2017) ao analisar um amplo e diversificado conjunto de investigações. Essas autoras argumentam em favor de uma etnografia capaz de colocar em jogo a produção de gênero e de estado, em mútua e dupla constituição. Noutras palavras, propõem superar abordagens fixadas em uma ou outra dessas categorias, e perseguir os processos de estatização e generificação em “duplo fazer”.

Se poucos estudos foram dedicados a etnografias da “mútua constituição de gênero e estado” (VIANNA e LOWENKRON, 2017); e se, como defende Nascimento (2016), resta muito a explorar no campo das mobilidades transfronteiriças, acredito que a alegoria *pena* e *perigo* – aqui proposta como ferramenta dual de análise – permite desestabilizar simultaneamente as categorias gênero, estado e fronteira, articulando-as na descrição de processos de generificação, estatização e fronteirização na Amazônia, mutuamente implicados. Nessa esteira, mesmo a *Amazônia* produzida como categoria espacial anacrônica deveria ser desnaturalizada.

Para melhor explicar os meus argumentos, realizarei dois movimentos ao longo deste artigo. No primeiro, apresento uma narrativa de fragmentos etnográficos composta por um enredo intencionalmente entrecruzado de pessoas, objetos, lugares e temporalidades, representando figurativamente a maneira como trajetórias de vida entrelaçam-se a políticas e territórios, e vice-versa. Minha descrição, produzida no encontro com mulheres habitantes da região amazônica do

Alto Solimões, fixa-se em uma camada micropolítica de relações que tem me permitido conhecer histórias de vida, relações de parentesco, trânsitos e mobilidades por diferentes lugares e territorialidades. No segundo movimento, proponho um exercício de perspectivação do estado e de recusa de um certo “nacionalismo metodológico” (GLICK-SCHILLER e SALAZAR, 2013) para descrever os múltiplos territórios e políticas produzidas por diferentes processos de estado na região do Alto Rio Solimões nos últimos quinze anos. Nessa seção, descrevo as diferentes e contraditórias formas estatais de intervenção e controle, aparentemente homogêneas e intencionalmente unilaterais.

Na sequência desses movimentos, e em decorrência da observação de instituições e práticas de “proteção social”, descrevo a constituição do *governo feminino da fronteira* e analiso formas de governo protagonizadas por mulheres sobre as mulheres, o que revela modos de governar que incidem e ocorrem na relação mulher-mulher/mulher-homem e não mais, apenas, na relação homem-homem ou homem-mulher. Nessa seção, especulo sobre a rentabilidade dessa novidade empírica para o estudo da/na fronteira. Finalmente, discorro sobre os modos de operação do dispositivo analítico proposto, a saber, como pena e perigo atuam no governo da fronteira.

## Mobilidades transfronteiriças

Percorrendo os rios e cidades do Alto Solimões, cheguei em 2016 à comunidade de Santa Cruz<sup>16</sup>, no município de Benjamin Constant. Ali conheci Maria<sup>17</sup>, que havia chegado àquele pedaço de terra por volta dos anos 1980. Já perto dos 55 anos, preparava o nosso almoço com arroz, feijão e galinha – cultivados ali mesmo no seu quintal –

---

16. Nome fictício.

17. Nome fictício.

enquanto me contava como chegou ao lugar onde vive. Por volta dos anos de 1980, acompanhada do marido e de outros casais da mesma família, deixou sua terra natal com a incumbência de fundar uma nova comunidade da irmandade da Santa Cruz.

A Ordem Cruzada Católica Apostólica e Evangélica (OCCA), conhecida como *Irmandade da Santa Cruz*, foi fundada em 1972 pelo missionário Irmão José Francisco da Cruz (1913-1982). Levando “a cruz e o evangelho”, vestido em trajes franciscanos, o Ir. José percorreu o Brasil e muitos países da América Latina. Chegou ao Rio Solimões e seus afluentes depois de uma longa jornada em busca da “terra sem males”. Expulso da Colômbia em 1969 chegou a Iquitos, no Peru, dois anos depois. Em 1972, chamado de profeta, retornou ao Brasil e fundou o povoado onde viveria até a sua morte, Lago Cruzador, no Rio Içá, afluente do Rio Solimões. As palavras do profeta foram bem acolhidas em muitas comunidades ribeirinhas e indígenas, por onde passou converteu centenas de pessoas, como Maria e seu esposo.

Ao chegar ao pedaço de terra designado pelo Irmão José, às margens do Rio Solimões, Maria e seus familiares – advindos de Lima, a capital do Peru – foram recebidos por um militar que, antes de lhes autorizar a permanência, providenciou junto a um juiz local a documentação brasileira, um novo sobrenome e, dessa maneira, “legalizou” a permanência do grupo em território brasileiro. Os Assis<sup>18</sup> “plantaram a cruz” e se dedicaram ao cultivo da terra onde nasceram seus filhos e netos.

Hoje, cerca de 30 famílias e 500 pessoas compõem essa comunidade que, embora localizada no município de Benjamin Constant, se estende para muito além de seus limites. Com relativa frequência,

---

18. Nome fictício.

homens e mulheres se deslocam a outras cidades e comunidades vizinhas, ribeirinhas e indígenas, para o comércio de peixe, frutas e hortaliças, o que tem revelado um estável circuito de trocas e comércio entre parentes. Há pouco mais de dez anos, essa rede incluiu a remessa e circulação de dinheiro, farinha e banana, dentre outros bens e produtos, para complementar a subsistência dos jovens que deixaram a comunidade e a roça para estudar nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, onde foram instalados centros de ensino superior público no início dos anos 2000.

Mensalmente, Maria e seu esposo também deixam a comunidade para ir à Tabatinga receber o benefício do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>19</sup>. Nos últimos dias do mês, a movimentação nessa cidade é intensa. Uma a uma, as canoas aproximam-se das margens do Rio Solimões, onde centenas de famílias atracam os barcos que lhes servem também de hospedaria. Essas pessoas ocupam as margens da cidade, as filas de agências bancárias e lotéricas, estabelecimentos comerciais e bares. A chegada das centenas de famílias indígenas e ribeirinhas para o saque do benefício do PBF transforma significativamente a rotina das cidades que sediam os estabelecimentos bancários, como acontece em Tabatinga e em outras cidades da região que desempenham o mesmo papel, como São Paulo de Olivença, situada na calha do mesmo rio, há algumas horas de viagem “rio abaixo”.

Às margens do rio Solimões, em suas canoas, nos comércios, nos bares, nas filas dos bancos e das loterias observamos dezenas de famílias aglomeradas. Não apenas mulheres: seus maridos, filhos e/ou netos também circulam pela cidade por esses dias. Nas filas para o saque nota-se também a presença de pessoas com dezenas de cartões do

---

19. Criado pela Medida Provisória 132/2003 convertida na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

PBF ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – uma espécie de aposentadoria paga a pessoas idosas sem contribuição previdenciária. Sabe-se na região que algumas dessas pessoas são lideranças comunitárias que intermedeiam o saque para poupar o penoso e oneroso deslocamento fluvial até as cidades maiores.

Alguns comerciantes locais, proprietários de supermercados, têm cartões do benefício e afirmam ter o mesmo intuito. Na mesma calha de rio, outras dezenas de quilômetros rio abaixo, na cidade de Fonte Boa, era possível observar, numa tarde de fevereiro de 2018, as centenas de pessoas enfileiradas ao sol do meio dia para consultar o saldo disponível nos cartões magnéticos deixados naquele estabelecimento. Após a consulta do saldo e a quitação de compras passadas, um pequeno valor em moeda era devolvido e uma nova conta de compras “a fiado” era realizada. Indagada sobre o que acontecia naquele “comércio”, uma moradora da cidade comentava: “Ali se vende o veneno e o remédio”, justificando assim o sistema de “fiado” e endividamento praticado.

Nesses estabelecimentos vendem-se os gêneros mais diversos – de refrigerantes e roupas a motores de barco. Ali, as famílias retornam mensalmente para fazer compras, submetidas a um sistema de endividamento e cobrança muito semelhante ao antigo “regime de barracão” que mantinha endividados os seringueiros amazônicos em outros períodos da história regional<sup>20</sup>. O “esquema” de retenção de cartões eletrônicos foi retratado em uma famosa reportagem – “Favela Amazônia: um novo retrato da floresta” – publicada no jornal O Estadão

---

20. O sistema de barracão, segundo Pereira (2012, p. 237), “reproduziu na Amazônia dos séculos XIX e XX o comércio regional do aviamento estimulando a produção da borracha (látex) a partir de um sistema em que o seringueiro era induzido ao consumo tornando-se cativo do seringalista, proprietário do estabelecimento comercial onde os trabalhadores dos seringais adquiriam os produtos de que necessitavam para sobreviver na selva amazônica”.

(NOSSA, 2015). A “máfia do Bolsa Família”, como ficou conhecida, foi alvo de investigações pela Polícia Federal em outubro do mesmo ano. Na época, noticiários locais e nacionais informaram o indiciamento de várias pessoas na cidade de Atalaia do Norte (BRANCO, 2015).

Terezinha<sup>21</sup>, filha de seringueiros, já ultrapassou os setenta anos e nasceu na cidade de São Paulo de Olivença. Atualmente “aposentada”, recebe mensalmente o Benefício de Prestação Continuada. Ao deixar a colocação no seringal herdada do pai, dedicou-se ao pescado e, associada à colônia de pescadores de sua cidade, participava de um programa de manejo e beneficiamento do pirarucu, uma espécie nativa de peixe explorada há mais de um século naquela mesma área. A lida no seringal e na pesca não são as suas únicas atividades. Nos últimos anos, lidera um grupo de mulheres indígenas que reivindica reconhecimento étnico.

Quando nos conhecemos em 2015, Terezinha participava de uma reunião promovida pela Secretaria de Estado de Assistência Social para orientar sobre o uso correto dos recursos recebidos pelo PBF e Seguro Defeso<sup>22</sup>. Numa manhã de quinta-feira, em maio daquele mesmo ano, centenas de “beneficiárias”, sentadas nas arquibancadas de cimento de uma quadra de esportes mal ventilada, esforçavam-se para escutar, entre abanos de papel, cochichos e choro de crianças, as orientações do presidente da colônia de pescadores, do gerente local da Caixa Econômica Federal e de duas assistentes sociais do Governo do Estado do Amazonas que lhes explicavam como proceder “corretamente” para a obter, retirar e utilizar o dinheiro do benefício.

---

21. Nome fictício.

22. Benefício concedido a pescadores artesanais no período de reprodução de algumas espécies de peixes ameaçadas de extinção, quando a pesca é proibida em certas regiões.



Uma das assistentes sociais mencionou em sua preleção uma reportagem exibida em 20 de maio de 2013 na TV Cidade – emissora afiliada à Rede Record no Maranhão – em que Francisca, mulher nordestina beneficiada pelo Bolsa Família, se queixava do baixo poder aquisitivo do benefício, com o qual não podia sequer comprar uma calça *jeans* para sua filha, o que custava R\$ 300. A menção ao vídeo ilustrou os esclarecimentos sobre o uso indevido do benefício do PBF: “O dinheiro do *Bolsa* é para famílias que estão abaixo da linha de pobreza”, explicava a assistente social demonstrando em cifras de reais os limites da “linha de pobreza”. “Esse dinheiro não pode ser usado para comprar calça *jeans* ou moto, aliás, quem é pobre não pode comprar uma moto, e se pode comprar moto e pagar o imposto, não precisa do benefício”.

Dias depois, enquanto tomávamos café na casa de sua filha mais velha, Terezinha contou-me orgulhosa que nunca precisou de “ajuda de governo” para alimentar-se ou aos seus filhos e netos. Da roça que mantém até hoje “com as próprias mãos” retira a farinha, o açaí e a banana que envia aos netos que partiram para “fazer faculdade” na cidade vizinha. O dinheiro que recebe do BPC é somado ao de sua filha – beneficiária do Bolsa Família – e enviado para manter o aluguel e o transporte dos netos em Benjamin Constant.

Nessa cidade, em 2006, foi instalado um *campus* da Universidade Federal do Amazonas – parte de uma política federal de interiorização do ensino superior – onde os netos cursavam as faculdades de Antropologia, Pedagogia e Letras. Ali, não existe transporte coletivo municipal nem subsídio estudantil para esse tipo de despesa. O principal meio de transporte disponível aos moradores da cidade é o serviço de mototáxi cuja passagem custava três reais naquela época. Juntos, os três netos de Terezinha gastariam mensalmente o valor de R\$ 360

para assistir às aulas caso não pudessem fazer o percurso caminhando e, por esse motivo, a família reuniu as economias para comprar uma moto *urbana*.

Urbana é um modelo de motocicleta adquirido em balsas de comerciantes peruanos atracadas às margens do Rio Solimões, no “lado” peruano, vizinhas à Benjamin Constant. Grande parte das motocicletas que circulam na cidade são adquiridas nessas balsas e a baixo custo. Em 2011, custavam algo em torno de seiscentos reais e seu combustível, a gasolina, era comercializado a quatro ou cinco reais em garrafas plásticas de Coca-Cola em casas peruanas espalhadas pela cidade (BRASIL, 2013). As motocicletas trazidas “ao Brasil” e o combustível vendido na cidade são considerados pelo estado brasileiro como “contrabando” e, por esse motivo, “apreendidos” em operações da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, comuns naquela cidade. Apesar de o “controle alfandegário” estabelecido pela repressão policial, a assistente social do governo ignorava, dentre outros fatos, que naquelas cidades não existia cobrança de imposto para circulação de motocicletas, pois não havia órgão municipal de fiscalização de trânsito.

A corriqueira apreensão de motocicletas e combustível em Benjamin Constant guarda, nos últimos anos, relação com o incremento do comércio local proporcionado pelo acréscimo monetário da renda condicionada e de outros benefícios assistenciais e previdenciários, mas também com o hercúleo e persistente trabalho de controle da circulação de bens e de pessoas em uma região transfronteiriça onde até mesmo a dinâmica ecológica subverte os limites das fronteiras nacionais, extinguindo-as, aproximando-as ou alargando-as segundo as determinações do regime das águas e das terras caídas<sup>23</sup> do grande rio

---

23. Processo natural de erosão, comum nas margens do Rio Solimões. Consiste

Amazonas.

## Territorialidades estatais sobrepostas

Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Atalaia do Norte são cidades localizadas no sudoeste do estado do Amazonas e integram um conjunto de nove municípios situados na calha do Alto Rio Solimões, afluente do Rio Amazonas. Há muito séculos e sob diferentes contextos administrativos e territoriais, têm sido alvo de sucessivas intervenções, coloniais e estatais, para demarcação, ocupação e proteção de fronteiras nacionais cujos limites são ali coincidentes.

A dinâmica territorial e administrativa dessa região é bastante complexa<sup>24</sup>. Segundo os dados sistematizados por Menezes (2012), o núcleo formado pelas antigas localidades de Tabatinga, Remate dos Males (Benjamin Constant) e São Paulo de Olivença compuseram uma “peculiar configuração urbana” (MENEZES, 2012, p. 06) em que as atuações da Igreja Católica e das Forças Armadas foram fundamentais para a ocupação, o controle e a nacionalização do território brasileiro na Amazônia.

Hoje, os atuais municípios de Benjamin Constant, Tabatinga e São

---

em “desbarrancamento” ou “desprendimento das margens dos rios” com desmoronamento de solo para dentro do leito”.

24. A antiga vila de São Paulo de Olivença foi instituída município em 1817 e destituída dessa condição em 1833. Em 1884 foi elevada à categoria de Comarca do Solimões, retornando à categoria de município em 1892. Com a criação do município Remate dos Males, atual Benjamin Constant, em 1898, esse território e o de Tabatinga foram desmembrados de São Paulo de Olivença, para integrar o novo município. As mudanças administrativas e territoriais não cessaram de ocorrer. Benjamin Constant foi destituído em 1901, restituído em 1904, novamente extinto em 1930 e recriado em 1931. São Paulo de Olivença tornou-se em 1910 a sede da Prefeitura Apostólica do Alto Solimões e voltou à condição de município apenas em 1935 (MENEZES, 2012, p. 04).

Paulo de Olivença têm seus territórios abrangidos pelo “arco norte” da “faixa de fronteira” do território brasileiro<sup>25</sup> e integram a “mesorregião do Alto Solimões”, definição geográfica e socioeconômica de ordenamento territorial empregada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional<sup>26</sup> que orientou todas as políticas públicas implementadas pelo governo federal brasileiro nas últimas décadas.

Com efeito, “mesorregião do Alto Solimões”, “faixa de fronteira”, “Arco Norte” e “tríplice fronteira” são alguns dos territórios produzidos por imaginações estatais consolidadas no século XX por meio, principalmente, de políticas de Defesa Nacional e Segurança Pública, que atuaram e atuam no governo do território e na gestão de populações. A “mesorregião amazônica do Alto Solimões” foi criada pelo Ministério da Integração Nacional em 2008 no âmbito da Política Nacional de Ordenamento Territorial (BRASIL, 2003) implementada pelo governo federal brasileiro. Essa política pretendia instituir uma “nova racionalidade” de gestão das ações do estado brasileiro, conjugando “ordenamento territorial” e “desenvolvimento regional”. Desse modo se configurou uma importante referência territorial para as ações estatais naquela região, dentre as quais o Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008) que consistia em uma “estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais” destinada a “famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2008).

---

25. Definida pela Lei nº. 6634 de 02/05/1979 como a “faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 unidades da Federação” (BRASIL, 2009).

26. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Segundo o PNDR, a mesorregião do Alto Solimões abrange nove municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tonantins, Fonte Boa e Jutai (BRASIL, 2007).

A região do atual município de Tabatinga – principal e maior cidade dessa região – foi ocupada ainda no período colonial com a instalação do forte militar São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado na segunda metade do século XVIII por um destacamento militar que almejava dirimir as disputas territoriais e guardar os limites entre os reinos de Portugal e Espanha (SAMPAIO, 2009). Desocupado em 1889, o forte seria reassumido por tropas militares em 1910, com a instituição do Contingente Especial de Tabatinga. Levado pelas terras caídas em 1932, o forte foi reconstruído e, no ano de 1949, transformado em pelotão de fronteira. Desde então, recebeu sucessivas feições administrativo-militares, passando de pelotão a colônia militar. A Colônia Militar de Tabatinga, surgida em 1967, cumpria a missão de “nacionalizar as fronteiras do país, criar e fixar núcleos de população e promover o desenvolvimento e manter a segurança da área pela vigilância permanente”<sup>27</sup>. Em 1969 tornou-se comando, em seguida batalhão (1992) e, finalmente, nesse mesmo ano, foi criada a sede do Comando de Fronteira Solimões/8º. Batalhão de Infantaria de Selva (CFSol/8º BIS).

Do seu surgimento a fins do século XIX, o território de Tabatinga pertenceu na maior parte do tempo à cidade de São Paulo de Olivença, uma antiga prefeitura apostólica<sup>28</sup>. Essa condição cessou em 1898 quando incorporado ao território do recém-criado município de Benjamin Constant. No ano de 1968 todo esse território recebeu a classificação de “área de interesse da Segurança Nacional”<sup>11</sup>. Essas áreas instituídas no período da última Ditadura Militar brasileira (1964-1985)

---

27. Informações extraídas do site do Exército Brasileiro disponíveis no endereço eletrônico [www.eb.mil.br](http://www.eb.mil.br). Acesso em 15 de setembro de 2017.

28. No ano de 1910, o governo brasileiro cedeu às missões religiosas católicas o controle da região amazônica por meio das Prefeituras Apostólicas de Tefé, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença.

não possuíam autonomia política, a escolha de seus prefeitos era prerrogativa exclusiva do presidente da República e eram regidas pela Lei de Segurança Nacional<sup>29</sup> que estabelecia uma série de crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social. A antiga vila militar de Tabatinga se tornaria administrativamente autônoma somente no ano de 1981<sup>30</sup>.

Situadas na zona de influência da “tríplice fronteira amazônica” de Brasil, Peru e Colômbia – formada pela confluência das cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) – as cidades da mesorregião do Alto Solimões integram, também, o “Arco Norte” da “Faixa de Fronteira” estabelecido pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)<sup>31</sup>. De acordo com o PDFF, o Arco Norte abrange os estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre constituindo um “arco indígena” do ponto de vista do território e da identidade territorial, pela numerosa presença de terras indígenas e pela importância étnico-cultural mesmo fora das áreas de reserva (BRASIL, 2009, p. 34). Essas descrições, muito difundidas em documentos públicos, reportagens e mesmo em artigos científicos, são frequentemente mobilizadas como justificativas para políticas de ocupação e integração, capitaneadas, sobretudo, mas não exclusivamente, pela Defesa Nacional e Segurança Pública.

Com efeito, batalhões das Forças Armadas e da Polícia Militar, e equipes das Polícia Federal e Polícia Civil mantêm na região, permanentemente, centenas de agentes públicos, em sua maioria homens. Ao mesmo tempo, equipes da ESFRON (Estratégia Estadual de Segu-

---

29. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.

30. Emenda Constitucional do Amazonas nº. 12 de 10/12/1981.

31. A extensão da “faixa de fronteira” do território brasileiro corresponde a “150 km de largura ao longo de 719 km da fronteira terrestre brasileira”, conforme a lei nº. 6634 de 1979.

rança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas coordenada pela Polícia Militar do Amazonas), da Operação Sentinela (conduzida pela Polícia Federal), da Força Nacional de Segurança Pública (organizada pelo Ministério da Justiça) e da Operação Ágata (promovida pelo Ministério da Defesa) desenvolvem “campanhas” e “operações” de “combate ao crime”, “vigilância da fronteira” e “proteção social”.

## O governo feminino da fronteira

Em meio às perseverantes imagens de “ausência do Estado” e de “terra sem lei”, ao observar a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) – conjugada ao Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008)<sup>32</sup> – pude acompanhar mais detidamente a emergência de saberes pautados nas ideias de “vulnerabilidade social” e “populações vulneráveis”, assim como o surgimento de outras institucionalidades (leis, projetos, equipamentos, cargos, práticas, procedimentos) que têm me permitido deslocamentos empíricos e a construção de outros caminhos de pesquisa no campo das políticas de estado, na fronteira, desde a perspectiva analítica do gênero.

Com efeito, na última década, além das políticas e territórios forjados pela Defesa Nacional e Segurança Pública, surgiram na região estudada novos territórios e territorialidades associados a programas e projetos para o “desenvolvimento regional” e, especialmente, para

---

32. O Programa Territórios da Cidadania (2008) estabelecia sua área de atuação em regiões que possuíssem “menor Índice de Desenvolvimento Humano; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; e pelo menos um território por estado da federação” (BRASIL, 2008, p. 02).

a “proteção social”, como o PBF. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>33</sup>, consiste em política de transferência condicionada de renda que “beneficiou” milhares de famílias residentes nas sedes dos municípios e nas mais distantes comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas de todo o estado do Amazonas. Foi implementado há doze anos no Brasil e se constituiu importante política de proteção social e combate à pobreza, destinado a famílias em “situação de pobreza”, mas não apenas isso, como pretendo demonstrar neste artigo.

Para execução do PBF, a arquitetura da política de proteção social exige alguns serviços públicos, como o CADUNICO (Cadastro Único) – nome atribuído às unidades municipais onde se realiza o cadastro de pessoas que serão beneficiadas pelo PBF ou BPC e tantos outros benefícios socioassistenciais geridos pela proteção social brasileira. Uma vez inseridas “no sistema”, as pessoas “beneficiadas” passam a frequentar os serviços de “fortalecimento dos vínculos familiares” de acordo com sua faixa etária e com as demandas de cada família. Em termos nativos, os encaminhamentos para benefícios e serviços de referenciamento devem ser adequados às “vulnerabilidades” de cada família, estratificadas como baixa, média e alta complexidade conforme o “grau de ameaça ou violação de direitos”.

Os CRAS e CREAS (centros de referência da assistência social) são unidades públicas estatais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, segundo as diretrizes da Política Nacional de Assistência (2004) devem ser instalados em regiões de baixos índices de desenvolvimento social (IDH) para a promoção de serviços de “proteção social básica e especializada” e para a “garantia de direitos” por meio

---

33. O ministério foi criado em 2004 no primeiro mandato de Lula da Silva. Em 2016, foi fundido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por Michel Temer.



de ações que abrangem o monitoramento da frequência escolar de crianças e adolescente; a saúde básica preventiva de crianças e idosos (como vacinação ou controle de diabetes e pressão arterial); e a prevenção a “violências” (especialmente doméstica e sexual) ou atenção a pessoas em “situação de violência”. Em todas as cidades do Alto Rio Solimões, existem setores de cadastro, centros de referência e uma ampla rede de órgãos públicos municipais e estaduais composta por secretarias, conselhos, conferências, instâncias executivas e colegiadas que participam da execução do PBF e de outros programas dessa política.

A proteção social tem como foco a família e como destinatário prioritário as mulheres. No caso do PBF isso significa que o pagamento do benefício é nominal para as mulheres, o que pretendia, nos termos formais, subverter a concepção de chefia familiar<sup>34</sup> centrada no homem, promovendo a “autonomia” e o “empoderamento” feminino. As “condicionalidades<sup>35</sup>” do programa englobam políticas intersetoriais de educação, saúde pública, saúde sexual e reprodutiva, habitação, segurança alimentar, dentre outras. Desse modo, ao sistema de proteção social e, portanto, ao PBF vinculam-se outras ações e programas do Sistema Único de Saúde (SUS) – como o Programa Saúde da Família –, de educação básica e segurança alimentar, para citar apenas alguns. Nesse campo de intersecção é emblemático como concepções de gênero e de território se enredam e atuam como importante agente de fronteirização.

Por exemplo, os dados aportados pela etnografia produzida por Campos (2012) evidenciam a existência de um esquema acusatório

---

34. Definição baseada em dados do IBGE que demonstravam a transformação do perfil da chefia familiar.

35. Conjunto de requisitos a serem cumpridos pelas famílias beneficiadas pelo BF para manutenção do pagamento.

que recusa sistematicamente parturientes “peruanas” que chegam aos hospitais brasileiros da fronteira para dar à luz, submetendo-as a violências associadas ao pertencimento étnico e nacional. O fato, via de regra, é classificado por agentes da saúde pública brasileira como “ma-landragem” ou “oportunismo” das mulheres “peruanas” para obter o registro de seus filhos no Brasil e, desse modo, o acesso ao benefício do PBF. A autora demonstra a recorrência de um procedimento oficioso praticado por enfermeiras e assistentes sociais nas unidades de saúde e hospitais-maternidade que exigem das mulheres “estrangeiras” uma série de documentos (como comprovantes de visto e residência no país) e restringem o seu acesso a outros (como o cartão da gestante).

Em pesquisa mais recente, a mesma pesquisadora (CAMPOS, 2018) descreveu a sofisticação e a institucionalização desses mecanismos de controle por meio da criação de uma junta com a tarefa de arbitrar sobre a expedição da certidão de nascimento para crianças de mães “estrangeiras” e/ou sem o cartão de pré-natal, atendidas em emergência. Essa estratégia, como justificam agentes públicos e parte da população local, garante que os “escassos recursos” brasileiros não sejam levemente apropriados por “estrangeiras” que “cruzam” a fronteira e adentram o território brasileiro para obter benefícios sociais<sup>36</sup>. Segundo tais percepções, a atração produzida pelos benefícios sociais brasileiros e o agenciamento “oportunista” da maternidade pelas “estrangeiras”; tal como o uso do benefício para fins distintos daqueles preconizados pela política como aqueles descritos na história de Terezinha revelam uma série de imagens prenhes de moralidades sobre o perfil de beneficiárias e dos usos “corretos” do benefício ma-

---

36. Convém mencionar que, a despeito dos argumentos de agentes públicos, as normas da política federal não impedem que pessoas de outras nacionalidades tenham acesso ao benefício do PBF.

terializadas em formas de governo e controle da fronteira.

Se, aos territórios arbitrários do estado-nação na fronteira, sobrepomos as mobilidades acessadas pelas trajetórias de mulheres que nela habitam e, se, ainda, acrescentamos a abjeção atribuída à “presença peruana” naquela tríplice fronteira (OLIVAR, MELO e ROSA, 2015), notaremos o quão complexo é estabelecer os limites (inclusive genealógicos) entre Brasil e Peru, entre brasileiras e peruanas e o quão tensionadas são essas relações, atualizadas em muitas camadas. Mais ainda: evidenciam como nação e gênero produzem e são produzidos por processos de estado através da fixação de limites, territórios, populações e identidades e como simultaneamente provocam outros tantos movimentos e territorialidades.

Por outro aspecto, na história da presença/ausência da gestão pública brasileira na região amazônica, a densidade institucional do PBF chama a atenção pela demonstração de efetividade na criação de conselhos paritários e instalação de centros de referência, para citar alguns exemplos. O SUAS implicou na produção de uma nova forma estatal e de existências dos indivíduos diante desse estado, por meio de instrumentos criados pela PNAS como o cadastro único do PBF e os centros de referência da assistência social. Do ponto de vista da relação entre agências de governo, controle de territórios e populações naquela parte da Amazônia, a capilaridade desse sistema permite pensar o estado na fronteira a partir de outras redes que não exclusivamente aquelas próprias à polícia e às Forças Armadas, reconhecendo o “Estado” em outras formas e em outros corpos. Pelo PBF, a feição da institucionalidade pública, antes evidente quase que exclusivamente pelos quartéis, delegacias e cartórios ocupados por militares, policiais e juizes, divide espaços hoje ocupados por assistentes sociais, psicólogas e educadores, majoritariamente do sexo feminino.

Esse deslocamento de ponto de vista tem me permitido observar a presença das mulheres na institucionalidade pública, isto é, como agentes de estado e de fronteirização. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pelo PNAS, tem possibilitado às tecnologias de gestão das populações e de territórios um acesso capilar à vida social e – de modo mais ramificado – a outras institucionalidades e práticas que atuam no “governo da fronteira”, no controle desses territórios e populações. Somado a isso temos como uma condição central do PBF, a maternidade, estritamente relacionada ao “eixo estruturante” da política de assistência que é a “matricialidade da família”. Aqui é necessário acrescentar as políticas de saúde pública que dão suporte às “condicionalidades” do PBF, atuando no controle da maternidade pelos programas de saúde materno-infantil direcionados às beneficiadas pelo Bolsa Família, mas também a outras mulheres que recorrem ao Sistema de Saúde – o que me conduziria a uma outra rede de políticas e relações. Assim, a proteção social, entendida aqui como dispositivo, nos permite uma análise mais abrangente das políticas públicas implementadas na Amazônia nos últimos 15 anos e, ao mesmo tempo, acessar uma outra feição do Estado desde a perspectiva do gênero e da fronteira, como categorias êmicas e analíticas.

Isso permite, ainda, pensar outras camadas e outras relações e presenças de estado “nas margens” (DAS e POOLE, 2004) e, uma vez mais, criticar e desconstruir, em outra chave analítica, o mito do “estado ausente” (SERJE, 2012) na Amazônia. Por essa via, acredito ser possível acessar uma outra feição ou configuração de estado não mais masculinizada e militarizada. Se, desde as agências de segurança pública e defesa nacional, acessamos uma feição estatal militar, masculina e espetacularizada, aqui encontramos uma feição civil, ordinária e feminilizada, protagonizada por mulheres, sejam elas “beneficiárias”,

assistentes sociais, psicólogas ou agentes comunitárias.

Mas, afinal, o que a etnografia desse “estado feminilizado” permite ver? No momento atual da pesquisa, evidencia como elementos de controle, policiamento e gestão são atualizados ou inventados ou, ainda, como provocam efeitos inesperados no contexto estudado. Mais ainda, como diferentes territórios e instituições atuam de modo compósito e tensionado, em formas generificadas de controle e governo da fronteira. Isso me parece rentável porque produz um lugar de análise dessas políticas diferente da discussão da “autonomia”, “empoderamento” e “superação da pobreza”; que permita uma crítica à persistência desses padrões de segurança e policiamento mesmo que em instituições feminilizadas, civis e de proteção social; e que, desse modo, possibilitem também uma revisão das noções de “vulnerabilidade” e de “cidadania” que, nesse contexto, parecem reiterar a velha relação causal entre “pobreza” e “violência” numa dimensão mais ordinária e cotidiana que não aquela do “crime organizado” e da “ausência do Estado”<sup>37</sup>.

## **Pena e perigo no governo da fronteira**

Nas seções anteriores recorri a percursos investigativos pretéritos e atuais nos quais tenho me dedicado ao estudo de aspectos das políticas de defesa nacional, segurança pública e proteção social. Como argumentei anteriormente, a imbricação desses três segmentos em con-

---

37. Não obstante, a própria designação de “estado feminilizado” é em si mesma problemática e limitada, e se desdobra em indagações de outra ordem que poderão verificar a sua suposta eficácia. Em sendo positiva, essa resposta remeteria a outra pergunta sobre quais seriam essas feminilidades reportadas na qualificação do governo feminino da fronteira. Finalmente, esse conjunto de indagações e respostas, se profícuas, devem conduzir a um incômodo suficientemente produtivo para o abandono de uma abordagem unilateral desse estado feminilizado na direção de uma apreensão relacional e, portanto, generificada do estado.

texto transfronteiriço se configurou emblemática para o estudo de formas de governo *na/da* fronteira. Dentre outros aspectos, os dados empíricos analisados evidenciam a significativa e numerosa presença de agentes, instituições e projetos da gestão estatal na região do estudo, o que corrobora para a desmitificação do “estado ausente”, um dos importantes pressupostos para a produção do “vazio amazônico” ou do “abandono estatal” e, logo, das perenes reivindicações por mais controle ou, noutras palavras, “para a ocupação e vivificação da fronteira amazônica”. Ora, mesmo que desprezemos a alta densidade estatal na região – cuja expansão e diversificação nos últimos 15 anos foram notáveis – sabemos que se trata de território há muito tempo dominado por expedições militares e missionárias.

Ao mesmo tempo, notamos como as diretrizes desse conjunto de políticas estão ancoradas a espaços imaginados como “perigosos” do ponto de vista da segurança pública e da defesa nacional e “vulneráveis” do ponto de vista da defesa nacional, da proteção social e de um humanitarismo componentes das alteridades que produzem as “populações amazônicas” como pobres e a Amazônia como rica, cobiçada e desabitada. Essas mesmas políticas produzem contínua e sucessivamente múltiplas territorialidades estatais que se sobrepõem, complementam e até mesmo se antagonizam. Para além da divisão territorial do estado do Amazonas e das municipalidades por ela definidas, incidem sobre esses territórios outras tantas cartografias estatais, como a divisão administrativa dos “territórios da cidadania” ou as “reservas de exploração extrativista” nos quais territórios de ocupação tradicional – como as terras indígenas – e os recursos da tão propalada biodiversidade amazônica são controlados por diferentes agências de estado. Com efeito, cada uma dessas territorialidades produz suas respectivas populações, isto é, os seus “sujeitos de direitos”: cidadãos

pré-concebidos por critérios identitários arbitrários e generalizantes a quem dirigem as suas ações nesses territórios.

Ocorre que, como espero ter demonstrado nos percursos de Maria e Terezinha, nem as pessoas se fixam na rigidez e fronteiras dos territórios jurídico-estatais, nem se reconhecem exclusivamente nos critérios identitários fixados por essas políticas públicas. Afinal, o que define Maria: o tempo de residência no Brasil, o documento brasileiro ou o nascimento no Peru? E Terezinha, quem é: seringueira, indígena, pescadora ou agricultora? O que a define: o pertencimento étnico reivindicado ou a lida na colocação de seringal herdada do pai?

Essas trajetórias têm me permitido pensar sobre questões que passam por outras narrativas, territorialidades e agenciamentos e, portanto, por outras imaginações daquele mesmo espaço. Como vimos, a comunidade fundada por Maria e seus familiares se ergue em um lugar percebido não como lócus do crime, mas profetizado como uma terra de salvação profícua para o cultivo da fé e do alimento. Por outro lado, a produção cartorária da família Assis e o papel evangelizador de Irmão José na formação de comunidades ribeirinhas originárias do Peru sugerem outros modos de compreender e produzir aqueles territórios. Sem desprezar a hegemonia da gestão militar e eclesial na administração territorial, esses movimentos e trajetórias permitem acessar outras agências e sujeitos cujas mobilidades, transgressoras do ponto de vista estatal, permitem romper com descrições isoladas no nacionalismo e centradas nas operações coordenadas do estado.

\*\*\*

As descrições aqui apresentadas almejam ser representativas dos jogos de produção da *pena* e do *perigo*, ambos conformando uma zona de contínua interação e tensionamento entre pessoas, relações e instituições que se embaralham em intermináveis tramas e redes. Essa

zona borrada tem sido empiricamente observável em formas de interação ao mesmo tempo complementares e concorrentes de agentes, agências e processos estatais e não-estatais envolvidos nas áreas de defesa nacional, segurança pública e proteção social na/da fronteira.

Como vimos, um dos termos dessa relação – o *perigo* – é constituído por discursividades que se retroalimentam e, ao mesmo tempo, fundam e mantêm “a fronteira” desde remotas referências. Na fronteira como lugar perigoso, acessamos de modo espetacularizado uma feição de estado masculinizada, dotada de práticas, saberes e técnicas para o combate ao crime e aos criminosos. Acessamos também a fronteira como espaço de trânsitos, de expedições, de operações sazonais, de passagem (PAIVA, 2015) e de circulação de “estrangeiros” (CANDOTTI, 2017). Esse discurso, eminentemente masculinizado, inventa continuamente uma fronteira ameaçada por homens, protegida por homens e ocupada também por eles. Uma fronteira, enfim, governada por homens. Um território cobiçado e perigoso, povoado por criminosos e vítimas potenciais sempre silenciadas ou não reconhecidas (OLIVEIRA, 2016). O perigo, a fronteira, o crime e a cobiça são constitutivos e constituintes do território protegido pela defesa nacional e segurança pública (HIRATA, 2015).

A *pena*, por sua vez, adjectiva uma condição quase inerente ao lugar da fronteira – nesse caso, a fronteira “Amazônia” e as suas populações. Nessa figuração, a vulnerabilidade está para a pena, como o crime está para o perigo. O território da pena é o inóspito e suas populações e meio ambiente são vulneráveis. A pena está no domínio da natureza – compreendida em acepção alusiva à floresta – como se suas populações fossem governadas por e condenadas a ela ou quase que vulneráveis pela sua própria “natureza”. Na dimensão da penosidade encontramos as missões religiosas, as ações humanitárias nacionais e



internacionais e, mais recentemente, todo o aparato educacional e socioassistencial público. A pobreza metamorfoseada em “vulnerabilidade social”, mensurada em cifras-limite (como a “extrema pobreza”) e auferida por indicadores de desenvolvimento social compõe a pena.

Nesse mesmo território tenho observado outras formas de presença de estado. Formas de governo que não atuam na dimensão espetacularizada dos grandes contingentes de homens fardados e armados; mas, em contornos ordinários, cotidianos, reconhecíveis em feições e corpos femininos e feminilizados. Na dimensão da penosidade, as mulheres – invisibilizadas nas narrativas de dominação e ocupação da Amazônia – protagonizam o cuidado, a chefia familiar e a economia doméstica, mas também atuam como agentes de estado e de fronteirização.

No entanto, *pena* e *perigo* não se encontram apartados, não formam um par antagônico. Ao contrário, encontram-se continuamente numa zona borrada, onde se imiscuem. Por vezes relacionam-se em disputa, noutras vezes atuam em harmônica complementariedade, como que compondo um novo mecanismo tutelar paradoxal, como bem definiu Oliveira (2016)<sup>38</sup>. A pena encontra o perigo quando a pobreza e o crime se encontram, numa relação de causa e efeito, atualizando uma equação frequentemente evocada por certas discursividades sobre a pobreza, em repertórios de políticas públicas pretéritas e atuais.

Integram-se coordenada, articulada e espetacularmente (embora jamais homogeneamente) por meio das ações humanitárias empreen-

---

38. Para Oliveira (2016, p. 325), “a tutela é uma forma de dominação marcada pelo exercício da mediação ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores”.

didadas em megaeventos como a Operação Ágata<sup>39</sup> ou o “exercício logístico AmazonLog<sup>40</sup> em que a “mão amiga” do exército brasileiro é exaltada em ações de atendimento médico e assistência militar a comunidades indígenas e ribeirinhas que mobilizam o engajamento dos centros de referência de assistência social e universidades. Nesse caso, a defesa nacional protagoniza a proteção social e o perigo abarca a pena.

A complementariedade *pena-perigo* também se manifesta noutros campos, como no “enfrentamento à violência de gênero” (BRASIL, 2011). É o que ocorre com políticas de combate ao tráfico de pessoas em que ações da Polícia Federal e de outras polícias internacionais se conectam a políticas da ordem do cotidiano e até mesmo a iniciativas locais para a prevenção da violência doméstica<sup>41</sup>. Ou, ainda, no insistente trabalho de judicialização de conflitos familiares domésticos e de nomeação de práticas como violentas ou criminosas, o que confere aos serviços de proteção social uma feição paradoxalmente “policialesca”. Como sugerem os dados etnográficos observados, as principais atividades realizadas nos CRAS e CREAS para o “fortalecimento dos vínculos familiares” consistem majoritariamente em palestras de prevenção às violências de gênero, especialmente contra crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas. Como mencionei antes a respeito dos trabalhos de Campos (2012, 2018), o controle pro-

---

39. Operação militar de larga escala realizada pelas Forças Armadas do Brasil desde 2011 e em toda a faixa de fronteira do território brasileiro. Essa operação integrava o Plano Estratégico de Fronteira (Decreto n. 7496/2011), revogado e substituído em 2016 pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (Decreto n. 8903/2016).

40. “Exercício de Logística Multinacional Interagências”, AmazonLog, realizado em novembro/2017 pelo Exército Brasileiro.

41. Sobre isso convém recorrer ao trabalho de Olivar (2015; 2016), sobre o tema do tráfico de pessoas, que se contrapõe radicalmente a uma certa produção local sobre a Amazônia (TORRES e OLIVEIRA, 2012).

tagonizado por enfermeiras e agentes comunitários de saúde durante o pré-natal atua também como meio de controle migratório para parturientes peruanas, e aí, como nos casos anteriores, vemos pena, perigo, violências e gênero imbricados.

Finalmente, no marco do vigente processo de desmonte do país, outro modo de perceber o híbrido pena/perigo se relaciona a uma recente mudança de percepção. As ideias de “vulnerabilidade” e de “vitimização” associadas às pessoas beneficiadas por programas de transferência condicionada de renda passam a dividir espaço com ideias de “suspeição” e “fraude” mobilizadas em reportagens baseadas em investigações conduzidas pelo Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal (BRASIL, 2016). Os relatórios oficiais indicam um número significativo de “irregularidades” em cidades como São Paulo de Olivença e Tabatinga que possuem importante proporção de pessoas indígenas autodeclaradas (IBGE, 2010). Com efeito, após o Golpe de 2016 (NASCIMENTO e OLIVAR, 2016; RIZOTTO, 2016; BASTOS, 2017; ALBUQUERQUE e MENESES, 2017) e a assunção de Michel Temer ao governo, a configuração “policialesca” que a proteção social adquiriu nos últimos anos, parece ter sido engenhosamente apropriada. Não por acaso, o atual governo tem dedicado contínuos esforços para identificação de cadastros “suspeitos” e, logo, a suspensão de milhares de cadastros e benefícios.

Esses procedimentos investigativos protagonizados por instâncias federais de controladoria movimentam uma máquina local de investigação sobre irregularidades nos cadastros de famílias que é protagonizada por agentes da proteção social. No plano local, a retórica de justificativa sobre os critérios utilizados para a concessão ou interdição de benefícios evoca o sigilo e a ética profissional como elementos indissociáveis da discricionariedade do trabalho da assistência social,

mobilizando parâmetros de aferimento da pobreza tão arbitrários e imprecisos quanto aqueles evocados para a construção legal de penosidade.

## Referências

ALBUQUERQUE, N.; MENESES, E. O golpe no Brasil como construção da “democracia” da subcidadania. *Polis Revista Latinoamericana*, v. 16, n. 46, 2017, p. 19-38.

ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Cadernos CRH*, vol. 25, n. 64, 2012, p. 63-72.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Economia Contemporânea*, Número Especial, 2017, p. 1-6.

BRANCO, C. Polícia investiga máfia do Bolsa Família em Atalaia do Norte. 2015. Disponível em [www.reporter-am.com.br](http://www.reporter-am.com.br). [Acesso em 31/08/2018].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social-PNAS. Brasília, DF: 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Programa Territórios da Cidadania. Brasília, DF: 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF. Brasília, DF: 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas Para Mulheres. Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra mulheres. Brasília, DF: 2011.

BRASIL, J. F. B. Comportamento de condutores de motocicletas no município de Benjamin Constant/Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia). Universidade Federal do Amazonas, 2013.

BROWN, W. Finding the men in the state. In: SHARMA, A. & GUPTA, A. *The Anthropology of the State – a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010, p. 187-210.

BUTLER, J. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres/NY: Routledge, 1990.

CAMPOS, A. M. M. Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM. Trabalho de Conclusão do (Curso de Bacharelado em Antropologia). Universidade Federal do Amazonas, 2012.

\_\_\_\_\_. O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant / Amazonas. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, 2018.

CANDOTTI, F. M. Sobre linhas de segmentação “amazônicas”: dispositivos de saber e movimento. Seminário Permanente Gênero e Territórios de Fronteira. Mesa 4 Gênero, Relação e Reconceitualização de Fronteira. 2 de junho de 2017.

CANDOTTI, F. M.; MELO, F. Sobre dispositivos de governo e nova “urbanização” na Amazônia brasileira: alguns instrumentos de análise das relações entre “Estado”, “família” e “mobilidade”. In: III Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras e V Encontro Norte-Nordeste de Psicologia Social, 2016, Boa Vista/RR. Boa Vista/RR: EDUFRR, 2016.

CANDOTTI, F. M.; MELO, F.; SIQUEIRA, I. B. L. A Grande Narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. In: MALLART, F. & GODOI, R. (Org.). *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Editora Veneta, v. 1, 2017, p. 21-31.

DAS, V.; POOLE, D. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press/James Currey, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E.; FORTES, M. *African political systems*, Oxford, Oxford University Press, 1975.

GLICK-SCHILLER, N.; SALAZAR, N. Regimes of mobility across the globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 39, n. 2, 2013: p. 183-200.

GODOI, E. P. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes Revista*

de *Ciências Sociais e Economia*, 2014, vol. 34, n. 2.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRATA, D. V. Segurança Pública nas fronteiras: apontamentos a partir do ‘Arco Norte’. *Ciência e Cultura*, v. 67, p. 30, 2015.

INGOLD, T. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

LAURETIS, T. Tecnologias de gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

LEFEBVRE, H. *La Production de l’Espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MARIANO, S. A. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. *Cadernos Pagu*, 2008, n. 30, p. 345-372.

\_\_\_\_\_. *Movimento de mulheres e Estado: ambiguidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MELO, F. *Delicta factis permanentis: marcas de um delito invisível*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. Notas sobre ‘vulnerabilidade’ e ‘proteção social’ na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, Brasília/DF. *Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Brasília/DF: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017.

MENEZES, M. L. P. Gestão territorial e geográfica dos vales do Amazonas. In: LIMA, A. C. S. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2012, p. 199-228.

MOORE, H. Understanding sex and gender. In: INGOLD, T. (Org.) *Companion encyclopedia of anthropology*. Londres, Routledge, 1994, p. 813-30.

NASCIMENTO, S. S.; OLIVAR, J. M. N. Narrativas urbanas em tempos perturbadores. *Ponto Urbe*, 18, 2016. DOI: 10.4000/pontourbe.3131

NASCIMENTO, S. S. Cidades trans: uma etnografia multi-situada nas fronteiras da antropologia urbana. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG: 2016.

NOSSA, L. *Favela Amazônia: um novo retrato da floresta*. 2015. [acesso em 31/08/2018]. Disponível em [infograficos.estadao.com.br](http://infograficos.estadao.com.br)

OLIVAR, J. M. N.; MELO, F.; ROSA, P. C. Presenças e mobilidades trans-fronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. *Tomo (UFS)*, 2015, v. 26, p. 123-163.

OLIVAR, J. M. N. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *AMBIVALÊNCIAS*, v. 3, 2015, p. 149.

\_\_\_\_\_. Exploring traffic and exploitation on the Brazilian international border in the Amazon. *Social and Economic Studies*, v. 65, 2016, p. 57.

OLIVEIRA, J. P. *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

\_\_\_\_\_. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2016.

PAIVA, L. F. S. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. *Revista TOMO*, n. 27, 2015, jul./dez.

PEREIRA, M. S. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. *Somanlu*, (12), n. 1, jan./jun. 2012, p. 237-247.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 145, 2012, p. 130-161.

PIRES, F.; SANTOS, P. O.; SILVA, J. Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. *CAOS Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, nº 17, 2011.

RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir*. LITEC, Paris, 1980.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. Unesp, São Paulo: 2013.

RIZZOTTO, M. L. F. O cenário depois do golpe. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, 2016, p. 5-8.

SAMPAIO, P. M. Amazônia: fronteiras, identidades e história. *Ciência e Cultura*, (61:3) 2009, p. 26–29.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico- informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SERJE, M. El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las “zonas de frontera” en Colombia. *Cahiers des Amériques Latines*, 71, 2012.

TORRES, I.; OLIVEIRA, M. *Tráfico de mulheres na Amazônia*. Florianópolis/ SC: Editora Mulheres, 2012.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. 2017. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017.



**Resumo:**

O artigo propõe a construção de ferramentas para o estudo de formas de governo na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia desde a perspectiva analítica do gênero. Ao observar um conjunto empírico bastante diverso que abrange políticas públicas de defesa nacional, segurança pública e proteção social implementadas nos últimos 15 anos, a pesquisa tem revelado poderosas e persistentes imaginações que atuam na produção de territórios, populações e formas de governo na Amazônia. O estudo dessas formas tem provocado deslocamentos empíricos do qual decorrem novos caminhos para a pesquisa sobre políticas de estado na fronteira. Com efeito, proponho um dispositivo dual de análise composto por termos relacionais cujas propriedades e vínculos são perseguidos e descritos neste artigo: pena e perigo – figurações que atuam no governo da fronteira *Amazônia* de modo híbrido, tensionado e complexo.

**Palavras-chave:** Amazônia, fronteira, governo, gênero, proteção social.

**Abstract:**

The article proposes the construction of tools for the study of forms of government in the triple frontier of Brazil, Peru and Colombia from the analytical perspective of the genre. Observing a very diverse empirical set that encompasses public policies of national defense, public security and social protection implemented in the last 15 years, research has revealed powerful and persistent imaginations that act in the production of territories, populations and forms of government in the Amazon. The study of these forms has provoked empirical shifts from which new paths emerge for research on state policies at the border. In fact, I propose a dual analytical device composed of relational terms whose properties and ties are pursued and described in this article: pen and danger – figurations that act in the government of the Amazon frontier in a hybrid, tense and complex way.

**Keywords:** Amazon, frontier, government, gender, social protection.

Recebido para publicação em 05/07/2018.

Aceito em 07/08/2018.

# **A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste**

**Alberto Luiz Schneider**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
alberto.ls@uol.com.br

**Thays Fregolent de Almeida**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
thaysfregolent@gmail.com

## **À guisa de introdução: novos e velhos “bandeirantes”**

O objetivo deste artigo é narrar e analisar a Expedição Roncador-Xingu (ERX), ocorrida entre 1943 e 1948, a partir de três questões mutuamente articuladas: a) O contexto da Marcha para Oeste mobilizada pelo Estado Novo, na qual a expedição é apenas um capítulo; b) A ancoragem da expedição e de seus sujeitos na produção de uma memória bandeirante, especialmente no Estado de São Paulo; c) A função dos irmãos Villas Bôas como agentes concretos da expedição,

por meio dos quais se pode traçar a rede sujeitos e interesses envolvidos. Não é possível compreender a mobilização do poder público, de interesses privados e de diversos sujeitos sem compreender o repertório cultural e político que deu a Marcha para Oeste uma conotação muitas vezes épica, com grande repercussão na imprensa.

Com o Estado Novo (1937-1945) a expansão interna<sup>1</sup> – sintetizada na expressão da Marcha para o Oeste – havia se convertido em um imperativo de segurança e soberania nacional (VARJÃO, 1980, p. 35). Os objetivos eram desbravar e colonizar os “fundos territoriais”<sup>2</sup> no interior do Brasil, por meio da promoção de migrações e investimento em infraestrutura física de transporte e comunicação em áreas estratégicas (GOMES, 2013, p. 41-86). Os estados de Goiás e Mato Grosso (além daqueles servidos pela Bacia Amazônica) eram os locais para onde se dirigiam esses esforços. Não por acaso foram esses os espaços percorridos pela Expedição Roncador-Xingu. Essa ação era vista como fundamental para a segurança e expansão das “fronteiras da civilização brasileira”, assim como para o desenvolvimento do país. O pano de fundo era as agitações nacionalistas que culminaram na Segunda Guerra Mundial, momento em que as questões geoestratégicas ganharam enorme relevância. É o próprio presidente Getúlio Vargas,

---

1. Lembremos que a expansão “para dentro” do território brasileiro ganhou novo significado a partir do século XIX com o Estado-nação. Quando a expansão deveria se dar no âmbito do território que aquela nação, recém-nascida, herdara do período colonial, isto é, sua expansão não deveria se dar para além de seus limites territoriais, mas sim “para dentro”, justamente em direção aos espaços que ainda não haviam sido ocupados. Ver Mattos (2007, p. 589-608).

2. A categoria “fundos territoriais”, formulada pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, foi elaborada a partir do diálogo com as noções de “território” e “território usado”, de Milton Santos. Segundo a formulação de Moraes, os “fundos territoriais” são espaços formais que ainda não haviam sido ocupados, mas que já apareciam representados na cartografia sob a jurisdição de alguma autoridade, isto é, trata-se de verdadeiras “reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora”. Ver Moraes (2007) e Moraes (2003).

em simbólico discurso no dia primeiro de janeiro de 1938, quem lança as bases da Marcha para Oeste:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste (VARGAS, 1938, p. 121).

Não é possível compreender a mobilização estatal colocada em prática pelo Estado Novo, sem antes compreender a centralidade do investimento discursivo em torno da expansão para Oeste, formada por uma ampla gama de intervenções textuais, da historiografia aos relatos de viagens, da literatura ao pensamento social. As ações políticas, para se constituírem, são precedidas ou estão envoltas em uma rede de discursos que mobilizam consciências, interesses e projetos. O sociólogo João Marcelo Maia – ao estudar a Fundação Brasil Central (FBC), entidade profundamente ligada a Expedição Roncador-Xingu – observa a enorme relação entre o que ele chama de “repertório cultural”<sup>3</sup> e as práticas de Estado. Para o autor é importante “analisar com mais profundidade os registros textuais que consagraram as imagens espaciais relacionadas ao Oeste e ao Brasil Central” (MAIA, 2012, p. 95). Seguindo essa trilha, este artigo busca apontar os nexos entre o repertório cultural que havia colocado o Oeste em debate e as ações práticas de conquista do Oeste – aqui materializada na Expedição Roncador-Xingu.

Teóricos como Quentin Skinner (2009) e Michel Foucault (2012),

---

3. Na formulação de um repertório cultural optamos por privilegiar os registros textuais (literários e historiográficos), porém, reconhecemos a importância de outros registros de cultura material, registros iconográficos, cartográficos, entre outros.

ou, no campo da História, como Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (1982) chamaram a atenção para as complexas relações entre a formulação e a difusão das ideias, representações e as práticas sociais. Além de observar como certas obras influenciam e legitimam ideologicamente ações concretas, públicas ou privadas, é preciso notar que o pensamento intelectual exerce importante função na formulação de agendas públicas, bem como na criação de uma gramática discursiva destinada a pensar a problemática. Os textos em circulação também contribuíram de modo decisivo na organização e na difusão de interesses e projetos, sempre tensos e múltiplos.

Concretamente, para os limites deste artigo, gostaríamos de insistir nos nexos entre a historiografia paulista que erigiu uma visão heroica dos bandeirantes no período colonial e as “novas bandeiras”, entre elas a Expedição Roncador-Xingu. Para Michel de Certeau (1982, p. 56-107), a pesquisa histórica, como outros discursos – como a literatura ou as Ciências Sociais – está sempre inserida em um lugar, carregado de interesses e compromissos, inclusive institucionais, políticos, de classe e região, etc., que acaba por definir o que deve ser vetado ou proclamado, o que pode ser escrito (e feito).

A obra de Cassiano Ricardo<sup>4</sup> ocupa um lugar central na criação de um repertório político, definidor de um senso de urgência na ocupação dos “vazios demográficos”<sup>5</sup> do território brasileiro. Na obra *Marcha*

---

4. Cassiano Ricardo Leite (1894-1974) foi um jornalista, ensaísta e poeta brasileiro, paulista, de São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Foi um dos representantes do movimento modernista de forte tendência nacionalista, associando-se aos grupos Verde-Amarelo e da Anta, também foi o fundador do grupo da Bandeira. Compôs o governo Vargas já em 1934. Trabalhou como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DIP) e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do jornal *A Manhã*.

5. Naturalmente não eram “vazios demográficos”, como diversos intelectuais na época e o próprio governo afirmavam. Aqueles territórios, desabitados de homens brancos, eram ocupados por diferentes nações indígenas, como a própria Expedição

*para Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil*, publicada em 1940, Cassiano Ricardo constrói a imagem do bandeirante como o explorador e desbravador do Brasil, evocando as origens da nação na “saga bandeirante” dos séculos XVI e XVII, quando os sertanistas da capitania de São Vicente, depois São Paulo, adentraram o inóspito sertão da América do Sul, iniciando, segundo essa narrativa, a formação do Brasil nação.

De acordo com a mitologia bandeirante, mobilizada por Cassiano Ricardo, a saga conquistadora fora liderada pelos “valorosos paulistas”, em suposta harmonia com os povos indígenas<sup>6</sup>. Em evidente anacronismo, a industrialização de São Paulo foi interpretada como fruto do mesmo *ethos* empreendedor, que antes havia dobrado o meridiano de Tordesilhas, em alusão a presença dos bandeirantes históricos nos territórios ao interior do continente<sup>7</sup>. Agora, mais uma vez, o “sentido bandeirante” deveria ser evocado, sob a liderança de Vargas, a fim de refundar as bandeiras, cujo “espírito de união” o Estado Novo retomara para garantir de vez o território, alvo de suposta cobiça de Nações estrangeiras<sup>8</sup>.

---

Roncador-Xingu atestou, como os Xavantes, os Trumai, os Juruna, os Kayabi, os Txukarramãe, os Suyá, os Ikpeng e os Kreen-Akarore, entre outros. O tema dos vazios demográficos é fruto de diversos investimentos historiográficos, um bom exemplo da exploração dessa temática é a dissertação: BEIER, José Rogerio. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

6. Segundo a mobilização discursiva de Cassiano Ricardo, os paulistas, “sem ódio e sem preconceito de cultura”, geraram “os mamelucos”, que teriam exercido papel central nas bandeiras, ao praticarem o que o autor chamou de “democracia cristã”, como um germe da vocação republicana e democrática que o país teria (CASSIANO, 2002).

7. Ver Ferretti (2008).

8. A tônica do espaço vital, desenvolvida por Friedrich Ratzel e retomada no período da Segunda Guerra Mundial, estabelecia que as áreas vazias ou mal aprovei-

Cassiano Ricardo, um dos principais ideólogos do Estado Novo, insiste no sentido patriótico e nacionalista da “Marcha para o Oeste”, caráter esse que também acabou por revestir a Expedição Roncador-Xingu. Os irmãos Villas Bôas, paulistas de Sorocaba, como se aprofundará adiante, empenharam-se o quanto puderam em revestir suas incursões de um caráter épico<sup>9</sup>. A historiografia produzida naquele mesmo tempo, sobre o bandeirantismo, dava foros de legitimidade a “personalidade do paulista” que ligaria os bandeirantes de ontem aos de hoje. Em outras palavras, o prestígio dos bandeirantes tinha repercussão ativa na mentalidade da época, particularmente em São Paulo, tanto no meio letrado como no popular. O que impactou profundamente o modo como a Marcha para Oeste em geral, e a Expedição Roncador-Xingu em particular, foram percebidas em seu tempo. Nas palavras de Ricardo:

Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo, caminha pra Oeste, realizando o seu “imperialismo interno”, palmo a palmo. [...] A grandeza do país exige o espírito bandeirante para a sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é nosso “expansionismo interno” – e o fenômeno bandeira terá, por acaso, deixado de existir? (RICARDO, 1940, p. 364-366).

A obra de Cassiano Ricardo teve, portanto, grande significado simbólico, pois construía um ideal bandeirante, representado como a própria expressão da identidade nacional. A “brasilidade” estaria ligada

---

tadas do planeta deveriam ser ocupadas e exploradas por nações que historicamente tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios. Para Ratzel, cada Nação deve ser do tamanho da sua capacidade de organização e ocupação. Desse modo, tendo em vista esse pano de fundo, as áreas “desconhecidas” do sertão brasileiro passaram a ser vistas com preocupação pelo governo (REIS, 1968, p. 135.) Para um balanço da obra de Friedrich Ratzel ver Costa (2016).

9. Para maior compreensão da construção épica e de viés bandeirantista feita pelos próprios irmãos Villas Bôas ver a dissertação de mestrado de Karla Amorim Sancho (2014).



a um longo processo histórico, iniciado pelos antigos moradores de São Paulo, cujas atitudes e comportamentos caracterizariam a “alma brasileira” (SILVA, 2017, p. 81). Como já dito, a construção bandeirantista em torno da Expedição Roncador-Xingu era reforçada de maneira explícita nos jornais e revistas da época. O jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 7 de agosto de 1943 – dia da benção da bandeira entregue aos expedicionários<sup>10</sup>, pouco antes da partida da expedição –, levava o título “Bandeirismo”:

A história das bandeiras constitui o mais empolgante capítulo da nossa vida. Os desbravadores paulistas, em arrancadas heróicas, alargaram as fronteiras da pátria revelando que desde os primórdios da nacionalidade não se concebiam regionalismos. Atravessando o território em todos os sentidos, abrindo picadas, enfrentando animais bravios e pantanais pestilentos, nossa gente escrevia páginas que bem marcaram a tenacidade e o valor de uma raça incomparável. [...] A evocação dos seus gestos é que mais animou e estimulou as gerações que sucederam, e continuarão a estimular as que vierem. [...] Decorridas tantas décadas repete-se hoje, na capital-dinamo, ponto de partida dos desbravadores de outrora, uma cerimônia idêntica à que assistiram os seus primeiros habitantes. [...] Serão os bandeirantes modernos, como o mesmo espírito de brasilidade, a tomar o caminho de Roncador-Xingu – pedaço da patria ainda inexplorado e virgem, que a iniciativa do Ministro João Alberto deseja apresentar ao Brasil, com todas as suas riquezas (BANDEIRISMO, 1943, p. 3).

Em 1947 a revista *O Cruzeiro*, o mais importante semanário da época, reforçava a imagem bandeirante ao estampar a foto dos três irmãos Villas Bôas com a seguinte legenda: “BANDEIRANTES: Orlando, Leonardo e Cláudio Villas Boas são figuras de lenda como Fer-

---

10. Solenidade simbólica que evoca à benção às monções, tão bem retratada no quadro de Almeida Júnior intitulado “Partida da monção”, de 1897, já elaborado no âmbito da construção do mito bandeirantista pós-fundação do IHGSP. Sobre o assunto ver Pitta (2013).

não Dias ou Rapôso Tavares”. Ao insistir na conexão entre bandeirantes históricos e bandeirantes modernos, a revista apresenta a “conquista do Oeste”, como um ato de grandeza nacional. Mesmo depois da queda do Estado-Novo, a conquista do Oeste continuaria. Lembremos que a construção de Brasília, antigo projeto herdado do século XIX, foi realizado nos anos cinquenta, o que mostra a força da Marcha para Oeste.

O jornal *O Estado de S. Paulo* fez uma ampla cobertura da Expedição Roncador-Xingu. Entre 1943 e 1948, foram publicados mais de 40 artigos sobre os trabalhos da expedição, mais da metade nos dois primeiros anos. Muitos dos títulos das notícias levavam o nome “bandeira” em detrimento de “expedição”. A ampla divulgação da “Bandeira Roncador-Xingu” é compreensível tendo em vista que muitos empresários paulistas foram grandes doadores de suprimentos para a expedição, o que reavivou o orgulho regionalista. Como apontou o jornal *A Noite*, 10 de junho de 1943, os paulistas foram os responsáveis por doar “motores próprios para as embarcações fluviais, apetrechos de campanha e outros utensílios de fabricação industrial” (A EXPEDIÇÃO, 1943, p. 8).

As conexões discursivas entre a Expedição Roncador-Xingu e a memória bandeirante, formada pelo repertório cultural e propagandístico, são evidentes. Resta-nos jogar luz sobre a tradição intelectual brasileira, a fim de mostrar como se formou um olhar para Oeste.

## **A invenção do Oeste (mais distante) na cultura intelectual brasileira**

O Oeste é uma antiga obsessão brasileira, muito anterior à Marcha para Oeste das décadas de 1940 e 1950. Muito antes da mobilização

política e econômica liderada pelo presidente Juscelino Kubitschek, a ideia de uma capital no centro do Brasil já povoava as cabeças ilustradas. Não é o caso de aprofundar tal questão, mas convém notar que, já na Constituição de 1823, sob inspiração de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), era pensada uma nova capital do Império no interior do Brasil. O tema reaparece na pena do historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que ao longo de sua vida intelectual escreveu diversas vezes sobre o assunto. Em 1849, em um texto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado *Memorial orgânico*<sup>11</sup>, o historiador enumerou argumentos em favor de uma capital no interior do continente. O texto mais importante de Varnhagen nesse sentido, porém, é “*A questão da capital: marítima ou no interior?*”, publicado em 1877. No texto, Varnhagen narrou sua viagem ao sertão de Goiás e apontou o local que lhe pareceu mais apropriado à construção da “futura capital da União Brasileira” (VARNHAGEN, 1877, p. 25).

O assunto retorna com a República. O artigo terceiro da constituição republicana de 1891, proposto pelo constituinte catarinense Lauro Müller, estabelece o seguinte: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.000 km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal” (BRASIL, 1891). O Presidente Floriano Peixoto, nacionalista, criou a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” – que durou de junho de 1892 a março de 1893 – e foi liderada pelo astrônomo belga, radicado no Brasil, Louis Ferdinand Cruls<sup>12</sup>. O antigo projeto volta a aparecer nas Constituições de 1934 e 1946, embora o assunto não tenha avançado, em função da turbulência daqueles anos difíceis.

---

11. Sobre memorial orgânico ver Janke (2010).

12. Cruls (2003).

Assim como o importante historiador do século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen, o também escritor, militar e político de prestígio, Couto de Magalhães (1837-1898), escreveu sobre regiões pouco povoadas pelo processo de colonização, neste caso, a antiga província de Goiás (ESCOBAR, 1941, p. 6). Autor de textos importantes, como *Viagem ao rio Araguaia* (1863), *O Selvagem* (1876) e *Ensaios de antropologia* (1894), Magalhães, em linguagem romântica registrou a aventura do desconhecido, bem como a magnitude da natureza americana, tornando-se o “marco fundador” dos modernos relatos de viagem ao Brasil Central (MAIA, 2012, p. 100-101).

O livro *Viagem ao Araguaia*, de 1863, tem origem na experiência de Couto como governador de Goiás e foi escrito na forma de relato de viagem, narrando sua jornada à província pelo o rio Araguaia. Dentre as principais motivações ao escrever o livro é possível apontar o incentivo ao desenvolvimento de uma rede de comunicação daquela região com o restante do Brasil, com ênfase no transporte fluvial<sup>13</sup>. Couto de Magalhães defende ainda a mudança da capital da província de Goiás para a cidade de Leopoldina” (MAIA, 2012, p. 102). Lembremos que, décadas depois, já na Era Vargas, o estado de Goiás construiu sua nova capital, Goiânia, inaugurada em 1933<sup>14</sup>. É possível identificar

---

13. Não se deve esquecer que esse projeto remonta ao período colonial. Como se sabe, desde o século XVIII buscavam-se vias de comunicação fluvial entre a porção central da América portuguesa e a bacia amazônica. Viagens científicas foram patrocinadas pela Coroa portuguesa nesse sentido já no último quartel do século XVIII. Recentemente, dissertações de mestrado e teses de doutorado trataram do tema, detalhando a historicidade dessas vias de comunicação, inclusive, detalhando os usos dos rios Tocantins e Araguaia, de modo que a integração do centro e do oeste do Brasil deve ser tratado como um processo que se inicia antes mesmo da própria nação. Ver Lima (2010) e a tese de doutorado de David Michael Davidson, defendida em 1970 na Universidade de Yale, intitulada “Rivers and empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far West” (1737-1808).

14. Goiânia, atual capital de Goiás, foi planejada e construída no centro do estado em 1933. Uma proposta já antiga e que, finalmente, se concretizou no período de

na obra de Magalhães um olhar econômico sobre o espaço, visto como um local passível de exploração econômica. Eis um olhar “romântico-empresendedor” sobre essas regiões, nota Maia (*Idem*, p. 103):

De modo geral, a obra de Couto de Magalhães contribuiu para configurar um modo de falar sobre a região central do país que combinava diversas matrizes. Ao mesmo tempo que lamentava a improdutividade e a decadência desse espaço, exaltava sua qualidade encantatória e a promessa de futuro nele contida<sup>15</sup>.

Couto de Magalhães também se fez importante na construção de uma política indigenista no Brasil do século XIX, a partir de seu estudo linguístico e etnográfico patente no livro *O Selvagem* (1876). Suas posições podem ser consideradas modernas e progressistas para seu século, como nota o historiador David Treece. Magalhães defendia um método diferenciado de assimilação das comunidades indígenas na sociedade nacional, marcado pela crença no potencial civilizatório dos indígenas. Suas ideias iriam contribuir para a fundação, em 1910, da primeira agência indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Com efeito as proposições levantadas por Couto de Magalhães foram assunto de um intenso debate nos círculos políticos e intelectuais durante os primeiros vinte anos da República. O principal protagonista desse debate, o lendário Cândido Rondon, era, como Magalhães, um soldado e um cientista comprometido e profundamente envolvido com o processo de penetração econômica nos territórios indígenas do interior a oeste. Retomando os princípios de

---

governo de Getúlio Vargas. Em 1942 foi realizado o “batismo cultural de Goiânia” de forma a associá-la definitivamente a Campanha da Marcha para o Oeste iniciada junto ao Estado Novo.

15. Argumentos semelhantes aos de Couto de Magalhães já apareciam nos relatos de viagens, relatórios administrativos, memórias e dissertações produzidas em diversas partes da América portuguesa, desde o século XVIII. Ver Boaventura (2007) e Costa (2009).

Magalhães de “pacificação” sistemática, porém humana, utilizando como meio as próprias línguas dos índios, ele instaurou uma nova era nas relações entre a sociedade brasileira e as populações indígenas (TREECE, 2008, p. 289).

Lembremos que a questão indígena foi de grande importância para os irmãos Villas Bôas, como se verá adiante. O que nos interessa, aqui, é afirmar que as ideias e práticas operadas na Expedição Roncador-Xingu não foram eventos isolados, mas se enraízam na história do Brasil moderno. Há forte relação entre a obra de Couto de Magalhães e a visão elaborada pelo Marechal Rondon, ambos profundos conhecedores do Oeste do Brasil e militantes da integração daqueles espaços na vida econômica e social do Brasil. Trilha essa que os irmãos Villas Bôas viriam a seguir Brasil à dentro. Orlando Villas Bôas, em entrevista para a revista *Visão* em 10 de fevereiro de 1975, relata o seguinte:

Éramos gente do interior, nossos pais nos haviam ensinado a amar a terra. E nos fizeram ler livros sobre os bandeirantes Paes Leme e Raposo Tavares, além de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Viagem ao Araguaia*, de Couto Magalhães (MEMÓRIA, 1975).

É nesse sentido, que se pode observar nas obras de Cláudio e Orlando Villas Bôas a existência da “conjugação entre um olhar romântico e aventureiro sobre a região com uma perspectiva que acentua a dimensão econômica e produtiva do Brasil Central” (MAIA, 2012, p. 171), visão já esboçada nos textos de Couto Magalhães assim como nos do Marechal Rondon.

Antes de prosseguirmos, cabe uma pequena observação sobre *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, como visto, autor também lido pelos Villas Bôas. Nos sete anos que separam a publicação do livro, em 1902, e a morte trágica do autor, em 1909, a obra ganhou três novas edições, tendo mais de 10 mil exemplares sido vendidos apenas

naqueles poucos anos. Como lembra a pesquisadora Regina Abreu (1988, p. 22 e 24), o livro foi assumindo um papel de “obra sagrada” e “bíblia da nacionalidade” na vida cultural brasileira. A obra propõe um novo olhar para formação brasileira, cujo foco está no sertão e no “povo”, ou seja, o sertanejo: “antes de tudo um forte”, “a rocha viva da nacionalidade”. Já a figura de Euclides da Cunha foi revestida de ar heroico, desempenhando “funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário” (ABREU, p. 23).

No início da década de 1950, Getúlio Vargas, ao visitar Canudos, quando a Usina de Paulo Afonso estava em construção, deixou-se fotografar com um exemplar de *Os Sertões* de baixo do braço. Juscelino Kubitschek, às vésperas da inauguração de Brasília, cita Euclides da Cunha, colocando-se como o presidente-pioneiro, desbravador dos ermos profundos do Brasil. O autor de *Os Sertões* era apresentado pelo presidente como “o novo bandeirante de uma nova entrada para a alma da nacionalidade brasileira” (ABREU, p. 6). Talvez mais do que qualquer outro produto cultural, a obra de Euclides empresta um signo de dignidade intelectual ao sertão e ao sertanejo, como uma espécie de Brasil profundo e ignorado. *Os Sertões* foi lido a partir de certa sensibilidade nacionalista, descortinando um olhar moderno ao Brasil de dentro, ainda desconhecido das elites triunfantes das grandes cidades do Sudeste do país.

Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o futuro Marechal Rondon – ele mesmo um sertanejo, como Euclides da Cunha – manteve contato com o positivismo de Auguste Comte por intermédio de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, de quem foi aluno (como Euclides também fora). Rondon formou-se na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro e, com 25 anos, tornou-se auxiliar do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro na comissão incumbida de

estender linhas telegráficas que conectaria o extremo Oeste do país ao Rio de Janeiro (MILANEZ, 2015, p. 44). Desde 1900, até sua extinção formal em 1930, a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso”, ou simplesmente “Comissão Rondon”, esteve sob o comando do Marechal. Seu trabalho foi marcado pelo “pacifismo” e pela “ordem”, rendendo-lhe reconhecimento nacional (MACIEL, 1998, p. 16).

Ele incorporou cientistas a suas expedições e produziu vasto conhecimento geográfico, geológico, botânico, zoológico e humano de uma fração imensa do Brasil, além de fotografias, filmes e registros sonoros. Durante essa experiência de ocupação territorial, Rondon formulou o que o historiador e funcionário da Funai Elias Bigio define como “estratégias políticas” de relacionamento com os povos indígenas (MILANEZ, 2015, p. 44).

O objetivo de integrar economicamente as regiões do Oeste, bem como proteger as fronteiras, foi uma antiga obsessão nacional<sup>16</sup>, desde o século XIX, presentes já em Varnhagen, ao defender a capital no interior do continente. Nesse sentido, a Comissão Rondon se inseria nas preocupações geopolíticas e militares, interessadas na segurança do território nacional e na ocupação econômica do vasto território brasileiro.

A questão indígena era cara a Rondon. Ele próprio se colocava

---

16. É possível afirmar que essa foi uma antiga obsessão que remonta (inclusive) aos tempos coloniais, uma vez que os portugueses, desde o século XVIII, após as descobertas auríferas no Mato Grosso e em Goiás, respectivamente, buscavam integrar o Oeste e proteger as áreas que consideravam de sua soberania. Nesse sentido, o trabalho de Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Morgado de Mateus deixa bem claro a preocupação da Coroa, através desse governador destacado para a Capitania de São Paulo, em construir o Presídio Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, na margem esquerda do rio Iguatemi. Ademais o trabalho de André Nicácio Lima aponta para os projetos de integração tocados pela Coroa desde o século XVIII, principalmente, a partir da abertura de vias de comunicação fluviais com outras partes da América portuguesa. Ver Bellotto (2007) e Lima (2010).



como herdeiro de uma tradição marcada pela “defesa” das populações nativas, composta por Nóbrega e Anchieta, passando pelo Marquês de Pombal, João Francisco Lisboa e, sua principal referência, José Bonifácio de Andrada e Silva. Rondon afirmava que o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) teria sido inspirado nos “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil” de Bonifácio<sup>17</sup>. O órgão, criado pelo Decreto nº 8.072, de junho de 1910, teve seu nome e função modificados em 1918 para Serviço de Proteção aos Índios (MILANEZ, p. 45).

Marechal Rondon influenciou toda uma geração de sertanistas, entre eles os irmãos Villas Bôas, com quem manteve grande contato. Todos participaram da criação do Parque Nacional do Xingu, nele os três princípios básicos do marechal estavam presentes: “a proteção eficiente dos grupos indígenas, o respeito por sua identidade cultural e a assistência desinteressada” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 64). É fundamental observarmos que os escritos da Comissão Rondon contribuíram para modelar uma linguagem científico-estatal sobre o Brasil Central. Os textos combinavam impressões mais gerais sobre os “sertões do Mato Grosso” e anotações variadas sobre o trajeto, os aspectos geográficos e culturais das regiões, as dificuldades, entre outras informações, de modo a compor um diário de campanha (MAIA, 2012, p. 129). Método posteriormente utilizado pelos irmãos Villas Bôas, na Expedição Roncador-Xingu (A BANDEIRA, 1943).

O repertório cultural sobre o Oeste e os sertões é mais extenso daquele aqui apresentado. Convém ainda destacar as publicações, nos anos 1930, da Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, que editou as grandes viagens de Auguste de Saint-Hilaire. Parale-

---

17. Por sua vez, inspirado na memória de José Arouche de Toledo Rendon, formulada pela primeira vez em 1798. Sobre a política indigenista do paulista Rendon, inspirador de José Bonifácio. Ver Beier (2016).

lamente, foram publicadas outras narrativas de expedições realizadas por jornalistas e aventureiros de São Paulo, apresentados como novos bandeirantes, que rumaram ao desconhecido Brasil Central. É o caso da obra *Roncador* (1ª ed. 1939) de Willy Aureli e das obras *Garimpos de Mato Grosso* (1ª ed. 1936) e *Nos sertões do Araguaia: narrativas sobre a expedição às glebas bárbaras do Brasil Central* (1ª ed. 1935), ambas escritas por Hermano Ribeiro da Silva.

Não é o objetivo desse artigo aprofundar a compreensão dessas obras, já estudadas por João Marcelo Maia, mas notar que a produção desses autores que, escreveram voltados para o grande público – seja na imprensa, seja por meio de livros –, ajudaram a construir uma visão do Brasil Central como um local privilegiado para expansão paulista, onde “a linguagem da aventura ajustava-se sem muitos problemas ao olhar colonial que produzia as diferenças regionais e raciais” (MAIA, p. 109). Hermano Ribeiro da Silva, jornalista e escritor, havia percorrido na década de 1920 parte do Mato Grosso. Em 1932 ele organizou uma expedição ao Médio Araguaia, junto à um outro renomado paulista, Francisco Brasileiro, futuro subchefe da Expedição Roncador-Xingu. A empreitada lhe rendeu a obra *Nos sertões do Araguaia* e, em 1937, Silva foi nomeado chefe da *Bandeira Anhanguera*, integrada por Affonso Taunay. Ao longo da viagem os jovens paulistas encontram com um grupo de ingleses a procura de rastros do lendário coronel Fawcett, desaparecido em 1925<sup>18</sup>.

Animado pelos mistérios em torno da lendária Serra e pelo próprio desaparecimento de Percy Fawcett, Willy Aureli, outro jornalista paulista, organizou em 1936 a *Bandeira Piratininga*, que daria origem a

---

18. Curiosamente, em 1952, orientado pelos índios Kalapalo, Orlando Villas Bôas encontrou uma ossada atribuída ao coronel inglês que havia adentrado o Brasil Central em busca de uma cidade perdida na Serra do Roncador (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 70-77).

sua obra *Roncador* (MAIA, 2012, p. 114). Na época a própria existência da serra havia sido considerada duvidosa por expedicionários anteriores. Sua narrativa, assim como a de Hermano, trazia nítida influência dos relatos de viagem anteriores como os de Couto de Magalhães e do marechal Rondon. O objetivo do autor era localizar a lendária montanha e revelá-la ao país, hasteando a Bandeira Nacional no alto da Serra.

[...] nesses relatos o Brasil Central é tanto futuro de promessa quanto o presente desértico, onde não prosperam as virtudes burguesas. [...] Mediadores do Brasil Central, esses personagens produziram relatos ao gosto dos leitores do Sudeste, ansiosos pelo exotismo e pelos apelos civilizatórios de redenção da região (MAIA, p. 115-116).

As contribuições do sociólogo João Marcelo Maia – estudioso da Fundação Brasil Central – se fizeram importantes, mas escapou-lhe a importância da historiografia paulista e os efeitos de memória por ela construída na criação de um imaginário sobre o Brasil Central. Janaina Amado percebeu a força do discurso na formação de certa imagem para o Brasil de dentro:

A historiografia tem sido uma forte aliada da mitologia na fixação dos símbolos brasileiros de identidade. Até meados do século XIX, a historiografia no Brasil esteve basicamente interessada no litoral, estudando essa área como se representasse o país inteiro, ignorando sertão e Amazônia. Isso ajudou a promover a imagem da costa como o centro da civilização (AMADO, 1995, p. 66).

Affonso de Taunay<sup>19</sup> (1876-1958) foi o mais influente historiador em torno da história dos bandeirantes, que marcou a historiografia pro-

19. Assim como o engenheiro Taunay se fez historiador, também se fez paulista. Affonso nasceu no Desterro (hoje Florianópolis), quando o seu pai, o escritor Alfredo de Taunay, governava a província de Santa Catarina. Visconde de Taunay, pai de Affonso, era, por sua vez, filho do pintor Felix Émile e neto do também pintor

duzida em São Paulo na primeira metade do século XX. Ele foi profundamente influenciado pela pessoa e obra de Capistrano de Abreu<sup>20</sup>, autor de *Capítulos de história colonial*, publicado em 1907. A obra do historiador cearense representou um deslocamento historiográfico, diminuindo a agência conferida à Coroa portuguesa, à história política, ao litoral (e ao tom monarquista), tal como aparecia na obra Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878); em benefício dos indígenas, dos sertanejos, dos caboclos, os caminhos do interior, dos sertões mais distantes. Taunay foi instigado e mesmo convencido por Capistrano a estudar os bandeirantes.

No discurso de posse como presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1939, Taunay delineou seu percurso e conferiu Capistrano de Abreu a condição de “mestre”, orientador da escolha de temas e de abordagem<sup>21</sup>. Como mostra a correspondência entre os dois historiadores, Capistrano acompanhou a construção da obra de Taunay, desde o início do século XX, especialmente nas décadas de 1910 e 1920. Karina Anhezini, importante estudiosa da obra de Taunay, afirma que a leitura da correspondência enviada “por Capistrano de Abreu a Taunay permite acompanhar as discussões que permearam a composição tanto de algumas obras de Taunay quanto de Capistrano a respeito do passado brasileiro, bem como é possível compreender os contornos do ambiente intelectual no qual

---

Nicolas-Antoine Taunay, que chegou a Corte de Dom João, compondo a chamada “missão francesa”. A mãe de Affonso de Taunay foi Cristina Teixeira Leite, filha do barão de Vassoura, neta do primeiro barão de Itambé e sobrinha-neta do Barão de Ajuruoca, gente ligada a grande propriedade escravocrata da Província do Rio de Janeiro.

20. João Capistrano Honório de Abreu (1853- 1927) foi um dos principais historiadores brasileiros. Sua obra tem recebido inúmeros investimentos historiográficos na última década. Sobre o assunto, ver Amed (2006); Gontijo (2013); Oliveira (2006).

21. Taunay (1939, p. 11).

eles estavam inseridos”<sup>22</sup>. Não é do interesse deste estudo aprofundar o assunto, mas mostrar a existência de vasos comunicantes entre as obras dos dois autores na valorização historiográfica sobre o interior do Brasil. A valorização dos sertões, por Capistrano – e depois por Taunay, em termos marcadamente ideológico e regionalista – é parte da construção de um movimento rumo ao interior do continente.

Affonso de Taunay, um dos historiadores mais influentes entre as décadas de 1920 e 1950, não escreveu apenas uma obra historiográfica sobre o período colonial, mas também compôs, através do Museu Paulista que dirigiu entre 1917 e 1945, um forte discurso visual, em que o bandeirante paulista, devassador do interior da América nos séculos XVI e XVII, é o grande personagem.

O autor escreveu a *História geral das bandeiras paulistas*, obra em 11 volumes, publicadas entre 1924 e 1950. Nesse momento – junto aos esforços de preparação das celebrações para o Centenário da Independência em 1922, da gestão do Museu e da intensa colaboração em Jornais, especialmente no *Correio Paulistano*<sup>23</sup> – Taunay publicou quatro importantes livros, já filhos do Museu, pois nascidos de preocupações que se interligavam. Em 1920, aparece *São Paulo nos primeiros anos*. No ano seguinte vem a lume *São Paulo no Século XVI*. Em 1922, é publicado o primeiro livro exclusivamente dedicado à expansão paulista, intitulado *Na Era das Bandeiras*. Já em 1923 o diretor do Museu Paulista publicou *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. Apesar da imensa diligência do historiador, não é possível imaginar tamanha produtividade senão sob as condições que o cargo de diretor do Museu lhe proporcionou.

Nos anos que vão de 1917 a 1923 Taunay lança as bases para rea-

---

22. Anhezini (2009, p. 253).

23. O *Correio Paulista* era ligado ao PRP e contava colaboradores como Plínio Salgado, Menotti Del Pichia, Alfredo Ellis Jr, e do próprio Taunay.

lização da “operação historiográfica” marcada pela apologia aos bandeirantes e por uma leitura geopolítica da expansão dos homens da capitania de São Paulo no período colonial, aspectos até hoje associados à sua obra. Já muito analisada, não é objetivo destas linhas insistir na monumentalização das bandeiras, mas chamar a atenção para um aspecto decisivo: a grandeza dos velhos sertanistas de São Paulo na incorporação de mais da metade do território brasileiro. Interessa-nos, aqui, destacar que a leitura do passado colonial estava ajustada às pretensões hegemônicas da elite paulista.

A historiografia nasce do lugar social do historiador e das instituições que lhe dão suporte material e simbólico. Para Michel de Certeau (1982, p. 66), “a escrita da história se constrói em função de uma instituição”. Em outras palavras, é por meio das instituições que a História enquanto disciplina se organiza e se constitui. O discurso visual e a própria historiografia de Taunay só foram possíveis graças ao suporte material e institucional do Museu, pois garantiu a compra de livros raros, documentos, mapas, assim como contratou artistas e pintores, como tem destacado as historiadoras Ana Claudia Fonseca Brefe (1999) e Karina Anhezini (2006). O percurso de Taunay junto ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), à Academia Brasileira de Letras (ABL) e, evidentemente, ao Museu Paulista, além da USP<sup>24</sup>, evidenciam as relações de Taunay com a elite paulista<sup>25</sup>.

---

24. Universidade de São Paulo foi criada em 1934, como uma das respostas para o trauma da derrota paulista na Revolução constitucionalista. Afonso de Taunay, entre 1934 e 1937, e a Alfredo Ellis Jr (1939-1941) foram os dois primeiros responsáveis pela cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apesar de diferenças e nuances, os dois historiadores construíram uma produção historiográfica profundamente comprometida com o que poderíamos chamar de visão paulista da História do Brasil, em que os bandeirantes, supostos construtores do território, tinham papel de destaque.

25. Historiadores, como Katia Abud (1985), Cecília Helena de Salles Oliveira

A construção do discurso bandeirista formulado pelo Museu Paulista, sob a gestão de Taunay, foi fundamental na elaboração de um discurso fundado sobre a ideia do “bandeirante”. Escrevendo sobre o passado, o texto do historiador ecoava o presente. Todo o investimento historiográfico na formação de uma memória bandeirante beneficiou a construção de um discurso legitimador em torno da Expedição Roncador-Xingu. Como já foi dito, a imprensa paulista teve um lugar central nesse processo. O jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 8 de agosto de 1943, comunicou aos seus leitores, em grande parte formados pela elite paulista, a cerimônia realizada na Basílica de São Bento, junto ao túmulo de Fernão Dias Pais Lemes, o conquistador das Minas em fins do século XVII. A benção da moderna bandeira nacional, naquele local, evidencia o investimento simbólico (e mesmo prático – as doações) na Expedição Roncador-Xingu pelas lideranças de São Paulo. O texto afirmava que:

a cerimonia como a de ontem: benção da bandeira que intrépidos sertanistas conduziram consigo na sua arrojada marcha pelos sertões. A manhã de ontem foi bem paulistana. Muito fria, cheia de poeira e garoa que caía sobre o asfalto. Manhã de inverno bandeirante, como que propositadamente encomendada para evocação da época de Fernão Dias, de Borba Gato, de Anhanguera e de outros tantos destemidos filhos de S. Paulo (CERIMÔNIA, 1943).

Na mesma ocasião, foi proferido um discurso pelo jurista Godofredo da Silva Teles na entrega do Pavilhão Nacional, bordado à mão por senhoras paulistas, e entregue ao tenente-coronel Mattos Vani-que, o chefe da Expedição Roncador-Xingu. O discurso reforçava o viés bandeirantista e nacionalista: “Ser bandeirante é ser aquele que avança e aquele que conquista”. Ou, noutro trecho: “O simbolismo

---

(2000) e Wilma Peres (2011), entre outros, têm explorado diferentes aspectos da obra desse historiador paulista.

da bandeira erguida no clarão radioso das alturas, dar-vos-á para sempre, senhores bandeirantes, o sentido de vossa obra em favor nossa pátria.” A cerimônia seguiu-se com a palavra do ministro João Alberto Lins de Barros<sup>26</sup>. Em seguida, o próprio historiador Affonso de Taunay, naquela época reputado como importante historiador de São Paulo, presenteou os expedicionários com um de seus livros: *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924-1950). O simbolismo do ato é de tal modo evidente que dispensa maiores comentários.

## A Expedição Roncador-Xingu (1943-1948)

A intelectualidade teve papel central para o reconhecimento do conjunto de preocupações que valorizavam os esforços de integrar os sertões e toda a ideologia nacionalista de integração nacional<sup>27</sup>. Nesse momento, de mudança histórica profunda, “a cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram” (CAPELATO, 2017, p. 125). Desse modo, a partir da propaganda e de um inédito aparato repressivo pretendeu-se garantir ‘o bem-estar social’ para a execução das novas políticas e, assim, dos novos desígnios da nação.

---

26. João Alberto Lins de Barros (1897-1955) foi um militar e político brasileiro. Na década de 1920 percorreu o interior do Brasil como membro da Coluna Prestes e, no Estado Novo de Getúlio Vargas, foi ministro da Coordenação Econômica e primeiro presidente da Fundação Brasil Central.

27. A construção desse conjunto de preocupações foi feita a partir de dois níveis de atuação: o Ministério da Educação, que era voltado para a formação da cultura erudita, preocupada com a educação formal; e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que através do controle da comunicação buscava orientar as manifestações da cultura popular. Este último foi a arma de maior eficácia da disseminação do discurso varguista. A partir de sua atuação nos jornais, no cinema e no rádio (principal formador da consciência cívica e da opinião pública) foi fabricada a necessidade (e posteriormente a imagem) de uma grande comunidade nacional, como bem apontou Mônica Pimenta Velloso (2017).



É nesse sentido que no dia 3 de junho de 1943, através da Portaria nº77 da Coordenação de Mobilização Econômica (CME)<sup>28</sup>, o governo instituiu a Expedição Roncador-Xingu (ERX). Como mostra o documento de sua criação, o adentramento representava um passo decisivo para a realização do plano de integração nacional do governo, “considerando a necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões das cabeceiras do rio Xingu”, na época, tido como um dos locais “mais desconhecidos da terra”<sup>29</sup>. Como viria afirmar Orlando Villas Bôas em 1994:

Os objetivos eram formulados claramente – instalar campos de pouso e bases militares, abrir caminhos e picadas, construir pontes. Além da função de desbravamento do interior, a meta era estabelecer bases de apoio radiotelegráficas e campos de pouso que permitissem a integração das redes de comunicação nacionais, ameaçada pelos grandes vazios demográficos (VILLAS BÔAS, 2012, p. 18).

Como já foi introduzido, a empreitada foi amplamente divulgada nos meios de comunicação. No dia seguinte a criação da expedição, no dia 4 de junho de 1943, *O Estado de S. Paulo* anunciava a seguinte notícia: “Grande Expedição partirá em breve para a Serra do Roncador” (GRANDE, 1943), na qual o ministro João Alberto esclareceu o roteiro da expedição e suas “missões”. Também foi enfatizado que a expedição contaria com estações de rádio, cientistas, técnicos, geólogos e “homens de estudo”. Ademais, é negado o uso de capitais estrangeiros e afirmado o caráter de auto-colonização. No dia seguinte, o jornal *A Noite* (RJ) anunciava a expedição trazendo na sua capa o título “Bandeira do século XX” (BANDEIRA, 1943, p. 6). Já o jornal

28. Órgão responsável pelo controle da economia brasileira em tempos de guerra, sendo o seu presidente, João Alberto Lins de Barros (1897-1955), o grande incentivador da Expedição Roncador-Xingu (MAIA, 2012, p. 63).

29. Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica (OLIVEIRA, 1976, p. 175-176).

*Diário de Notícias* (RJ), no dia 12 de junho de 1943, anunciava a expedição com a seguinte chamada: “Para levar a civilização ao maciço central brasileiro” (PARA, 1943, p. 5).

A partir dessas notícias, ficam mais nítidas as ideias complementares apresentadas no decorrer do artigo: a construção de uma imagem bandeirante para a expedição, e a afirmação do litoral – e principalmente de São Paulo – como o local privilegiado pela civilização. De modo que no Estado Novo a preocupação maior era converter a cultura (popular e erudita) em instrumento de ação prática. Como aponta Mônica Velloso (2017, p. 172), a busca de um caráter nacional (integrado) “vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais”, como já foi apresentado.

Junto à Roncador-Xingu, o Estado teve como “ponta de lança” de sua política de interiorização a Fundação Brasil Central (FBC), criada em 4 de outubro de 1943, através do Decreto-Lei presidencial nº 5.878. O primeiro artigo estabelecia seus objetivos: “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (MEIRELES, 1960, p. 27). A fundação tinha a incumbência de implantar núcleos populacionais (ou colonizadores) nos pontos ideais marcados no trajeto da expedição, além de orientar e administrar os trabalhos da mesma – como fica expresso no segundo artigo. Seu presidente, João Alberto Lins de Barros – também ministro da Coordenação de Mobilização Econômica –, foi quem indicou o Coronel Flaviano de Matos Vanique ao cargo de chefe da expedição.

É interessante notar que a Expedição Roncador-Xingu de certa forma encerrou o conjunto de Expedições oficiais aberto por Marechal Rondon no início do século XX (VILLAS BÔAS, 2005, p. 42). Todas tinham a tarefa de expandir a comunicação entre os diversos brasis, assim como expandir a autoridade central sobre as fronteiras.

A desconexão entre as várias regiões do Brasil foi uma questão a ser vencida pela Comissão Rondon a partir da instalação de linhas telegráficas pelo Brasil à dentro<sup>30</sup>. Já a Expedição Roncador-Xingu tinha por objetivo a criação de uma rede de apoio para a ligação aérea entre o Rio de Janeiro e o Brasil Central (MENEZES, 200, p. 33). Assim como a Comissão, a expedição foi considerada de interesse militar através do Decreto-Lei de nº 5.801 de 8 de setembro de 1943 (OLIVEIRA, 1976, p. 177). A operação pode ser compreendida como uma postura tomada pelo governo para confirmar sua soberania sobre regiões ainda pouco exploradas, sobretudo com o pano de fundo da Segunda Guerra Mundial.

O contexto internacional do período entreguerras inflamou medidas de territorialização da autoridade que já vinham sendo tomadas. Faz parte desse contexto: a divisão regional do país nas décadas de 30 e 40, a criação do IBGE em 1934, a criação das Colônias Agrícolas em 1941, a mobilização de trabalhadores nordestinos no cultivo da borracha desencadeados pelos Acordos de Washington e, em 1942, a criação da Coordenação de Mobilização Econômica (CME). O projeto de integração nacional foi uma política pública de altíssima densidade, onde foram utilizados fatores de ordem geográfica (o corpo da nação), e fatores de ordem simbólica (a alma da nação), ambos já apresentados. O momento aqui recortado pode ser entendido como o da realização da conquista dos sertões, para torná-lo ocupado e integrado, contribuindo para a grandeza, riqueza e modernidade do país. A ideia proposta por Getúlio Vargas era, portanto, unir o “corpo” e a “alma” do Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

---

30. Cabe dizer que desde o Império houve a promoção de comissões telegráficas, que tinham por objetivo o caráter de zelar pela segurança das fronteiras, assim como de integrar economicamente as regiões. Objetivos esses também designados para a Expedição Roncador-Xingu, como bem destacou Felipe Milanez (2015).

Após os expedicionários deixarem a cerimônia em São Paulo, partiram para Uberlândia – “a boca do sertão” (OLIVEIRA, 1976, p. 23-24). No dia 21 de agosto de 1943 a Expedição Roncador-Xingu chegava no ponto escolhido para o adentramento, Barra do Garças (OLIVEIRA, 1976, p. 23-24), onde foi estabelecida a primeira base da expedição na junção rio Araguaia com seu maior afluente, o rio das Garças. O local foi denominado Aragarças:

Barra Goiana/Aragarças tornou-se a base efetiva da Fundação Brasil Central. Lá foram instalados todos os serviços burocráticos, um hospital, uma igreja, uma escola, um espaçoso hotel e um aeroporto, que se chamaria Salgado Filho, além do marco zero da expedição (VILLAS BÔAS, 2005, p. 50).

É de grande valor simbólico que a Roncador-Xingu tenha partido do rio Araguaia, há tempos, um dos principais meios de penetração para o Brasil Central, por onde haviam passado bandeirantes, garimpeiros, missionários e expedicionários estrangeiros e nacionais. Dentre as grandes expedições no Araguaia temos: Couto de Magalhães (1861-1871), Frei Gil Vilanova (1897), Marechal Rondon (1891-1930), a Coluna Prestes (1925-1927) e, é claro, a Marcha para o Oeste (BORGES, 1987). Tendo em vista que a expedição respondia a “uma forte expansão do poder estatal e por um cumulativo processo de investimento estatal sobre o território brasileiro” (MAIA, 2012, p. 63), seu roteiro foi traçado no próprio ato de sua fundação:

a) partindo da cidade de Leopoldina, sobre o rio Araguaia, em Goiás, seguir em direção geral de Noroeste rumo à Santarém, sobre o Amazonas; b) procurar o ponto mais favorável sobre o Rio das Mortes e fundar um estabelecimento de colonização; c) continuar a marcha galgando a serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apoio para o prosseguimento

da expedição e exploração do território; d) Invernar nesse local preparando o campo de aviação e iniciando os trabalhos agrícolas e de construção<sup>31</sup>.

A rotina dos expedicionários fora delineada de maneira rigorosa a partir dos parâmetros de comportamento desenvolvidos na Comissão Rondon, com horários fixados para atividades desde o amanhecer até o pôr-do-sol. Nos acampamentos da expedição eram constantemente realizadas cerimônias cívicas como o hasteamento diário da Bandeira e o canto do Hino Nacional. O grande apelo ideológico da Campanha da Marcha para o Oeste – visível dentro da expedição – pode ser tido, segundo a historiadora Elizabeth Cancelli (2017, p. 13-14), como uma síntese do pensamento varguista. Afinal, é nele que podemos observar as principais bases ideológicas que atravessaram as estratégias de dominação e construção do Estado. Esse projeto de ocupação do interior tinha como ponto fundamental para unir a população o nacionalismo. Ideólogos do Estado novo, como Francisco Campos e Alberto Torres, propunham teses que defendiam a unidade nacional como “força aglutinadora de interesses” em detrimento ao liberalismo – gerador da fragmentação brasileira na República Velha (CANCELLI, 2017, p. 15-23).

A intenção sempre repetida pelo Estado Novo era a de fazer com que as fronteiras políticas coincidissem com as fronteiras econômicas: um pressuposto de representação da unidade nacional. O símbolo da unidade nacional, da coincidência econômica e política, carregava um dos elementos-chave que tudo faria possível: a entrega ao trabalho (CANCELLI, 2017, p. 53).

Desse modo, é possível compreender que a política adotada não se tratava de apenas ocupar o espaço, mas de desenvolver determi-

31. Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica (OLIVEIRA, 1976, p. 175-176).

nados espaços. Logo, as políticas de valorização do trabalho e do trabalhador nacional estavam em perfeito acordo com as políticas de colonização impulsionadas pelo governo, afinal ambas fizeram parte de um mesmo programa político. O Estado passou a assumir “o controle da ocupação e da reprodução das relações sociais nos *espaços vazios* (grifo nosso), marcando, significativamente, o sentido social e político da imigração para o Oeste brasileiro” (SILVA, 2017, p. 64). Foi a partir do trabalhismo como estratégia ideológica do Estado Nacional que procurava-se construir simbolicamente a imagem de nação como instituição orgânica ou como um corporativismo social, o que de certa forma era uma estratégia para amenizar a face autoritária do governo. A orientação corporativista encontrou suporte no principal instrumento ideológico de colonização, a Marcha para o Oeste:

Os discursos sobre a marcha evidenciavam a imagem da nação em movimento, e os projetos de ocupação e deslocamento caracterizavam a representação social do território nacional como um espaço de conquista, expansão e integração. Esses discursos estimulavam a sensação de pertencimento ao desenhar a nação como corpo em movimento, no qual todos eram participantes (SILVA, 2017, p. 66).

Afinal, a expansão e a colonização das fronteiras eram apresentadas como uma tarefa do trabalho coletivo. Nesse sentido, o discurso da *Marcha* pode ser visto como uma continuidade das políticas de valorização do trabalho, em particular, do trabalhador rural. Como se viesse para equilibrar a disparidade entre os benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais durante o período do governo Vargas.

Desse modo, se faz pertinente falar dos que constituíram a maior força de trabalho dentro da Expedição Roncador-Xingu: sertanejos, índios e garimpeiros, que iam sendo recrutados aos poucos ao longo do percurso rumo ao Brasil Central. Segundo as memórias de Orlando

Villas Bôas, publicadas em 1994, “homens que seriam uma pitoresca manifestação do comportamento humano livre das amarras impostas pela civilização” (VILLAS BÔAS, 2012, p. 56). Além disso a expedição contou com a presença de exploradores já renomados, como é o caso do pernambucano Chico Meirelles, ou do paulista Francisco Brasileiro.

Durante sua jornada, a Roncador-Xingu contou com a presença de diversos exploradores anônimos, responsáveis por abrir cerca de mil e quinhentos quilômetros de picadas, por onde nasceram quarenta e duas cidades e vilas, bem como foram construídos dezenove campos de pouso, dos quais quatro acabaram por se transformar em bases militares, constituindo hoje importantes pontos de apoio na segurança de voo nas rotas internas e internacionais (VILLAS BÔAS, 2012, p. 18).

### **A atuação dos irmãos Villas Bôas**

Dentre esses trabalhadores, três irmãos sem nenhuma experiência da vida do sertão, adquiriram especial destaque após realizarem contatos pioneiros com as populações indígenas dos locais percorridos, permanecendo quase quatro décadas no maciço Central do Brasil. Filhos de um advogado do interior paulista, Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas<sup>32</sup>, mudaram-se para São Paulo ainda crianças e na capital tiveram a educação da classe média alta. Com a morte dos pais, o vínculo dos irmãos com a cidade grande se perdeu, e a época coincidiu com o momento em que o governo anunciava a Expedição Roncador-Xingu. Em 1943, após a primeira e falha tentativa de ingressar na expedição em São Paulo, recebendo a resposta de que não

---

32. Orlando Villas Bôas (Santa Cruz do Rio Pardo, 12 de fevereiro de 1914 – São Paulo, 12 de dezembro de 2002); Cláudio Villas Bôas (Botucatu, 8 de dezembro de 1916 – São Paulo, 1 de março de 1998); Leonardo Villas Bôas (Botucatu, 1918 – São Paulo, 1961).

contratariam “gente de cidade”, os irmãos rumaram para o sertão de Goiás (VILLAS BÔAS, 2005, p. 35).

Apresentaram-se, então, como peões analfabetos em Aragarças, onde foram aceitos. Os irmãos permaneceram por cerca de seis meses na construção dos prédios de assistência da primeira base da expedição. A partir do momento que se tomou conhecimento do grau de instrução dos três, foram prontamente designados para novas funções. Orlando assumiu a secretaria da base, Cláudio recebeu a chefia do almoxarifado e Leonardo tornou-se chefe do pessoal, assumindo o papel de interlocutores imediatos do Coronel Vanique, uma vez que o chefe da expedição não vivia diretamente nos acampamentos (GALVÃO, 2014, p. 11-12).

A primeira etapa da expedição foi vencida em fevereiro de 1944, momento em que o rio das Mortes (MT) foi alcançado. Começou a ser montado um novo acampamento: “Xavantina” – nome dado em homenagem aos indígenas da nação Xavante que habitam aquela região. Foi na região do rio das Mortes que a expedição foi considerada perigosa por conta da proximidade e quantidade de aldeias Xavantes avistadas nos voos de reconhecimento de território. O Cel. Matos Vanique, junto ao então governador de Goiás, Pedro Ludovico, propuseram que fossem enviados soldados da polícia goiana para ajudar na segurança da expedição. A ideia foi recusada pelo ministro João Alberto diante da desaprovação de marechal Rondon (VILLAS BÔAS, 2005, p. 53-54).

Era a primeira vez que a Roncador-Xingu pisava na terra dos Xavantes, estes, embora relativamente isolados, já eram conhecidos pelos homens brancos como arredios e desde o início da expedição foram motivo de preocupação<sup>33</sup>. Esse momento foi amplamente divul-

---

33. Para mais informações sobre os Xavante e o processo de pacificação por eles



gado pela imprensa. Já em fevereiro de 1944 o jornal *O Globo Expedicionário* publicou uma notícia com o título: “Rondam os chavantes o acampamento da Expedição Roncador-Xingu” (RONDAM, 1945, p. 3). A revista *O Cruzeiro* (RJ) do dia 24/06/1944 trazia uma matéria com o seguinte título “ENFRENTANDO OS CHAVANTES!”, texto nas páginas seguintes dizia:

A segunda invasão vai começar. É a invasão da maior área desconhecida do mundo, o centro do Brasil. Algumas dezenas de homens brancos estão na fronteira do território chavante. Transposto o sinistro e poético Rio das Mortes, eles pisarão a terra proibida e lendária. Vinte mil índios, heróicos e atlético, estão à sua espera. Dia após dia, noite após noite, eles os acompanharão, como sombras nas sombras noturnas das planícies e da serra. Um dia – ou uma noite – o primeiro ataque ferirá o silêncio e a guerra principiará. Eles, os selvagens, defenderão, palmo a palmo, o chão da Pátria. A sua Pátria. A nossa Pátria. Tão nossa quanto desses guerreiros. Bravos guerreiros de alma e bordunas mais duras que o secular jequitibá (ENFRENTANDO, 1944, p. 49).

A frente expedicionária chegou a ser atacada cerca de dezoito vezes, sendo muitos os cuidados tomados para evitar um confronto. No final de 1945 chegavam ao fim da serra do Roncador, onde deveria ser construído um campo de pouso e implantado um núcleo de povoamento, com o objetivo de fixar cerca de duzentas famílias anualmente (GALVÃO, 2014, p. 18). Era, assim, vencida outra importante etapa da Expedição Roncador-Xingu.

Nos cinco anos que a expedição avançou sertão à dentro foram constantes as cerimônias cívicas apinhadas de simbologia patriótica. Como aponta Maria Eduarda C. G. Galvão: “comemorações especiais eram embaladas por discursos eloquentes, o que reforça a ideia de que havia uma intenção de fixar símbolos que carregam uma afi-

---

sofrido consultar Garfield (2011).

nidade especial com o que representam” (GALVÃO, 2014, p. 21). O 7 de setembro de 1943, primeiro experimentado pela Expedição Roncador-Xingu, foi marcado pelo primeiro hasteamento do pavilhão nacional pelo coronel Vanique na presença de todos os expedicionários. Seguiu-se com a leitura do *Boletim nº 1* que exaltava o pavilhão nacional como símbolo da liberdade e da independência do Brasil. Ao final do *Boletim*, escrito pelo chefe da expedição, era reafirmada a relação estabelecida entre os bandeirantes históricos e a Roncador-Xingu: “Levaremos conosco essa fé inquebrável de que somos portadores, a lembrança da bravura de nossos antepassados bandeirantes e a convicção de nossa vitória” (OLIVEIRA, 1976, p. 26-27).

Poucos dias depois, no dia 10 de setembro, sob a orientação do Coronel Vanique e do ministro João Alberto, foi fincado um obelisco no local escolhido para designar o *Marco Zero* da expedição, no mesmo dia que iniciaram-se os trabalhos de penetração. O momento foi registrado através do *Boletim nº 3* com o seguinte texto proferido pelo coronel:

Rompendo hoje a nossa marcha, com a mesma fé que animou há séculos os primeiros desbravadores destes sertões, determino que seja fixado esse cruzeiro como Marco Zero, símbolo da determinação inquebrável que nos guia, impostos por nossa querida Pátria (VARJÃO, 1989, p. 77).

Em junho de 1945, a expedição teve um de seus mais esperados momentos: a visita do Presidente Getúlio Vargas ao acampamento do Rio das Mortes. O Chefe da Nação, chegou acompanhado do Ministro de Guerra<sup>34</sup>, do Secretário da Presidência<sup>35</sup>, do interventor Federal de Goiás<sup>36</sup> e do Ministro João Alberto, entre outros. Eviden-

34. Eurico Gaspar Dutra (1883-1974).

35. Luiz Fernandes Vergara (1894-1973).

36. Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979).

temente, a comitiva também foi acompanhada dos representantes da Imprensa metropolitana: *Agência Nacional*, *Noite* e *O Globo* (OLIVEIRA, 1976, p. 119-126). O Jornal *A Noite* do dia 26 de junho de 1945 trazia em sua capa a seguinte notícia “A Marcha desbravadora da Expedição Roncador-Xingu”, onde dizia que “com a visita do presidente Getúlio Vargas a Aragarças, está como que oficialmente inaugurado este primeiro e importante núcleo colonizador da Expedição Roncador-Xingu” (A MARCHA, 1945, p. 1 e 9). Na cerimônia de recepção ao presidente foi lido para os trabalhadores o boletim alusivo à presença de Vargas:

Expedicionários! Sentido! Estamos em presença de S. Excia., o Dr. Getúlio Vargas, símbolo vivo de marcha para o Oeste. É esta a segunda vez que S. Excia. penetra os ínvios sertões do Brasil e, pela primeira vez na história do nosso País, um presidente afasta-se do Palácio do Catete, para ver de perto como o Brasil toma posse de si mesmo (OLIVEIRA, 1976, p. 120-121).

A visita de Getúlio Vargas ao acampamento da Expedição Roncador-Xingu foi outro momento chave e extremamente simbólico na construção da Campanha da marcha. A empreitada dava continuidade às viagens que Vargas empreendera para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil no começo dos anos 1940. Ademais, o discurso proferido faz menção a um Brasil que “toma posse de si mesmo”, o que carrega a noção de um local que questiona as forças e ordens vigentes. Esse local é a fronteira, onde seria “diluída a dicotomia litoral/sertão” (GALVÃO, 2014, p. 26) a partir da chegada da civilização, materializada na Expedição Roncador-Xingu. Como aponta Maria Eduarda C. G. Galvão:

Na fronteira, os valores seriam relativizados, conjugando-se a civilidade, importada do litoral, e um Brasil ainda autêntico, não contaminado por estrangeirismos. Seria, portanto, o espaço ideal para

construção de uma nacionalidade equilibrada e harmonizada, vislumbrada pelo governo. Sendo assim, a bandeira da civilização, carregada pelos expedicionários, deveria sincronizar os ritmos sociais distintos entre sertão e litoral (GALVÃO, 2014, p. 26).

Entre 1943 e 1948 foi estabelecido o contato com diversas populações indígenas desse “Brasil ainda autêntico”, após os Xavante na região do rio das Mortes, foram contatados os Kalapalo na região do rio Kuluene – um dos formadores do Xingu. A vanguarda atingiu, finalmente, o rio Xingu em 1947, quando foi construído o posto Jacaré e quando se deu o contato com os povos Kamayurás, Mehinakús e Awetis. Um ano depois em uma exploração da região do rio Tanguro foram contatados os índios Waurás (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 116-131).

Inspirados nos princípios de Rondon, os Villas Bôas desenvolveram trabalhos pacíficos com as populações indígenas dos locais percorridos o que rendeu a nomeação dos irmãos, em 1948, como representantes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Alto Xingu (MILANEZ, 2015, p. 53). Ainda segundo esse autor: “anos depois do pioneirismo de Rondon, ao longo da ‘Marcha para o Oeste’ a atuação dos irmãos Villas Bôas deu novo destaque à prática” (MILANEZ, 2015, p. 41), a partir de um viés pacifista e humanitário e, que pode ser traduzido no lema “Morrer, se preciso for; matar nunca!”<sup>37</sup>.

Ainda em 1948 foi decretado o fim da Expedição Roncador-Xingu através da Resolução nº 254 da presidência da Fundação Brasil Central. Foram estabelecidas duas novas etapas de penetração: uma para

---

37. O lema “Morrer, se preciso for; matar nunca!” materializa a forma como Rondon organizou a ação empregada com os indígenas nas expedições que comandou, marcadas por “pacifismo” e “ordem”. Além disso, o mesmo inspirou a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910. Sendo assim, naquela época, ele servia de exemplo a todos aqueles que se preocupavam com o destino do indígena no Brasil (MILANEZ, 2015, p. 43-47).

a Serra do Cachimbo, chefiada pelos irmãos Villas Bôas, e outra orientada para o Alto Tapajós chefiada por Frederico Hoepken (MAIA, 2012, p. 179). Não se deve olvidar que a Roncador-Xingu foi impulsionada em um momento de grande particularidade da história nacional – pela situação socioeconômica e política do Brasil – e internacional – por conta do contexto macro-histórico do período da Segunda Guerra Mundial. Além disso, a expedição também atuou em um momento de mudanças no cenário da política indigenista tocada pelo Marechal Rondon e continuada pelos próprios irmãos Villas Bôas (2006, p. 46). O trato com os povos indígenas, na época considerado “pacífico”, também ganhou destaque e reconhecimento na mídia. A revista *O Cruzeiro* de 23 de agosto de 1947 trazia a seguinte notícia junto a uma foto dos Villas Bôas entrando em contato com os índios Camaiura:

OS NATIVOS: Não é mais o domínio da terra, nem o domínio do indígena o que mova a bandeira. Os Camaiuras baixam os seus arcos e recebem do homem branco as ferramentas, que lhes auxiliarão na caça e na pesca, e a rapadura, condimentos ao “prato” básico na selva: a farinha (OS NATIVOS, 1947, p. 8-13).

A Fundação Brasil Central – da qual a Expedição Roncador-Xingu era subordinada – manteve uma relação conflituosa e contraditória com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>38</sup>, afinal, como foi visto, a expedição adentraria em terras indígenas, muitas das quais ainda abrigavam grupos isolados. A comunicação entre os dois órgãos era constante, o que não impediu que o SPI buscasse facilitar o trabalho da Fundação. Como aponta Maia (2012), era reconhecida a necessidade de adentrar nessas terras e que elas “deveriam ser alvo de iniciativas colonizadoras no pós-guerra, que levassem ao estabelecimento

38. Em 1910 foi criado por marechal Rondon o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o órgão teve o nome abreviado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1918.

da ‘civilização’ na região” (p. 77)<sup>39</sup>.

A atuação dos irmãos Villas Bôas na Expedição Roncador-Xingu, apesar das condicionantes acima citadas, foi capaz de atrair atenção da opinião pública e do governo. Esse protagonismo, apenas a guisa de exemplo, foi decisivo no processo que culminou na demarcação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, cujo relatório de criação foi escrito pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em articulação com a atuação dos Villas Bôas. A proposta de se criar uma reserva para a preservação cultural e material das nações indígenas contatadas durante a Roncador-Xingu sofreu particular resistência do Coronel Vanique – antigo chefe da expedição – e do então presidente da Fundação Brasil Central, Arquimedes Pereira Silva, além da oposição dos latifundiários e seus aliados na esfera política (MENEZES, 2000, p. 36). No entanto, a proposta que se originou do empenho e do prestígio angariado pelos irmãos Villas Bôas – com o apoio com o Serviço de Proteção aos Índios – se consolidou em 1961 na criação do Parque, cujas áreas correspondem às percorridas pela Expedição Roncador-Xingu.

## Considerações finais

A Expedição Roncador-Xingu, inicialmente prevista para durar dois anos, acabou por perdurar cinco, encerrando-se apenas no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). As atividades desenvolvidas pela Expedição ultrapassaram a meta inicialmente prevista pelo governo e foram reconhecidas pela imprensa. O reconhecimento das

---

39. Além de orientar a Roncador-Xingu, a Fundação também auxiliava diversos órgãos do Estado Novo dirigidos para a “batalha da borracha”, controlava duas usinas (Central Sul-Goiana e Fronteira), os Entrepostos Comerciais do Brasil Central e, a partir de 1945, passou a controlar a Estrada de Ferro Tocantins (EFT). Ademais, a Fundação Brasil Central entrou em conflito com autoridades regionais e demais cidadãos nas regiões de sua atuação.

mudanças no rumo da expedição, direcionada pela atuação dos Villas Bôas, se deu por três vias (1) pelas ligações óbvias entre a imprensa e o governo; (2) pelo comprometimento desta primeira com os interesses privados dos empresários paulistas; e por fim, (3) pelos acontecimentos mais recentes da política indigenista.

É importante reafirmar que o movimento de expansão para o Oeste dos anos 1940 foi precedido por um conjunto discursivo, polifônico e polissêmico, muito anterior a Era Vargas ou ao Estado Novo. Apesar da pluralidade desse conjunto de vozes, essa produção textual – ensaística, literária e historiográfica – produzida desde fins do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX – foi decisiva na construção um olhar para os espaços ainda não colonizados, capazes de gerar uma agenda política interessada na “conquista do Brasil pelos brasileiros”. A expressão é do historiador Afonso de Taunay, utilizada repetidas vezes na *História Geral das Bandeiras Paulistas*, referindo-se aos antigos sertanistas da Capitania de São Vicente, depois São Paulo, em viagem ao interior do continente no período colonial, especialmente nas zonas localizadas além da linha de Tordesilhas. A criação da “epopeia bandeirante”, com tudo que há de anacrônico e presentista, se conecta profundamente com os esforços bem concretos empreendidos nos anos de 1940, interessados na ocupação e no aproveitamento econômico dessas regiões.

Em outras palavras, a Marcha para o Oeste em geral, e a Expedição Roncador-Xingu em particular, empenharam-se na realização da antiga aspiração, presente em amplo repertório cultural. A referida Expedição, seja no plano concreto, seja na memória cultural, é um fenômeno histórico com particular densidade no Estado de São Paulo, cujas lideranças políticas empenharam-se em revesti-la de uma dimensão “bandeirante”, termo associado ao empreendedorismo, a bravura

e a conquista. Em termos metafóricos, pode-se afirmar que a fronteira Oeste é o espaço geográfico e geopolítico onde os bandeirantes históricos, do período colonial, e os “bandeirantes” modernos, do século XX, se encontram, ao menos no plano discursivo, em meio ao longo movimento de interiorização do país.

## Referências

### Periódicos

AMADO, Janaína. Veredas dos Sertões. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 ago. 2009.

A BANDEIRA Roncador-Xingú. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 ago. 1943.

BANDEIRA do século XX. *A Noite*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1943, n. 11.247, p. 6.

BANDEIRISMO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1943.

CERIMÔNIA da benção da bandeira nacional entregue à Expedição Roncador-Xingu. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1943.

ENFRENTANDO os Chavantes!. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1944, n. 35, p. 49.

A EXPEDIÇÃO Roncador Xingú. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1943, n. 11.252, p. 8.

GRANDE Expedição partirá em breve para a Serra do Roncador. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1943.

A MARCHA desbravadora da Expedição Roncador-Xingu. *A Noite*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1945, n. 11.985, p. 1 e 9.

MEMÓRIA dos irmãos Villas Bôas: os 32 anos de Cláudio e Orlando Villas Bôas com os índios brasileiros. *Visão*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1975.

OS NATIVOS. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1947, n. 44, p. 8-13.

PARA levar a civilização ao maciço central brasileiro. *Diário de Notícias*.



Rio de Janeiro, 1943, n. 135, p. 5.

RONDAM os chavantes o acampamento da Expedição Roncador-Xingu. *O Globo Expedicionário*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1945, n. 22, p. 3.

## Bibliografia

ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; Funarte, 1998.

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo Paulista, o bandeirante*. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares; AMADO, Janaína (Orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG, 1995.

AMED, Fernando José. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda. 2006.

ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. *Revista de História*, 160 (1º semestre de 2009), p. 253

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. 2006. Tese (Doutorado em História e Cultura Política) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

AURELI, Willy. *Roncador*. Editora Leia, 1962 (1ª edição 1939).

BEIER, José Rogério. Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEIER, José Rogério. De aldeias a freguesias e vilas: o processo de dissolução das aldeias indígenas paulistas na representação cartográfica do território de São Paulo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 6, 2016. Anais do... Universidade Estadual da Bahia, Salvador: Edunep, p. 894-909. Disponível em: docs.wixstatic.com. Acesso em:

25 fev. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo”, 1765-1775. Alameda, 2007 (1ª edição 1979).

BISILLIAT, Maureen. *Guerreiros sem espada: Experiências Revistas dos Irmãos Villas Bôas*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORGES, Durval Rosa. *Rio Araguaia – corpo e alma*. IBRASA. São Paulo, 1987.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 25 fev. 2018.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *Um lugar de memória para a Nação. O Museu Paulista reinventado por Affonso d’Escragnolle Taunay (1917-1945)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*. Curitiba: CRV, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*, vol. 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. *Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 17, p. 189-214, 2009.

COSTA, Walderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica [1992]. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2016.

CRULS, Luiz, 1848-1905. Relatório Cruls: relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil / Luiz Cruls. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

DAVIS, Shelton H., MENGET, Patrick. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgar de A. (Orgs). *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo; Cortez, 1981.

DAVISON, David Michael. Rivers and empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far West (1737-1808). Universidade de Yale, intitulada, 1970. (Dissertação de mestrado).

ESCOBAR, Ildefonso. *A Marcha para o Oeste: Couto Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1941.

FERRETTI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Revista Estudos Históricos* – Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p.59-78, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Forense Universitária, 2012.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro : Editora 7 Letras, 2013;

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. *A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central*. 2014. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013, p. 41-86.

JANKE, Leandro Macedo. Lembrar para mudar: o memorial orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RIO, 2010 (Tese de doutorado).

LIMA, André Nicácio. Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio – Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon*. São Paulo, EDUC, 1998.

MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao rio Araguaia*. Editora Nacional, 1975 (1ª edição 1863).

MAGALHÃES, Couto de. *O Selvagem. Rio de Janeiro : Typ. da Reforma* (1ª edição 1876).

MAGALHÃES, Couto de. *Ensaio de antropologia* (1ª edição – 1894).

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado Território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro. In: CARBÓ, Eulalia Ribeira; Héctor Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín. *La integración del territorio en una idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946*. México: Instituto de Geografía UNAM, 2007, p. 589-608.

MEIRELLES FILHO, João. *Grandes Expedições à Amazônia Brasileira: Século XX*. São Paulo: Metalivros, 2011.

MEIRELES, Silo. *Brasil Central: notas e impressões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque Indígena do Xingu – A construção de um território estatal*. Campinas: UNICAMP, 2000.

MILANEZ, Felipe (Org). *Memórias sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: SESC, 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. In: Eulalia Ribera Carbo; Hector Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín (coords). *La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografía; Instituto de Investiga-

ciones Dr. José María Luis Mora, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico *Terra Brasilis* [Online], v. 4-5, 2003, 6p. Disponível em: terrabrasilis.revues.org.

OLIVEIRA, Acary de Passos. *Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Barra do Garças, Araguaia 1943 – Rio das mortes, Xavantina 1944*. Goiânia: UFGO, 1976.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *O “Espetáculo do Ypiranga”: Medi-ações entre história e memória*. 2000. [s.n.], São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. In: *Política e Sociedade*, n. 12, abr. 2008.

OLIVEIRA, Maria da Gloria. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Mestrado em História – UFRGS, 2006.

PERES, Wilma. Afonso d’Escragnoille Taunay. História geral das bandeiras paulistas. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: Um banquete nos trópicos*. Vol 2. São Paulo: SENAC, 2011.

PITTA, Fernanda Mendonça. Um povo pacato e bucólico: costume, história e imaginário na pintura de Almeida Júnior. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2013 (Tese de doutorado).

REIS, Arthur Cezar. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil*, 2v. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940 (Coleção Documentos Brasileiros; 25).

SANCHO, Karla Amorim. *Cenas da enunciação e ethos em narrativas sobre a Expedição Roncador-Xingu: uma análise discursiva*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SILVA, Hermano Ribeiro. *Garimpos de Mato Grosso*. Editora Saraiva, 1954 (1ª edição 1936).

SILVA, Hermano Ribeiro. *Nos sertões do Araguaia: narrativas sobre a expedição às glebas bárbaras do Brasil Central*. Editora Saraiva, 1948 (1ª edição 1935).

SILVA, Sandro Dutra e. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira*

- agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. Editora: Cambridge University Press, 2009.
- TAUNAY, Afonso de. *Discurso de posse na Presidência Honorária do Instituto*. RIHGSP, v. 37, 1939, p. 11.
- TAUNAY, Affonso de. *São Paulo nos Primeiros Anos*. Tours: E. Arrault & Cie, 1920.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo no Século XVI*. Tours: E. Arrault & Cie, 1921.
- \_\_\_\_\_. *Na Era das Bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos; Weiszflog Irmãos, 1922.
- \_\_\_\_\_. *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L. Canton, 1923.
- TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, vol. V, 1938.
- VARJÃO, Valdon. *Barra do Garças no passado*. Brasília: 1980.
- \_\_\_\_\_. *Aragarças: Portal da Marcha para o Oeste*. Brasília. Senado Federal. 1989.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *A questão da capital: marítima ou no interior?*. Viena: Imp. do Filho de Carlos Gerold, 1877.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*, v. 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- VILLAS BÔAS, Orlando. *Histórias e causos*. São Paulo: FDT, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Expedições, Reflexões e Registros*. São Paulo: Metalivros, 2006.
- VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para o Oeste – A epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

**Resumo:**

O presente artigo argumenta que a produção cultural e intelectual acerca dos sertões e do Brasil Central, elaborada em fins do século XIX e, sobretudo, na primeira metade do século XX, foi propulsora da Marcha para o Oeste e, mais especificamente, da Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), foco deste artigo. A produção literária e historiográfica – especialmente o investimento em torno da memória e da história dos bandeirantes, no Estado de São Paulo – exerceu um papel central na construção de uma agenda política marcada pela urgência nacional em conquistar áreas remotas do interior do Brasil. A Expedição Roncador-Xingu valeu-se dessa agenda para obter financiamento, apoio político e visibilidade.

**Palavras-chave:** Expedição Roncador-Xingu, Irmãos Villas-Bôas, Marcha para Oeste, Mitologia Bandeirante, Fronteira.

**Abstract:**

The present paper argues that the intellectual and cultural production focused on Brazilian hinterlands and central region, initially produced in the late XIX century and especially the first half of XX century, was the propeller to the so-called West Brazilian March and, more specifically, the focus of this article, The Roncador-Xingu Expedition (1943-1948). Literary and Historiography production – developed as an investment around the story and memory of the Bandeirantes, in São Paulo State – featured as the main role in the construction of a political agenda required due to the urgency to explore remote areas of Brazilian territory. As a result of that, The Roncador-Xingu Expedition was able to rely on financial and political support, as well as considerable visibility.

**Keywords:** Roncador-Xingu Expedition, Villas-Bôas Brothers, Brazil's march to the West, 'Bandeirantes' mythology, frontier

Recebido para publicação em 02/03/2018.

Aceito em 27/09/2018.





**Entre o campo e a cidade, de imigrantes  
a ocupantes: memórias e experiências  
sobre o cotidiano de luta na ocupação  
Fazenda Caveirinha, Goiânia-GO  
(1970-1989)**

**Edmar Aparecido de Barra e Lopes**  
Universidade Federal de Goiás (UFG-FCS)  
ed.clio@hotmail.com

**Entre o urbano e o rural, entre o campo e a  
cidade: a centralidade da categoria fronteira**

O aprofundamento das mudanças decorrentes do processo de industrialização propiciou uma reconfiguração e complexização no modo de organização socioespacial da sociedade, promovendo alterações na composição das densidades espaciais, na dinâmica de interligações e nas significações funcionais da cidade e do campo. Associado a esta dinâmica, o debate a respeito da questão da interpretação sobre o que é cidade e campo e sobre o que é urbano e rural adquiriu importância acadêmica, instigando muitos pesquisadores a aprofun-

darem o tema (TAVARES, 1981; FURTADO, 1984 *apud* TALASKA *et al*, 2009).

As relações entre cidade-campo, urbano-rural, colocam uma questão central que é a de pensarmos sobre suas fronteiras enquanto: dimensão marcada por complementaridades e contradições; conjuntos de processos historicamente determinados; objeto de análise constituinte e constitutivo do aprofundamento da divisão do trabalho no âmbito do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo; elemento central para analisarmos e tentar compreendermos o grande e dinâmico conjunto de problemas que transformam aceleradamente as sociedades atuais; sobreposição de formas e relações, urbanas e rurais; espaços sociais polissêmicos e repletos de especificidades que permitem pensar diversos problemas; compósito de experiências constitutivas de formas de ver, sentir e fazer em diferentes contextos; territórios instituintes e instituídos de ordens e por determinações políticas existentes; complexo de acordos e conflitos, relações de aceite e de alianças provisórias; recorte privilegiado revelador de ilegalismos, releituras e resistências que conflitam com as relações de poder dominantes; campo de batalha no qual a oralidade e o escrito ora se distanciam, ora se aproximam cotidianamente e onde memórias transitam entre os limites da visibilidade emergente e do silenciamento imposto.

A centralidade da categoria fronteira, assim compreendida, ou seja, para uma análise crítica das relações cidade-campo e urbano-rural, pressupõe a necessidade de uma abordagem que tome as mesmas enquanto em constante construção, destruição, manutenção e transformação. De outro modo, considerando sua historicidade (LEFEBVRE, 2001; SPOSITO, 2006; BERNARDELLI, 2006).

Nesta linha, novas abordagens ao conferirem primazia à necessidade de compreensão das relações, contradições e complementarieda-

des existentes entre o urbano e o rural, o campo e a cidade, têm colaborado muito para o avanço da questão. Entre as mesmas, a história oral em particular. Assim, neste artigo, com base no olhar teórico-metodológico em questão, analisamos o cotidiano de luta por moradia na ocupação Fazenda Caveirinha: Goiânia-GO (1970-1989) e a condição da grande maioria dos sujeitos de tal movimento social ao mesmo tempo migrantes (inter e intra regionais).

De outro modo, elegemos os mutirões<sup>1</sup> enquanto recorte privilegiado do cotidiano de lutas por moradia destes/as imigrantes/ocupantes nesta ocupação compreendida como fronteira por excelência. Reforçando o entendimento da mesma como superposição de múltiplas e diversas temporalidades (como constataremos e analisaremos no âmbito dos referidos mutirões) fundadas e fundantes de memórias e experiências entre o campo e a cidade, o rural e o urbano; o legal e o ilegal etc.

---

1. Antonio Candido faz em *Os parceiros do Rio Bonito* (1971, p. 38): “[...] partindo da cultura caipira, incorpora os clássicos brasileiros e sugere que o conhecimento e a transformação do Brasil real dependem não apenas dos grandes esquemas, mas também de interpretações voltadas para os grupos excluídos [...]. E neste sentido chama atenção – por exemplo – para o mutirão como elemento de solidariedade característico de tal universo”. A literatura sobre o mesmo tem mostrado que foi atualizado nas cidades como forma de autoconstrução e ajuda mútua para construção da casa própria. Deste modo, apresentamos o mutirão enquanto prática de um movimento de luta por de moradia, em particular, o da ocupação Fazenda Caveirinha em Goiânia-GO (1970-1989). Ao mesmo tempo, enquanto prática de fronteira entre o urbano e o rural, entre o campo e a cidade. Sem deixarmos, entretanto, de reconhecermos a importante problematização que Oliveira (2006) desenvolve sobre o papel dos mutirões no contexto das estratégias para a habitação no Brasil. De outro modo, tal reconhecimento significa que refutamos qualquer análise: a) romântica de tal prática enquanto elemento harmonizador de conflitos entre indivíduos no âmbito dos movimentos sociais de luta por moradia e deste em particular; b) acrítica, no sentido de tomar ou sugerir o mesmo como alternativa para a construção da habitação frente ao seu caráter de mercadoria.

## O fenômeno das migrações internas no Brasil e Centro-Oeste: notas preliminares

Com a transição da economia de base agroexportadora para uma economia urbano-industrial, em particular, a partir da crise do café em 1929, o Estado passou a exercer forte presença no desenvolvimento econômico através de políticas macroeconômicas e desenvolvimentistas. Nesta linha, a partir do início da segunda metade do século XX, o meio rural experimentou diversas transformações. A busca pela industrialização e pelo aumento da produção nacional resultou no processo de modernização da agricultura brasileira a partir dos anos de 1960. Com esta, constatamos no campo uma deterioração das condições de vida, especialmente dos agricultores familiares cada vez mais empobrecidos e endividados, engrossando as estatísticas de deslocamentos populacionais rurais para os centros urbanos. E, por conseguinte, gerando e/ou aprofundando vários problemas como a degradação ambiental, a exclusão social e o êxodo rural (PIORI; POMARIO *et al*, 2012).

Particularmente no que concerne ao último processo citado, o mesmo é explicado com destaque para o fato de que a modernização do campo no Brasil foi orientada por um modelo concentrador de renda, inviabilizador das pequenas e médias propriedades rurais e todos que dela dependem como autônomos ou assalariados. Contudo, o referido paradigma de modernização apenas se consolidaria na década de 1960, pois a partir de então, a produção agrícola brasileira se integra tecnicamente ao setor urbano e industrial, objetivando ganhos econômicos mais expressivos<sup>2</sup>.

---

2. Ver: Portelli (1997); Hartwig (2012); Camarano e Abramovay (1999); Taubé (1986); Ravenstein (1980) e; Silva (1996).

Cabe observar também, considerando o cenário em questão, que inúmeros estudos no Brasil constataam que a população que mais tem deixado o meio rural neste contexto tem sido os jovens, mais precisamente as mulheres. O processo migratório destes para as cidades se explica, no Brasil e países da América Latina, fundamentalmente em função da falta de oportunidades no espaço rural para o exercício de atividades produtivas e profissionais e por conta das más condições econômica e sociais de vida (STROPASOLAS, 2002; WEISHEIMER, 2009). Os estudos sobre migrações, sobre as várias formas de migração, tais como campo-cidade, cidade-campo, campo-campo, cidade-cidade etc., de forma geral são marcadamente interdisciplinares. Em sua grande maioria resultam de interfaces estabelecidas entre a demografia, a história, a antropologia, a sociologia e a psicologia.

Em relação à literatura especializada sobre as migrações, a mesma já produziu uma grande quantidade de dados e análises que nos permite algumas considerações gerais sobre o fenômeno. Segundo autores como Lee (1980), Baeninger (2012), Biagioni (2009), os conceitos de migração estão inseridos numa vasta e complexa documentação bibliográfica, entre outras coisas, em função do fato de se tratar de um processo sócio-histórico complexo que subjaz inúmeras transformações e que possui múltiplos condicionantes como fatores históricos, a saber: a globalização; as redes sociais; o desenvolvimento tecnológico e outros elementos. Sendo também que não há consenso sobre o conceito de migração.

Por outro lado, encontramos outros autores<sup>3</sup> que com base em diversos métodos defendem que as migrações internas brasileiras (que aqui nos interessa particularmente) confirmam: a) uma tendência se-

---

3. Singer (1985); Gaudemar (1977); Netto Junior e Targino (2003) e; Ramos e Araujo (1999) *apud* Braga e Matos (2017).

gundo a qual os fluxos se dirigem de forma predominante para áreas caracterizadas por maior crescimento do produto interno bruto; b) que os migrantes se movem para áreas de dinamismo econômico, independente de serem ou não marcadas por altas taxas de desemprego; c) que os mesmos são atraídos pela expectativa de renda; etc. Características que permitem confirmar que as migrações internas brasileiras na segunda metade do século XX manifestam boa aderência às teorias que associam as mesmas ao processo de modernização bem como aos desequilíbrios regionais promovidos pelo processo desigual no espaço de acumulação do capital.

Complementam ainda, os últimos, com base em autores como Becker (1991) e Jannuzzi (1999) que a partir do início dos anos de 1980, a dinâmica econômica e territorial confere novos contornos à mobilidade populacional no país. Ao invés do crescimento acelerado observado na década anterior, o Brasil entra num período marcado pela hiperinflação e estagnação. Resultado, em grande medida, do alto endividamento público levado a cabo pelo processo de modernização conservadora comandada pelos militares e alimentador de um cenário de crise que estancou o anterior processo de mobilidade social. Fato fundamental à compreensão dos fortes sinais de arrefecimento êxodo rural registrado posteriormente.

No que tange às migrações no Centro-Oeste, a partir do início dos anos de 1970, experimentaram um forte processo de expulsão de sua população rural: 35,2% da população no início do período. De outro modo, a população rural da região, ao contrário do que ocorreu na década anterior, já começa a reduzir-se em termos absolutos, fato que vai acentuar-se durante os anos 1980, a década de desruralização do Centro-Oeste. Porquanto, o padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção a esta região (e que determinou a impor-

tância da região na oferta nacional de grãos) responde em grande parte pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos anos de 1980. De modo que nestes anos, quase a metade (48,8%) da população rural do Centro-Oeste toma o caminho da migração.<sup>4</sup>

Neste contexto (1970/1980), caracterizado por uma nova ordem do capitalismo mundial sob o controle dos países do centro, implicou em um processo massivo de desemprego, flexibilização das condições de trabalho, a precarização do emprego assalariado, a redução e/ou desmantelamento da produção industrial, perdas de conquistas trabalhistas, o crescimento das distâncias salariais entre ricos e pobres, além de uma situação de empobrecimento crescente com a deterioração das condições de vida dos trabalhadores (Quijano, 2004), resultando em sérias consequências sociais para os países em desenvolvimento como Brasil e vizinhos da região.

No que concerne ao referidos migrantes internos no período considerado, experimentaram intensos processos de marginalização e exclusão econômica e social nas ditas grandes cidades para as quais migraram. É sobre esse momento histórico, pois, que dizem respeito os relatos de experiências de luta por moradia na Ocupação Fazenda Caveirinha, em Goiânia (1979-1989), produzidos com base na metodologia qualitativa: história oral e tendo por pressuposto a ideia de *fronteira* entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, enquanto constitutiva e constituída de tais vivências tal como exposto anteriormente. Antes de passarmos à análise dos referidos relatos, dedicaremos algumas considerações sobre tradicionais práticas de investigação sobre migrações e, num segundo momento, algumas linhas sobre uma rica alternativa de investigação relativa às mesmas, através do uso da me-

---

4. Tal como encontramos nos autores que seguem: Camarano e Abramovay (1999); Binswanger e Braun (1993); Martine (1990); Borges (1994); Castro e Fonseca (1995); Alves e Contini (1992).

todologia qualitativa (história oral).

## **A centralidade da ideia de experiência e de fronteira no estudo das migrações: novos desafios e possibilidades teórico-metodológicas**

De acordo com Baeninger (2012), inúmeros desafios têm se colocado para a comunidade científica nas últimas décadas no que concerne aos estudos das migrações. Esclarece que no contexto histórico contemporâneo, os processos migratórios internos e internacionais se redefinem na composição de um movimento mais amplo de transformação. Neste sentido, concorda a mesma, a análise de tal fenômeno coloca-nos novos desafios teóricos e metodológicos. E nesta linha, Sarmiento (2018, p. 1) explica que:

Em relação às metodologias aplicadas nos estudos migratórios, nas últimas décadas, as pesquisas sobre as migrações internacionais experimentaram um notável impulso. De forma geral, houve uma crise dos modelos de análises macrossociais (as diferentes variantes de marxismos, os funcionalismos etc.).

A variedade de estudos publicados sobre esta questão nas últimas décadas desenvolveu uma massa crítica de estudos de caso que permitiram a compreensão dos fatores macroestruturais e micro-sociais do fenômeno. Sendo que a maioria desses trabalhos assumiu como axioma – implícita o explicitamente – que o velho dilema das Ciências Sociais entre a estrutura e a ação, não oferecia resultados satisfatórios para os casos específicos.

Em outros termos, reforça Sarmiento (2018), somente com a interação entre os fatores explicativos macroestruturais e as redes micro-sociais seria possível se compreender a fundo, certos fluxos migra-



tórios e as características básicas apresentadas pelos mesmos.<sup>5</sup> Defende, por conseguinte, como muitos teóricos que citam neste sentido, a necessidade de que o enfoque estatístico e quantitativo passe a ser empregado com as fontes qualitativas, enquanto forma (também) de conferir visibilidade aos sujeitos do processo.

No que tange à sua análise sobre as mudanças nas metodologias aplicadas nos estudos migratórios, cabe ressaltar que a mesma constata: a) um processo recente de emergência de novas pesquisas sobre as migrações que sustentam novas análises voltadas para a História social, a Demografia e a Antropologia Histórica; b) a ampliação de temáticas e renovação de metodologias aplicadas e que possibilitaram a passagem do método puramente quantitativo para outros que introduziram as perspectivas analíticas de tipo qualitativo; c) o fato de que o método qualitativo permitiu a utilização de fontes antes subestimadas pela historiografia mais tradicional, como as correspondências, as fotografias e entrevistas (SARMIENTO, 2018).

Neste sentido e nos apoiando em teóricos elencados<sup>6</sup> podemos afirmar que é necessário problematizar questões classicamente analisadas, tais como: quantificação de dados sobre fluxos migratórios; causas da migração; modalidades de migração; tipos e destinos de migrantes, a partir de trajetórias individuais e, em particular, através do uso de metodologias qualitativas alternativas e/ou complementares às tradicionais investigações em questão. Mudança que tem sido

---

5. Entre as muitas obras que concluem neste sentido, podemos citar: Alonso (1995); Moya (2004); Núñez Seixas (2014); Merton (1964); Carassou (2006) apud Sarmiento (2018).

6. Alencar (2009) Certeau (2002), Dreher (2007), Gattaz (2001), Guedes (2005), Fontes (2008), Goettert (1999), Khoury (2001), Laverdi (2012), Le Goff (1996), Lowenthal (1998), Menezes (2002), Neto (2005), Pereira (2008), Peres (2003), Pomician (2007), Poutignat e Streiff-Fenart (1998), Prochnow (2009), Sarlo (2007), Sarmiento da Silva (2006), Soutelo Vazquez (1998), Thomson (2002), Wenczenowicz (2007), entre outros.

fundamental para conferir centralidade às categorias “experiência” e “subjetividade” na análise do fenômeno das migrações.

Transformação observada, em inúmeras análises sobre os ditos lugares de fronteira.<sup>7</sup> Olhares que nos permitem tomar este conceito, definido enquanto:

Formas variadas e contraditórias de práticas de classe empenhadas na apropriação de meios, conhecimentos, recursos e instituições. [...] gramática viva de conflitos que se manifestam na diversidade das táticas de resistência, de dominação, de agenciamento e de hegemonia, ao fixar os blocos e alianças, ao se estruturar em linguagens e práticas de pretensão envolvente e totalizante. [...] mecanismo que permite convidar certos grupos para o gozo e usufruto, em nome da competição e do crescimento da riqueza, com a mesma razão que cínicamente justifica as limitações, como parte da promoção da necessidade da austeridade, da estabilidade e da ordem [...]. Sendo que [...] a forma jurídica (da fronteira) atinge de maneira emblemática a constituição material das formas políticas, influenciando na composição social e técnica e na gestão do trabalho (MEZZADRA, 2012 *apud* BOCAYUVA, 2013, p. 25).

Conferindo lugar privilegiado, pois, a tal concepção sobre fronteira, bem como a categoria de experiência e subjetividade/subjetivação associadas a mesma é que foram produzidas e analisadas, por exemplo, entrevistas com base na história oral, utilizadas logo a baixo na análise de um estudo de caso sobre o cotidiano de luta por moradia de indivíduos (migrantes campo-cidade e migrantes cidade-cidade) que fundaram e protagonizaram um contexto de alianças, lutas, resistências e aceites no dia a dia daquela que foi nomeada pelos/as mesmos/as como ocupação Fazenda Caveirinha (1970-1989)

---

7. Tais como: Deleuze e Guattari (1980); Cocco (2012); Lefebvre (2000); Ribeiro (2012); Santos (2008); Soja (1993); Virilio (1996); Martins (2009); Perce (1999); Hall (2003); Certeau (1994); Foucault (2000); Bourdieu (1997); *apud* Bocayuva (2013).

na cidade de Goiânia-GO.

## **Fronteiras entre o campo e a cidade: uma análise dos mutirões no cotidiano de luta por moradia de imigrantes/ocupantes da Fazenda Caveirinha (1970-1989), Goiânia-GO**

A produção e análise de narrativas orais – de memória/s – com base na história oral é uma escolha teórico-metodológica cada vez mais reconhecida (sobretudo, a partir dos anos de 1970/1980) enquanto forma de reconstituição de trajetórias e práticas cotidianas de migrantes em diversos contextos históricos. Nesse sentido, faremos uso de tal escolha visando compreender criticamente uma dimensão específica, e não raramente silenciada, dos processos de migração: o cotidiano (HELLER, 1989; LEFEBVRE, 1991; KOSIK, 1976; DIAS, 1984) enquanto categoria de análise fundamental a compreensão das práticas destes sujeitos e da referida ocupação enquanto área de fronteira (simbólica e física) entre o urbano e o rural, entre o campo e a cidade. Mais precisamente, um recorte característico do mesmo, ou seja, os mutirões no cotidiano da luta por moradia na ocupação em questão.

Ao longo de entrevistas realizadas com várias das pessoas que ocuparam originalmente a Fazenda Caveirinha, os mutirões aparecem como uma constante nessas experiências de vida. Criados em um primeiro momento para abrir ruas, construir salas de aula e casas, essa prática pode ser entendida no contexto da ocupação como uma forma de (re)territorialização de um espaço atravessado predominantemente pelas “linhas” do mercado. De certa forma, pode-se dizer que aspectos da realidade social e cultural, política e econômica da cidade de

Goiânia, de ontem e de hoje, estão presentes nos mutirões entendidos enquanto prática de luta por moradia. E no bojo dessa prática transforma-se também o próprio olhar daqueles que vivenciam o cotidiano do processo de lutas por moradia. Os mutirões, tal como se constituíram, na ocupação Fazenda Caveirinha, podem ser considerados como um dos símbolos do fazer-se de sujeitos sociais que rebocam projetos de uma cidade utópica silenciados pela memória hegemônica da cidade.

Os referidos mutirões podem ser compreendidos enquanto “campos de forças”, uma prática que sustentava uma dimensão ética de cidade que conflitava com os poderes constituídos. Essa forma de luta contribuía para que novos sujeitos sociais ganhassem visibilidade no cenário político de Goiânia como produtores de uma “ruptura instauradora” (CERTEAU, 1994). De tal maneira, pretendemos dizer que as práticas sociais dos migrantes/ ocupantes da Fazenda Caveirinha não revelam apenas que são “excluídos do direito à cidade” como já salientou Lefebvre (2005), evidenciam também a existência deles como indivíduos que vivenciam temporalidades muito frequentemente estranhas àquelas dos representantes dos poderes da ordem dominante cidadina de Goiânia.

Trata-se, pois, de uma estranheza (re)territorializante do espaço dado. Em função disso, pode-se dizer que é possível reconhecer na mesma uma territorialidade formada por uma rede efervescente de linhas temporais que fundem e conflitam entre si, ininterruptamente, que se aproximam e se distanciam ao sabor dos desafios cotidianamente colocados por estes migrantes (em sua grande maioria) agora na condição também de “invasores” aos olhos da cidade vitrine.

Nessa ocupação, hoje Jardim Nova Esperança, escondem-se e resistem surdamente cidades que reaparecem constantemente sob novas

formas como um grande carnaval. O bairro é relativamente novo no mapa oficial da cidade de Goiânia, mas nele despontam outras plantas ou permanências históricas. O próprio mapa do Jardim Nova Esperança é um quadro de memórias da luta por moradia e da trajetória desses sujeitos. Nesse sentido, Robinho Martins de Azevedo<sup>8</sup> afirma:

[...] Estamos enviando o mapa do Jardim Nova Esperança para você guardar de lembrança. O seu filho terá orgulho disso no futuro, pois o Jardim Nova Esperança é o único bairro de Goiânia construído pela própria comunidade. E aos que vieram depois de nós, o mapa é um presente de nossa luta, de nosso trabalho (AZEVEDO, 1986, p. 47).

A importância que o depoente confere ao mapa pode ser mais bem compreendida se considerarmos a rigidez de sua geometria como expressão de uma jaula da racionalidade na qual habitam, sob diversas formas e vozes, sonhos de liberdade. Cada linha do mapa do bairro, seus traços estão profundamente comprometidos pelas linhas “invisíveis” das histórias de vida de cada um dos indivíduos que, na luta pela moradia na Fazenda Caveirinha, ousaram construir pontes entre a cidade-sonho e a cidade-planejada. E neste sentido, por exemplo, sob os nomes de ruas e avenidas, percebemos rastros de uma luta que a lógica da urbanização tende a apagar, a citar: Rua das Mães; Rua da União e Rua dos Migrantes.

Os sujeitos desse movimento social de luta por moradia transformaram o referido cotidiano de luta em trincheira para conquistar também o direito à memória, inclusive de suas experiências de vida enquanto – para a maioria dos mesmos – migrantes. Isso acontece à medida que percebem que habitar não é simplesmente se enclausurar no

---

8. Robinho Martins de Azevedo tinha 48 anos à época deste escrito. Ex-membro da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança, agrônomo, sindicalista, ex-mutirante, morto por uma “bala perdida” no final dos anos de 1990.

falso aconchego de uma choupana/fortaleza, é também lutar para serem reconhecidos enquanto parte da cidade, como cidadãos. De outra forma, se conscientizam de que a habitação é um rasgo fundamental da condição humana.

Em cada rua e avenida, através dos mutirões, indivíduos com diferentes trajetórias imprimiram no espaço os rastros de um sonho comum. Sob o sol, entre pedras, cada indivíduo envolto no sonho da morada própria. Eles e elas, adultos e crianças, rasgaram no solo os contornos de uma utopia. Sobre os mutirões lemos o seguinte:

Depois de ter conseguido ficar na terra, que foi uma vitória muito grande, a luta não parou. Começamos pela abertura das ruas que foi um trabalho muito extenso. Decidimos todos juntos que nós mesmos deveríamos abrir as ruas e demarcar os lotes, não esperar pela prefeitura. Foi formada uma equipe para abrir as ruas e demarcar os lotes. [...] Com a ajuda de todos os moradores conseguimos alimentos para os companheiros da equipe até o final do trabalho. Faltava a limpeza das ruas, então organizamos em mutirões aos domingos para fazer a limpeza das ruas, entupir cisternas e mudar barracos que ficava no meio da rua. Foi numeradas todas as quadras e lotes e entregue a cada morador. Na entrega eram eleitos 4 representantes: 2 homens e 2 mulheres para tomar conta da quadra (AZEVEDO, 1986, p. 63).

Esse trecho, do citado boletim, fala sobre a importância dos mutirões. Antes de tudo, lembrando que a publicação é apenas mais um momento desse processo e os próprios mutirões uma forma luta, organização e resistência. Através destes, nas casas que frágil e perseverantemente foram levantadas por estes sujeitos sociais, descobrimos que suas paredes estão atravessadas por lembranças de um passado rural. Atentamos para o fato de que suas janelas emolduram temporalidades cristalizadas nas falas e nos gestos de cada um de seus habitantes. Através dos mutirões, percebemos essencialmente a construção

de novos sujeitos sociais e o questionamento das tradicionais relações entre espaço e poder.

Esta percepção dos mutirões, enquanto prática pluri-temporal que habita as fluidas fronteiras entre o campo e a cidade e estratégia de (re)territorialização do espaço citadino disciplinar(izado) e de afirmação de sujeitos sociais pode ser mais bem compreendida quando lemos na citação acima: “[...] Decidimos todos juntos que nós mesmos deveríamos abrir as ruas e demarcar os lotes, não esperar pela prefeitura [...]” (AZEVEDO, 1986, p. 35). Esse fragmento de citação do boletim supracitado, assim como a maior parte de outros documentos sobre o movimento produzidos pelos próprios moradores, revela aquilo que poderíamos denominar como uma concepção positiva de sujeito social, confirmando a tese de Certeau (1994, p. 41-42), segundo a qual: “[...] Uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar [...], jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam a ela, a não ser para alterá-los”.

Entretanto, os mutirões não podem ser vistos apenas como um elemento que harmoniza e une diversos indivíduos em um cotidiano de luta comum. Estaríamos, dessa forma, aceitando acriticamente uma visão romântica sobre os movimentos sociais em geral. Os mesmos constituíam-se, internamente, também numa forma prática contraditória e cotidiana de politização e questionamento dos motivos que levaram muitos/as moradores/as a resistirem a se mudarem para novos lotes, visando a viabilizar a nova geografia pretendida para o bairro, discutida e aprovada pela ampla maioria de seus migrantes ocupantes através de assembleias populares. Sobre esse fato, o senhor Olavo Novaes Alves<sup>9</sup> presta o seguinte depoimento:

---

9. Olavo Novais Alves, 63 anos, migrante e ex-mutirante, vigia noturno e balco-

[...] Prá abri rua, mudá casa de lugar, muitas das vezes até a gente mesmo ficava nervoso. Às vezes, ficava nervoso com o Robinho. De repente, vi que tava certo. Ainda fico com umas coisas que tava meio torto, mas se não fosse o Robinho, não tinha quase nada, quer dizê, foi muito importante aquele trabalho, ele era agrimensor também [...].

As tensões aconteciam, em parte, como resultado da necessidade de reacomodar espacialmente muitos/as dos/as migrantes/ocupantes. Uma dinâmica que, de certa forma, não deixava de estimular lembranças referentes às inúmeras vezes que tais sujeitos foram obrigados pelo poder repressivo da “cidade escriturária” (RAMA, 1985) a migrar sem rumo na mesma em função do caráter capitalista de seus fluxos produtivos. Essas tensões internas dos mutirões ajudam-nos a desmistificar uma forma de pensamento tradicional no qual o real é representado em termos de conceitos binários e muitas vezes estanques: o dominador e o dominado; o rural e o urbano; o operário e o burguês. De outro modo, estes conflitos devem ser analisados sob a ótica da “dialética das limiaridades” inscrita no processo de produção desse espaço. Em artigo intitulado *A Guerra dos Lugares*, Arantes (1994, p. 36), falando sobre o conceito de “espaços liminares”, toma a cidade de São Paulo como exemplo para explicar o mesmo:

[...] Um agregado de tensões e conflitos que se espacializam num amálgama de múltiplos territórios (ou lugares) e não-lugares”. Esse conceito, para além de territórios bem delimitados, aponta ainda contextos ou ambientes: “[...] Entendidos como zonas de contatos, onde se entrecruzam moralidades contraditórias”.

Esse conceito é importante para analisar a dimensão simbólica da resistência por parte de alguns moradores/migrantes à organização de

---

nista. Este depoimento e todos os seguintes foram colhidos em julho de 1998.



mutirões visando mudar de lugar alguns precários casebres que impediam o planejamento mínimo das ruas e quadras, decidido pela maioria dos moradores. Isso porque em que pese o fato de as fronteiras físicas e simbólicas desse espaço serem construídas cotidiana e coletivamente através de uma rede de formas efervescentes de solidariedades, as mesmas não eliminam ou nivelam os movimentos internos conflituosos deste processo de territorialização.

Dessa forma, o cuidado de não caracterizar os mutirões para abertura de ruas como uma prática que unia a todos de forma absoluta e harmônica. Uma vez que tal ação tem uma temperatura própria que se alimenta tanto dos valores plantados e cultivados ao longo da vida de cada um, quanto da rede de linhas que dão visibilidade à cidade oficial dentro da ocupação.

Estas tensões colocam em primeiro plano as relações de poder internas do movimento, mostram como o saber técnico muitas vezes é representado por determinados indivíduos como indicativo do melhor caminho a ser trilhado no cotidiano da luta. Nesse sentido, Olavo Novaes Alves (representando atitudes semelhantes a de outros migrantes/ocupantes) termina por concordar em se mudar para outro lote da ocupação, porque considerava o argumento de Robinho não só uma voz prestigiada, mas também como o argumento de um técnico. Robinho era formado em agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e era agrimensor. Foi o responsável pelo traçado das primeiras ruas e quadras da referida ocupação enquanto um de seus moradores e parte do movimento.

Isso fica bastante evidente quando, na citação anterior, percebemos que o depoente reconhece a importância da proposta de planejamento da área ocupada (defendida, sobretudo, por Robinho), sem deixar de ressaltar: “[...] *ainda fico com umas coisas que tava meio*

torto”. Em seguida, ao afirmar: “[...] *também, ele era agrimensor [...]*”, mostra certa distância cultural entre eles traduzida em relações de forças. Podemos dizer que, em certa medida, a relação entre saber e ideologia, assumiu diversas figurações dentro desse movimento.

É plausível afirmar que no caso analisado, por mais que sejamos levados a concordar com a proposta de planejamento mínimo na ocupação, não podemos refutar o fato de ela apresentar-se como uma forma de controle sobre os fluxos de indeterminação social e política que caracterizou, sobretudo, seus primeiros meses de existência. Esta dinâmica histórica, inerente ao movimento nos possibilita falar da existência de um “discurso competente” próprio do grupo. O “[...] discurso competente [...] é aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro, qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUI, 1989, p. 7).

Assim, é acertado dizer que esse movimento de luta por moradia descortina inicialmente aquilo que Negri (1994) denomina como a força de um “poder instituinte” – tal como nas novas relações de poder estabelecidas com a cidade oficial – e afirma posteriormente uma tendência interna de consolidação de certas práticas e representações enquanto “poder instituído”. Sob esse viés, as próprias instituições que foram primeiramente procuradas pelos moradores do bairro (Centrais Elétricas de Goiás – CELG, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário, a Prefeitura e a Secretaria de Educação), apesar de inicialmente se recusarem a atender às reivindicações dos moradores individualmente, gradativamente passaram reconhecer a representatividade da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança em relação à população da referida área.

Isso porque, em que pese à combatividade política da associação,

sua existência, por si só, representava um novo momento da luta na referida ocupação. A fundação da Associação da ocupação referida (por Robinho, Maria de Jesus Rodrigues<sup>10</sup>, Maria Geralda<sup>11</sup> e outros/as migrantes/ocupantes) era, na verdade, a figuração de um novo momento político do movimento, necessário, mas, agora, instrumento de um poder transformador menos difuso e mais previsível, mais passivo de policiamento e, portanto, menos ameaçador para a ordem dominante de uma cidade onde as ruas tendem a conspirar contra as relações de produção do espaço-mercadoria.

Não podemos esquecer de que, no âmbito do sistema capitalista, o direito à cidade e à cidadania significa fazer parte de uma bem determinada civilidade, isto é, agir em relativa sincronia com os tempos sociais de tal sociedade. Portanto, por mais ideologicamente progressista que seja qualquer mecanismo representativo de um movimento social, perante a rigidez dos poderes constituídos, o diálogo necessário com estes últimos significa sempre recortes e limitações na dinâmica inicial da luta por moradia: uma relativização de sua radicalidade inicial, certa acomodação com as linhas da arquitetura das relações sociais predominantes na cidade instituída.

Essa é uma reflexão importante à medida que aponta para o fato de que os avanços e retrocessos da luta pela casa própria na ocupação Fazenda Caveirinha, não podem ser compreendidos desarticulados dos poderes constituídos da cidade. Um exemplo de como esse poder “instituinte” ganhou forma no início da ocupação pode ser observado no relato de Maria de Jesus Rodrigues (1989, p. 5), quando fala sobre os

---

10. Maria de Jesus Rodrigues, 46 anos, ex-mutirante, migrante, membro da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança, criadora do grupo de teatro popular Alma Nova.

11. Maria Geralda de Souza, 51 anos, ex-mutirante, migrante, membro da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança, professora da rede municipal e estadual de ensino no bairro.

mutirões:

Com enxada e foice a área foi desmatada. Em poucos dias estava quase toda loteada. Cada um cercava um pedaço, prá fazer sua morada. Os materiais chegavam em carroças ou caminhões. De sol a sol trabalhamos, como aqueles sete anões, construindo, com afinco, nossos próprios barracões. ‘Quem te viu, quem te vê’, era a manchete do dia! Esta área abandonada, hoje cheia de moradia! Nos gritos da criança, transbordava a alegria. Mas se existe a pobreza, também existe a ganância. Depois da terra habitada, apareceram as onças, que eram os pretensos donos, tirando-nos a esperança. Nos seus carros importados, e com um papel na mão, disseram ser documento desse pedaço de chão, dizendo prá nós irmos fazer casas no sertão.

Através dessas linhas, podemos visualizar uma imagem muito expressiva, marcada por uma tonalidade caracterizada por um momento político no qual diversos indivíduos levantavam concretamente as paredes de uma luta que fazia sombra sobre a cidade dos poderes constituídos. Naquele momento, Maria de Jesus parece indicar que uma necessidade comum parecia convidar a todos daquele lugar a vivenciar o aconchego de um só teto, o da esperança. As primeiras e outras inúmeras ruas e paredes que foram levantadas, só foram possíveis porque tal teto se constituía numa rede em que a todos unia e alimentava.

Esse “teto” pode ser compreendido como uma metáfora para uma “rede de solidariedades” conflitiva e contraditória que se constituía no cotidiano da luta por moradia. Uma metáfora que é mais útil pela inesgotável força de suas sugestões, do que pelas suas possíveis definições. Poderíamos, então, dizer que a ocupação Fazenda Caveirinha foi possível, porque antes foi o “teto” e só depois, então, as ruas e paredes.

Essas construções são também recomposições de memórias, materialização histórica destas. Assim, em cada parede levantada pelos

mutirões, em cada rua aberta pelos mesmos, configura-se uma multiplicidade de memórias de migrantes/ocupantes. E a própria origem da maior parte das ferramentas, utilizadas por estes sujeitos para a construção do sonho da casa própria, nos indicam o caráter múltiplo e fragmentário, difuso e retardatário do ato de rememoração.

Nessa linha, Maria de Jesus nos afirma: “[...] e com enxada, foice e machado a área foi desmatada”. A mesma faz referência a ferramentas-símbolo do cotidiano de trabalho da vida no campo, reforçando que a maioria dos migrantes/ocupantes tinha um vínculo cultural muito recente com este. As ferramentas na narrativa de Maria de Jesus aparecem como instrumentos de mediação da relação entre homem e natureza. No campo, desmatavam o necessário para sobreviver, para construir a choupana/fortaleza em meio à “mata”, muitas vezes vivenciada como fonte de ameaça, medo e desequilíbrio em relação ao cotidiano de segurança da casa. Através dos mutirões, estes sujeitos que ocuparam a Fazenda Caveirinha, “desmatavam”. De outra forma, estabeleciam entre eles e a “mata” uma nova dialética, na qual a cidade-mercado é a nova ameaça à segurança da pretendida casa e, ao mesmo tempo sua condição, dado que se tratava de casas e sonhos plantados no terreno do capitalismo.

Nesse sentido, gradualmente descobrem que é preciso enfrentar/transformar a “mata-cidade”. Assim, como os sujeitos desse movimento, no campo não podiam ignorar a “mata” que avançava sobre eles, ritmada pelas estações do ano, também, agora, na cidade, descobriam que não podiam ignorar a existência dos poderes instituídos da cidade. Descobrem, assim, que era necessário trilhar a “mata-cidade”, conhecer melhor seus meandros, tentar compreender os temerosos ruídos que a habitam. Desta forma, à medida que os mutirões aconteciam e, através deles, sonhos ganhavam formas nos contornos de precárias

ruas e casas, a cidade-oficial era desmistificada.

Para as lideranças dessa ocupação e seus demais ocupantes, os ruídos inicialmente percebidos nos confusos ritmos da cidade ganhavam a forma de uma linguagem marcada por conflitos. No que concerne aos referidos “ruídos” que habitam a “mata-cidade”, Maria de Jesus em um determinado trecho da citação, afirma: “[...] depois da terra habitada, apareceram as onças”. Outra vez, percebemos como a dialética da “mata-cidade” instituída está fortemente arraigada nessa narrativa. A narradora traz à tona o fato de que na cidade, como na “mata”, coloca-se a necessidade da luta contra o previsível e o inesperado.

Para estes migrantes/ocupantes “desmatar” é uma atividade cíclica, dado que os moradores da roça estavam fadados/as a cumprir tal ação para garantir o cotidiano da casa. Não se pode também esquecer que o ritmo do “desmatar” (no caso da agricultura de subsistência, mais vulnerável ao tempo da natureza), não raramente é atravessado pelo tempo de emergência, ou seja, tempos sociais que muitas vezes emergem no cotidiano da “mata-cidade” como ervas-daninhas que teimam em infestar a esperança da choupana/fortaleza, uma construção como vir a ser. Maria de Jesus nos diz, em relação à área ocupada/desmatada, que as “onças” aparecem como: “[...] pretensos donos, tirando-nos a esperança”.

Outra nota importante sobre esta narração pode ser percebida quando ela escreve: “[...] nos seus carros importados, e com um papel na mão, disseram ser o documento desse pedaço de chão”. Nesse fragmento poético, Maria de Jesus nos atenta para um aspecto de grande importância naquele momento, o fato de que os migrantes/ocupantes em questão não tinham nenhuma garantia de posse formal daquele pedaço de chão, de suas casas. A inexistência deste “pedaço de papel” a que se refere a narradora, era a escritura da área que a Companhia

Agroindustrial de Goiás (CAGIGO), logo se apressou a apresentar ao defender seu direito propriedade formal sobre a área, tentando expulsar os migrantes/ocupantes da mesma.

Fatos como este, gradualmente, fizeram com que estes sujeitos da beirada da “mata-cidade”, experimentassem em seu cotidiano de luta o cuidado, a desconfiança e o receio, como “astúcias”. Nesta linha de análise, não podemos refletir satisfatoriamente sobre as narrações relativas a esta ocupação se nos abstermos de procurar no dito e no não dito, nas palavras e nos gestos, nos documentos escritos mais diversos dos depoentes, uma lógica que caracterizou essa luta e que pode ser denominada como “dialética da beirada”. Tal dialética está presente nas próprias histórias genealógicas sobre a origem do Jardim Nova Esperança (na sua origem ocupação Fazenda Caveirinha), quando – por exemplo – Maria de Jesus ao ser questionada sobre o motivo da escolha daquele local para a ocupação, responde:

[...] O que eu sei, o que eu posso te afirmá, é que ela não foi projetada, não, ela não foi pré-organizada, não, ela aconteceu. Ela aconteceu. Segundo pesquisas que a gente fez, dois moradores, duas pessoas estavam aqui dentro caçando passarinhos. Eles não tinham onde morá e eles caçavam, caçavam passarinhos aqui e, de repente, eles sentaram numa sombra prá descançá e começaram a... a... con-jectuá: mais ó tamanho de terra desse aqui, a gente nunca viu ninguém aqui fazê nada aqui, a gente bem que podia vim prá cá, né? E aí eles, eles dois falaram: Uai? Se você acha que a gente... se ocê topá, nós vem, né? E eles vieram, eles eram dois. Acho que eles ficaram por aqui umas duas semanas. Até que a notícia foi alcançando gradativamente outras pessoas que não tinham onde morá, né? E foi desse jeito que aconteceu a Nova Esperança. Ela aconteceu por uma força maior, né? A nossa, a nossa necessidade de morá.

O depoimento recoloca, sob outro ângulo, a dialética da “mata-cidade”. Nesta narrativa, o lugar, hoje conhecido como Jardim Nova Esperança, aparece genealógicamente como “mata”. A narradora (mi-

grante/ocupante) nos fala desse lugar originário como lugar marcado por imagens puras, sustentando representações míticas sobre o campo (lugar de origem) em oposição à cidade (lugar de chegada) excludente.

Falando como sujeito social da “beirada”, ou seja, expropriado pela concentração fundiária no campo e sem lugar na cidade, a narradora não expressa a realidade histórica da vida no campo, mas sim, imagens fragmentárias, recortes estáticos de memória nos quais se agarra, de certa forma, lamentando uma “mata” lhe arrancada, bem como de sua comunidade originária pelos ritmos do capitalismo da chamada modernização conservadora. Observamos um processo de idealização não da “mata” como contraponto à vida na cidade, mas de determinadas situações da vida no campo associada a esse universo em oposição ao da cidade, onde crescente número de indivíduos (particularmente estes migrantes/ocupantes) vivem a experiência sob múltiplas formas de serem “caçados” de uma cidade que desde sua fundação se pretende cenário de modernidade fincada no cerrado.

Para refletir sobre a importância da dialética campo-cidade e compreender melhor os mutirões para abertura de ruas e construção de casas na ocupação em questão, é oportuno ressaltar uma reflexão de Raymond Williams (1990, p. 19), em *O campo e a cidade*, quando afirma: “[...] A longa vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”.

Na linha deste raciocínio, podemos afirmar que os mutirões se constituíam enquanto práticas cotidianas em questão, atravessadas por representações sobre campo e a cidade nas quais estavam plantadas tanto memórias de uma “mata” enquanto passado saudoso e mitificado, quanto o sonho da conquista de um “pedaço de chão”, ou



seja, da casa própria. Representações constituídas e constituintes de temporalidades vinculadas a uma dinâmica na qual conflitava o tempo regulado pela natureza e o tempo da disciplina no cotidiano de vida e luta destes migrantes/ocupantes.

## Considerações finais

Com o objetivo de caminhar para finalizar o artigo, constatamos através da análise das narrativas orais e outros documentos produzidos por estes sujeitos (versos, mapas artesanais etc.) que a constituição dos mutirões, nesse processo, sempre foi marcada por uma relação de mútua determinação com outros elementos, para além da própria ocupação a que nos referimos. Basta destacar, neste sentido, as articulações das lideranças citadas destes migrantes/ocupantes com outras emergentes práticas de solidariedade e organização social de outros setores organizados da sociedade civil, particularmente de outros movimentos sociais de luta pela reforma agrária e por moradia da cidade e do Estado, tal como com setores mais progressistas da Igreja Católica ligados aos mesmos.

De outra forma, a organização dos mutirões por estes migrantes/ocupantes nunca foi apenas resultado das temporalidades próprias e exclusivas das experiências de vida registradas nesta ocupação, mas uma fronteira construída e reconstruída cotidianamente por meio de relações dialógicas e também contraditórias, estabelecidas com vários outros movimentos sociais do campo e da cidade da época, igualmente aos poderes municipal e estadual. Em particular, construída com outras ocupações urbanas daquele então e muitos sindicatos rurais que conheciam e estimulavam tal prática na cidade e no campo como estratégia de luta e resistência.

Assim, os mutirões dos migrantes/ocupantes da Fazenda Caveirinha – por um lado – podem ser compreendidos como conjunto de práticas de indivíduos que compartilharam experiências e valores que caracterizaram um determinado fluxo migratório, especialmente campo-cidade. Por outro ângulo, alimentava processos de identificação, alianças e/ou formas de solidariedade com aqueles e aquelas que chegaram/as no mesmo ou em outros fluxos migratórios igualmente recentes, também se encontravam estabelecidos (legalmente ou não) em outros lugares de fronteira da cidade de Goiânia. No âmbito desse processo de lutas, conquistas e esperanças, estes indivíduos também se construía(m) como sujeitos na cidade lutando pelo direito à cidade, na medida em que o cotidiano de luta por moradia dos mesmos implicava também no rompimento de limitações de ordem físicas, policiais, jurídicas, simbólicas etc., que são as fronteiras.

Em consonância com a análise de Thompson (1987, p. 9), segundo a qual: “[...] a classe [...] ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas [...]”; como ideia que “[...] traz consigo a noção de relação histórica [...]”; como realidade que “[...] acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses [...]”, podemos afirmar que os migrantes/ocupantes da Fazenda Caveirinha, no movimento de luta por moradia, só passaram a se ver enquanto comunidade política, na qualidade de sujeitos de um processo de territorialização e produção de um lugar específico na fronteira (enquanto confins da cidade), no qual estava permanentemente colocados para os mesmos a necessidade cotidianas de produção de contra-manobras. Assim, pode citar, por exemplo, aquelas elaboradas: contra a repressão da polícia; diante de formas de pressão e violência representando interesses oportunistas.

tas de grandes empresários da cidade; dada a urgência de construir coletivamente condições mínimas de organização social e construção coletiva de moradias etc.

Finalizando, os modos de produção e as práticas sociais lidas deste ângulo, informam o quadro subjetivo (cultural e organizativo), como a materialidade das lutas de fronteiras destes sujeitos que se constituem atravessando e produzindo instituições e modos de vida territorializados, ampliando a própria ideia de fronteira. De outro modo, consolidando a compreensão desta como forma variada e contraditória de práticas de classe empenhadas na apropriação de meios, conhecimentos, recursos e instituições. Uma gramática viva de conflitos que se manifestam na diversidade das táticas de resistência (MEZZADRA, 2012, *apud* BOCAYUVA, 2013).

## Referências

ALENCAR, Andrea da Silva Morais. *Memórias e experiências de imigrantes espanhóis em Bueno Brandão – MG 1960-1990*. 128 p. Tese (Doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, SP, 2009.

ALONSO, Blanca Sánchez. *Las causas de la emigración española 1880-1930*. Madrid: Alianza editorial, 1995.

ALVES, Eliseu, CONTINI, Elísio. Modernização da agricultura brasileira. In: BRANDÃO, Antônio Salazar. *Principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões*. 2ª ed. Rio: IPEA/INPES, 1992

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminariades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1994.

AZEVEDO, Robinho Martins de. A esperança nasce da luta. *Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança*. Goiânia, 15 de Outubro de 1986.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migra-

ções internas no Brasil. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BAENINGER, Rosana. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo-Unicamp, 2012.

BARRA E LOPES, Edmar A. *Ocupação Fazenda Caveirinha: arquipélago de memórias (Goiânia: 1970-1989)*, 223f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Pechel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, B. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 31, 1991, p. 47-56.

BERNARDELLI, Maria L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

BOCAYUVA, Pedro C. C. A fronteira como método e como “lugar” de lutas segundo Sandro Mezzadra Bocayuva. *Lugar Comum*, n. 39, 2013, p. 45-67.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BIAGIONI, D. Migração e mobilidade social no estado de São Paulo em 1996: inserção dos migrantes na estrutura de classes sociais. Encontro Nacional sobre Migrações, 6., 2009. Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2009.

BINSWANGER, H. P., BRAUN, J. Von. Technological change and commercialization in agriculture: impact on the poor. In: LIPTON, M., VAN DER GAAG, J. *Including the Poor: Proceedings of a Symposium Organized by the World Bank and the International Food Policy Research Institute*. Washington, D. C.: World Bank Regional and Sectoral Studies, p. 169-189, 1993.

BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás modernização e crise, 1920-1960*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994 (Tese de Doutorado).

BRAGA, Fernando; MATOS, Ralfo. Quem são os migrantes das metrópoles? Uma análise comparativa das pessoas que entraram e saíram das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n. 11 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento

do Território, 2017, p. 59-81.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARASSOU, Roberto Herrea. *La perspectiva teórica en el estudio de las migraciones*. México: Siglo XXI editores, 2006.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. *The Age of Migration: International Populations Movements in the Modern World*. Palgrave: Houndsmills, 2003.

CASTRO, Ana Célia, FONSECA, Maria da Graça D. *A dinâmica agroindustrial do Centro Oeste*. 1ª ed. Brasília: IPEA, 1995.

\_\_\_\_\_. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. 2 ed., trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo-SP. Editora Cortez, 4ª edição. 1989.

COCCO, Giuseppe; Albagli Sarita (orgs.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro- RJ, ed. Vozes. 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREHER, Martin N., TRAMONTINI, Marcos J. (Org.). Leituras e interpretações da imigração na América Latina. *Anais do XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2007. CD-ROM.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, (1945-66)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,

2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GATTAZ, André Castanheira. *História oral da imigração libanesa para o Brasil – 1880 a 2000*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2001.

GOETTERT, Jones Dari. Gentes, migração e transitoriedade migratória. *Revista Espaço Plural*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná. ano 1, n. 1. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 1999.

GUEDES, Luana Sullivan B. *Memórias em exílio, identidades em trânsito: angolanos no Pará (1975-2004)*. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, SP, 2005

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HARTWIG, Marisa. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL E I FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: CAMPO E CIDADE EM BUSCA DE CAMINHOS COMUNS. Pelotas/RS. *Anais* – UFSC, 2012.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JACKSON, Luiz Carlos. Estudo sobre a sociologia esquecida de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais-RBCS*. Vol. 16 nº 47 outubro/2001. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Data de acesso: 22/07/2018.

JANNUZZI, P. M. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, 16, n. 1/2 jan./dez. 1999.

KHOURY, Iara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVERDI, Robson; (et al.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, p. 259-286, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Trad. Suzana Ferreira Borges. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 535-549, 1996.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: BNB. *Migração interna: textos selecionados*. Tradução de Hélio A. de Moura It. Fortaleza: ETENE, 1, p. 89-114 (Estudos Econômicos e Sociais, 4) (Traduzido do origina: A theory on migration), 1980.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4a ed. Barcelona (Espanha): Ediciones Peninsula, 1978.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Produção do espaço*. Tradução Doralice Barros Pereira e Sergio Martins (do original: La production de l'espace. 4ªed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2005. Disponível em [www.mom.arq.ufmg.br](http://www.mom.arq.ufmg.br).

LOWENTHAL, David G. P. M. Como conhecemos o passado. *Projeto História*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Católica de São Paulo. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, v. 17, p. 63-20, nov. 1998.

MARTINE, G. *As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica*. História e população – estudos sobre a América Latina. São Paulo: Abep/ Iussp/Celade, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa-PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.
- MERTON, Robert. *Teoría y estructura sociales*. México: FCE, 1995 [1964].
- MEZZADRA, Sandro. *Direito de Fuga*. Lisboa, Edições Unipop, 2012.
- MOYA, José C. *Primos y extranjeros*. La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930. Buenos Aires: Emecé, 2004.
- NEGRI, Antonio. *El Poder Constituyente*. Ensayo sobre las alternativas de la modernidade. Barcelona, Livraria Libertarias/Prodhufi, 1994.
- NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- NETTO JUNIOR, J. L. S., TARGINO, I. Migrações e diferenciais de renda estaduais: uma análise por dados em painel no período de 1950 – 2000. In: ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR ESPAÇO E POPULAÇÃO, 1, 2003. Campinas. *Anais*. Campinas: ABEP, 2003.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. Las pátrias ausentes. *Estudios sobre historia y memoria de las migraciones ibéricas (1830-1960)*. Oviedo: Genuève ediciones, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74, São Paulo-SP, Março de 2006. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Data de acesso: 03/09/2018.
- PEREC, Georges. *Espécies de espacios*. Trad. Jesús Camarero. Barcelona: Montesinos, 1999.
- PEREIRA, Syrléa Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2008.
- PERES, E. P. *A inexistência da terra firme: a imigração galega em São Paulo, 1946-1964*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado. 2003.
- POMIAN, Krzysztof. *Sobre la historia*. 2 ed., trad. Magali Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007.



PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História: Ética e História Oral, 15:13-33, 1997.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. *A modernização do campo e o êxodo rural*. p. 115-127. Disponível em: books.scielo.org. Data de acesso: 25/02/18.

PROCHNOW, Lucas N. *Memórias, narrativas e história: a imigração espanhola recente em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2009.

QUIJANO, A. (2004). El laberinto de América Latina: ¿Hay otras salidas? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Universidad Central de Venezuela, Caracas, año/ vol. 10, n. 1, p. 75-97, ene./abr. 2004.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo-SP, ed. Brasiliense. 1985.

RAMOS, C. A., ARAÚJO, H. *Fluxos migratórios, desemprego e diferenciais de renda*. Texto para Discussão n. 657. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

RODRIGUES, Maria de Jesus. *Os 10 Anos de Uma Nova Esperança: Poses, lutas e Vitórias*. Goiânia-GO. 1989, p. 5. (mimeografado). Escrito por ocasião do aniversário dos 10 anos de existência do Jardim Nova Esperança, antes conhecido como ocupação Fazenda Caveirinha, 1989.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Anpur-Letra Capital, 2012.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 5ed, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARMIENTO DA SILVA, Érica. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Xeografia e Historia, USC, Santiago de Compostela, Espanha, 2006.

SARMIENTO, Érica. Emigração e exílio, novas abordagens nos estudos

migratórios: considerações sobre o artigo de Sylvie Aprile. *Almanack*, n. 17. Guarulhos, Sept./Dec. 2017. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso: 22/01/2018.

SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOJA, Edward. *Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUTELO VÁZQUEZ, R. Memoria oral e identidade étnica da inmigración española a latinoamérica no século XX: vos galegos en Brasil, 1880-1970. *Estudios Migratorios*, Santiago de Compostela, n. 6, p. 97-124, dez. 1998.

SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro-SC*. Tese (Doutorado) Interdisciplinar em Ciências Humanas Florianópolis: UFSC, 2002.

TALASKA, Alcione; ARANTES, Almir; FARIAS, José Antônio. A delimitação do urbano e do rural no Rio Grande do Sul/Brasil: Aplicação de uma tipologia alternativa. *Revista Colombiana de Geografia: Cuadernos de Geografia*, Universidad Nacional de Colombia, n. 18, 2009, p. 59-69.

TAUBE, Maria José de Mattos. *De migrantes a favelados: estudos de um processo migratório*. Editora UNICAMP, Campinas-SP, 1986.

TAVARES, Marcelo. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, A. *A formação da classe operária: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro-RJ, 2ª edição. 1987.

THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh/Humanitas, v. 22, n. 44, 2002, p. 341-364.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. *Luto e silêncio: doença e morte na área*

de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945). Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. *A situação Juvenil na Agricultura Familiar*. 2009. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

### **Fontes orais: entrevistas citadas**

Maria de Jesus Rodrigues, 46 anos. Julho 1998.

Maria Geralda de Souza, 51 anos. Julho 1998.

Olavo Novais Alves, 63 anos. Julho de 1998.

Robinho Martins de Azevedo, 48 anos. Julho 1998.

### **Boletins citados**

*Boletim Informativo da Invasão: Órgão de Divulgação da Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança*. 04 de Março de 1981 (n. 04); 15 de outubro de 1986 (s/n).

### **Jornal consultado**

*A voz dos trabalhadores*, n. 2, 1980.

**Resumo:**

O artigo analisa o cotidiano de luta por moradia de migrantes que experimentaram relações constituídas e constituintes da fronteira enquanto conjunto de mediações entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, compreendida como gramática viva de conflitos, conjunto de formas variadas e contraditórias de práticas de classe empenhadas na apropriação de meios, conhecimentos, recursos e instituições. Através da produção e análise de narrativas orais – de memórias – com base na história oral, os mutirões são tomados enquanto recorte específico do cotidiano de lutas por moradia de imigrantes/ocupantes da ocupação Fazenda Caveirinha (1970-1989), Goiânia-GO. Analisados e compreendidos – ao final – enquanto práticas por excelência instituídas e instituintes deste lugar de fronteiras.

**Palavras-chave:** Fronteira; Lugar de fronteiras; Cotidiano; Migrantes; Ocupantes.

**Abstract:**

The article aims to promote reflection on the use of new qualitative methodologies in migration studies. Particularly, the everyday struggle for housing of migrants who experience constituted relations and constituents of the frontier as a whole mediates between the rural and the urban, the countryside and the city, understood as a living grammar of conflicts, a set of varied and contradictory forms of engaged in the appropriation of resources, knowledge, resources and institutions. Through the production and analysis of oral narratives – of memories – based on oral history, the mutirões as a specific cut of the daily life of struggles for housing of immigrants / occupation occupants Caveirinha Farm (1970-1989): Goiânia-GO, are analyzed and understood – at the end – as practices par excellence instituted and instituting this place of frontiers.

**Keywords:** Border; Place of frontiers; Daily; Migrants; Occupants.

Recebido para publicação em 11/05/2018.

Aceito em 25/10/2018.



# **Percursos e fronteiras da pesquisa em uma região transfronteiriça: entrevista com Carlos Zárate Botía, Universidade Nacional da Colômbia -- Sede Amazônia**

**José Lindomar C. Albuquerque**

Universidade Federal de São Paulo

joselindomar74@gmail.com

**Luiz Fábio Paiva**

Universidade Federal do Ceará

luizfabiopaiva@gmail.com

## **Apresentação**

Carlos G. Zárate Botía é um cientista social colombiano bastante reconhecido na área de estudos de fronteira na América Latina. Com formação interdisciplinar, fez mestrado em Ciências Sociais pela Facultad Latino Americana en Ciencias Sociales (FLACSO) (Equador) e se doutorou em História pela Universidade Nacional da Colômbia, onde atualmente é pesquisador e professor, lecionando na Sede Amazônia, em Letícia. A experiência de pesquisar, trabalhar e viver na região da tríplice fronteira entre Colômbia, Brasil e Peru lhe forneceu

um olhar apurado para situações problemáticas que observa bem de perto e com uma refinada mirada interdisciplinar e histórica.

É coordenador e investigador do Grupo de Estudios Transfronterizos (GET), vinculado ao Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI) da Universidad Nacional de Colombia. O instituto, criado em 1995, congrega pesquisadores comprometidos na realização de estudos interdisciplinares da região amazônica de caráter interinstitucional e internacional, com o compromisso de conhecimento e defesa do patrimônio sociocultural da região e da integração transfronteiriça. O IMANI, também, tem compromisso com a extensão acadêmica e promove eventos que possibilitam a aproximação e o diálogo entre instituições universitárias da Colômbia, Peru e Brasil. A atuação deste pesquisador é motivada por uma compreensão que problematiza as barreiras nacionais e estatais na abordagem da fronteira, possibilitando a emergência de estudos que são transfronteiriços em sua concepção, metodologia e desenvolvimento. Essa perspectiva está presente em suas atividades de pesquisa, extensão e ensino nessa região heterogênea e complexa entre três Estados nacionais e diversos grupos étnicos.

A entrevista com o professor Carlos Zárate é resultado de vários diálogos e encontros que envolvem, entre outras atividades, ações desenvolvidas no âmbito do projeto *(In)segurança na Fronteira: uma abordagem sobre como os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru)*, desenvolvido em parceria pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará, Observatório da Violência de Gênero da Universidade Federal do Amazonas e Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Fronteira (LIMINAR), da Universidade Federal de São Paulo. Tivemos a oportunidade de conversar com Zárate Botía e outros integrantes do IMANI na fronteira, além



de encontros com o mesmo em Boa Vista (Roraima); em Fortaleza (Ceará), em virtude da sua participação no V Seminário Internacional Conflitos Sociais e Violência; e em Corumbá (Mato Grosso do Sul), no VI Seminário de Estudos Fronteiriços.

Esses momentos de trocas, aliados a uma leitura atenta de sua obra, possibilitaram inquietações que se transformaram em questões que fundamentaram essa entrevista. Em virtude das condições de logística e as impossibilidades de uma comunicação mais fluída pela internet, solicitamos a Carlos Zárate suas considerações mediante respostas a um roteiro de entrevista enviado por escrito. Se perdemos na possibilidade de interlocução presencial, as respostas por escrito permitiram uma reflexão interessante e cuidadosa a respeito da questão central desse empreendimento, saber do pesquisador o que significa dedicar tempo e disposição para compreensão de realidades transfronteiriças entre territórios nacionais, na floresta amazônica.

Pensar a fronteira envolve variadas maneiras de encontrar e se encontrar na fronteira, olhando-a de distintos pontos de vista que privilegiam suas territorialidades, relações e histórias, o que pressupõe escutar as pessoas que vivem na fronteira e lhes oferecer ferramentas de conhecimento e transformação. Entre as múltiplas possibilidades de investigação, Carlos Zárate escolheu um caminho interdisciplinar que, agregando múltiplos conhecimentos das ciências sociais e humanas, permite olhar para fronteira como uma sociedade transfronteiriça situada entre Estados nacionais e constituída por distintas dinâmicas e escalas de diferenciação e interconexão.

Além de um estudioso da fronteira, o pesquisador colombiano destaca-se pelo cuidado e dedicação ao estudo de um território situado na maior floresta tropical do mundo e construído não apenas por realidades nacionais distintas, mas por realidade étnicas e culturais que

envolvem os encontros e desencontros entre populações ocidentais e ocidentalizadas com populações indígenas e seus modos de vida, concepções de mundo e situações de conflito com diversos agentes econômicos e políticos das frentes de expansão e do Estado. Essas características tornam a tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil um lugar de conflitualidades e sociabilidades que este pesquisador estuda desde os seus registros históricos, analisando os acontecimentos e movimentos que permitiram esta zona de contato de diferentes comunidades políticas e morais no processo de formação de uma peculiar comunidade transfronteiriça e amazônica.

A publicação dessa entrevista em um dossiê sobre fronteiras em uma revista brasileira visa construir um espaço de interlocução com intelectuais e estudantes de outros países da América Latina que têm realizado múltiplas pesquisas de campo e teorizado sobre as realidades transfronteiriças. Além disso, a publicação da entrevista em língua espanhola também objetiva efetivar uma abertura transfronteiriça para o idioma oficial da maioria dos Estados nacionais que faz fronteira com o Brasil.

**Entrevistadores:** *Para iniciar nuestra conversación, deseáramos que usted contase un poco sobre su formación universitaria y cómo el tema de la frontera apareció en su recorrido académico.*

**Carlos Zárate:** Mis primeros contactos con la región amazónica y con sus fronteras están relacionados directamente con el inicio de mi formación de posgrado en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, donde cursé la Maestría en Ciencias Sociales con mención en Estudios Amazónicos, luego de haber terminado los estudios de pregrado de sociología de la Universidad Nacional de Colombia, por allá en el año de 1986. Por estos años, las preocupaciones por el medio ambiente y el movimiento ambientalista, empezaban a

permea fuertemente el ambiente académico tanto en las disciplinas naturales como en las llamadas ciencias sociales.

Unos años más tarde, a mediados de la década de los 90, Guillermo Páramo Rocha, un antropólogo visionario entonces Rector de la Universidad Nacional, sentó las bases de la que se ha conocido como política de fronteras de la Universidad Nacional al crear las llamadas sedes o *campus de frontera* en las distintas regiones del país, esto es: Leticia en la Amazonia, Arauca en la Orinoquia, la Isla de San Andrés en la región Caribe y Tumaco en el océano Pacífico. Esta política se plasmó en un documento CONPES<sup>1</sup> del Departamento Nacional de Planeación que se denominó “*conformación de comunidades académicas locales en las regiones de integración fronteriza*” que de alguna manera fue paralela a la aprobación de la ley 191 o Ley de Fronteras del mismo año de 1995. Finalmente, mientras que la ley de fronteras se quedó en letra muerta, la Universidad Nacional, a pesar de una serie de limitaciones y falta de recursos, puso en marcha un proceso para llevar la educación pública universitaria y la investigación científica a los confines de la nación. Así nació el Instituto Amazónico de Investigaciones, IMANI el mismo año de 1995 y posteriormente los demás institutos y sedes de frontera.

La creación de las sedes de frontera y en particular la sede Leticia, que desde 2005 se denomina sede Amazonia, fue un factor determinante, aunque no suficiente, para explicar el inicio de mi interés personal en el conocimiento de la realidad fronteriza y luego el impulso dado a lo que podríamos denominar estudios de frontera en la Amazonia colombiana. En los primeros años de su existencia, que coincidían con el último lustro del siglo pasado, cuando se vincularon los primeros docentes-investigadores, entre los que yo me encontraba, la Uni-

---

1. Consejo Nacional de Política Económica y Social (1995).

versidad Nacional, la sede y el IMANI estaban ubicados en la frontera amazónica pero, paradójicamente, no estudiaban la frontera. La frontera como objeto de estudio propio y específico, no solo como lugar donde se adelantaba investigación y docencia universitaria, empezó a emerger hacia 1998, cuando se publicó en el *Journal de la Société des Americanistes* el artículo “Movilidad y permanencia ticuna en la frontera amazónica colonial del siglo XVIII”. Por esos mismos años se empezó a constituir el primer grupo de estudios fronterizos, que tuvo una vida corta y discreta, pero que andando el tiempo dio origen y se transformó en el actual Grupo de Estudios Transfronterizos, GET. Este grupo es producto del trabajo colectivo y el diálogo de politólogos, antropólogos y geógrafos, entre quienes destacan algunos de sus miembros fundadores como Jorge Aponte, Nicolás Victorino y más recientemente Ángela López<sup>2</sup>.

**Entrevistadores:** *Cómo surgió la perspectiva de los estudios transfronterizos y ¿Cuáles fueron sus principales influencias y diálogos teóricos en este camino de formación e investigación?*

**Carlos Zárate:** Como se puede derivar del comentario previo, las primeras publicaciones personales y luego del grupo, ya incorporaban perspectivas antropológicas e históricas a las que sin duda contribuyó mi formación de maestría en estudios amazónicos en Flacso Ecuador, con el legado de algunos de los más reconocidos antropólogos amazonólogos que fueron mis profesores<sup>3</sup> y luego la del doctorado en historia en la Universidad Nacional en Bogotá. La preocupación por la formación del Estado-nación y la demarcación de las fronteras

---

2. La lista es larga y no incluye las relaciones con otros grupos e investigadores del IMANI y la Universidad Nacional o los “imperceptibles” contactos y comunicaciones con colegas brasileros y mexicanos, entre otros.

3. Puedo recordar a Fernando Santos Granero, Frederica Barclay, Roberto Pineda Camacho o Blanca Muratorio, entre otros.

encuentran, de alguna manera, su conexión con mi formación original de sociólogo.

Como sucede frecuentemente en cualquier campo del conocimiento, en la investigación sobre la frontera amazónica fue inevitable resultar afectado, al menos parcialmente, por lo que se conoce como el complejo de Adán, o sea, la ingenua creencia de que uno es la primera persona que analiza o investiga el asunto de la frontera amazónica. Después de las primeras revisiones de bibliografía y documentos, la situación cambió y aunque era un poco confusa ya no era la misma del comienzo. Por una parte, con pocas excepciones desde la historia y la geografía, como los estudios realizados por Ferreira Reis para el periodo colonial y los relatos de las comisiones de límites, no se encontraron estudios sobre esta frontera que dieran cuenta de algo así como una perspectiva fronteriza propiamente dicha o algo que se le pareciese, con la salvedad de que tampoco se tenía mayor claridad de que teorías, conceptos o enfoques podían encuadrarse o entenderse como tales, más allá de acercamientos disciplinares convencionales. En contraste, la historiografía y la masa documental sobre la frontera o sobre el río Amazonas donde ella se inscribe era tal que no es difícil pensar que esta es una de las regiones de América donde existe mayor información, desde el momento del descubrimiento de la desembocadura del Amazonas por 1500, hasta la actualidad. Toda la épica de las hazañas y fechorías de los primeros conquistadores y exploradores, desde Diogo Nunes, Francisco de Orellana, Lope de Aguirre y Pedro Texeira pasando por las más importantes gestas misioneras de los jesuitas, como Joao Daniel, Nobrega o Samuel Fritz y por las exploraciones científicas de los siglos XVIII y XIX, hasta las modernas expediciones e investigaciones contemporáneas, han sido documentadas, publicadas y vueltas a publicar. La gran mayoría de ellas contie-

nen relatos o se refieren directamente a la región del Alto Solimões o Amazonas, donde hoy se ubica el Trapecio Amazónico.

En este momento, una conclusión implícita, que nunca se hizo manifiesta, solo hasta ahora, era que existía un gran acervo de evidencia y registro histórico documental sobre esta frontera, pero que no existían explicaciones e interpretaciones satisfactorias que dieran cuenta de ella desde las actuales ciencias sociales. Esto, de un modo ciertamente intuitivo al comienzo, me impulsó a intentar hacer una relectura de las fuentes existentes, primero coloniales y luego republicanas, haciendo énfasis en lo que entendía simplemente como hechos o fenómenos fronterizos. Tal vez por eso no es extraño que buena parte de las investigaciones y publicaciones siguen cierto orden cronológico, desde fines de la época colonial hasta la actualidad.

También es pertinente anotar que solo hasta los primeros años de la década inicial de este siglo, en medio del proceso de formación doctoral, pude contar con los instrumentos conceptuales y teóricos que percibía como los más adecuados para el análisis de las fronteras, en general y de ésta frontera en particular, en un campo que, aun de manera provisional, entendía como de “estudios fronterizos”. Estos elementos empezaron a llegar de la mano de la lectura, entre otras, de la compilación realizada por Alejandro Grimson y publicada en 2000 por la editorial Ciccus-La Crujia *fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Creo que esta lectura me permitió abrir el camino y me puso en contacto con trabajos que se pueden considerar pioneros de los estudios fronterizos al final del pasado siglo y que corren paralelos o inmediatamente posteriores a la caída del muro de Berlín en 1989. Por nombrar algunos puedo citar a D. Hastings y T. Wilson (1998), Peter Sahlins (1989) o Olivier Kramsch en años más recientes (2017), así como académicos que abordaron, desde diferen-

tes perspectivas disciplinares, el estudio de la frontera más emblemática de toda América, la que existe entre México y los Estados Unidos. A partir de allí, las lecturas se amplían y se pierden a través de los bordes disciplinares cada vez más difusos e imperceptibles de la antropología, la sociología, la historia y la geografía<sup>4</sup>, no solo las de origen europeo sino también las elaboradas y pensadas en Latinoamérica y la misma región amazónica<sup>5</sup>, como para corroborar la imposibilidad de abordar el estudio y el análisis de una problemática tan compleja y abigarrada como la de la frontera, desde perspectivas disciplinares o exclusivamente desde los centros de pensamiento “occidentales”.

**Entrevistadores:** *En su libro *Silvícolas, siringueros y agentes estatales* hay una preocupación con el proceso de larga duración en la formación de la región transfronteriza. ¿Cuál es la relevancia de pensar la frontera como proceso histórico?*

**Carlos Zárate:** Esto tiene que ver con la idea de que las fronteras como lugar de encuentro-separación no solo son un producto histórico sino que además, a pesar de sus cambios, persisten a lo largo de la historia humana. Siempre ha habido y seguramente siempre habrá fronteras: fronteras entre los pueblos, fronteras entre los imperios y fronteras entre los Estado-nación, entre otras.

A propósito, el énfasis en esta percepción tiene el objeto de tomar distancia con ciertas posturas, bien conocidas, que propugnan o pronostican el fin de la historia, el fin del Estado-nación y por tanto, el fin de las fronteras. Sin desconocer lo que significa el actual proceso de globalización para desdibujar o incluso borrar algunos aspectos

---

4. Son ejemplos R. Sack y T. Flint desde la geografía; A. Smith y E. Hobsbawm desde la historia; A. Giddens y B. Anderson desde la sociología y los ya mencionados desde la antropología.

5. Esto se puede ver en los trabajos de G. Canclini; Orlando Fals Borda; el mismo A. Grimson o Roberto Cardoso de Oliveira.

de los regímenes fronterizos actuales, es imposible dejar de constatar, por ejemplo, cuando miramos el caso de los Estados Unidos y el muro que pretende construir su aparentemente indefinible y locuaz presidente, que la figura del Estado-nación, al menos por un tiempo indeterminado, continua siendo el principal recipiente de poder del mundo actual, como dijo Anthony Giddens hace poco más de dos décadas. En años más recientes otro sociólogo, Zygmunt Bauman, ha mencionado que con el *capitalismo líquido* también sus fronteras se estarían diluyendo, aunque este mismo autor advierte que hay que cuidarse de generalizaciones, como la de pensar que el mundo entero está entrando en una era postindustrial<sup>6</sup>. A despecho de sus contradictores y posiblemente de él mismo, sin desconocer sus indudables aportes, se podría pensar que su *capitalismo líquido* no es más que un tipo ideal, en el sentido weberiano, imposible de encontrar en la realidad incluso en la Europa que él analiza.

Intentando reflexionar desde la frontera amazónica, tanto desde una perspectiva histórica como sociológica, en comparación con Europa, no es difícil advertir que estamos frente a un proceso indudablemente global y de larga duración, pero que tiene sus propias manifestaciones y articulaciones, digamos nacionales y regionales. De algún modo, desde una mirada que podemos ubicar, sin mayores pretensiones analíticas dentro de las llamadas epistemologías del sur<sup>7</sup>, la frontera amazónica hasta el siglo XVIII, no fue otra cosa sino la extensión y expansión de la frontera europea, que se fragmentó, se retrajo y reacomodó con el traumático y casi siempre lento advenimiento de los Estados-nación suramericanos. Las fronteras que empezaron a

---

6. Zygmunt Bauman. *Sobre la educación en un mundo líquido*. Barcelona: Espasa, 2013, p, 57.

7. Véase, Boaventura de Sousa Santos y María Paula Meneses (eds). *Epistemologías del sur (perspectivas)*. Madrid: Akal, 2014.



surgir desde ese momento en la Amazonia ya no eran las mismas del régimen colonial, empero continuaron y aún continúan, dos siglos después, guardando algunos de los rasgos y las marcas de las primeras.

Después del surgimiento y de la invención de la triple frontera entre Brasil, Colombia y Perú, que se demarcó con la puesta en marcha del tratado de límites entre Colombia y Perú en 1930, ocho años después de su firma en 1922, proceso que se relata detalladamente en un trabajo próximo a publicarse<sup>8</sup>, podemos afirmar que el proceso de constitución de nuestras fronteras, paradójicamente, aún está por consolidarse, así como lo están nuestros aun relativamente endebles Estados-nación. Paradójicamente, porque mientras se habla cada vez más de integración fronteriza, aun no existen entidades territoriales nacionales sólidas en la Amazonia, al menos por el lado colombiano, que se puedan integrar. No faltará quien diga que para que haya integración fronteriza entre nuestros países no es necesario que existan dichas entidades, pero esto es una discusión que no pretendemos dar aquí.

**Entrevistadores:** *En su trabajo es evidente el diálogo entre sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores, cientistas políticos, entre otros. ¿Cómo usted piensa la perspectiva interdisciplinar o transdisciplinar en los estudios transfronterizos y cuál la importancia de eso para la comprensión de la complejidad de la frontera?*

**Carlos Zárate:** Como podemos ver, en esta pregunta está contenida la respuesta. No es posible abordar el conocimiento de una realidad compleja como la frontera desde una perspectiva disciplinar y, como sabemos, eso es válido no solo para la frontera. Eso es fácil entenderlo pero no es tan fácil ponerlo en práctica ya que, en

---

8. C. Zárate. *Amazonia 1900-1940: el conflicto, la guerra y la invención de la frontera* (En edición).

cierto sentido, a nuestras disciplinas sociales interesadas en conocer lo que sucede en la frontera les pasa lo que a nuestras fronteras están débilmente constituidas y muy poco interconectadas, sobre todo en lo que a los estudios fronterizos compete. Además, con otra analogía, se puede entender que las fronteras, no solo las amazónicas, continúan siendo marginales y de poca importancia para los centros de poder nacionales pero también para los centros de pensamiento, la academia en general y las disciplinas sociales y humanas. Esto contiene una dificultad adicional: además de las fronteras entre las disciplinas, el estudio del medio transfronterizo choca con las normas, los establecimientos y las instituciones que aún continúan constreñidos por los contenedores nacionales a que aludimos anteriormente.

A diferencia de las inexistentes entidades territoriales necesarias para una eventual integración fronteriza, por lo menos en el caso colombiano, no creemos necesario que las distintas disciplinas (sociología, antropología, historia, geografía o ciencia política) se consoliden por separado, en cada país y a cada lado de la frontera. Tampoco necesitamos replicar ni transitar la experiencia de las ciencias sociales en las fronteras de Europa, o en las de México con los Estados Unidos, pero sí aprender los ejemplos y los sentidos en que ellas trabajan juntas.

Como sea, no podemos olvidar que los estudios fronterizos en nuestros países y en particular en el medio amazónico son incipientes y marginales, como ya se dijo; continúan fragmentados en las distintas disciplinas o en los contenedores institucionales nacionales o federales, además de que sufren solidariamente las penurias financieras, impuestas deliberadamente a las fronteras, por las indolentes elites nacionales. Esta es la base sobre la cual debemos partir y afortunadamente sabemos los muros que hay que derribar, sobre todo si insisti-

mos en encontrar los elementos comunes que constituyen toda frontera, más allá de los simplemente divisorios. Uno de esos elementos, de la mayor importancia aunque casi siempre pasa desapercibido o es menospreciado y subvalorado por los establecimientos nacionales y por la academia misma, es el hecho de que la vida y la cotidianidad de los pobladores de la frontera se han sabido constituir y se reproducen a diario con o contra ella. Todavía sabemos muy poco acerca del sentido en que esto sucede, de lo que significa y de las oportunidades que la frontera brinda para la misma población fronteriza. Abordar interdisciplinariamente la frontera pero también dar herramientas a la gente que vive en ella para su mejor conocimiento y transformación, debe ser uno de los retos de los investigadores y las entidades académicas que operan en la frontera o se interesan por ella.

**Entrevistadores:** *Usted ha investigado una variedad de temas relacionados con la frontera y el espacio amazónico. En sus trabajos publicados destacamos sus estudios sobre la extracción de quina, el surgimiento de una sociedad transfronteriza en Amazonia, las ciudades pares, las movilidades y permanencia Ticuna, el Estado en la frontera, frentes extractivos y fronteras en Amazonia, además de una reflexión sobre las dimensiones políticas de la ecología amazónica en el área transfronteriza, entre otros temas. Al llevar en cuenta este acúmulo de estudios sobre variados temas constitutivos de la triple frontera, ¿cuáles son los resultados de sus investigaciones que usted destacaría como siendo fundamentales para la comprensión de la región desde la perspectiva de las Ciencias Sociales?*

**Carlos Zárate:** En términos generales, estos trabajos tal vez podrían tener la pretensión de brindar un contexto interpretativo desde la historia o la sociología y en menor medida la antropología y la geografía, del proceso de invención de la frontera amazónica, con énfasis

en la zona de encuentro de Brasil, Colombia y Perú. En relación con trabajos disciplinares de otros autores, siempre ha habido una preocupación por atravesar la línea de las fronteras nacionales de Colombia y tratar de ver las cosas desde él o los otros lados de la frontera. Este objetivo se ha logrado parcialmente, lo cual no es difícil de advertir, dado precisamente el lugar desde donde se ha generado y obtenido la mayor parte de la información, esto es el lado colombiano de la frontera, defecto que se ha subsanado relativamente bien por la cercanía de las fuentes brasileras y peruanas, adecuadas y satisfactorias para un estudio histórico y sociológico panorámico como el que considero se ha hecho hasta ahora. Como indique anteriormente aun hacen falta estudios en profundidad, histórico-sociales y contemporáneos sobre el sentido, el significado, las estrategias y los modos en que los pueblos, o al menos algunos de ellos, habitan, perciben, representan, moldean, subvierten o inventan cotidianamente, sin proponérselo o deliberadamente, la frontera donde viven.

**Entrevistadores:** *Usted es un investigador que vive en una zona transfronteriza y al mismo tiempo mira la frontera a la luz de la historia y considerando los problemas políticos y económicos que están en la confluencia de tres estados nacionales. ¿Cuáles son las cuestiones metodológicas que están involucradas en su proceso de investigación?*

**Carlos Zárate:** Vivir en la frontera supone ciertas ventajas locales que se reflejan en una relativa facilidad para acceder al material empírico y también a los sujetos y agentes de la sociedad fronteriza. En términos de las ciencias sociales esto significa vivir en el lugar donde se hace campo y donde está la mayor parte de la información primaria. Esto puede tener mayor validez en estudios contemporáneos o actuales y menor importancia relativa en abordajes históricos,

como son en buena medida los que hemos emprendido hasta ahora.

No obstante, como se indicó al comienzo de esta entrevista existe un abundante acervo documental publicado que incluye las expediciones de conquista, las crónicas misioneras y las expediciones científicas de los viajeros que surcaron el Amazonas en los siglos XVIII y XIX. Curiosamente, la historiografía publicada no se encuentra, o no se encontraba en la frontera sino hasta hace relativamente dos o tres décadas cuando se establecieron, al menos en el lado colombiano, las instituciones universitarias y los centros de investigación, tal vez con la excepción de la biblioteca del Banco de la Republica en Leticia, que cuenta con una pequeña sala amazónica. La información relativa a las fronteras de Brasil y Perú, en esos siglos, aún hay que buscarla en Manaus o en Iquitos, dando por descontado que la mayor parte de los archivos y documentos sobre la Amazonia, se encuentran en Belém do Pará o Rio de Janeiro.

Paradójicamente, los procesos de demarcación y delimitación nacional del espacio amazónico, que se perfeccionaron en las primeras décadas del siglo pasado, significaron, no solo la consolidación de la fragmentación nacional en la producción de conocimiento sobre la frontera, sino una mayor centralización, no solo de los archivos, sino de los productos y resultados de dicho conocimiento en las capitales, como Bogotá o Lima, o en las ciudades brasileras ya mencionadas. Tal es el caso de los archivos de las comisiones y expediciones de límites o de la documentación primaria de las entidades territoriales, sobre todo en Perú y Colombia. Esto sin desconocer el efecto de la organización federal de la Amazonia brasileras, que en el caso del Estado Amazonas ha significado la consolidación y la organización de archivos, centros de documentación y bibliotecas en Manaus.

Una de las principales dificultades de la mayor parte de las fuentes

hasta ahora mencionadas, con pocas excepciones, es que representan y corresponden a las visiones, las acciones y las representaciones de las sociedades, los agentes y las instituciones coloniales o republicanas ajenas o impuestas y en todo caso, externas a la región amazónica y a las áreas fronterizas. Las sociedades fronterizas, ribereñas e indígenas continuaron invisibles y, en el mejor de los casos, representadas de manera distorsionada, estereotipada o mediada por dichas entidades y agentes externos. Tal era el caso incluso de los miles de testimonios recogidos entre la población nativa por los agentes estatales y consulares que emprendieron las mundialmente conocidas investigaciones sobre las condiciones de trabajo y el aniquilamiento de los pueblos que habitaban la frontera entre Colombia y Perú y otras partes de la Amazonia a comienzos del siglo XIX a manos de las empresas y los patrones caucheros.

La posibilidad de recuperar la historia y la memoria de los pueblos de la frontera, así como sus percepciones y representaciones espaciales, a partir de la tradición oral y del mapeamiento social, son algo mucho más reciente, por eso las últimas investigaciones y trabajos publicados, como el “Perfil de una región transfronteriza”, incorporan los testimonios sobre trayectorias vitales de muchos de los pobladores de la frontera de Brasil, Colombia y Perú, al igual que ponen a prueba metodologías de mapeamiento colectivo para reconstruir sus representaciones espaciales fronterizas y sus aspiraciones territoriales.

Con todo, el uso de estas metodologías, no pretende desconocer el hecho de que las mismas sociedades nativas y sus descendientes deben ser las responsables de su propia historia y sus propias representaciones. Una de las maneras para lograr esto, seguramente no la única, es facilitar y garantizar la formación avanzada de profesionales e investigadores oriundos de la región y la frontera, comprometidos

con ellas. Los últimos proyectos de grupos de investigación como el Grupo de Estudios Transfronterizos y las más recientes publicaciones empiezan a tener ese sello. Esta es otra de las ventajas locacionales de tener una Universidad pública y hacer investigación en la frontera.

**Entrevistadores:** *Nuestra experiencia de investigación en la triple frontera ha demostrado cuán difícil es realizar trabajo de campo en la región con diversos problemas relacionados a la movilidad, la comunicación, infraestructuras y asistencia a la salud. ¿Cómo usted evalúa estas condiciones objetivas de la producción del conocimiento en la triple frontera y cuál el rol que tiene la Universidad Nacional de Colombia en la concreción de trabajos de investigación en la región?*

**Carlos Zárate:** Las ventajas locacionales enunciadas en la respuesta a la pregunta anterior no deben hacernos olvidar las dificultades que encarna la condición fronteriza relativas a su carácter periférico con relación a los centros de poder no solo nacionales, sino también regionales o federales, en el caso brasileiro. La persistencia del aislamiento, la escasa y cuando más incoherente presencia estatal, así como la marginalidad, el poco o nulo acceso a los servicios estatales o la baja cobertura y mala calidad de los servicios de salud y educación, son algo ya conocido y continúan sin que se vislumbre alguna solución desde la región o desde el Estado central.

La debilidad institucional, la carencia de recursos y la desatención estatal también afectan a instituciones como la Universidad Nacional, por razones conocidas relacionadas con la falta de importancia que la educación superior pública tiene para el Estado y las elites que lo usufructúan y manejan. En términos de la producción de conocimiento, esto se refleja en una limitada capacidad en infraestructura, recursos y talento humano para adelantar programas académicos e investigativos de mayor aliento y cobertura. Un dato comparativo nos sirve para

ilustrar lo anterior: la sede Amazonia de la Universidad Nacional y su Instituto Amazónico de Investigaciones cuenta con una planta de docentes que es más pequeña que cualquier unidad académica o departamento (historia, sociología o antropología) pequeño de las llamadas sedes andinas. No obstante esto y a pesar de todas las dificultades, la sede Amazonia y el IMANI se las arreglan para sostener una cantidad muy significativa de programas académicos de pregrado en sus primeros niveles, un programa de posgrado en maestría y doctorado en estudios Amazónicos y ocho grupos de investigación reconocidos y escalafonados, según estándares internacionales, por Colciencias, la entidad que a pesar de sus limitados recursos y enfoques lidera y promueve la investigación científica en Colombia.

Desde hace poco más de una década Brasil ha logrado crear dos importantes sedes universitarias, una de la Universidade do Estado do Amazonas (UEA) en Tabatinga y otra de la Universidade Federal do Amazonas (UFAM) en Benjamin Constant, en la frontera con Colombia y Perú, así como también institutos y grupos de investigación. Esto ha facilitado los contactos y la cooperación académica e investigativa, que aunque a pesar de haberse incrementado en los últimos años, aun choca con la rigidez y la incompatibilidad de los sistemas, las normas y la verticalidad de las instituciones de cada nación. Cualquier convenio de cooperación académica por pequeño o específico que sea debe revisarse, tramitarse o aprobarse por las autoridades centrales de las universidades, en Bogotá o Manaus. No obstante lo anterior, se han dado algunos avances muy importantes en la cooperación académica entre las universidades brasileras y la Universidad Nacional en su sede de la Amazonia. Un estudiante colombiano está cerca de obtener el primer título de doctorado conjunto entre la U.N. y la UFAM. y, por otro lado, la revista Mundo Amazónico es, desde el año



pasado, una publicación conjunta entre estas dos universidades.

**Entrevistadores:** *Hay una tradición de los estudios de frontera en Colombia y Brasil que trabaja con los conceptos de frentes de expansión y fricciones interétnicas. ¿Cómo usted dialoga con estas ideas y cuáles son los límites heurísticos de las teorías de frente de expansión para pensar la particularidad de las zonas transfronterizas entre Estados nacionales?*

**Carlos Zárate:** Algo que hay que tener claro es que cuando hablamos de frentes de expansión, que en el caso colombiano también se asocia o se asimila a frentes de colonización, nos estamos refiriendo, por lo general, a fronteras internas, aunque en determinadas ocasiones, como se trató de mostrar en la investigación doctoral que luego se convirtió en el libro de “silvícolas” estos frentes pueden llegar a encontrarse o incluso a fundirse con las fronteras internacionales, como ha sucedido al menos en la Amazonia colombiana. El asunto puede ser más complejo de lo que se ha pensado ya que estamos hablando de la confluencia de un proceso de colonización que se inició en las dos últimas décadas del siglo XIX, al que se ha sumado de manera desacompañada, para no decir caótica, el intento de establecer la frontera de la soberanía, es decir del Estado, en un territorio no delimitado y aun en disputa, en la Amazonia. Valga decir que esto también pasaba, con distintas particularidades y condiciones en Brasil y Perú. El aumento de la complejidad por la confluencia de frentes de colonización o frentes de expansión, a los que se sumaron los intentos por parte del estado colombiano por superar la disparidad entre el territorio nacional y la capacidad del Estado para controlarlo, más el encuentro de estos frentes y fronteras con los de nuestros vecinos, demandaba una mayor complejidad también conceptual. Una frontera de expansión o de colonización interna puede ser entendida mediante el enfoque,

la comparación o la contrastación con el proceso descrito por Turner (1987 [1893]) en el caso de la frontera norteamericana, o con algunas de sus variantes nacionales. La frontera internacional involucra otros procesos, como los derivados del encuentro de sociedades, identidades y otredades nacionales o estatales, donde cobra mayor importancia el imperativo de la soberanía y la seguridad, así como el surgimiento de fenómenos transfronterizos, que son extraños, o cuando menos diferentes en grado y naturaleza, a los que se presentan en los frentes de colonización o de expansión internos.

El concepto de fricciones interétnicas, que tuve ocasión de conocer en los trabajos de antropólogos brasileiros como Roberto Cardoso de Oliveira o de Joao Pacheco de Oliveira Filho, no estoy ahora seguro, ha sido útil para explicar no solo los conflictos y los problemas que han marcado las relaciones entre los grupos amazónicos y entre estos con las sociedades mayores, que los han colocado en una condición de dominación, subordinación y exclusión. En el caso de los ámbitos fronterizos que involucran tanto los frentes de expansión internos y la frontera trasnacional, debe entenderse que lo que llamamos fricciones y conflictos interétnicos expresan mayor complejidad y al mismo tiempo mayor singularidad. Una de las maneras de entender las fricciones interétnicas creo que inevitablemente hace y debe hacer referencia al trabajo de Fredrik Barth (1976) sobre grupos étnicos y sus fronteras, que también tiene validez para entender el medio fronterizo en un sentido más amplio. En todo caso, no hay que perder de vista que, como se ha planteado para la frontera trasnacional, una de sus propiedades o condiciones, es la de ser, entre otras cosas, un sitio de conflicto y acomodación étnica.

**Entrevistadores:** *En la introducción del libro “Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia”, hay una preocupa-*

*ción en relación a las barreras institucionales y nacionales de hacer académico en las investigaciones de frontera, una vez que “seguimos acostumbrados a pensar en términos nacionales y por eso la grande mayoría de los estudios que se realizan en las fronteras no se atreven a trasponer los muros, o como dicen algunos, a ‘cruzar’ los límites de los contenedores nacionales” (p. 13). ¿Cuál es el efecto de este nacionalismo metodológico en los estudios de frontera y cómo es posible avanzar hacia una mirada transfronteriza?*

**Carlos Zárate:** Con ánimo de discusión pero también de aclaración académica, yo creo que hasta el presente, con muy pocas excepciones, esta especie de ‘nacionalismo metodológico’ sigue prevaleciendo no solo en las políticas públicas, sino también en los estudios e investigaciones académicas de las universidades. Esto sucede por lo menos en la mayor parte de los estudios que se relacionan con la frontera amazónica, donde es muy extraño ver investigaciones que se atrevan a pasar las líneas limítrofes nacionales, para ubicarse en ámbitos o escalas transfronterizos. Sin embargo, esto puede tener varias interpretaciones y deberíamos ser cuidadosos antes de asociar esta situación a posturas o dimensiones ideológicas que yo creo ajenas a los académicos, para citar un caso, que estudian las fronteras brasileras. En otras palabras, la dificultad para atravesar la frontera no obedece a deliberadas intenciones de resaltar la nacionalidad brasileras o cosas por el estilo, sino a una de las consecuencias de la compartimentación de la academia y el sistema educativo, como resultado igualmente de la prevalencia de los regímenes fronterizos y nacionales. Si pensamos en términos geopolíticos puramente especulativos y desde cierto ángulo ideológico, uno no se explicaría porque siendo Brasil una potencia con ambiciones de posicionamiento regional, se ha preocupado tan poco por conocer, o eso suponemos, lo que sucede al otro lado de

su línea de frontera nacional.

El conocimiento de nuestra realidad transfronteriza amazónica, no solo por parte de Brasil, todavía está en sus comienzos. No solo se trata de impedimentos o barreras institucionales relacionadas con los Estados-nación y las tradiciones académicas que les son propias, sino a veces con nuestra incapacidad de ver las múltiples manifestaciones de lo transfronterizo dentro de nuestro propio espacio nacional, sin preocuparnos demasiado por “pasar” la frontera. También son fronteras mentales que se han impuesto, mantienen y explican la inercia de nuestras tradiciones académicas.

**Entrevistadores:** *En “Silvícolas, sirigueros y agentes estatales”, usted también afirma que “la frontera amazónica tiene dos referentes obligados de carácter ambiental que constituyen el substrato de la reproducción biológica, la movilidad espacial y de las mismas relaciones sociales de los agentes fronterizos: estos son la selva y el río Amazonas” (p. 66) ¿Cuál es el lugar que ocupan las dinámicas ecológicas en los estudios amazónicos? ¿Para usted, lo que significa la región amazónica desde una mirada de las Ciencias Sociales?*

**Carlos Zárate:** Como las veo, estas son preguntas que se refieren a dos realidades y dos universos distintos o presentados como distintos, que predominan en la interpretación de la región amazónica como son las “dinámicas ecológicas” que abordan las Ciencias Naturales por una parte y la realidad humana y social, que son analizadas desde las Ciencias Sociales por la otra. Sin embargo, en la referencia al libro de “silvícolas...” Se puede ver que esa distinción no existe. En todo caso, solo para precisar, sabemos que la mayor parte de los acercamientos al conocimiento de la Amazonia se continúan haciendo desde disciplinas particulares y a lo más desde estas dos grandes tradiciones académicas y científicas, sin desconocer que se han hecho muchos

esfuerzos inter y transdisciplinarios, cuya escala, impacto, alcances y posibilidades están todavía por establecer y evaluar. Cuando hablamos aquí de avances inter o transdisciplinarios hablamos primero de los hechos dentro de las disciplinas afines de las Ciencias Naturales (Ecología, Biología, Química) o por su parte entre las Ciencias Sociales (Antropología, Sociología, Geografía, Historia) antes que los intercambios y la comunicación entre ambos grupos de disciplinas que aun consideramos escasos. En este contexto, a mí me parece que hablar desde una única perspectiva disciplinar o una “mirada” por ejemplo sociológica, es cada vez más difícil, inadecuado e insuficiente, no solo por la dificultad de delimitar los aportes de cada disciplina, sino porque esos aportes solo pueden ser parciales, limitados e incompletos. Sin duda alguna, la Sociología tiene mucho que aportar a la comprensión de la Amazonia pero yo no la veo actuando sola al margen de la investigación histórica, antropológica o geográfica. La región es tan grande y compleja que un esfuerzo disciplinar para abordarla, por importante que sea, corre el riesgo de desvanecerse ante la dimensión de la tarea.

**Entrevistadores:** *En la misma obra, usted reflexiona sobre la problemática de la identidad, afirmando que hará “uso amplio del concepto de identidad sin entrar en mayores distinciones como otros términos que se refieren a la asociación con el territorio entendido como el espacio de reproducción biológica, social y simbólica de un grupo humano, tales como identificación colectiva, autoidentificación, sentido de pertenencia, adscripción, autorrepresentación o incluso conciencia” (p. 255). ¿Cómo usted piensa la trama de las identidades nacionales y étnicas y cómo estas se tensionan delante de los tránsitos transfronterizos y de las migraciones entre Brasil, Perú y Colombia?*

**Carlos Zárate:** Sabemos que el concepto de identidad como lo

que pretende denotar, es importante para la ciencia social hoy pero, al mismo tiempo, su uso no deja de ser problemático y limitado. Esto por el mismo carácter complejo, cambiante, elástico, difuso y casi siempre inasible de la que podríamos llamar realidad de la identidad misma. Seguramente no es muy difícil hablar de identidad nacional o de identidad étnica en términos generales y básicos. El problema empieza cuando intentamos definir y explicar el surgimiento o los cambios identitarios en contextos complejos como los de las fronteras donde apenas alcanzamos a suponer y a constatar la existencia de una trama o “cruce de identidades” como nos recuerda el título de un artículo de Jean Pierre Goulard.

En el caso de la triple frontera entre Brasil, Colombia y Perú, se ha mencionado la existencia de una tal identidad Bracope. Sin embargo, muy poco sabemos de cuales son exacta y explícitamente los elementos y el tipo de relaciones que constituyen esa identidad, el proceso de su surgimiento, los ámbitos sociales y espaciales que la delimitan, además de sus transformaciones, impacto e importancia. En el año 2017 el Grupo de Estudios Transfronterizos publicó el “Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia”. Allí se pueden ver algunos de los rasgos, flujos y procesos que constituyen lo que llamamos actualmente como el espacio transfronterizo de Brasil, Colombia y Perú. Igualmente, varios autores, principalmente antropólogos como Claudia López, Jean Pierre Goulard, Jean Pierre Chaumeil<sup>9</sup> y más recientemente Daniel Unigarro<sup>10</sup>, entre otros han hecho investigación y publicado trabajos que tratan sobre identidades étnicas en y a través de esta frontera, sin embargo, a pesar de estos importantes avances, no tenemos una investigación detallada y relativamente concluyente so-

---

9. A modo indicativo, se incluye una referencia de estos autores al final ya que su producción es extensa.

10. Ver referencias al final.

bre el surgimiento y la transformación de identidades transfronterizas, más allá de las puramente étnicas.

**Entrevistadores:** *En su texto “Políticas ambientales y recursos naturales en las fronteras nacionales amazónicas”, escrito en parecida con María Trujillo, ustedes abordan las consecuencias de una débil institucionalidad ambiental y las divergencias entre legislaciones nacionales que contribuyen para la informalidad e ilegalidad en las relaciones transfronterizas. ¿Usted imagina formas de cooperación política transfronterizas que pueden superar las actuales dificultades de integración en diferentes niveles administrativos entre los tres países?*

**Carlos Zárate:** Bueno, ese artículo estaba orientado a mostrar cómo se organizaba la extracción de madera a través de la frontera entre Brasil, Colombia y Perú y como las políticas ambientales, su incompatibilidad o su ausencia, están en la base de la actividad extractiva maderera y alimentan tanto la informalidad como aquello que se denomina de manera inadecuada y simplista como ilegalidad. En el mismo libro que se mencionó en la respuesta a la pregunta anterior y cuyo subtítulo es: la posibilidad de la integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú, se muestra cuáles son algunas de las premisas que permitirían establecer una política ambiental fronteriza compartida. Como se puede ver allí, la compatibilización de políticas ambientales en la frontera es una posibilidad que ni siquiera significa cambios profundos en las estructuras jurídicas nacionales, ni en el modelo económico profundamente depredador que comparten las elites dominantes de nuestros países. La inercia e inacción en que continúa sumido el proceso de integración fronteriza en los últimos años muestra el poco peso e importancia de corregir esta situación y la continuidad de la marginalidad social y económica de la

región y la frontera, a pesar de los grandilocuentes anuncios mediáticos del presidente Colombiano lanzados en su última visita a Leticia en los primeros días de abril, cuando prometió que “ahora si” se iba a defender y preservar la Amazonia.

**Entrevistadores:** *La región de la triple frontera entre Brasil, Perú y Colombia es bastante diversa y heterogénea en términos étnicos y culturales, siendo posible ser pensada como una compleja zona de contacto intercultural. No se trata simplemente de frontera cultural entre tres naciones, pero de fronteras múltiples entre grupos indígenas, inmigrantes de diferentes orígenes y otras poblaciones locales. ¿Cómo usted observa esa diversidad en la frontera y cuál el lugar de los pueblos indígenas, como los Ticuna por ejemplo, en estas dinámicas transfronterizas?*

**Carlos Zárate:** A pesar de las transformaciones urbanas de las últimas décadas, la población indígena asentada en el espacio transfronterizo de estos países continua teniendo un peso y una presencia determinante en términos puramente demográficos. Estamos hablando no solo de la población Ticuna, Uitoto (murui-muina), Cocama, Yagua, Bora, Tanimuca, Matses, Matis, etc., que continúan viviendo a lado y lado de los ríos fronterizos como el Amazonas-Solimões; Putumayo-Ica y Caquetá-Japurá, sino también a los indígenas urbanos de Leticia y Tabatinga, como a todos sus parientes indígenas y mestizos. En una escala regional y fronteriza no estamos hablando entonces de minorías y no deberíamos seguir reproduciendo y refiriendo la escala nacional que los confina a su condición de absolutas minorías y los subordina o desconoce, sobre todo en los terrenos social y político.

La organización social y política de los pueblos de esta frontera refleja no solo la fragmentación ocasionada por la organización política y administrativa de los Estados-nación que la componen, cuya incom-



patibilidad ya hemos mencionado, sino también por la continuidad de tradiciones basadas en lo que esa incompatibilidad encierra. La inercia y pasividad en materia de organización política de los pueblos indígenas, como ejemplo de su posible incidencia o falta de ella en las dinámicas transfronterizas, es el precio o el resultado de la implementación, con todo y sus defectos, de las políticas lingüísticas y educativas, para no hablar de las de seguridad o soberanía, implementadas por los gobiernos en la frontera. Ejercicios de comunicación y organización transfronteriza de los indígenas de los tres países se dan constante y cotidianamente pero estos aun no logran consolidarse en fuerzas o grupos de presión capaces de incidir decisivamente en acciones y plataformas conjuntas, reivindicativas o políticas, de alcance transfronterizo. La lucha por el reconocimiento de derechos territoriales, a pesar de que es consagrada por organismos internacionales como Naciones Unidas, aun transcurre por canales de negociación principalmente nacionales como es el caso de los Ticuna y los Uitoto. Esto no implica desconocer las acciones de organizaciones que buscan romper o transpasar estos cercos a nivel de toda la Panamazonia, como la Confederación Indígena de la Cuenca Amazónica, COICA.

**Entrevistadores:** *En la realidad de la región transfronteriza se superponen diversos procesos sociales, económicos y políticos que atraviesan y trascienden la vida local. ¿Cómo pensar la conexión entre local, regional, nacional y global en el análisis de la sociedad transfronteriza amazónica en un contexto de globalización?*

**Carlos Zárate:** Los fenómenos fronterizos y transfronterizos, no solo de la Amazonia sino del mundo actual son materia permanente de información en los medios de comunicación y redes sociales, pero también en los espacios académicos de discusión en foros, seminarios, cursos y proyectos que han venido incrementándose de manera

geométrica y reticular en los últimos años, alcanzando niveles difíciles de establecer pero también de coordinar y sintetizar. Un ejemplo de esto, valga la cuña<sup>11</sup> brindada por esta entrevista, es el curso que organiza el Grupo de Estudios Transfronterizos para el segundo semestre de 2018 bajo la modalidad de cátedra del Instituto Amazónico de Investigaciones, IMANI, que lleva por título: *Encuentros entre la Amazonia, América y Europa: fronteras sin muros y sin hegemonías*.

**Entrevistadores:** *¿Cuáles son las lagunas que usted identifica en los estudios de esta triple frontera amazónica y cuál la agenda de investigación que propone para ampliar el conocimiento sobre esa región?*

**Carlos Zárate:** Yo he escuchado comentarios de amigos y colegas que dicen que esta triple frontera no solo es de las más estudiadas sino que incluso, está sobre diagnosticada. Seguramente que estos comentarios no carecen de fundamento si comparamos las investigaciones, publicaciones y proyectos que se han adelantado aquí en relación con los que se han hecho en otras triples fronteras de la Amazonia, América y Europa e incluso dentro de nuestros propios países. Con todo y eso, aun corremos el riesgo de equivocarnos porque debemos aceptar que no conocemos muy bien lo que se investiga y publica en y sobre otras fronteras.

Con respecto a lo segundo, arriba he señalado que las investigaciones y publicaciones sobre la realidad de esta triple frontera, por lo menos las que hemos adelantado en el IMANI o el GET hasta hace pocos años, adolecen de cierta generalidad. Esto no es necesariamente negativo porque corresponde a un proceso de introducción y consolidación de los estudios fronterizos que no ha sido fácil, lineal ni rápido y,

---

11. En español, en Colombia, “cuña” es un espacio publicitario ocasional y gratuito.

que por otro lado, refleja las vicisitudes propias del enraizamiento de la universidad pública y la investigación en la región. Por otra parte, consideramos provechoso este acercamiento general y panorámico de la frontera, como una base necesaria para identificar con mayor seguridad y certeza los vacíos en investigación fronteriza y justificar las líneas ulteriores de investigación.

Existe una gran variedad de procesos y fenómenos de pertinencia y expresión fronteriza o transfronteriza que requieren de un conocimiento y análisis detallado en asuntos relacionados con el uso y manejo de recursos naturales; la economía y el comercio; las políticas públicas sectoriales; tierras y territorios; identidades, memoria y otredades o movimientos sociales, para citar los principales. Los proyectos que actualmente se desarrollan tanto por parte del director del grupo como de estudiantes del mismo que adelantan sus investigaciones doctorales, intentan cubrir al menos parte de estos procesos.

**Entrevistadores:** *¿Cuáles los caminos usted imagina para consolidar el campo de los estudios transfronterizos y cómo desarrollar la reflexión teórica sobre la frontera desde perspectivas comparadas?*

**Carlos Zárate:** No es un secreto que para consolidar cualquier campo de investigación se requiere de un ambiente de estabilidad institucional y específicamente de la implementación de políticas estatales de ciencia y tecnología que garanticen el apoyo gubernamental y la asignación adecuada de recursos. Desafortunadamente, esta es una condición de la que carecen las universidades públicas y los institutos de investigación tanto en Colombia como en Brasil y Perú, especialmente en la actual coyuntura política latinoamericana.

En los últimos años se han elaborado proyectos y propuestas de investigación de alcance transfronterizo, en la modalidad de *parcerías* entre entidades colombianas y brasileras, pero desafortunadamente su

trámite y aprobación choca una y otra vez con la rigidez de los ordenamientos jurídicos nacionales. Otro tanto sucede con nuestros propios aparatos universitarios que continúan afectados de un centralismo y una tramitomanía que impide que cualquier convenio, por sencillo que sea, deba ser remitido y aprobado en la capital federal, o sea en Manaus para el caso de las universidades brasileras, o en Bogotá, en el caso de las llamadas sedes de frontera de la Universidad Nacional, por la parte colombiana. Lo anterior significa que la incertidumbre y la precariedad institucional serán los signos que acompañaran la actividad investigativa y académica en los próximos años. Tampoco hay que hacerse ilusiones de que los espacios fronterizos abandonen su lugar marginal y periférico en las políticas públicas de nuestros países, aun en las fronteras.

No obstante este panorama adverso, deben aprovecharse al máximo las ventajas y espacios virtuales de comunicación creados por la misma globalización; por la naturaleza relativamente autónoma que tenemos para producir conocimiento académico y de alguna manera; por la similitud del significado, sentido e importancia que asignamos a los problemas de la gente que vive en las fronteras. Insistir en las propuestas conjuntas de investigación y docencia en y a través de la frontera; elaborar proyectos conjuntos de investigación comparadas con otras fronteras; presentarlos a los editales y convocatorias internacionales y nacionales; aumentar la densidad de la cooperación mediante la realización de seminarios sobre problemas fronterizos; proponer y realizar conjuntamente cursos de posgrado o incentivar pasantías de investigación; son algunas de las actividades que deben promoverse y realizarse para consolidar el horizonte de los estudios transfronterizos.

Leticia, 16 de abril de 2018.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre la educación em un mundo líquido*. Barcelona: Espasa, 2013.

BARTH, Frederick (Comp.). *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económico, 1976.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CHAUMEIL, J. P. De Loreto a Tabatinga. D'une frontière l'autre. Antagonisme sur l'Amazonie au XIX siècle et après. *L'Homme* 122-124, (abr.-dec), XXXII (2, 3, 4), p. 355-375.

DONNAN, Hastings y WILSON, Thomas (eds). *Border identities: nation and state at international frontiers*. United States of America: Cambridge University Press, 1998.

GOULARD, J. P. Cruce de identidades: el Trapecio Amazónico Colombiano, en C. I. García (comp.), *Fronteras, territorios y metáforas*. Medellín: Ed. Hombre Nuevo: Instituto de Estudios Regionales, INER, 2003, p, 87-102.

GRIMSON, Alejandro (Org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: CICCUS, 2000.

KRAMSCH, Olivier. EU cross-border Passagenwerk. In: Hasting, Donnan, Madeleine Hurd and Caroline Leutlof Grandits (Eds). *Migrating borders and moving times: temporality and crossing borders in Europe*. Manchester: Manchester University Press, 2017. p. 25-41.

LOPEZ G., Claudia. Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de frontera del alto Amazonas-Solimões. Brasília (CEPPAC), (tesis de doctorado), 2000.

PACHECO de Oliveira F., Joao *O nosso governo. Os ticuna e o régimen tutelar*. Sao Paulo: Marco Zero, 1988.

SAHLINS, Peter. *Boundaries: the making of France and Spain in the Pyrenees*. California: University of California, 1989.

TURNER, Frederick. El significado de la frontera en la historia americana.

*Secuencia*, 7, enero-abril, 187-207, 1987 [1893].

UNIGARRO, Daniel. *Los límites de la triple frontera Amazónica: encuentros y desencuentros entre Brasil, Colombia y Perú*. Bogotá: Editorial de la Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ZÁRATE-BOTÍA, Carlos Gilberto. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonía de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazônico de Investigaciones (IMANI), 2008.

\_\_\_\_\_. La Amazonia de los cónsules: el Estado em la frontera, 1880-1930. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la cultura*. N. 33, 2006, p. 31-60.

\_\_\_\_\_. Caucho, frontera y nación em la confluencia amazónica de Brasil, Peru y Colombia. In: GARCIA, C. I. (org.) *Fronteras, territorios y metáforas*. Medellín: Hombre Nuevo Editores-Instituto de Estudios Regionales, INER, 2003, p. 291-306. \_\_\_\_\_. Movilidad y permanencia Ticuna en la frontera amazónica colonial del siglo XVIII. *Journal de la Société des Américanistes*, vol. 84, n. 1, 1998, p. 73-98.

ZÁRATE-BOTIA, Carlos y TRUJILLO, Pilar. Políticas ambientales y recursos naturales en las fronteras nacionales amazónicas. In PALACIO, Germán (Ed.) *Ecología política de la Amazonia*. Las profusas y difusas redes de la gobernanza, Bogotá, ILSA/Ecofondo/Universidad Nacional de Colombia, sede Amazonia, 2009, p. 299-324.

ZÁRATE-BOTIA, Carlos; APONTE, Jorge y VICTORINO, Nicolás. *Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia*. La posibilidad de integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú. Leticia: Editorial de la Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ZÁRATE-BÓTIA, Carlos et al. *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Universidad Nacional de Colombia. Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012.

**// Artigos**





# **Os “Rufinos” de Matão (PB): uma discussão sobre trabalho, migração e a condição quilombola**

**Vanessa Emanuelle Souza**

Universidade Federal de Campina Grande  
vanessaufcg@hotmail.com

**Mercia Rejane Rangel Batista**

Universidade Federal de Campina Grande  
mercia.batista1@gmail.com

## **Introdução**

Quando nos debruçamos no cenário que envolve os quilombos e a situação fundiária, deparamo-nos com questões complexas, tendo em vista que se trata de um direito que só recentemente foi instaurado, e que implica tentar aplicá-lo em situações distintas. Para refletir sobre os modos pelos quais uma comunidade rural negra constrói essa demanda por direitos, apropriamo-nos da situação específica de Matão (Gurinhém/PB) com o objetivo de compreender os desafios e estratégias encontradas para a manutenção dessas pessoas no território que é reconhecido e legitimado como pertencente à comunidade. Desse

modo, analisamos, na primeira seção, as relações de trabalho e migração, destacando a cidade do Rio de Janeiro como principal alternativa às condições de vida em uma terra diminuta. Enquanto a segunda seção apresenta um movimento mais novo, que remonta à década de 1990, que é representado pelo trabalho na construção civil na cidade de João Pessoa, capital do estado.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na história do Brasil ao reconhecer direitos à diversidade das manifestações étnicas e culturais dos distintos povos que compõem a nação. Ao assegurar aos chamados remanescentes dos antigos quilombos a posse da terra que ocupam, reconhece, mesmo que de forma limitada, a necessidade de pensar as populações negras que vivem e reproduzem seu modo de vida nos mais diversos lugares do país.

A luta pelo reconhecimento dos quilombos brasileiros não é nada simples e carrega todo o preconceito e a exclusão que pesam sobre os negros no país. Além da invisibilidade legal, da negação de sua existência e do apagamento de suas histórias, essas comunidades espalhadas pelo país resistiram e ainda resistem à pobreza e às mais distintas formas de opressão e exploração.

As estratégias encontradas por essas populações para manterem suas famílias, seus territórios e seus modos de vida são distintas e complexas. E é neste sentido que chegamos a Matão, uma pequena localidade, reconhecida como quilombo, na cidade de Gurinhém, região Agreste do estado da Paraíba, a 100 km da capital, João Pessoa. O lugar possui cerca de 150 habitantes que, ao longo dos anos, ocupam e trabalham em uma pequena extensão de terra reconhecida como pertencente à coletividade e que, durante mais de um século de ocupação – remete-se ao final do século XIX –, sempre esteve nas mãos da mesma família: os Rufinos.

A situação desse tipo de ocupação de terras no Brasil enfrenta imensos desafios. Um país construído com base na grande propriedade, cuja legislação quase sempre favoreceu apenas os mais abastados, e que, desde a Lei de Terras de 1850, invisibilizou cada vez mais a presença de ocupações e apropriações comuns das terras que ultrapassam os registros oficiais. Especialmente as apropriações de grupos de negros que, em sua grande parte, surgem como resistência e contestação ao regime dominante, e conseguem, ao longo dos anos, construir algum grau de autonomia e legitimidade na ocupação de seu território. Os quilombos brasileiros são bastante diversos, contudo, em sua maioria, possuem em comum a dificuldade de reconhecimento da posse de seu território e tudo o que implica, no mundo rural, o acesso precário à terra.

Ao nos debruçarmos sobre a história e as demandas dos moradores do chamado quilombo Matão, defrontamo-nos com uma situação complexa e rica empiricamente, pois, fato que não é estranho aos moradores da Paraíba, especialmente às comunidades rurais, o lugar é profundamente marcado pela migração com destino para a cidade do Rio de Janeiro. Esse processo representou, durante muitos anos, a saída de boa parte dos moradores, de tal forma que os chamados “ramos”<sup>1</sup> das famílias deixaram de existir exclusivamente no Matão, passando a prosperar também no Rio de Janeiro. Pensar uma família através dos seus “ramos” nos permite explorar a diversidade de pertencimento e hierarquias que compõem essa realidade complexa chamada de “família”. Apesar de afirmarem a descendência de um

---

1. Os moradores do Matão afirmam o pertencimento a uma mesma família. Contudo, com os casamentos, a família foi crescendo e os grupos de parentes mais próximos são denominados de “ramos” da família em uma analogia clara a uma árvore. A pesquisa realizada sinaliza para a partida de parte da parentela, especialmente grupos de irmãos, dando a entender que alguns ramos da família não existem mais no Matão, existem apenas no Rio de Janeiro.

mesmo ancestral, há, dentro da comunidade, a consciência prática de que o casamento, ao realizar-se a partir das uniões com famílias de fora, tornam as interpretações de famílias um assunto mais complexo.

A saída de pessoas de Matão em busca de trabalho em outras cidades e estados, mesmo representando momentos de dificuldades para as famílias, como a partida desses moradores, não rompe com a reprodução da localidade nem com a manutenção do pertencimento à terra, pois para parte dos moradores de Matão há uma parcela de sua família morando no Rio de Janeiro, que são ainda considerados parentes, entendidos como pertencentes a esse lugar. E, atualmente, ao demandarem o reconhecimento da terra do quilombo na localidade de Gurinhém, pudemos analisar que os moradores de Matão estendem o sentimento de pertença e um possível direito ao território aos que não mais moram na localidade, mesmo tendo migrado há muito tempo. Isso nos levou a procurar aprofundar esses nexos narrativos, tendo em vista que, ao nos falarem dos seus parentes que vivem no Rio de Janeiro, percebemos a necessidade de incorporar na análise a dimensão da migração e das alternativas de reprodução da comunidade e sobrevivência na constituição atual do lugar, e é a partir desses eixos que construímos nossas reflexões.

De acordo com a pesquisa realizada, que se iniciou em 2008 e se estendeu até 2013, permeada por visitas e estadias no local, em momentos distintos, como festas juninas, comemoração do dia da Consciência Negra, férias escolares, que possibilitaram inúmeras horas de convivência e conversa com os moradores de Matão, foi-nos permitido compartilhar as histórias reproduzidas e recontadas pelos moradores mais antigos para os mais novos. Os moradores mais velhos afirmam que o lugar que hoje é chamado de Quilombo do Matão surgiu através da chegada de três irmãos. No final do século XIX, um homem cha-

mado Manoel Rufino e seus dois irmãos, Antônio e Edwiges, fixam-se nesse lugar, que atualmente pertence à cidade de Mogeiro, região Agreste do estado da Paraíba<sup>2</sup>, e lá se estabelecem. Nesse pedaço de terra, Manoel Rufino tratou de construir moradia para sua família. Nas narrativas ouvidas e que se instauraram a partir da pesquisa que deu suporte à construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território de Matão, peça-chave para a garantia do direito ao território, vai se indicando que Manoel Rufino, personagem guardado e retomado na memória do lugar, torna-se detentor desta terra, não através de processos formais, que passam por registro desse direito nos fóruns competentes, embora possua a aceitação na região, mas, justamente, por meio dessa memória, que legitima o pleito de um território quilombola para os que se dizem herdeiros de Manoel Rufino. Atualmente, parte das terras pertencentes a Manoel Rufino é reconhecida como o território do quilombo do Matão, que conta com aproximadamente 30 famílias que se pensam e se falam como seus descendentes.

A memória se apresenta enquanto o exercício de guardar, mas também – e igualmente importante – esquecer. Michael Pollak (1992), sobre a construção da memória, afirma que

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 204).

O fato de que a memória é construída, passando por um trabalho de organização que pode ser consciente ou não, chama a atenção para outro ponto destacado por Pollak: a memória é seletiva. Nem tudo

---

2. Mogeiro está localizada a cerca de 100 km da capital do estado, João Pessoa.





Mapa 2. Mapa dos Quilombos da Paraíba

Fonte: quilombosdaparaiba.blogspot.com.br

Antropologia, da História e de domínios próximos têm nos mostrado em diversos trabalhos que é fundamental refletir sobre as distintas realidades pesquisadas. Como um marco conceitual, podemos destacar Eliane Cantarino O'Dwyer (2008), que ressalta a importância de, ao analisar os grupos que demandam e os que já obtiveram o reconhecimento, fugir de romantizações e representações cristalizadas que cercam o senso comum sobre esta categoria, tais como as ideias que remetem aos quilombos históricos, formado num contexto de lutas e rebeliões contra o sistema escravista ou grupos isolados em lugares distantes. Os quilombos históricos representam apenas uma parte dos grupos que se enquadram no reconhecimento da categoria “remanescente de quilombo” contemplada no texto constitucional. A autora atenta para a importância de pensar a identidade dos quilombos a par-

tir das experiências de vida, das trajetórias e continuidade do grupo. Segundo ela, os quilombos atualmente

Consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (O'DWYER, 2008, p. 10).

A situação das comunidades remanescentes de quilombos no cenário paraibano esbarra nas dificuldades de reconhecimento de direitos às minorias que, de certa forma, se estendem por todo o país. Para minimizar essa demora na garantia dos direitos aos quilombolas, através da pressão dos movimentos sociais, junto ao órgão ao qual competia o processo de reconhecimento e identificação do território quilombola, o INCRA, foi firmado, no ano de 2008, um contrato com a Fundação Parque Tecnológico (ParqTecPB), que estabeleceu com a Universidade Federal de Campina Grande a formação da equipe com especialistas em Antropologia, visando a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades Grilo (Riachão do Bacamarte), Pedra D'Água (Ingá) e Matão (Mogeiro). Na pesquisa para a construção do RTID, inicia-se a nossa relação de pesquisa com a comunidade do Matão.

Nosso objetivo é, a partir de algumas situações, apresentar como essa comunidade tem desenvolvido estratégias que permitam a reprodução dos mesmos e como, neste contexto, a migração já foi encarada durante anos como alternativa de trabalho e vida, que se tornou essencial para a sobrevivência do grupo e para a permanência da descendência e da família na localidade. Souza (2013) explorou as migrações e as relações de trabalho que se desenvolveram ao longo dos anos em Matão, merecendo destaque a relação da migração com a identidade e as reivindicações de direitos quilombolas. Esse momento permitiu



a reflexão acerca da condição quilombola e a migração como importantes pontos de organização de Matão, oferecendo também questões para posteriormente nos debruçarmos sobre as relações de trabalho e a sua relevância na manutenção do território.

Para a construção dessas análises, foi essencial a participação no projeto Casadinho<sup>4</sup>, uma parceria firmada entre UFCG e Unicamp, que nos deu o suporte financeiro para a realização do trabalho de campo, e também é nesse contexto que se ressalta o foco na migração. Desse trabalho resultou a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Desta forma, vamos propor, para este momento, pensar as questões das estratégias encontradas de reprodução do lugar, permeado por deslocamentos e relacionamentos com as cidades próximas e distantes, de tal forma que a história de Matão se conta, em certo sentido, pelas relações históricas de migrações, trabalho, exploração e separação, protagonizadas por homens e mulheres que lutam pela sobrevivência nesta terra que lhes pertence e que, de muitas formas, lhes define.

## **Alternativas para a sobrevivência: memória e migração**

Nos primeiros contatos, precisamos encontrar alternativas de conversas que não passassem pela construção do relatório da terra quilombola. Falar sobre quilombo, neste momento, implicava falar sobre terra e os limites desta – tarefa que despertava desconfortos. Conver-

---

4. Esse projeto consistiu em um intercâmbio realizado entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, no período de 2008 a 2011, sob o título “Políticas Públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano”, financiado com recursos do CNPq.

samos com pessoas pobres, negras, com acesso precário à terra e que, durante a maior parte de suas vidas, dependeram dos vizinhos para continuar com o trabalho agrícola. De tal forma, a demanda por terra pode gerar medos e tensões, especialmente com os proprietários das terras vizinhas.

Mércia Batista (2011) reflete sobre a situação de pesquisa realizada na comunidade do Grilo, município de Riachão do Bacamarte, Paraíba, para a construção do RTID, e demonstra as dificuldades nesse percurso. Em alguns momentos, a situação desta pesquisa se assemelha bastante à do Grilo, pois, como ressalta, não havia uma demanda específica por terra para os moradores do Grilo; as políticas públicas a que tiveram acesso após a certificação eram suficientes e estavam satisfeitos com elas. O cuidado dos pesquisadores permitiu a compreensão desses enunciados e a percepção de que situações de ameaças e tensões que envolvem as demandas por terra eram elementos importantes na construção desses discursos. Retrata as condições adversas para a realização do RTID, tendo em vista que a demanda do INCRA era clara e possuía um prazo definido, o que se mostra um desafio, pois é preciso conciliar as demandas do grupo, questões e conflitos internos, diante de um cronograma imposto para a entrega do relatório.

É importante perceber que a situação do Grilo se repete também em Matão, pois, ao demandar uma demarcação territorial, há o desconforto dentro da comunidade, especialmente entre os que não concordam ou não estão conscientes de todo o processo, além da situação com a vizinhança que, devido às relações históricas de propriedade e trabalho e dominação construídas, passam a intimidar e questionar os quilombolas.

Contudo, esse foi apenas o contato inicial com o lugar. Posteri-

ormente, na pesquisa para desenvolver a dissertação de mestrado em ciências sociais (SOUZA, 2013), procuramos abordar temas que causassem menos tensão para os moradores e possibilitassem mais liberdade para nossas conversas em campo. Falar sobre o trabalho sempre mobilizava as pessoas, e o trabalho é um elemento relevante na vida que permeia as relações familiares, de vizinhança, etc. Contam os mais velhos que a agricultura sempre foi o principal meio de subsistência de Matão e que sempre enfrentaram grandes desafios para a manutenção de sua vida neste lugar. Um deles representado pela garantia de terras para o plantio. Desde sua chegada, sempre se utilizaram das terras vizinhas nos sistemas de parceria e meação<sup>5</sup> para que pudessem produzir.

A chegada de Manoel Rufino (homem negro e livre<sup>6</sup>) é reconhecida por todos, no momento atual, como o momento de fundação de Matão. A forma de falar e contar sobre a “origem”, sobre os primeiros tempos na terra, é elemento importante da análise de Ellen Woortmann (1995). Na história da ocupação do Sítio de Lagoa da Mata no estado de Sergipe, o fundador Manoel Barreto chega a um lugar de “natureza”, de mata e, a partir do trabalho, torna essa terra sua. Transforma esse lugar em um lugar de moradia e, através de seu trabalho, cria um mundo para ele e para os seus familiares. As semelhanças na história permitem perceber a centralidade do trabalho na criação do “mundo” e a necessidade de ressaltar que o fundador do lugar transformou e ocupou este lugar que passa a ser a terra dele e de sua família.

O destaque que Manoel Rufino possui na construção da memória do grupo aponta para o que Pollak (1989) afirma como o trabalho de enquadramento da memória, utiliza do passado como fonte, mas

---

5. São sistemas nos quais trabalham na terra de um fazendeiro sem pagar o “aluguel” da terra em dinheiro, mas com a produção depois da colheita.

6. Nos discursos, os moradores sempre destacam que ele não era escravo.

sempre de forma reinterpretada, constantemente em função dos momentos presente e futuro. Os trabalhos de lembrar e esquecer também possuem relevância para destacar quais pontos serão centrais na narrativa e quais o que não aparecem cotidianamente. Mesmo a subordinação a qual foram submetidos quase sempre, em alguns momentos é ocultada, para que se mantenham as relações mais amenas com a vizinhança.

A capacidade de se garantir a reprodução mantendo valores, conforme o trecho transcrito a seguir, e que vai ser o eixo discursivo em torno do qual a maioria dos moradores constroem as narrativas sobre o seu lugar. É o caso de João<sup>7</sup>, cujos pais e avós nasceram em Matão, e que viveu com seus irmãos durante muitos anos sob duras condições de trabalho em terras vizinhas. Sobre essa situação, ele afirma

E aquilo ali, quando a gente tava trabalhando, num só era a gente só, a gente trabalhava assim, vamo dizer, tinha aquele oito de home, trabaidor trabalhando, as vez tinha dez, doze home trabalhando, ou vinte. E ele tava na frente com um guarda-chuva, debaixo do guarda-chuva, aquilo ali, se tivesse chovendo, a gente não parava não, só se fosse uma chuva muito... que num desse, mas se fosse uma chuvinha assim, mas uma chuva que dava pra molhar, ele debaixo do guarda-chuva dele e na frente da gente assim no caso que nem um fiscal, né? E aquilo ali a gente ia chegando pra perto dele e ele ia fastando mais pra trás, o dia todim. (João, 70 anos).

As condições de exploração e a remuneração escassa estão sempre presentes nas falas de João. Trabalhar com horário determinado, sem respeito ao clima ou até mesmo à condição do trabalhador, sob vigilância constante, representa a exploração e a necessidade de manter a

---

7. João foi um dos interlocutores mais importantes de nossa pesquisa. Foi nosso anfitrião e nos acompanhou em diversos momentos ao longo das nossas estadias em Matão. Todas as entrevistas são sinalizadas com pseudônimos para respeitar a privacidade das pessoas.

família diante de situações tão adversas. Mas João apresenta, o que discutiremos com mais vagar ao longo deste item, a alternativa encontrada por ele e por seus irmãos para manterem a família e os valores, garantindo também o pertencimento da terra:

Aí depois foi, a coisa foi melhorando, foi melhorando. Aqui, quando eu fui para o Ri, no ano que eu fui para o Ri, eu fui trabalhar somente pra ver se eu comprava um boi. Porque, naquele tempo, quem tinha um boi de cultivador, pra campinar terra era, bem dizer, era rico, né? Era. Quem tinha um cavalo, como tava dizendo assim a você, quem tinha um cavalo pra botar a cangaia e ir pra feira, aí era podia dizer que era rico, porque tinha um cavalo pra andar, tinha um boi de cultivador, né? (João, 70 anos).

A história de João apresenta o esforço de sair e, nesse projeto de vida, considerar a estratégia familiar de reprodução numa terra que lhes pertence. Desde a história dos fundadores, a dimensão da manutenção e reprodução da vida é encarada com relevância. A figura de Manoel Rufino, fundador, é mencionada sempre trabalhando, criando gado, plantando algodão, negociando, tornando-se personagem central na história de Matão. Foi através da permanência deste homem e seu trabalho nesta terra que hoje seus descendentes reivindicam o sentimento de pertença a uma família e a um lugar e, conseqüentemente, a identidade de quilombolas e a garantia de sua terra.

As relações de Matão com a maior parte de seus vizinhos são mediadas por um fator determinante: o trabalho. O que expressa claramente a questão investigada por Fredrick Barth, em *Os grupos étnicos e suas fronteiras* (1998), ao nos apresentar situações nas quais os grupos sociais expressam, em situações de interação, uma crença numa origem comum. A relação de Matão e seus vizinhos apresenta esse caráter de contrastividade.

A necessidade de trabalhar em terras vizinhas sempre foi recor-

rente, seja pelas terras escassas da comunidade ou porque tinham poucas condições de comprar materiais necessários para a prática agrícola. O trabalho na terra é importante economicamente e socialmente na construção de seu modo de vida. Contudo, a dificuldade de acesso à terra indica necessidade de renda monetária que o trabalho na terra da comunidade não parece capaz de garantir. As análises de Klaas Woortmann (1990) chamam a atenção para as categorias nucleantes e praticamente inseparáveis entre si no mundo camponês: **terra, trabalho e família**. Sendo que honra e reciprocidade perpassam essas categorias que constituem um ordenamento moral do mundo, portanto, elas não podem ser pensadas em si mesmas, uma vez que, segundo ele, o trabalho se dá na família; a troca, a reciprocidade, se dá entre “pais de família”; e as relações com a terra, que necessariamente exigem o trabalho, são mediadas por relações familiares. Klaas Woortmann demonstra que

O trabalho é, ainda, aquilo que transforma a terra de Deus em patrimônio da família. Família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra [...] que se torna morada da vida. [...] de outro lado, a relação com a terra-patrimônio é uma relação de honra e de hierarquia. Sendo a terra “aquilo que passa do pai para o filho” [...], e não pertencendo nem ao pai, nem ao filho, mas ao todo expresso pela família. (WOORTMANN, 1990, p. 52).

O trabalho é condição de liberdade, de afirmação e posicionamento das pessoas no mundo social. Mas não qualquer trabalho. O trabalho na terra confere a dignidade necessária à construção da família e da autonomia dessa família. A monetarização, o trabalho alugado, que implica um contrato, impede a plena realização.

Vê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família. (WOORTMANN, 1990, p. 33).

Apesar de o trabalho na agricultura, na atualidade, não ser mais a principal fonte de sobrevivência para a comunidade, o fato de se manter morando nessa terra e com ela construindo um laço narrativo em torno do qual cada um se diz posicionado no mundo o faz definidor. Permite a percepção de que esse tipo de trabalho ainda desempenha importante papel na construção da visão de mundo das pessoas e é elemento de sociabilidade, de trocas entre vizinhos, da educação que os pais oferecem aos filhos, enfim, da construção desse universo social.

A partir de meados do século XX, a agricultura foi perdendo espaço e a pecuária tornou-se uma atividade mais rentável. Os mais prejudicados foram os que trabalhavam nas terras dos grandes proprietários, pois a terra para trabalho foi ficando cada vez mais escassa e os donos de terra ainda exploravam seu trabalho para prepará-la para pecuária. Ao término da colheita, eles devolviam a terra pronta para a criação do gado. Como analisa Teresa Sales (1982), o Agreste, que nas áreas mais úmidas era tomado pela cultura canavieira, nas áreas mais secas foi historicamente ocupado pela agricultura de gêneros alimentícios, contudo, nessa época, vai se tornando o lugar da pecuária.

De acordo com Lira (1983), em pesquisa realizada em municípios da região Agreste da Paraíba, região na qual os quilombos estudados no âmbito do RTID se encontram, o início da década de 1970 foi um divisor, pois houve um significativo aumento das pastagens artificiais, o que significa uma redução drástica das terras disponibilizadas para os pequenos agricultores plantarem. Segundo a memória narrada para nós, experimentou-se esse fenômeno. As terras das propriedades vizinhas que eram tradicionalmente disponibilizadas para arrendamento

ou aluguel passaram a ser gradativamente utilizadas na atividade pecuária. Os trabalhadores arrendavam a terra e tinham que devolvê-la limpa e pronta para que o proprietário soltasse o gado. Nesse momento, os trabalhadores perdiam todas as parcerias e contratos realizados tradicionalmente, rompiam-se as relações de subordinação e de parceria para o cultivo. Todas as terras que faziam parte de sua história de trabalho e sobrevivência foram retiradas desse contexto e a atividade agrícola ficou cada vez mais difícil.

Teresa Sales (1982) e Lygia Sigaud (2004) elaboram análises que nos permitem pensar os impactos das leis trabalhistas sobre as relações de trabalho tradicionalmente construídas entre trabalhadores rurais no Nordeste Brasileiro. Em 1963, há a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que oferecia garantias e direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, os quais, antes deste ano, não tinham amparo na legislação. Esse estatuto acabou por ser um elemento de agravamento das condições de vida desses pequenos agricultores que trabalhavam em terras vizinhas e dos “moradores”<sup>8</sup>, pois gerou nos proprietários de terras receio de ações judiciais e perda de terras em favor dos trabalhadores, por conta da usucapião. Representou, assim, a expulsão dos moradores e o maior rigor no ceder terras para o plantio ou moradia. (SALES, 1982; SIGAUD, 2004).

Diante disso, podemos perceber os desafios enfrentados pelos moradores de Matão para garantir a sua sobrevivência ao longo de sua permanência nesse lugar. Segundo os relatos, uma alternativa encontrada para esses processos que dificultaram ainda mais o acesso às terras foi o movimento de migração para a região canavieira do Es-

---

8. Os moradores são trabalhadores que, não possuindo terra, estabelecem um “contrato” verbal com o dono de uma terra no qual este lhes cede uma casa em sua propriedade, ou o chão para construir uma casa, e terra para o plantio e o trabalhador devolve com dias trabalhados para esse “patrão”.



tado de Pernambuco, especialmente o município de Goiana, e para o Sudeste do Brasil.

O trabalho na cana-de-açúcar se constitui enquanto uma atividade cíclica. O contingente de mão de obra é variável de acordo com o ciclo agrícola. É na época da colheita, um período de quatro a cinco meses por ano, que é necessária uma grande quantidade de trabalhadores e nesse momento intensifica-se a exploração. Na memória, percebe-se que a cana-de-açúcar entrava e saía da vida dos moradores de Matão, conforme a necessidade de mão de obra nas usinas. É preciso destacar que migrar para perto é diferente de migrar para longe, e poder voltar para casa no final de semana constrói uma relação diferente daquela na qual se vai para outro estado pela época do corte de cana-de-açúcar, ou ainda daqueles que vão para outro estado e lá ficam. Como afirma a moradora:

Teve uma época que, um bocado de rapaz solteiro, *eles via* que o roçado *num tava* dando nada, no tempo que bateu o bicudo, que tinha a lagarta, que ia relaxando tudo esse negócio de algodão, aí eles se debandaram tudo na palha da cana de fazer medo. (Mariana<sup>9</sup>, 46 anos).

Como se pode perceber, “a palha da cana” é trabalho penoso, desgastante, encarado como ruim e desumano, demonstrando, na leitura dos moradores do Matão, que a pessoa não tem outra opção. A imagem que essa mesma mulher nos oferece dos homens saindo para ir trabalhar em Pernambuco é ilustrativa de quão desumana é encarada a “palha da cana”:

Você num vê, às vezes, na pista, passando assim aqueles povo com saco *nas costa*? Era assim que esses homens saíam daqui, pareciam

---

9. Os nomes são fictícios. Tendo em vista que, à época das entrevistas, o grupo passava por um processo judicial de demarcação de suas terras, optamos por não revelar os nomes dos entrevistados.

*inté uns mendigo, saco nas costas, chapéu de palha na cabeça. Ave-Maria, meu Deus, isso saía na segunda e voltava na sexta e às vezes esses que tinha condição, e os que não tinha, saía na segunda e só voltava com quinze dias. Com quinze dia é que essas mulher e esses filho ia vê pai e que trazia alguma coisa pra eles comer. (Mariana, 46 anos).*

Encarar a partida como um esforço coletivo de manutenção do grupo é necessário para a compreensão das estratégias de migração que os moradores de Matão adotam ao longo da vida. A importância de ser alguém que luta pela sua família e pela sobrevivência sem deixar de lado os valores importantes à formação deste território, da família, são claros na fala de João:

*Aí eu fui para o Ri(o de Janeiro) somente pra trabalhar, pra comprar um garrote. Como de fato eu fui e, quando eu cheguei, eu comprei. Quando eu cheguei, eu comprei um garrote, um boi pra trabalhar. Deu sorte que a gente botemo um roçado, esse ano a gente lucremo até bem, aí meu pai comprou outro pra ele. Depois que a gente botemo o roçado e lucremo até bem, meu pai pagou as conta que devia, dividiu pra gente que trabalhava. Nesse tempo, quem trabalhava era eu e Elia, os meninos tava no Rio, era eu e Elias, era os mais véi, Tancredo. Aí a cada um ele deu um dinheirinho e foi ficou com o resto, o que sobreou pra ele deu pra ele comprar um garrote, aí tinha já um que era meu, fez dois. Comprou um garrote, esse garrote deu bom que deu (a)me(n)doim. (João, 70 anos).*

Eunice Durhan (1973) analisa a migração como uma resposta a fatores estruturais, especialmente os problemas econômicos. Contudo, tendo em vista que nas comunidades rurais há um protagonismo familiar nas relações, essas respostas são elaboradas enquanto estratégias familiares. A autora percebe a importância do que chama de “grupo primário” do migrante: os deslocamentos se dão de tal forma, que as raízes destes permanecem com a possibilidade de retorno caso a migração fracasse, mas também com a construção de laços que dão

ao migrante segurança no local de destino. O grupo primário é fundamental na decisão da escolha de lugar para a migração, pois esta escolha leva em consideração a tradição do grupo.

Para Neide Esterici (1985), é necessário ter em mente o papel do lugar de origem do migrante, preexistente à migração, e que, dependendo da organização interna deste grupo, as estratégias adotadas serão distintas, como o ato de migrar ou não. Aponta também para a importância de suas relações sociais na estratégia de migração e na constituição do projeto do migrante, ou seja, mesmo quando parte sozinho, o indivíduo considera as necessidades de seu grupo doméstico.

Afrânio Raul Garcia Jr. (1989), em pesquisa realizada nos engenhos do município de Areia, região Agreste do estado da Paraíba, analisa cuidadosamente as relações de trabalho que são construídas baseadas no que ele percebe como a dominação tradicional. Todo o sistema econômico da região se baseia na exploração dos trabalhadores fundada na submissão ao senhor do engenho, dono da propriedade e senhor da vida e do tempo de seus trabalhadores. Esse sistema passa por crises, reflexos da desvalorização dos produtos da cana de açúcar e da dificuldade de modernização dos engenhos, mas seu declínio se consolida com a construção do projeto migratório como uma alternativa para escapar das duras condições de vida dos trabalhadores na região.

A crise, encarada como particularmente grave, é a provocada pela drenagem da força de trabalho submetida, que escapa da sujeição local em busca dos empregos oferecidos pelo mercado de trabalho do Sul. (GARCIA JR., 1989, p. 88).

Migrar, em Garcia Jr., representa uma oportunidade de não mais se submeter, contudo a decisão do migrante não é individual, leva em consideração as necessidades da família e a oportunidade de, ao mi-

grar, conseguir capital para a compra de uma terra que trará autonomia à família.

Marilda Menezes (2002) realiza uma análise voltada ao fluxo migratório que persiste desde o início do século XX: a migração sazonal de trabalhadores da região Agreste da Paraíba para a *plantation* canavieira no estado de Pernambuco. Em sua análise, busca observar as relações sociais do migrante, valorizando as redes construídas e mantidas por eles ao longo de suas vidas e das viagens que realizam. Para Menezes, a migração representa uma alternativa viável para a manutenção de um modo de vida camponês e é essencial para a sobrevivência do grupo de origem migrante. As relações com o grupo de origem se fazem presentes através das notícias, das cartas, dos contatos, mas também através das redes no local de destino da migração. Ela demonstra como, nos alojamentos e nas cidades canavieiras, a presença dos parentes e conhecidos serve de ajuda e proteção ao migrante e orienta as relações de sociabilidade.

Maria Aparecida de Moraes Silva (2005) traz os migrantes a partir de suas falas, de suas histórias de vida, suas trajetórias, sem perder de vista os fatores macroestruturais. Para tanto, observa o migrante na sua dupla condição: de um lado, o migrante é um trabalhador vivendo em meio a relações sociais que, na maioria das vezes, são relações de violência e exploração; do outro lado do migrante, tem-se um sujeito de um local, imerso em laços sociais que o definem enquanto pertencente a este local, este espaço social e cultural. Silva percebe que a migração é constituída não apenas pelo migrante, mas também – e igualmente – pelos que não migram:

Os que partem fazem parte do conjunto dos que ficam. Partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simul-

taneamente, tempo de ficar para outros. (SILVA, 2005, p. 54).

Esses autores nos ajudam a perceber que a figura do migrante deve ser observada de vários ângulos. As relações do grupo que antecedem a migração são essenciais para pensar quem precisa partir e quem precisa ficar. Sair do local de origem não significa necessariamente romper as relações com ele. Na verdade, o local de destino representa, de muitas formas, uma extensão do lugar de origem, seja através das redes de parentesco ou através dos fluxos de notícias mercadorias e dinheiro que são alimentados constantemente.

Para melhor entender a situação dos habitantes de Matão, devemos perceber que os movimentos migratórios da Paraíba para a região Sudeste se remetem às primeiras décadas do século XX e intensificam-se nas décadas de 1950, 1970 e 1980<sup>10</sup>. A industrialização e o desenvolvimento da região Sudeste atraíram um grande número de nordestinos que buscavam no “sul” encontrar melhores condições do que as vividas em suas terras. Podemos dizer que o espaço nordestino vai se firmando como fornecedor de mão de obra, de modo que, especialmente na região estudada, é possível afirmar que

as viagens dos trabalhadores eram financiadas por industriais do Sul, que lhes asseguravam emprego ao chegar e que haviam instaurado um verdadeiro sistema de recrutamento – iniciado em Areia e municípios vizinhos desde os anos 50 – pagando recrutadores de mão-de-obra escolhidos entre os pequenos proprietários que haviam migrado anteriormente, para que fizessem transportar os efetivos necessários. (GARCIA JR., 1989. p. 75).

De acordo com as memórias locais, o trabalho na cana-de-açúcar era considerado muito árduo, sujo, degradante e perigoso. Já a saída para o Rio de Janeiro representava a oportunidade de ganhar dinheiro,

---

10. MENEZES, 2002.

melhorar a aparência, ter acesso a bens de consumo. Desse modo, há relatos de homens que saíam em busca de salário, de juntar algum dinheiro e depois voltavam com o resultado de seu trabalho, sendo que, para alguns, o Rio de Janeiro se constituía enquanto uma alternativa temporária de sobrevivência, havendo ainda os que foram e lá se estabeleceram<sup>11</sup>.

Do ponto de vista dos que partem e dos que ficam, a viagem do migrante é construída pelos e com os sentimentos que são acionados quando instados a falar sobre a mesma. A partida é sempre encarada como um momento de sofrimento e de perda. Nesse contexto, uma pessoa, ao sair, reconhece que aquele lugar não lhe permitiu sobreviver de modo digno, e, ao buscar uma alternativa, um trabalho, em outro lugar, se está contabilizando as perdas afetivas e, conseqüentemente, o direito de se reproduzir e o seu modelo de vida. Assim, esse senhor descreve os motivos da partida:

É, o motivo assim da pessoa deixá o lugar é atrás de uma vida melhor, né? Porque aqui, que aqui falta emprego, é... mesmo se quisé trabalhá na agricultura, falta terra p'ra trabalhá, falta recurso. Tem a terra, mas falta recurso, num é? Aí muitos toma destino, vamo p'routro canto, tentá vê se tem as coisa, se aprende uma profissão, p'ra melhorá a situação, melhorá a vida. (Sebastião, 50 anos).

Na realidade, sair da comunidade para trabalhar produz implicações na mudança dos padrões de relacionamento e de subordinação, o reconhecimento de que a terra, apesar de muito importante, não lhes permite a sobrevivência, as mudanças nas relações com os donos das terras vizinhas que agravam as condições dos trabalhadores que já

---

11. Atualmente, a migração para o Rio de Janeiro tem diminuído consideravelmente. Desde 2008, quando começamos essa pesquisa, registramos apenas o caso de um dos jovens que nos acompanhava desde as nossas primeiras estadias em Matão que foi para o Rio de Janeiro e lá se estabeleceu.

possuíam um acesso precário à terra, os pactos tradicionais de parceria não funcionavam mais. Sair de Matão representa a busca de uma vida melhor para aquele que migra, mas também para quem permanece no grupo, já que são muitos os relatos das remessas de dinheiro, da compra de gado e de materiais para incrementar a atividade agrícola e a casa, demonstrando que mantêm o pacto moral de zelar pela família.

Há alguns momentos de intensa migração, principalmente a segunda metade do século passado. Esses anos representam uma transformação na condição de membro de Matão, ou seja, constroem-se relações diferentes entre nascimento, trajetória e a relação com o território. João Pacheco de Oliveira (1998) propõe, para o entendimento das demandas das populações etnicamente diferenciadas, o conceito de territorialização:

um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Essa análise ressalta a relevância da compreensão do movimento da autoatribuição para a identificação do grupo com a categoria englobante (indígena, quilombola), que é o caso dos povos estudados. É a territorialização a dimensão estratégica para pensar as populações etnicamente diferenciadas dentro do Estado-nação. Desta forma, para os moradores de Matão, o seu território representa uma forma de encarar o mundo, permeado por relações políticas, no âmbito da comunidade, e a relação com agentes dos movimentos sociais, como também a ação do Estado, mas representa, principalmente, sua história e vida nesse lugar.

Almeida (2008) analisa que o processo de territorialização permite perceber como os territórios foram sendo construídos politicamente através de mobilização e da reivindicação de direitos perante o Estado, merecendo destaque nessa análise a questão política, uma vez que a comunidade passa de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização, sem perder de vista que, neste processo, muitas coisas se definem, inclusive o significado do que é “tradicional”. A territorialidade, fruto de lutas e mobilizações, consiste numa forma de interlocução com os antagonistas e com o Estado.

A quantidade de pessoas que vivem “fora” de Matão, na cidade do Rio de Janeiro é citada por quase todos os moradores em suas conversas, mais do que o número, o que chama a atenção é o fato deles se perceberem e, na narrativa, enunciarem que estão espalhados:

Eu acho que a população aqui da comunidade no Rio [de Janeiro] de gente conhecido tem quase o mesmo tanto. Eu mesmo tenho tio, tenho tia que eu não cheguei a conhecer, eles foram... eu tenho prima que eu num conheço, desejo conhecer um dia, mas... Foram meus tio, tão lá desde antes de eu nascer. (Samuel, 36 anos).

Com os movimentos migratórios, forma-se um cenário bastante complexo: de um lado, a saída de alguns permitiu que os outros tivessem seu acesso à terra garantido; por outro, os que ficaram tiveram condições de construir suas casas e continuar morando em Matão, o que lembra que a migração pode ser encarada como uma maneira de garantir a reprodução social do grupo (MENEZES, 2002). Essa terra lhes pertence desde a chegada de Manoel Rufino, é a terra de morada, mas não possui espaço suficiente para se configurar em terra de trabalho para todos. A terra de trabalho é constituída através da consideração (das boas relações com os proprietários vizinhos) e do dinheiro para arrendamento nas fazendas vizinhas. A migração libera terras



e pode aportar recursos, funcionando como uma renda monetária importante para a manutenção dos parentes com alguma autonomia. Por outro lado, no caso de Matão, é possível perguntar quais são os desafios que se apresentam aos mesmos, quando tantos saem da vida cotidiana.

Percebemos que mesmo os migrantes – cotidianamente a ideia de migração é associada apenas aos homens, pois, contando as histórias, os moradores citam como protagonistas das viagens apenas os homens, sendo que as mulheres que os acompanharam não são recuperadas automaticamente na memória – que não voltam a Matão são pensados como parte da história dessa localidade e comunidade. Os seus moradores guardam esse vínculo – a pessoa e o trecho dessa terra – na memória. Por outro lado, esse que migrou, ao chegar ao seu novo destino vai procurar morar perto de outros que vieram da mesma região; vai também alimentar esse vínculo, telefonando nos fins de semana, dando as notícias dos que não podem ligar para suas famílias e passando para estes as notícias que receberam de sua terra natal; acolhendo os que hoje querem ainda sair de Matão<sup>12</sup>. No exercício da pesquisa e no cuidado da escuta, demos conta de que embora se refiram aos homens que migraram, que estão vivendo e trabalhando fora, alguns destes foram acompanhados por mulheres (irmãs / primas), que estão experimentando a migração, só que a essas mulheres não se destina um lugar na memória, como também não se vai associar um direito que possa vir a ser mantido e, quem sabe, transmitido aos descendentes. Geralmente as mulheres migrantes acabam se casando fora dos limites de Matão e, portanto, se ligam às famílias de seus maridos. Ainda há a dificuldade de encarar o trabalho de mulheres como

---

12. Nos últimos anos, presenciamos o fenômeno da volta de alguns parentes que foram para o Rio de Janeiro há muitos anos, pessoas que foram embora jovens retornando com suas famílias e construindo suas casas nos limites de Matão.

importante, sendo, muitas vezes, visto como apenas complementar ao trabalho do homem.

## **Homens, mulheres e o trabalho na capital**

Segundo os relatos, a partir da década de 1990, a construção civil, principalmente em João Pessoa, capital do estado, se consolida como alternativa viável de trabalho e renda. Com esse processo, ocorrem algumas transformações essenciais nas relações cotidianas que envolvem os moradores de Matão. Durante nossas pesquisas, sempre encontramos referências ao trabalho na construção civil, tendo em vista que a maioria dos homens exerce esse tipo de trabalho. Trabalhar em João Pessoa é, para muitos, uma melhoria nas condições de vida, pois permite que todos os finais de semana, ou a cada quinze dias, os trabalhadores estejam em casa e participem mais ativamente do cotidiano da comunidade.

É importante para o homem sair para trabalhar, pois assim demonstra sua capacidade e vontade de prover sua família. Tendo em vista que o trabalho na agricultura não oferece condições de manutenção familiar, há uma valorização dos homens de “coragem”, trabalhadores, que se propõem a enfrentar os desafios e desconfortos de viver longe de sua casa para proporcionar o sustento dos seus. Por outro lado, as mulheres também saem para trabalhar, geralmente as moças solteiras que se empregam como domésticas na cidade de João Pessoa. Para as mulheres casadas, a possibilidade de ficar fora de casa, fora da comunidade é quase nula, a prioridade destas precisa ser a casa, os trabalhos que venham a realizar não devem comprometer a presença no ambiente doméstico.

Contudo o trabalho exercido pelos homens também traz represen-

tações negativas: nos discursos, destacam insegurança e medo que enfrentam diariamente e, mesmo acostumando-se com essa realidade, ainda lhes incomoda a falta de segurança do ambiente.

Lá, nós, às vezes, pega muito serviço que é muito perigoso, de risco, mas fazer o quê? A precisão obriga a gente a fazer esse tipo de coisa. Porque você chega numa obra e *tá* em fase de uma fundação, *tá* trabalhando em área de risco. [...] Você vai trabalhar *atrezado*, é área de risco. (Rafael, 46 anos).

Apesar da dificuldade da agricultura e das representações recorrentes de que o trabalho agrícola é árduo e penoso, é comum a todos afirmar que o trabalho na terra é digno e oferece ao homem condições de reprodução a partir de valores que são culturalmente criados e reproduzidos cotidianamente. Especialmente se esse trabalho for realizado mantendo certo grau de autonomia do trabalhador, sem a necessidade de se assalariar. Seriam, portanto, os valores do trabalho familiar; do cuidado com a terra e a transmissão desses saberes dos pais para os filhos enquanto processo de educação e socialização; da valorização do conhecimento tradicional sobre plantio e criação de animais e plantas medicinais. Em contrapartida, avalia-se também, em relação ao trabalho na agricultura, tendo em vista as condições sob as quais se realiza e o modelo que incorpora, como não sendo uma opção que ofereça retorno financeiro suficiente. (SOUZA, 2009, 2012).

É fácil reconhecer as casas de moradores que trabalham na construção civil: são as mais novas, possuem benfeitorias, são feitas reformas (piso de cerâmica, forro de gesso, grades de ferro). Seus salários permitem a construção de um padrão de consumo que com a agricultura não era possível. Mas é também através de seu trabalho na construção civil que conseguem reproduzir um padrão agrícola através do

investimento na compra de bois, aluguel da terra para o “roçado” e na produção de alimentos para o consumo da família, o que significa que o fato de ganhar mais dinheiro não implica o desapego ao lugar e aos valores a partir dos quais se constroem e se pensam.

Contudo, não é de forma harmoniosa que se dá a relação entre morar nos dias de semana em João Pessoa e nos fins de semana em Matão. Os trabalhadores se ressentem da necessidade de submissão a condições de trabalho degradantes, mas há ainda outras situações que são motivos de reclamação. Os homens citavam o cansaço de passar a semana dormindo e se alimentando mal, pois as condições de vida eram precárias. Além do fato de serem vítimas de preconceito, pois, trabalhando em áreas nobres da cidade, eram orientados a não circular nos finais de semana, para não perturbarem os moradores da região, mesmo que precisassem ficar na cidade no fim de semana. Os moradores se sentiam incomodados com a presença de tantos homens pobres e negros ao seu redor e faziam queixas aos responsáveis pela obra.

Ao observarmos os padrões de valores, como a honra no cotidiano de Matão (SOUZA, 2012), percebemos representações sobre o trabalho fora da comunidade. Se, por um lado, como chama a atenção Pierre Bourdieu (1998), em suas análises sobre a Cabília, a honra masculina, nesse mundo, se dá pela vida pública, pela necessidade de aparecer diante das pessoas, em Matão verificamos que os valores subjetivos como a honra são representados pelo fato do morador trabalhar fora, “ganhar” o mundo para a manutenção de sua família. Diante de uma situação trágica na comunidade, a morte de um menino, as representações sociais sobre os papéis de homens e mulheres, maridos e esposas, mães e pais se desvelaram ao nosso olhar, pois ressaltaram a figura do pai, que, na hora da morte, estava na cidade

de João Pessoa trabalhando, e a mãe, que estava cumprindo seu papel de cuidadora dos filhos:

Todos que contaram a história faziam questão de dizer que o pai de Vitor estava em João Pessoa, demonstrando claramente a posição masculina do “bom dono de casa”, bom marido, que resolve as coisas, realiza, como diz Bourdieu (1998) as atividades públicas, sua honra estando ligada à publicidade. Demonstra também a importância da “coragem”, de não ser preguiçoso, não passar o dia todo dentro de casa. (SOUZA, 2012, p. 107).

No entanto, essa visibilidade da condição masculina causa certos desconfortos, pois, ao estar longe, o pai ou o marido perde o controle sobre o que se passa em sua casa, podendo ser que, ao não saber o que todos os membros da família estão fazendo, ou pelo fato de não exercer a vigilância direta sobre seus filhos, filhas e esposas, os mesmos possam expô-lo à desonra.

A honra da mulher é a casa, o ambiente privado (o *haram*, como afirma Bourdieu). Nesse contexto, mesmo que uma mulher trabalhe fora, suas obrigações principais são com sua casa, marido e filhos. Mas ela pode, através de atitudes desrespeitosas, de comportamentos impróprios, atrair desonra sobre si e sobre os homens de sua família. Há conflitos, embora não tão explícitos, sobre o comportamento sexual dos homens quando estão fora de casa, ou seja, no trabalho em João Pessoa. A existência de mulheres e filhos fora dos casamentos é sussurrada nas conversas e motivo de brigas e intrigas entre as pessoas.

Trabalhar em empresas oferece outro problema: o encarregado. Ser mandado por outro trabalhador como ele lhes causa grande desconforto. Revelam o desconforto de receberem ordens diretas de pessoas que são “iguais” a eles ou ainda de pessoas mais novas (no caso dos mais velhos). É comum entre eles a não permanência durante

muito tempo na mesma empresa, ou seja, verifica-se uma grande rotatividade entre os trabalhadores moradores de Matão. Geralmente pedem demissão, o dinheiro recebido é usado para pagar dívidas, comprar bois ou fazer reformas na casa. A maioria dos trabalhadores afirma que não é bom trabalhar muito tempo em uma mesma empresa. O trabalho na construção civil não é encarado como um meio para ganhar dinheiro, a vida não implica a carreira construída a partir deste tipo de trabalho. A presença e permanência na comunidade, a oportunidade de continuar vivendo nesta sua terra, que é seu lugar no mundo, são elementos mais importantes e justificam os esforços de sair e trabalhar fora.

Entre os mais jovens que trabalham na construção civil há ainda os padrões aprendidos na cidade que não se encaixam com os do grupo. Esses padrões configuram uma espécie de choque cultural, pois não se harmonizam com suas estadias em casa nos fins de semana, e se referem, especialmente, às questões sexuais. É o exemplo de casamentos que não são legitimados pelo grupo e de “afastamento” de filhos que simplesmente não se conformam mais com os padrões de casa.

No caso das mulheres, o trabalho de empregadas domésticas é cheio de representações controversas. De um lado, a necessidade, de outro, a ambiguidade de uma condição que nem sempre é valorizada e respeitada. Indica a fragilidade da família em prover as necessidades, mas representa uma situação transitória que se encerrará com o casamento ou com um emprego novo e também desafios à manutenção de padrões de sociabilidade tradicionais.

Salvaro, Lago e Wolf (2014) conduzem uma pesquisa com mulheres líderes de movimentos sociais e ressaltam que a voz ativa das mulheres questiona os códigos tradicionalmente construídos e reproduzidos, o que gera conflitos. Essa voz ativa pode ser pensada também

como a emancipação econômica. Como dito anteriormente sobre a honra, há uma valorização do comportamento da mulher voltado para dentro de casa. Ao sair para trabalhar fora, diminui a possibilidade de vigilância dos pais sobre esse comportamento, o que nem sempre é visto com muita tranquilidade.

## Considerações Finais

É importante atentar para a heterogeneidade e pluralidade dos deslocamentos protagonizados pelas pessoas que moram em Matão. Cada tipo de relação de trabalho e moradia construída fora de Matão traz representações distintas para quem protagonizou e para os familiares que ficam ou que o acompanham. Sejam essas viagens para o estado de Pernambuco, para cortar cana-de-açúcar, para o Rio de Janeiro ou para João Pessoa, cada uma está presente na memória e no imaginário dos moradores de Matão.

O trabalho em João Pessoa é hoje a alternativa mais comum para os homens solteiros e casados que desejam uma melhoria no padrão de vida. Para as mulheres, é também uma opção apenas para as solteiras, contudo mais controversa. Pois não é sem conflito que os moradores de Matão desenvolvem essas distintas relações de trabalho. Esses trabalhos, muitas vezes, se chocam com seu modo tradicional de encarar o mundo e que demanda mais que esforço físico, exige uma adaptação dos valores reproduzidos no espaço urbano com os valores reproduzidos no local de origem, ou seja, no espaço rural, onde costumam passar os finais de semana.

Trabalhar na cidade permite a reprodução da vida, aumento do padrão de consumo, pode representar também a manutenção da atividade agrícola, pois o dinheiro que vem desse trabalho permite a

compra de materiais necessários ao incremento da produção, além da compra de gado. Permite também o contato e a manutenção de uma rede de parentesco com os parentes que migraram há anos, e isso reafirma laços de sociabilidade e solidariedade. Mas também trabalhar na cidade pode trazer conflitos para o cotidiano, a espacialidade e a sociabilidade na cidade são diferentes, as relações de trabalho estão pautadas em valores distintos. Namoros são citados abertamente ou em conversas mais privadas como algo a ser temido, pois não há como manter o controle e a vigilância quando não ocorrem nos limites da comunidade.

Por fim, é preciso ressaltar que Matão sempre manteve um relacionamento constante e variado com as cidades – vizinhas ou mais distantes. Há a feira todos os sábados, na qual eles fazem compras e algumas vezes comercializam parte da produção; as escolas, nas quais estudam os jovens após saírem dos primeiros anos escolares na comunidade; as universidades, alguns jovens cursam o Ensino Superior; e as relações de trabalho. Há também as reuniões, encontros e congressos do movimento quilombola que demandam a presença dos representantes da comunidade. Essas relações, sempre presentes, não acontecem sempre sem conflitos, mas são essenciais para pensar os contornos da comunidade e, inclusive, para perceber a construção de um sentimento de pertença e, posteriormente, a luta e reivindicação do território quilombola.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ed. Manaus: PGCSA-UFAM, 2008.

ARAÚJO, Eulália Bezerra; BATISTA, Mércia R. R. *Quilombos na Paraíba:*



notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. *Revista Ariús*, v. 14, n. 1/2, Campina Grande, 2008.

BARTH, Fredrick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* – seguido de Os grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. E tinha uma índia pura no começo da família: exercício etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades quilombolas na Paraíba. *Raízes*, v. 31, n. 2, jul-dez / 2011.

BOURDIEU, Pierre. O sentimento da honra na sociedade Cabília. In: PERISTIANY, J. G. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998.

CAVALCANTI, M. H. P. *et al.* *Uma história do Ingá*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

CLIFFORD, James. Prácticas espaciales: el trabajo de campo, el viaje y la disciplina de la antropología. In: *Itinerarios Transculturales*. Barcelona: Gedisa Editorial. 1997.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

ESTERCI, Neide. *Migrações e migrantes: uma nova versão*. Textos para discussão nº 4. Mestrado em Ciências Sociais/UFRJ, 1985.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os negros do Matão: etnicidade e territorialidade*. Campina Grande: EDUFPG, 2011.

LIRA, Gitana Maria Figueirêdo. *O homem ou o boi: o roçado ou o capim*. Dissertação de Mestrado – UFPB. Campina Grande, 1983.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPG, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identi-*

dade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. *Revista Ariús*. Campina Grande, v. 14, n. 1/2. 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana – estudos de antropologia social*. PPGAS/MN/UFRJ, 4/1, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n° 10, 1992.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes*: transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1982.

SALVARO, G.; LAGO, M.; WOLFF, C. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2014.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, n. 10, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Orgs). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SOUZA, Vanessa Emanuelle. “Tomar destino” para a terra do trabalho ou ficar no destino da terra sem trabalho: um exercício etnográfico acerca das migrações e seus impactos na comunidade quilombola do Matão – PB. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

\_\_\_\_\_. *Honra, migração e memória em Matão – PB*. Dissertação de Mestrado – UFCG. Campina Grande, 2012.

\_\_\_\_\_. Trabalho, migração e identidade no quilombo do Matão (PB). In: MENEZES, Marilda A.; GODOI, Emilia Pietrafesa de. (Orgs.). *Uma terra para se viver: assentados, colonos e quilombolas*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2013.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato enquanto ordem moral. In: *Anuário Antropológico 87*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora da UnB, 1990.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, compadres e nomes: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

**Resumo:**

O presente artigo busca analisar os modos pelos quais os moradores do Quilombo Matão (Paraíba) vêm experimentando situações ligadas ao processo de migração e os desafios para a manutenção e reprodução no lugar. Para tal, debruçamo-nos sobre as suas diferentes relações de trabalho com seus vizinhos e as cidades, relações que foram mudando e se tornando essenciais para a sobrevivência do grupo e permanência das pessoas no lugar. Em certa medida, é possível apresentar e discutir as relações entre esses processos históricos e as situações experimentadas pelo grupo, inclusive na condição de membro de uma comunidade rural negra e, posteriormente, ressignificados em membros de um quilombo. Assim como a percepção de que a permanência nesta terra, em muitos momentos, só se tornou possível através dos processos de deslocamento que garantiram, aos que ficaram, o acesso à terra.

**Palavras-chave:** Quilombo; Trabalho; Migração; Memória; Família.

**Abstract:**

The present article aims to analyze the ways in which the residents of Quilombo Matão, in the state of Paraíba, have been experiencing situations related to the migration process and the challenges for maintenance and reproduction in such place. With that in mind, we focus on their different working relations with their neighbors and cities, relations that have been changing and becoming essential for the survival of the group and the permanence of these people at the same place. To a certain extent, it is possible to present and discuss a relation between these historical processes and the situations experienced by the group, including as members of a black rural community and, subsequently, re-signified as members of a quilombo. As well as the perception that the permanence in this land, in many moments, only became possible through the processes of displacement that guaranteed, to those who remained, access to the land.

**Keywords:** Quilombo; Work; Migration; Memory; Family.

Recebido para publicação em 24/04/2018.

Aceito em 21/06/2018.



# **Sentido-deformação: o discurso de desenvolvimento e a formação social do Brasil**

**Leandro Vizin Villarino**

Universidade de São Paulo

leandro.villarino@usp.br

## **Introdução**

Em Villarino (2015), partimos do arcabouço metodológico delineado por Foucault (2008) para considerar o discurso de desenvolvimento e planejamento econômico no início da década de 1960, no Brasil, tal como registrado por dois planos, a princípio opostos: o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, elaborado, em 1962, sob a coordenação de Celso Furtado, para o governo democrático e trabalhista de João Goulart, e o *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG), capitaneado por Roberto Campos, que, em 1964, estabeleceu os parâmetros iniciais de política econômica de uma ditadura, que, num primeiro momento, reivindicava a condição de economicamente “austera”.

Apesar das infinitas diferenças programáticas e ideológicas que separam esses dois planos, nossa análise permitiu mostrar que ambos

partilham de certo problema comum de formulação discursiva: na medida em que o desenvolvimento “espontâneo” da economia brasileira se mostrava insuficiente, seja estruturalmente, seja pelas condições do mercado, exigindo, portanto, algum tipo de engajamento ou intervenção dos responsáveis pela política econômica, os enunciados centrais dos documentos revelavam-se inconsistentes, ambíguos, contraditórios. De um modo geral, tornava-se impossível determinar, enunciativamente, aquilo que figurava nesses discursos como nível positivo da realidade específica do país e aquilo que representava a dimensão normativa de um modelo de desenvolvimento ideal.

Contrastando nossa análise com aquilo que obtêm Foucault (2008) e Derrida (2006), sugerimos como hipótese que esses problemas sejam uma especificidade do discurso de desenvolvimento no Brasil. Embora fosse possível sintetizar os resultados da análise em uma espécie de sistema de dispersão compatível com a “formação discursiva” foucaultiana (VILLARINO, 2015), limitar-se a essa sistematicidade implicaria desconsiderar as inconsistências internas de cada construção enunciativa em particular. Igualmente, ao se tomar em conta a difusão generalizada dessas inconsistências, nota-se que elas não fazem o papel de fundamento excluído da sistematização, ponto cego do texto tal como Derrida identifica em sua *Gramatologia*.

Sugerimos algumas hipóteses interpretativas para essa discrepância de resultados, sendo que a mais produtiva nos parece ser a de que se trata de uma especificidade local na produção do discurso e, mais especificamente, do discurso de progresso, desenvolvimento e modernização do Brasil. O objetivo deste artigo é desenvolver essa hipótese em sua interface com certa linhagem historiográfica (ARRUDA, 2014) da intelectualidade brasileira, em especial com aquela engajada na interpretação, compreensão e modernização do país. Desbravada



por Antonio Candido, essa linhagem desperta interesse contemporaneamente em autores como Arruda (2004; 2011; 2013; 2015), Ricupero (2004; 2007), Nobre (2012; 2014) e Arantes (1997).

No intuito de articular essa hipótese, o presente artigo vale-se de quatro seções, além desta “Introdução”: uma apresentação sintética dos problemas discursivos identificados e sua significação em face ao pensamento de formação do Brasil e às referências analíticas e metodológicas de Foucault e Derrida; uma revisão sobre o problema historiográfico da ambiguidade e da inconsistência no discurso de modernização do Brasil, em especial, nos chamados “intérpretes de formação”; uma retomada da referida linhagem historiográfica proposta por Candido a partir da *Formação da literatura brasileira*, bem como da interpretação de Arantes; algumas considerações finais sobre como o problema discursivo do desenvolvimento pode ser revisto a partir de sua circunscrição nessa linhagem.

## **Desenvolvimento e discurso de modernização no Brasil**

Villarino (2015) propõe uma abordagem do discurso de desenvolvimento e planejamento econômicos no Brasil da década de 1960, focando o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* (1962) e o *Programa de Ação Econômica do Governo* (1964). O referencial teórico-metodológico toma por base a concepção foucaultiana de “positividade do discurso” na *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008), com seus conceitos fundamentais de “formação discursiva” e “função enunciativa” como princípios de análise e sistematização de fontes. Embora, a partir daquela concepção, o trabalho admita certo grau de descritibilidade autônoma das construções de objetos no dis-

curso, considerando-os mais como práticas intradiscursivas que em sua relação com a realidade que pretendem representar, procuramos também complexificar essa constelação foucaultiana: não tomar as construções discursivas de objetos como elementos primários que circunscrevem um determinado domínio do saber, mas como elaborações particulares no interior de sistemas simbólicos amplos, complexos e problemáticos, que transcendem o nível de produção do texto. Equivale dizer: tomar as construções discursivas como fenômenos de cultura no sentido antropológico do termo.

Dentro dessa perspectiva, o resultado mais relevante do trabalho é que, nos planos em questão e em alguns documentos fundamentais da CEPAL, pode-se descrever um *discurso de desenvolvimento* no sentido de “formação discursiva” em Foucault, escandido pela categoria fundamental da “perspectiva do desenvolvimento”. Tal perspectiva, construída a partir dos trabalhos cepalinos, parte do diagnóstico de que o desenvolvimento autônomo, espontâneo, da economia dos países subdesenvolvidos da América Latina não coincide com seu desenvolvimento ideal.

A perspectiva do desenvolvimento distingue, por exemplo, o discurso “desenvolvimentista” do discurso dito “neoliberal”, no qual se verifica essa coincidência entre progresso espontâneo e ideal. Também projeta um espaço ostensivo de atuação do setor público na economia, que se realiza de maneira diferente conforme se atribua a insuficiência do desenvolvimento espontâneo ao setor externo (caso do “sistema centro-periferia” da CEPAL e, de modo problemático, do diagnóstico do *Trienal* para os problemas econômicos brasileiros) ou ao setor interno (a debilidade estrutural do setor privado em Roberto Campos e seu PAEG). A partir desse diferente diagnóstico, a perspectiva do desenvolvimento organiza um sistema de dispersão (uma

“formação discursiva”) no qual os enunciados se opõem ponto a ponto para problemas específicos, como natureza do processo de desenvolvimento, escopo do planejamento governamental da economia, estratégia de planejamento e nível de intervenção técnica da autoridade planejadora.

No entanto, a análise propriamente empírica dos documentos mostrou que a descrição desse sistema cobre apenas uma dimensão positiva do discurso de desenvolvimento; no interior de cada vertente, e mesmo de cada documento, os objetos construídos com base na perspectiva do desenvolvimento se realizam sempre de maneira problemática, sendo os casos mais claros: (1) nos textos da CEPAL, a identificação de uma causa global para o subdesenvolvimento, o “sistema centro-periferia”, e a proposição de um espaço de intervenção limitado ao Estado-nacional (ou, mais radicalmente, o fato de que o desenvolvimento dos países periféricos exige a eliminação ou transformação radical do sistema global que, nos termos cepalinos, possibilita o estatuto de desenvolvimento dos países desenvolvidos); (2) no *Trienal*, a aposta constante no vigor do mercado interno como fator dinâmico e autônomo do desenvolvimento brasileiro, mas sempre assombrada por um setor externo que se manifesta como condição e obstáculo a cada passo; (3) no PAEG, a necessidade de fazer a economia brasileira funcionar conforme a livre-iniciativa e as “regras naturais” de mercado, contraposta ao fervor legiferante de criar dispositivos institucionais capazes de simular o que seria o mercado “espontâneo” e produzir o “livre” empreendimento nos setores em que este inexistente ou é insuficiente.

Em suma: longe de produzir, como nas melhores análises foucaultianas (FOUCAULT, 2007), um sistema de posições estáveis divergentes, o discurso de desenvolvimento no Brasil parece se organizar

a partir de enunciados inerentemente problemáticos. Em outros termos: o desenvolvimento não é o fundamento, explícito ou pressuposto, que serve de solo seguro para organizar as polêmicas possíveis no debate econômico, mas um problema em si, uma espécie de desejo que se enuncia em cada instância particular, confundindo realidade e modelo, comprometendo sua construção discursiva.

Nas considerações finais de Villarino (2015), sugerimos uma série de hipóteses para explicar esses resultados divergentes entre os trabalhos de Foucault e o nosso, sendo a principal delas a de que o problema de formulação discursiva é uma peculiaridade dos documentos em questão, eventualmente extensível ao discurso de modernização do Brasil. Com efeito, a *singularidade brasileira*, enquanto lugar onde as interpretações, as práticas e as ideologias hegemônicas nos países centrais não vigoram completamente, senão sob distorções – essa singularidade perpassa desde o senso comum até nossa mais alta produção intelectual. Seja afirmativamente, como no aforismático “o Brasil não é para principiantes”, seja com distanciamento, como na “teoria da jabuticaba” com que o anedotário econômico ortodoxo procura ironizar as alegadas particularidades da economia brasileira – parece que gostamos de enfatizar nossa excepcionalidade social e cultural.

Em registro completamente diferente, uma série de pensadores fundamentais para a autocompreensão do país procurará enfatizar nossa nacionalidade, nossa “formação”, justamente a partir dos aspectos específicos de nossa história e da nossa sociedade, que nos distinguiriam radicalmente das nações desenvolvidas e tornariam diferentes as condições para nosso progresso. Nos três pilares da interpretação do Brasil, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, resplandece um certo “sentido” de singularidade da sociedade brasileira, seja na sua extroversão econômica (PRADO JR., 2007),

seja nas práticas de socialização e subjetivação (HOLANDA, 1995), seja, enfim, nos intercâmbios culturais que se processaram na colônia (FREYRE, 2006). Todos esses aspectos se determinam em relação problemática com os modelos dos países desenvolvidos, desde o contraste de Prado Jr. com a colonização americana, passando pela polidez japonesa que serve de contraexemplo à cordialidade brasileira em Holanda, até a segregação de raças nos Estados Unidos, a partir da qual Freyre valoriza as trocas culturais que vê na base de nossa formação. Trata-se, portanto, de um “sentido” que se manifesta na precariedade de determinações, apreensível quando comparamos nossos atributos econômicos, sociais e culturais aos dos países desenvolvidos. “Sentido” que perfaz, enfim, uma singularidade brasileira marcada essencialmente pela *inconsistência relativa*, que, não obstante, deveria ser admitida e afirmada como tal.

Por outro lado, saltando algumas décadas até o que Nobre (2012) chama de “momento de ‘autocrítica’ [...] ‘reflexivo’ ” do paradigma de formação que se origina nesses autores, podemos observar que a aposta na singularidade aparece de maneira ainda mais acentuada na década de 1970. Schwarz (2000), em tom crítico, mas cômico, enfatizará como os princípios liberais, que orientam ideologicamente a elite brasileira no Império, aqui se curvariam às condições pré-capitalistas da sociedade, assumindo sentido diverso, senão oposto na produção de uma ideologia de igualdade. Fernandes (1976), agora em registro trágico, sugere que o “modelo democrático-burguês” dos países capitalistas desenvolvidos, conjugando hegemonia burguesa, desenvolvimento econômico e democracia, não é a forma necessária do capitalismo e, mais ainda, não seria sequer viável nas condições brasileiras pela articulação entre burguesia industrial nacional e interesses do capital internacional imperialista. Nesse sentido, lança mão do “modelo

autocrático-burguês”, pelo qual procura explicar tanto o fracasso dos setores progressistas após 1964 como a longa duração de nossa ditadura militar, que, quando da publicação do livro, já ultrapassava uma década. Seja como inadequação cômica, seja como impossibilidade trágica, ainda nesse momento de autocrítica da formação, a singularidade brasileira emerge como obstáculo e transfiguração de modelos europeus no país.

Como o problema do discurso de desenvolvimento se enquadra nessa constelação? Filho mais novo e tecnocrático de toda uma família problemática de discursos de construção e modernização no país desde a Independência, da qual trataremos adiante, o desenvolvimentismo econômico nas décadas de 1930 a 1960 encarna também o otimismo de um período em que “a crença nas possibilidades infinitas de modernização cultural era homóloga à convicção da modernização econômica, política e social da nação e que tinha na industrialização e na urbanização aceleradas o polo dinâmico” (ARRUDA, 2010, p. 12). O que procuramos mostrar em Villarino (2015), assumindo certo empirismo foucaultiano que deliberadamente deixa de lado determinantes externos ao texto, é que o problema, neste caso, não é de adequação ou viabilidade de um modelo externo à realidade brasileira, mas se dá na própria formulação discursiva, ela mesma, pelo contrário, bastante comprometida com tal realidade.

Quando afirmamos que o desenvolvimento é um problema discursivo, queremos dizer que, antes de ser um problema pragmático, relacionado a certas condições e iniciativas concretas de ordem econômica, política e social, ele é um problema de formulação de enunciados, um termo que não encontra espaço simbólico claro, determinação estável. Uma comparação internacional, que parece ser a praxe nesse campo, ajuda a compreender a questão.

Uma contribuição teórica decisiva do estruturalismo e seus desdobramentos, em especial a linha que vai de Saussure e Lévi-Strauss a Lacan, é a de que os sistemas simbólicos que organizam nossas relações sociais e materiais formam-se ao redor de certos significantes que não têm um significado preciso, não são propriamente determinados. Nesse sentido, a identificação do problema do desenvolvimento parece não ser mais que a verificação, nos respectivos documentos, de uma condição alegadamente geral da linguagem. Poderíamos lembrar, no entanto, um trabalho que, em termos de método, avizinha-se do nosso, o estudo de Derrida a respeito da noção de “suplemento” na teoria da escritura de Rousseau.

Tomando a fala como manifestação fundamental da linguagem, o filósofo iluminista concebe a escrita como um “suplemento”, um substituto que tolhe a presença do falante apresentando um resultado incompleto, imperfeito. No entanto, o sentido de “suplemento”, fundamental para compreender a especificidade da escrita, é fluido e problemático ao longo do texto: “aqui como adição, lá como substituto, ora como positividade e exterioridade do mal, ora como feliz auxiliar”. E conclui Derrida: “o conceito de suplemento é uma espécie de mancha cega no texto de Rousseau, o não-visto que abre e limita a visibilidade”, pois é o ponto de vista que, ao ser excluído do cognoscível, determina a extensão e a estabilidade do próprio campo passível de conhecimento (DERRIDA, 2006, p. 200). Em suma: a diferença entre escritura e fala no pensamento de Rousseau se organiza de acordo com o que Derrida chamaria de “categorias da metafísica” (identidade, coerência etc.); mas essa organização se estabelece em relação a um “ponto cego”, um conceito indeterminado, que resiste a tais categorias (BRADLEY, 2008, p. 116).

Isso não se verifica ao submetermos o enunciado de desenvolvi-

mento a um escrutínio semelhante. O desenvolvimento não é o termo que, suspendendo-se sua determinação, permite estruturar conceitos claros e estáveis; ele não abre e limita uma visibilidade nítida com sua perspectiva. Pelo contrário, ele é o que se procura apreender e identificar a cada passo, a cada determinação particular, e, na medida em que esse esforço fracassa, compromete também cada uma dessas determinações. Assim, se as inconsistências e inviabilidades ideológicas encontradas por Schwarz (2000) e Fernandes (1976) estão umbilicalmente vinculadas à especificidade social e econômica, digamos, material, da realidade brasileira, não é o que vemos aqui. O termo de contraste elementar a partir do qual se define a especificidade problemática destes documentos remete às condições discursivas de produção de enunciados.

Se é condição humana organizar seus sistemas simbólicos a partir de pontos cegos, que não se podem explicitar se não como problemas e distorções, a lógica dessa organização é diferente no caso estudado por Derrida (2006) e no nosso. Lá, o conceito de “suplemento” é pressuposto, abrindo espaço para uma teoria bem estabelecida da escritura, ainda que se manifeste eventualmente em pontos problemáticos. Aqui, o desenvolvimento é menos um pressuposto do que um fundo falso, um lugar vazio, e suas determinações particulares são tentativas fracassadas de preenchê-lo. Nesse sentido, desenvolvimento se manifesta discursivamente sob um modo que poderia ser caracterizado, com bastante precisão, enquanto um desejo no sentido psicanalítico, mas isso fugiria em muito aos propósitos deste artigo. Exploraremos esse aspecto em outro sentido, no de que o problema do desenvolvimento assim caracterizado se subscreve na tradição da intelectualidade brasileira engajada por meio de um “desejo”, uma “obsessão nacional” com a compreensão e a modernização do país,



tal como sugerido por Candido (2000) e Arantes (1997).

## **Ambiguidade e inconsistência no discurso de modernização**

Antes de atacarmos tal questão, porém, cabe precisar melhor o problema da ambiguidade e consistência dos ditos “intérpretes de formação” no debate contemporâneo, bem como seu lugar em um panorama mais amplo da intelectualidade brasileira nacionalmente engajada.

A leitura renovadora de Araújo (1994) sobre Freyre, por exemplo, pauta-se por reconhecer a força e atualidade de *Casa-grande e senzala* a partir de um complexo “equilíbrio de antagonismos” que a crítica de Souza (2000) também reconhece, embora invertendo seu sentido como uma espécie de déficit de conceitualização. Schwarcz (2010) igualmente proporá uma leitura de *Novo mundo nos trópicos* a partir da indeterminação das noções de público e privado que marca a interpretação freyreana do país.

Monteiro (1996), por sua vez, identificará certa ambiguidade no conceito de cordialidade em *Raízes do Brasil*, que se apresenta ao mesmo tempo como obstáculo e condição para a democratização do país, perfazendo o “momento-chave” de um livro estruturado sobre uma espécie de “metodologia dos contrários”, onde a tipificação ideal weberiana se conjuga com a conceituação hegeliana. Embora não atribua essas formulações a uma ambiguidade, mas à própria natureza ensaística do livro, Wegner (2006) compreenderá tal “metodologia” como uma posição limítrofe entre Sociologia e História, segundo a qual os tipos ideais se diluem constantemente em uma dinâmica processual. Nesse sentido, propõe uma solução para o impasse da modernização em Sérgio Buarque, sugerindo que se dá em um descompasso

entre as formas sociais, institucionais e econômicas em transformação e a permanência de um “substrato cultural” que não lhes garanta o funcionamento adequado.

Por fim, Caio Prado Jr. é aquele em que o tema da inconsistência ou da ambiguidade aparece com menor frequência na bibliografia, embora se manifeste principalmente na ambivalência do processo de industrialização que se intensifica no país a partir de 1930. Rêgo (1998) fala em uma tensão entre o estigma mercantil legado pelo processo colonial, perpetuando-se em todos os aspectos da sociedade brasileira, e o contrafactual de outra formação possível, sob o comando de outros agentes, ou o potencial de uma modernização futura. Ricupero (2012) mostra como a compreensão do sistema colonial como “um todo quase indiferenciado”, embora potencialize em Prado Jr. a compreensão da permanência e dos anacronismos, compromete sua avaliação das transformações profundas empreendidas pelo processo de industrialização. Além desse aspecto, Ricupero (1998) sugere, embora não aponte diretamente, uma inconsistência na própria noção caiopradiana de totalidade: é um fato e princípio estruturador da Colônia e, ao mesmo tempo, um objetivo da Nação, uma totalidade ainda a ser constituída e afirmada.

Com isso, acreditamos ser possível sugerir que há, no debate contemporâneo, uma tendência de tematizar, nos “intérpretes”, as noções de especificidade, de formação e de modernização do Brasil a partir da já referida inconsistência relativa, seja na própria interpretação do país, seja na forma ensaística mesma. Ademais, Caio Prado Jr., entre esses autores justamente o que levou seu projeto interpretativo a um horizonte mais pragmático em termos de políticas públicas, parece manifestar um fenômeno formalmente semelhante ao que identificamos sobre o desenvolvimento, a dificuldade de operar, no conceito de

totalidade, a distinção entre diagnóstico concreto e modelo ideal ou contrafactual, reforçando uma possível continuidade entre essas tradições.

Esses autores, por sua vez, participam de um movimento maior de descoberta e transformação nacional, que se consolida “ao longo dos anos 30” como um “projeto de modernização do país que se convencionou chamar ‘nacional-desenvolvimentismo’”, englobando diversas manifestações intelectuais, da literatura e das artes aos estudos sociais, segundo as quais a modernização passava pelo “combate às diferentes formas de ‘arcaísmo’ e [...] a criação das condições para a emergência da nação em sentido autêntico” (NOBRE, 2012, p. 103). Caracterizada no contexto do pensamento brasileiro como “sua vertente mais frutífera e duradoura, abreviada sob a rubrica ‘paradigma de formação’”, essa tradição teria “por forma o ensaio, por horizonte normativo a formação da nação e por objeto privilegiado o conservadorismo como marca característica e duradoura da sociabilidade no país” (NOBRE, 2014, p. 103-4).

A linhagem que culmina nos “intérpretes”, porém, pode ser rastreada até o próprio processo de consolidação da nação brasileira pós-Independência. Ricupero (2004) considera a “nação segundo o romantismo brasileiro”, entre 1830 e 1870, enfatizando quatro dimensões: a literatura e a crítica literária; a produção de estudos históricos; o indigenismo; e a crise do Império. Em geral, o autor propõe a passagem de um nacionalismo de afirmação, entre os primeiros românticos, num contexto em que a autonomia política brasileira ainda não se encontrava plenamente reconhecida e estabelecida, para um nacionalismo preocupado em pensar e compreender um país já consolidado. Ricupero mostra como esse romantismo integrava-se em uma corrente maior da intelectualidade brasileira de então, “a nação, projeto po-

lítico deliberado estabelecido sob a égide da casa de Bragança, que unifica e explica os outros momentos – literário, historiográfico, etc. – da busca romântica”. Com efeito: “a elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada das ideias românticas, considera que para existir nação é preciso que haja literatura e historiografia brasileiras” (RICUPERO, 2004, p. 86).

Mais especificamente, o autor compreende o romantismo latino-americano face ao modelo europeu. Na Europa, as correntes românticas encerram certa ambiguidade enquanto “uma reação contra o capitalismo” que é, ao mesmo tempo, “expressão do novo mundo que surge com a ascensão da burguesia [...] impensável em condições não burguesas”. Diferente desse espírito crítico e algo paradoxal, Ricupero identifica, na Argentina e no Brasil, “um romantismo de meios, que proclama, como o europeu, a especificidade de suas sociedades nacionais, mas que pretende, ao fim do caminho, encontrar a civilização europeia”. Ou ainda,

[...] se o romantismo europeu desconfia da civilização e protesta contra o capitalismo, o romantismo no Brasil e na Argentina opõe-se, de maneira geral, à “barbárie” e tem simpatia pelo capitalismo, ou, ao menos, pelas oportunidades que ele parece oferecer. (RICUPERO, 2007, p. 267).

Registra-se, portanto, desde os primórdios da intelectualidade no Brasil, a tensão entre pensamento nacional e modelo europeu aclimatado.

Arruda compreenderá a conjugação entre modernismo estético e interpretação social do país sob diversos aspectos, como o “entrecruzamento entre o romance empenhado dos anos de 1930 e os ensaios de interpretação, revelando o substrato comum que permeia todas essas expressões”, uma linguagem partilhada, “mais consentânea com as

agudas realidades locais”, que permite resolver a discrepância entre conteúdo e forma característica do pensamento bacharelístico brasileiro pré-1922. Nessa narrativa, os ditos intérpretes dos anos 1930 têm papel fundamental. Nesses autores,

[...] com a chegada da linguagem modernista ao ensaio, sincronizou-se o problema da reflexão – a crise da sociedade e a viabilidade da inserção do país no cenário da modernidade, cuja formação histórica escapava ao padrão – com a forma da expressão, ao se romper com a norma culta portuguesa. (ARRUDA, 2011, p. 198-202).

Processo que reverberaria ainda na intelectualidade paulistana da década de 1950, ao marcar “a perspectiva de uma nova configuração do modernismo [...] espelhada na ressemantização das linguagens e interligada ao movimento exterior”, a partir de uma “ruptura profunda” que buscava “construir novas identidades, fato revelador de uma dinâmica desenraizadora” (ARRUDA, 2015, p. 35-6).

A guinada de linguagem do modernismo estético, portanto, e sua apropriação pelo pensamento social a partir dos ensaios de 1930, abriam espaço para uma compreensão do Brasil que não se estabelecesse apenas sob o signo de um déficit civilizacional em relação ao modelo externo, mas na afirmação de nossa singularidade: “deixamos a condição de sociedade faltosa, incompleta, carente de atributos civilizados, como aparecia em muitos dos predecessores, para a afirmação de nossas qualidades nem sempre positivamente valoradas” (ARRUDA, 2013, p. 171).

Em suma, se admitirmos a sugestão de Nobre (2014) quanto a um momento de afirmação e outro de reflexão desse paradigma interpretativo central a respeito do Brasil, teremos, de modo geral, um período de afirmação da realidade brasileira compreendida a partir da tensão, não necessariamente dualista, entre ímpetos modernizadores

e elementos tradicionais de um patriarcalismo de herança ibérica e colonial; e um período de reconsideração desses polos, que tende a compreender a tensão com base em uma certa perversão dos parâmetros mesmos de apropriação dos elementos modernizadores do país. O primeiro momento cabe aos livros clássicos da década de 1930, ao passo que o segundo abrange os trabalhos críticos centrados em Fernandes (1976) e Schwarz (2000), além de Oliveira (2003), que procuram revisar aquela tensão a partir de referenciais materialistas, geopolíticos ou sociais a impor um descompasso entre formulações ideológicas e realidade brasileiras.

Aquém de qualquer consideração sobre esses referenciais, o que nosso trabalho propõe é que essa tensão pode ser apreendida enquanto problemas enunciativos circunscritos à própria esfera discursiva, sem a necessidade de se estabelecer um parâmetro de realidade em relação ao qual o discurso de desenvolvimento e planejamento em questão se apresente em descompasso. Daí a necessidade de compreender esse discurso à luz de uma perspectiva historiográfica mais ampla, que continuaremos a desenvolver na seção seguinte.

## **Antonio Candido: da interpretação dos “intérpretes” à interpretação do Brasil**

Quando procuramos distinguir uma tradição de pensamento social brasileiro, pautada pelo ímpeto de modernização nacional, pela relação problemática com os modelos externos e por uma viragem significativa que se teria dado entre o modernismo de 22 e os ensaios de interpretação de 1930, estamos no interior de um veio historiográfico aberto por Antonio Candido. Com efeito, é de sua célebre *Formação da literatura brasileira* a disposição de estudar o empenho na-

cionalista dos românticos em seu projeto de criar uma literatura no país como “elemento positivo na construção nacional”; a “consciência, ou a intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura” (CANDIDO, 2000, p. 18), traço distintivo da literatura brasileira em sua “síntese de tendências universalistas e particularistas” (CANDIDO, 2000, p. 23-5), ou seja, de movimentos com ênfase alternada na afirmação nacional ou no influxo europeu.

Passada a consolidação do processo de formação literária que, no âmbito do século XIX, Candido identifica na figura de Machado de Assis, o modernismo constitui novo momento em que se coloca a questão entre, por um lado, descoberta e interpretação nacional e, por outro, modelos estrangeiros. Aqui seguimos ainda a narrativa de Candido: o primeiro modernismo da Semana de 1922 “inaugura um novo momento na dialética do universal e do particular, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tomadas a princípio ao arsenal daquele” (CANDIDO, 2006b, p. 126). Ainda segundo o crítico, a década de 1930 e a segunda fase do modernismo literário desenvolvem e consolidam uma série de elementos gestados no decênio anterior, do ensino à indústria cultural, das artes e literatura aos estudos brasileiros, impulsionando “a ‘normalização’ e a ‘generalização’ dos fermentos renovadores, que nos anos 20 tinham assumido caráter excepcional” (CANDIDO, 1989, p. 185). Particularmente na autocompreensão do país, os anos 1930 marcam o surgimento dos três livros fundamentais de “formação”, que “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930” (CANDIDO, 1995, p. 9), provocando uma ruptura no pensamento brasileiro que eclipsou a produção anterior.

Arantes (1997) propõe uma interpretação sintética para essa linha-

gem historiográfica dispersamente sugerida na obra de Candido. O filósofo parte de um problema específico da *Formação da literatura brasileira* quando situada entre seus congêneres de “formação”: trata-se do único ensaio em que o processo formativo efetivamente se conclui, tendo sido o Brasil do século XIX capaz de constituir um sistema literário, acumular uma tradição progressiva e produzir um autor de alto calibre como Machado de Assis. A dificuldade, para Arantes, é como compreender a formação decisiva da literatura moderna num contexto em que suas condições sociais e materiais (a política, as instituições, as relações de classe, a economia etc.) encontravam-se muito distantes da modernidade, como atestavam os próprios “intérpretes”.

Problema mais normativo do que descritivo, vez que, como sugere Waizbort (2002), o processo de autonomização da forma literária é justamente o problema da *Formação*. Porém, com interessantes consequências. Primeiro, Arantes aponta como os clássicos de formação<sup>1</sup> participam de uma “verdadeira obsessão nacional” que se concretiza “na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registrem tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las”. Nesse sentido, os intérpretes clássicos teriam “sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução” (ARANTES, 1997, p. 11-2). De modo consistente com o que apreendemos da breve narrativa resenhada acima, o filósofo identifica nesses clássicos o, por assim dizer, “desejo” de formalizar nosso passado histórico de modo a descobrir, por entre os escombros de discontinuidades e malformações, as linhas gerais que especificam a sociedade brasileira e estabelecem as condições de sua modernização.

Em Candido (2000), por sua vez, o problema se afigura de modo



um tanto diferente: Arantes percebe nas hesitações confessas do crítico, que estiveram na origem da *Formação da literatura brasileira*, a dificuldade de lidar com o objeto literário de um modo que “satisfizesse inteiramente os requisitos de uma visão histórica e os requisitos de uma visão estética”, ou seja, que contemplasse a crítica minuciosa das obras em sua dimensão propriamente histórica, sem segregar essas duas instâncias. A solução é muito bem sintetizada na definição do próprio conceito da *Formação* como uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” (CANDIDO, 2000, p. 25). Segundo Arantes, Antonio Candido, “pondo em evidência elementos da assim chamada formação, que alimentavam as escolhas estéticas dos escritores, acabava desentranhando do fato bruto, a que se resumia a referida formação nacional, o fio condutor de uma outra linha interpretativa”, ou seja, a constituição de “um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva”. Com essa “*apropriação original pelo raciocínio literário da ideia de formação*”, o crítico “dava enfim forma metódica ao conteúdo básico da experiência intelectual brasileira” (ARANTES, 1997, p. 20-2, grifos do autor).

Colocando de maneira mais direta, a “obsessão nacional” pela formação é elevada, em Candido, a princípio de formalização do processo histórico e princípio de crítica literária, no sentido de satisfazer aqueles requisitos de integrar história e estética. Se a trajetória de nossos processos sociais não revela mais que inconsistências e descontinuidades, Candido opta não por tematizar a história dos sucessivos abortos da civilização brasileira (e em especial de uma maturidade estética da literatura brasileira ao longo do século XIX), mas por considerar o “desejo” permanente de superá-los, enquanto linha de evolução histórica e enquanto critério de análise formal. É nesse sentido

que Arantes fala em uma “equação geral do *problema da formação*”: “cuidando *apenas* de literatura”, ou seja, identificando o “desejo” social e histórico de formação nos meandros da construção literária, Candido teria desvendado o princípio de estruturação de nossa experiência intelectual, compreendendo-a como “um processo intelectual formativo de múltiplas dimensões (do teatro ao cinema, passando pela teoria social – para dar uma ideia de sua abrangência)” (ARANTES, 1997, p. 22, grifos do autor). Candido não apenas toma o “desejo de ter uma literatura” como critério de análise estética, mas “desvenda” uma linhagem intelectual persistente, que se organiza, sob diversas formas, ao redor do comprometimento, do “desejo”, da “obsessão nacional” pelo progresso e pela modernização do país sob diversos aspectos (literário, social, econômico).

Se isso é verdade, podemos falar em uma espécie de “revolução copernicana” promovida por Candido no interior da tradição dos intérpretes de formação, na medida em que o crítico deslocou o problema do processo histórico e social de formação efetiva do país para a tematização do “desejo de formação” que estrutura a produção de parte importante de nossa intelectualidade. Com efeito, não se pode dizer que a *Formação da literatura brasileira* seja “interpretação do Brasil”, no sentido que se atribui aos clássicos de 1930. Isso o enfatiza o próprio crítico quando contrapõe “a abordagem da realidade social diretamente registrada na documentação”, característica das ciências sociais, à crítica literária, que trata, na literatura, de “uma transfiguração da realidade, de maneira que não pode servir de base para as interpretações” do país (CANDIDO, 2011, p. 162). A *Formação* não se encontra, portanto, na mesma dimensão dos trabalhos de Freyre, Holanda e Prado Jr., mas identifica, a partir da literatura, um padrão de “transfiguração da realidade”, de formalização, que se revela fun-

damental para delinear uma linhagem do pensamento brasileiro a desembocar nesses clássicos e em seus desdobramentos das décadas de 1950 e 1970, entre eles, acreditamos, o discurso de desenvolvimento que tomamos como ponto de partida.

Antes de retomarmos esse ponto, porém, cabe apontar, tal como desenvolvido em Villarino (2016), que, se a *Formação* não deve ser considerada um trabalho de “interpretação do Brasil”, outra peça-chave da produção de Candido talvez mereça esse estatuto: a *Dialética da Malandragem*. Procurando mostrar como *As memórias de um sargento de milícias*, em sua construção formal, é representativa de aspectos fundamentais da sociedade joanina, o crítico acaba dizendo muito mais. Para Candido, as *Memórias* são um “romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas [...] porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária” (CANDIDO, 1970, p. 82). Nesse sentido, Ramassote encontrará em Freyre e Oliveira Vianna o “referente histórico-social” sobre o qual se fundamenta a noção de “sociedade” no ensaio (RAMASSOTE, 2008, p. 221). Posteriormente, incorporará a tal referente a história social da família de Candido no sudeste de Minas Gerais, sua “preocupação com os efeitos disruptivos do processo de modernização” e sua trajetória acadêmica, com o “cruzamento fecundo entre as duas frentes de estudo”, a literária e a sociológica (RAMASSOTE, 2013, p. 266).

Para além desse rastreio indispensável de parâmetros intelectuais e biográficos, há um aspecto importante de *Dialética da malandragem* que transcende tais influências e determinações. De modo condizente com a característica avareza de explanações teóricas de seus trabalhos, Candido reluta em apresentar sua noção de “sociedade joanina”, seja referindo-se por termos vagos e algo metafísicos<sup>2</sup>, seja relutando em

apresentar as referências bibliográficas que informam sua compreensão do Brasil joanino, exceto por menções anedóticas de viajantes estrangeiros da época (ver notas 9 e 10; CANDIDO, 1970, p. 89). Tudo fica ainda mais confuso quando atentamos para que o texto se refere ambigualmente a esses traços “essenciais”, ora circunscrevendo-os ao período regencial, ora generalizando-os como um padrão de longo prazo da sociedade brasileira.

Há, no entanto, uma exceção a esse aparente déficit conceitual: ao contrapor as *Memórias* com o romance americano *A letra escarlate*, Candido apresenta uma concepção geral de sociedade como caracterizada pelo compartilhamento de “pares antitéticos” que organizam a vida social, determinando o que é “lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita política e assim por diante” (CANDIDO, 1970, p. 84). Essa organização seria rígida e subjetivamente experimentada no romance de Hawthorne (e, portanto, na sociedade colonial puritana dos EUA, que ele representa), ao passo que, nas *Memórias* (e no Brasil joanino), assumiria um caráter fluido e não se imporia à experiência íntima do sujeito, senão por meio de autoridade externa.

Ao identificar “o que há de sociologicamente essencial” a partir dos “meandros da construção literária”, Candido parece atingir um ponto de chegada de seu projeto crítico, suspendendo a dicotomia entre análise internalista e externalista: “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2006a, p. 13-4). Nesse sentido, a falta de referências explícitas a respeito da base social subjacente não é necessariamente deficiência de conceitualização, mas a noção, entremeada na análise, de que a abordagem crítica da obra literária é ela

mesma um caminho para o conhecimento social.

O personagem de tipo malandro, em sua relação lúdica, mais do que interessada, com a transgressão das normas, e a estrutura do enredo, que dissolve as cadeias causais em eventos sem consequências duradouras, perfazem os dois pilares da análise formal na *Dialética da malandragem*. Tal análise, por sua vez, mediante o cotejo com o contraexemplo do romance americano, fundamenta a compreensão de uma especificidade social brasileira, concretizada no referencial social do romance, a classe média de homens livres no Brasil joanino, mas generalizada como traço duradouro de formação do país, inclusive abrindo nosso futuro para a “inserção num mundo eventualmente aberto” (CANDIDO, 1970, p. 88).

Essa especificidade é justamente a falta de rigidez dos “pares antitéticos” que fundamentam a organização tanto das relações sociais como da construção formal das *Memórias*. Enfim, por um lado, a *Formação da literatura brasileira* e a historiografia dispersa de Candido sobre a autocompreensão literária e sociológica do país procuram identificar uma linhagem intelectual organizada a partir de uma “obsessão nacional”, um “desejo” de construir, compreender e modernizar o país, animado por uma relação tensa com modelos externos. Por outro lado, a *Dialética da malandragem* parece sugerir como esses princípios de organização, mais do que delimitar uma tradição intelectual, revelam aspectos fundamentais da sociedade brasileira, prestando-se, portanto, a princípios de “interpretação” nacional.

## Além do princípio de formação

Encerramos a seção *Desenvolvimento e discurso de modernização no Brasil* sugerindo que o problema discursivo do desenvolvimento

poderia ser compreendido como um problema de determinação no interior de um sistema simbólico que nem tem lugar numa “formação discursiva” em sentido foucaultiano, nem se articula do mesmo modo que o problema do “suplemento” tal como delineado na leitura derridiana de Rousseau. Argumentamos, em seguida, que o discurso de desenvolvimento pode ser visto como parte de todo um conjunto de discursos de modernização do país, cujo estatuto problemático tem animado o debate contemporâneo sobre sociologia da intelectualidade. Na seção *Antonio Candido: da interpretação dos “intérpretes” à interpretação do Brasil*, recorreremos aos trabalhos de Candido e Arantes para mostrar como esse conjunto de discursos pode ser compreendido como uma linhagem mais longa, que remonta à Independência e se estrutura ao redor de um “desejo” ou “obsessão nacional” de construção, compreensão e modernização do país. Por fim, procuramos apontar como a maturidade da produção crítica de Candido, concretizada na *Dialética da malandragem*, desenvolve um trabalho interpretativo da sociedade brasileira que apresenta a fluidez e precariedade de valores como elementos fundamentais de organização social e estética.

Tal compreensão de *Dialética da malandragem* permite, em primeiro lugar, pensar de modo muito mais radical a relação entre literatura e sociedade na obra de Candido, não como uma espécie de *mimese* entre processo social e fenômenos estéticos (como em SCHWARZ, 1987), mas como certa solidariedade de princípios de organização tanto das relações sociais como da forma literária. Com essa leitura, é possível ainda situar Candido em uma posição peculiar no momento de autocrítica do paradigma de formação que Nobre identifica em autores como Schwarz, Fernandes e Oliveira: nestes, tratava-se de reconsiderar a relação entre modernidade e tradição na “interpretação do Brasil”, mostrando que, para além de seus elementos produtivos,

havia certa perversão inerentemente conservadora dos valores, instituições e relações sociais modernas, condicionada pelo descompasso entre a ideologia modernizante de matriz europeia e o peculiar desenvolvimento capitalista do país.

Como uma espécie de interface entre o ímpeto valorativo dos “intérpretes de 1930” e o pendor crítico da década de 1970, Candido também aposta numa assimilação problemática dos valores modernos, não, porém, pela disjunção entre modelos ideológicos e realidade material, mas como um padrão de longo prazo ligado ao sistema de valores, à linguagem, à cultura. Essa assimilação problemática não é tomada em tom de ironização ou tragédia, como os críticos que se lhe seguem naquela década, mas como caminho para a resistência ao contexto nacional da ditadura e ao capitalismo em geral.

Nesse sentido, uma forma de desenvolver a hipótese de que os problemas enunciativos do desenvolvimento consistiriam de uma especificidade discursiva local seria apostar em uma profunda solidariedade entre, por um lado, as ambiguidades e inconsistências da tradição dita “de formação” do Brasil (no sentido de mais longo prazo em que a tomamos, partindo do “desejo” dos românticos) e, por outro, essa dificuldade no estabelecimento de valores fundamentais que Candido identifica como aspecto-chave para compreender a sociedade brasileira. Afinal, quando dizemos que os próprios parâmetros fundamentais de sociabilidade (“lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita política”) não se precipitam de modo estável, estamos dizendo que não se realizou aquela operação descrita por Derrida na teoria da linguagem rousseauísta, a saber: o estabelecimento de relações metafisicamente coerentes estruturadas a partir de um ponto cego problemático.

Desse modo, o contraste que se verifica entre o discurso de desen-

volvimento e os conceitos de “formação discursiva” em Foucault e de “suplemento” em Derrida pode, hipoteticamente, apontar para uma diferença elementar no processo de estruturação da significação. Nem regras empiricamente descritíveis na superfície do discurso, nem fundamento problemático dos parâmetros estruturantes: o discurso de desenvolvimento parece se organizar ao redor da permanente falha de estruturação que compromete cada um de seus enunciados, deformando-lhes o sentido. Mais do que isso: se estiver correta nossa apreensão de uma linhagem historiográfica “de formação”, culminando na “interpretação de Brasil” empreendida por Antonio Candido a partir da *Dialética da malandragem*, talvez essa diferença de estruturação do discurso possa apontar para traços característicos de longo prazo da sociedade brasileira ou, ao menos, de uma de suas mais importantes correntes intelectuais.

## Referências

ARANTES, Paulo E. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia B. F; \_\_\_\_\_. *Sentido de formação*. Três ensaios sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 7-66.

ARAÚJO, Ricardo B. de. *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

ARRUDA, José Jobson de A. Historiografia: consciência crítica da produção histórica. In: \_\_\_\_\_. *Historiografia*. Teoria e prática. São Paulo: Alameda, 2014, p. 17-61.

ARRUDA, Maria A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo social*, v. 16, n. 1. Junho de 2004, p. 107-18.

\_\_\_\_\_. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo social*, v. 22, n. 1. Junho de 2010. p. 9-27.

\_\_\_\_\_. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição.



*Tempo social*, v. 23, n. 2. Novembro de 2011. p. 191-212.

\_\_\_\_\_. A moderna cultura latino-americana: interpretações e reconstrução. *Política & trabalho*, N. 39. Outubro de 2013. p. 159-77.

\_\_\_\_\_. *Metrópole e cultura*. São Paulo no meio do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BRADLEY, Arthur. *Derrida's Of grammatology*. An Edinburgh philosophical guide. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, São Paulo: USP, 1970, p. 67-89.

\_\_\_\_\_. A revolução de 1930 e a cultura. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 181-98.

\_\_\_\_\_. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. V. 1. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

\_\_\_\_\_. Crítica e sociologia. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a, p. 13-25.

\_\_\_\_\_. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b, p. 117-45.

\_\_\_\_\_. “A literatura é uma transfiguração da realidade”. Entrevista com Antonio Candido. *O eixo e a roda*, v. 20, n. 1. Junho de 2011. p. 156-62. Entrevista concedida a Luís Augusto Fischer.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2. ed. Traduzido para o português por Miriam Chnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Traduzido para o português por Salma T. Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Traduzido para o português por Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Pedro M. O “homem cordial” e a democracia quase impossível. *Ci & Tróp.*, v. 24, n. 2, Recife. Julho-dezembro de 1996, p. 333-57.

NOBRE, Marcos. Depois da “formação”. *Revista Piauí*. Ed. 74. Nov. 2012. Disponível em: [piaui.folha.uol.com.br](http://piaui.folha.uol.com.br). Acesso em: 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. O que significa “pensar o país”? Um debate a propósito de *Por que o Brasil cresce pouco?*. *Revista Novos Estudos*, n. 100, São Paulo: CEBRAP. Nov. 2014. p. 97-113. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 01 fev. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAMASSOTE, Rodrigo M. A sociologia clandestina de Antonio Candido. *Tempo social*. Revista de sociologia da USP, v. 20. n. 1, Jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *A vida social das formas literárias*. Crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido. Tese de doutoramento em Antropologia Social. 2013. Campinas: Unicamp. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br). Acesso em: 01 fev. 2017.

RÊGO, Rubem M. L. Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil. *Revista USP*, n. 38. Junho-Agosto de 1998. p. 78-87.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. *Revista USP*, n. 38. Junho-Agosto de 1998. p. 64-77.

\_\_\_\_\_. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*. 1983-1870. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. A ambígua relação entre o romantismo e a “civilização” no Brasil e na Argentina. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos conceitos*. Diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola,

IUPERJ, 2007. p. 267-79.

\_\_\_\_\_. Caio Prado Jr. como intérprete do Brasil. *Sinais sociais*, v. 7, n. 19, Rio de Janeiro. Maio-ago. 2012. p. 14-39.

SCHWARCZ, Lilia M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo nos trópicos. Mal-estar na cultura*. Abril-Novembro de 2010. Pós-Graduação em Filosofia, IFCH, UFRGS. p. 1-32. Disponível em: [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br). Acesso em: 01 fev. 2017.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem”. In: \_\_\_\_\_. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-55.

\_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social no romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo social*. Rev. Sociol. USP, v. 12. n. 1, São Paulo, maio 2000, p. 69-100.

VILLARINO, L. V. *O desenvolvimento como problema simbólico — discurso e planejamento econômico dos países subdesenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960: o projeto da CEPAL e alguns casos brasileiros*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2015, 502 páginas.

\_\_\_\_\_. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 2 (143), pp. 372-388, abril-junho/2016.

WAIZBORT, Leopoldo. Esquema (parcial) de Antonio Candido. *Revista Novos Estudos*. N. 64. São Paulo: CEBRAP. Nov. 2002. p. 177-88. Disponível em: [novosestudos.uol.com.br](http://novosestudos.uol.com.br). Acesso em: 01 fev. 2017.

WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Organização de Ricardo B. Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 335-64.

**Resumo:**

O artigo parte de um contraste significativo entre os resultados da análise do discurso de desenvolvimento no Brasil dos anos 1960 e o que seria de se esperar de uma abordagem foucaultiana ou derridiana. O objetivo do artigo é circunscrever esse problema em toda uma linhagem de outros discursos problemáticos que culmina no pensamento dito de “formação do Brasil”, linhagem compreendida a partir do projeto intelectual de Antonio Candido. Com base nessa circunscrição e no desenvolvimento do pensamento de Candido até a “Dialética da malandragem”, concluímos desenvolvendo a hipótese de que o contraste que tomamos como ponto de partida aponta para uma especificidade fundamental na estruturação do discurso no interior dessa linhagem intelectual.

**Palavras-chave:** Desenvolvimentismo; Formação do Brasil; Antonio Candido; Análise do Discurso.

**Abstract:**

This paper opens with a significant contrast between the results of the analysis of the discourse of development in 1960s Brazil and what one would expect from a Foucaultian or Derridian approach. The paper aims to circumscribe this problem in a wider family of other problematic discourses culminating in the tradition called “formation of Brazil”, that we approach based on the intellectual project of Antonio Candido. By means of this circumscription, and Candido’s “Dialética da malandragem”, we conclude by developing the hypothesis that the contrast we started with points to a fundamental specificity in structuring of discourse within this intellectual tradition.

**Keywords:** Developmentalism; Formation of Brazil; Antonio Candido; Discourse Analysis.

Recebido para publicação em 14/11/2017.

Aceito em 14/01/2018.

# **A Formação de Professores na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise de suas transformações curriculares no tempo**

**Amurabi Oliveira**

Universidade Federal de Santa Catarina

amurabi\_cs@hotmail.com

## **Introdução**

A história das Ciências Sociais no Brasil é um tema que recorrentemente tem ocupado a agenda de investigação e preocupações dos pesquisadores na área, todavia, essa tem sido uma história narrada, sobretudo, a partir das grandes obras intelectuais e das pesquisas desenvolvidas. Poucos ainda são os estudos que exploram a rotinização do conhecimento sociológico no Brasil a partir de seu ensino, dos cursos de formação acadêmica etc.

Se, por um lado, a seminal pesquisa de Miceli (1989) traz importantes contribuições para refletir sobre os condicionantes para o surgimento das Ciências Sociais no Brasil, pensando, sobretudo a partir do eixo Rio-São Paulo, por outro, há de se enfatizar os limites que

encontramos nesse trabalho ao invisibilizar e hierarquizar toda produção que foge desse eixo geopolítico (REESINK; CAMPOS, 2014). Em todo o caso, Miceli não está preocupado em descrever e analisar as formas pelas quais o conhecimento sociológico se sistematizou nesses espaços, não sendo seu olhar voltado para os currículos de tais cursos, por exemplo.

Volto-me aqui, em minha análise, para um exemplo “provinciano”, por assim dizer, dedicando minha atenção a um único curso de Ciências Sociais, o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, apesar de ser o mais antigo do estado ainda em funcionamento (OLIVEIRA, 2016), surgiu muito tardiamente se compararmos com o cenário dos outros estados do Sul do Brasil, que passaram a ter os primeiros cursos de Ciências Sociais ainda nos anos de 1930, no caso do Paraná, e de 1940, no caso do Rio Grande do Sul. Não à toa, no estudo realizado, em 1955, por Costa Pinto e Edson Carneiro, *As Ciências Sociais no Brasil*, o PR e o RS aparecem, porém SC não. Isso não quer dizer que não seja possível generalizar em algum grau as considerações aqui realizadas, pelo contrário, acredito que em grande medida elas também se aplicam às demais licenciaturas em Ciências Sociais existentes no país.

Minha intenção é analisar a dinâmica do curso de Ciências Sociais na UFSC desde sua gênese, centrando na formação de professores, de tal modo que o bacharelado não é o foco de minha reflexão nesse trabalho. Tal esforço é realizado articulando as mudanças que ocorreram no nível institucional desse curso com outras mais amplas existentes nas Ciências Sociais, uma vez que compreendo que parte das transformações observadas na concepção de formação de professores nessa área se relaciona às mudanças de sentidos encontradas na compreensão das Ciências Sociais, que iria de uma concepção mais

ampliada, incluindo aí a História, a Geografia, a Economia etc., para uma mais estrita centrada na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia.

Esse exame é realizado considerando o período entre os anos de 1970, quando temos a criação do curso, e 2006, quando ocorre a última reforma curricular. Devido aos limites desse trabalho não adentrarei nas ementas das disciplinas, até mesmo pela indisponibilidade de materiais em sua íntegra. Os resultados aqui apresentados baseiam-se na análise documental do material disponível junto à coordenação do curso de Ciências Sociais e do arquivo central da UFSC.

Para uma melhor compreensão, por parte do leitor, do exame que pretendo realizar aqui, tanto trarei uma breve discussão sobre a configuração das Ciências Sociais no Brasil quanto realizarei uma breve apresentação do cenário que antecede a criação desse curso em Santa Catarina, pensando desde a Faculdade Catarinense de Filosofia, que fora criada nos anos de 1950.

## **As Assim Chamadas Ciências Sociais**

Antes de adentrar na análise propriamente dita dos dados referentes ao Curso de Ciências Sociais da UFSC, creio que é relevante levantarmos alguns pontos ainda pouco explorados na literatura que trata da história das Ciências Sociais no Brasil, que diz respeito ao anacronismo que cometemos ao analisar a criação dos primeiros cursos.

De forma recorrente, consolidou-se no Brasil uma leitura das Ciências Sociais que as restringem à Antropologia, Ciência Política e Sociologia, sem considerar transformações no significado existente nessa denominação. Em que pese o fato de que foi a partir de tais cursos que pudemos ter uma formação com graduação nessas áreas,

é relevante considerar que elas surgiram inicialmente como áreas de especialização ao lado de outras ditas Ciências Sociais.

Também é importante salientar que o processo de autonomização das áreas de conhecimento dentro do campo acadêmico é algo gradual, e que, quando surgem os primeiros cursos de Ciências Sociais, na década de 1930, esse não era um processo plenamente consolidado. Nesse cenário, a divisão disciplinar ainda era incipiente e podemos mesmo indicar que havia outra compreensão de Ciências Sociais naquele momento, englobando tanto ciências mais consolidadas, como a História e a Geografia, quanto também novas ciências como a Antropologia e a Sociologia.

Ao observarmos a organização dos primeiros cursos de Ciências Sociais brasileiros, o da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), criados respectivamente em 1933, 1934 e 1935, podemos observar mais claramente essa questão.

O curso da ELSP tinha duração de três anos, havendo, apenas no primeiro ano, uma cátedra de Sociologia nos dois semestres e, no segundo ano, apenas uma de Antropologia no primeiro semestre. Por outro lado, a área de Economia se fazia presente em todos os anos: nos dois primeiros semestres, através de uma disciplina de Economia Social; no terceiro e no quarto, uma de Economia Mundial; e, no quinto e no sexto, uma de Economia Brasileira. Do mesmo modo, a disciplina de História Política e Social do Brasil estava presente nos dois últimos semestres. Mais que isso, os próprios cursos de sequência apresentam-se em diversas áreas de conhecimento: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia, Psicologia e Estatística.

Do mesmo modo, no caso da USP era perceptível a presença significativa de disciplinas como Economia Política, no primeiro e se-



gundo anos, ou História das Doutrinas Econômicas, no terceiro ano. Já Antropologia estava exclusivamente no segundo ano e Etnografia no terceiro. Apenas a Sociologia estava em todos os anos. Na organização inicial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, havia quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. No caso da seção de Ciências, essa abarcava os seguintes cursos: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais. Para Takagi (2013), essa estrutura organizacional viabilizava o mútuo oferecimento de disciplina entre os diversos cursos, como História, Geografia, Economia e Ciências Sociais.

Chama-me a atenção que a forte presença da Economia como também da História, ainda que em menor grau, tanto no curso da ELSP quanto da USP, aponta para uma compreensão diversa do que seriam as Ciências Sociais, ao menos em termos comparativos com a que temos hoje. Essa compreensão fica ainda mais evidente no curso da UDF, uma vez que ela indica as diferentes “menções” que poderiam ser realizadas no curso. Como indica o trabalho de Meucci (2015), o referido curso tanto habilitava o aluno na especialidade “Professor” quanto “Bacharel”, havendo três diferentes áreas de concentração: menção História, menção Geografia, menção Sociologia, de tal modo que essas eram as chamadas Ciências Sociais. Destaca-se ainda o fato de que tal curso estava junto à Faculdade de Economia e Direito, o que indica também outra forma de compreensão organizacional.

Busco, com essa breve explanação, demonstrar o anacronismo que cometemos amiúde ao pensar a história das Ciências Sociais no Brasil. Ao que me parece, cada contexto local formulou uma configuração distinta sobre o que seriam tais ciências. Arriscaria dizer que, naqueles locais nos quais havia mais explicitamente uma preocupação no desenvolvimento de pesquisas e na formação de quadros técnicos, a

Economia e a Psicologia se faziam mais próximas à Sociologia, à Antropologia e ao Pensamento Político; e, já naqueles contextos em que havia uma maior preocupação centrada na formação de professores, ganhavam espaço nessa composição a História e a Geografia.

Voltando-me para o caso catarinense, penso que encontramos algo mais semelhante com o caso da UDF. Apesar das primeiras experiências de Ensino Superior iniciarem-se ainda na década de 1930, com a criação, em 1932, da Faculdade de Direito de Santa Catarina<sup>1</sup>, penso que o desenvolvimento das Ciências Sociais na região encontra-se fortemente vinculado à Faculdade Catarinense de Filosofia fundada em 1951, mas que tem suas atividades iniciadas em 1955<sup>2</sup>. Notadamente, essa instituição tinha como uma de suas finalidades a formação de uma dada “elite” cultural. Todavia, a formação de professores para o ensino secundário, em expansão no período, também era uma de suas preocupações fundantes. Funcionaram inicialmente os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

Em meio aos cursos de Filosofia, Geografia e História que surgem as primeiras cátedras de Sociologia, Antropologia Cultural, Antropologia Física e Etnografia do Brasil, que ficaram a cargo respectivamente de Edmundo Accácio Moreira, bacharel em direito; Oswaldo Rodrigues Cabral, doutor em medicina; Pe. Alvinho Bertholdo Braum, graduado em Filosofia e Teologia; e Jaldyr Bearing Faustino da Silva, bacharel em direito. À exceção de Moreira e Braum, os demais foram contratados para outras disciplinas, Cabral para História da Antiguidade e Idade Média e Silva para História do Brasil. Pode-se averiguar também, a partir da indicação dessas cátedras, que havia uma presença significativa da disciplina de Antropologia. A cátedra de Antropologia Cultural era lecionada tanto no curso de Geografia quanto no de

História, ao passo que as de Antropologia Física apenas no currículo do curso de Geografia; Etnografia do Brasil no curso de História; e já a cátedra de Sociologia estava presente apenas no curso de Filosofia.

Compreendo, desse modo, que é num forte diálogo com a Geografia e a História, sobretudo, que a Sociologia e a Antropologia passam a obter espaço para o seu desenvolvimento institucional, o que será reforçado com a criação da Universidade de Santa Catarina e o posterior advento do Departamento de Sociologia, consolidando-se definitivamente com a criação de um curso próprio. Em 1972, já havia uma série de iniciativas institucionais em curso na Universidade no campo das Ciências Sociais, inclusive com a ideia de se criar uma pós-graduação e,

Nesse mesmo ano, a chefia do Departamento, com o apoio majoritário dos professores de Sociologia, investiu na criação de um curso de graduação em Estudos Sociais, com o objetivo de formar professores num sistema de licenciatura curta para disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSPB), História e Geografia. Depois de muitas discussões e crítica, essa iniciativa foi transformada, em 1975, no curso de licenciatura plena em Ciências Sociais, que conhecemos hoje (o curso foi reconhecido pelo decreto presidencial n. 81.144/1978). Em consequência, o Departamento de Sociologia passou a se denominar Departamento de Ciências Sociais. (COELHO DOS SANTOS, 2006, p. 50-51).

Segundo depoimento de Júlio Wiggers, professor aposentado desse Departamento, a intenção inicial era criar uma licenciatura plena em Ciências Sociais. Sem embargo, o conselho universitário transformou a proposta em um curso de Estudos Sociais (AUED; CAMPOS; FERREIRA, 2006). É importante frisar que houve outras mudanças nesse período na estrutura universitária, como a eliminação do Centro de Estudos Básicos e a transformação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>3</sup> em três diversos centros: de Ciências da Educação;

Comunicação e Expressão; e Filosofia e Ciências Humanas. Também é digno de nota o fato de que o curso de Ciências Sociais surge visceralmente ligado à Educação Básica, ao menos no que diz respeito à justificativa para sua criação. Passarei então a examinar as transformações nos currículos no curso de Ciências Sociais, considerando a estrutura organizativa de suas disciplinas, buscando captar com isso quais os sentidos de ciências sociais existentes nessa realidade.

## **Transformações e Mudanças de Sentidos no Curso de Ciências Sociais da UFSC**

Na década de 1970, havia certamente um clima intelectual bastante específico para o surgimento de um debate próprio no campo das Ciências Sociais, pois, em nível nacional, a Reforma Universitária de 1968 havia mudado a feição do Ensino Superior brasileiro, com destaque para a questão da pesquisa, já que com ela surgem as pós-graduações como nós as conhecemos, sendo esse um grande período de desenvolvimento das Ciências Sociais (MELO, 1999), com o surgimento de diversas graduações pelo país (LIEKDE FILHO, 2005) e, no nível local, destaca-se a fundação da Sociedade Catarinense de Sociologia em 1972 (CARVALHO; MATTOS, 2005).

Como já indicado anteriormente, o curso de Ciências Sociais da UFSC origina-se no antigo curso de Estudos Sociais, voltado para a formação de professores do então 1º e 2º grau, habilitando para o ensino de História e Geografia no 1º grau e OSPB no segundo. Para atender a tal demanda, o curso estava organizado em ciclos, o básico e o profissionalizante.

No primeiro ciclo, encontramos as seguintes disciplinas com seus respectivos números de créditos: Estudos de Problemas Brasileiros

(2)<sup>4</sup>, Metodologia Científica (2), Introdução à Psicologia da Educação (2), Português I-A (3), Filosofia I (3), Fundamentos das Ciências Sociais (5), Geografia Física I (5), História Antiga e Medieval (5), Prática Desportiva (2). Ao passo que, no segundo, havia a seguinte distribuição: História Moderna e Contemporânea I (5), Geografia do Brasil I (4), Geografia Humana I (4), Cartografia I (3), Fundamentos da Educação I (3), Psicologia da Educação II (4), Didática I (4), Antropologia Cultural I (4), Prática Desportiva II (2), Direito Constitucional I (Teoria Geral do Estado) (5), História do Brasil I (5), Organização Social e Política do Brasil I (3), Estrutura e Funcionamento do 1º Grau (3), Prática de Ensino em Fundamentos de Economia (4), Prática de Ensino em Organização Social e Política do Brasil do 2º grau (4), Prática Desportiva VI (2).

Há aí uma forte presença da História e Geografia de forma predominante nesse curso, o que reflete as demandas da própria educação básica, uma vez que a Sociologia não mais constava no currículo como disciplina obrigatória. Isso também reflete a organização administrativa da Universidade, uma vez que havia a oferta de forma concomitante tanto da licenciatura em Geografia quanto em História, de modo que haveria a possibilidade de aproveitar o corpo docente disponível para esses outros cursos nessa licenciatura.

Pode-se indicar que os conhecimentos sociológicos, assim como do pensamento político, estavam presentes de forma dissolvida em OSPB, apenas a Antropologia que possuía um espaço institucional próprio nesse currículo. Das duas práticas de ensino, uma era voltada para a disciplina de OSPB e a outra para Fundamentos de Economia, o que pode reforçar nosso argumento em torno de uma compreensão alargada do que seriam as Ciências Sociais nesse momento, o que incluiria a própria Economia.

A Sociologia em si mesma passa a ganhar mais espaço entre as disciplinas optativas que seriam as seguintes com seus respectivos créditos: Geografia Humana III (4), Sociologia Urbana (3), Sociologia Rural (3), Etnologia Brasileira (3), Sociologia do Turismo (2), Estatística II (4), Folclore (3), Museologia (2), Planejamento Social II (4), História do Pensamento Brasileiro (4), História das Religiões (5), História da Arte (5), História da Cultura Ibérica (5), Arqueologia Pré-Histórica (3).

Ao final dos anos de 1970, observamos um novo currículo, que mantém basicamente o mesmo ciclo básico, porém acrescenta-se a Prática de Ensino de Estudos Sociais de 1º Grau (8) e Prática de Ensino de Educação Moral e Cívica (4), e passou-se a haver uma divisão nas optativas para a habilitação do segundo grau, que poderia ser em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História. No caso das na área de Ciências Sociais, as disciplinas seriam: Língua Estrangeira I (6), Instituições de Direito Privado II (4), Instituições de Direito Público II (4), Português I-B (3), Estudos de Problemas Catarinenses I (2), História do Povoamento e Colonização de Santa Catarina (3).

É a partir dos anos de 1980 que observamos um esboço de uma aproximação mais clara com o desenho de Ciências Sociais como nós conhecemos. O ciclo básico se divide em duas fases, a primeira composta por: Estudos de Problemas Brasileiros I (2), Filosofia I (3), Metodologia Científica (2), Português I-A (4), Sociologia Geral I (4), Introdução à Economia (4), História Econômica, Política e Social Geral (4), Prática Desportiva (2); a segunda por: História Econômica, Política e Social da América Latina (4), Antropologia Cultural I (4), Sociologia Geral II (3), Estatística I (3), Geografia Humana I (4), Epistemologia e Linguagem nas Ciências Sociais (4), Prática Desportiva (2). O ciclo profissionalizante também apresentava duas fases, na primeira

havia: Estudos de Problemas Brasileiros II (2), História Econômica, Política e Social do Brasil (4), Teoria Sociológica I (4), Antropologia Cultural II (4), Introdução à Ciência Política (4), Geografia Econômica I (3), Estatística II (4), Prática Desportiva III (2); já na segunda: Teoria Antropológica I (4), Teoria Política Clássica (4), Demografia I (4), Teoria Sociológica II (4), Economia III (4), Ciência Política I (4), Prática Desportiva IV (2).

Observam-se claramente mudanças significativas no direcionamento da discussão no campo das Ciências Sociais no referido curso, uma vez que ele passava a assumir um viés mais teórico. A economia passou a ganhar mais espaço nas discussões, assim como a Ciência Política, ainda que de forma ainda bastante incipiente se comparada com a Antropologia e a Sociologia, uma vez que apenas no ciclo profissionalizante surge uma Introdução à Ciência Política. A introdução da estatística não mais como disciplina optativa, mas sim como disciplina obrigatória também indica mudanças na concepção do curso, mais focado na dimensão da pesquisa também.

Notadamente, vale a pena destacar que havia outras mudanças institucionais em curso que confluíam com esse cenário, uma vez que, em 1976, é implementado um curso de especialização em Ciências Sociais e, em 1978, é criado o mestrado em Ciências Sociais, que possuía duas áreas de concentração: Antropologia e Sociologia. Isso indica um redimensionamento significativo do departamento, através da institucionalização de um espaço mais voltado para a pesquisa.

Os documentos que encontrei a partir do currículo de 1986 são mais esclarecedores, ao indicar, por exemplo, os objetivos do curso, que seriam:

O curso de Licenciatura plena de Ciências Sociais tem por objetivo fundamental a formação de professor para o ensino de 2º grau em

Ciências Sociais. Partindo da necessidade de conhecimentos mais genéricos de sua área de saber, inclui o estudo das ciências humanas. Passando para o campo específico, visa o estudo científico da realidade social, nos vários aspectos que a compõe. (REFER.).

Ou seja, deixa-se explícito nesse momento que o curso se volta para a formação docente, mas também para a formação de um quadro voltado para a pesquisa. Outra mudança significativa que ocorreu nesse período foi a transformação, em 1985, do mestrado em Ciências Sociais em dois distintos cursos: um mestrado em Antropologia Social e outro em Sociologia Política, desenho que ainda perdura na UFSC, o que indica também maior divisão disciplinar.

Nesse novo desenho, o aluno teria na primeira fase: Introdução à Sociologia (6), Introdução à Antropologia (6), História Econômica, Política, Social Geral e do Brasil (5), Geografia Humana – Econômica (4), Estudos de Problemas Brasileiros I (2), Prática Desportiva (2); na segunda: Teoria Sociológica I (6), Introdução à Ciência Política (6), Os Clássicos da Antropologia (6), Prática Desportiva II (2); terceira: Teoria Sociológica II (6), Teoria Política I (6), Tendências Antropológicas Atuais (6), Estudos de Problemas Brasileiros II (2), Prática Desportiva III (2); na quarta: Teoria Política II (6), Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais (6), Economia Política (4), Disciplina Optativa (4), Prática Desportiva IV (2); na quinta: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais II (6), Estatística Aplicada às Ciências Sociais (6), Disciplina Optativa I e II (10); sexta: Introdução à Psicologia da Educação (3), Estrutura e Funcionamento do 1º e 2º graus I (4), Sociologia da Educação I (4), O. S. P. B. (6), Disciplina Optativa (6); sétima: Psicologia da Educação II (4), Didática I (4), Disciplina Optativa I e II (10); oitava: Prática de Ensino de Sociologia (4), Prática de Ensino Elementos de Economia (4), Prática de Ensino de OSPB (4).



Ocorre aí um aprofundamento na dimensão da pesquisa, mas que ao mesmo tempo trazia consigo uma concepção de formação no modelo “3+1”, uma vez que, nas primeiras fases, não havia nenhuma discussão acerca da realidade educacional, concentrando-se, a partir da sexta fase, através das disciplinas de Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento do 1º e 2º graus e das Práticas de Ensino. No que tange às práticas, é interessante perceber que surge, pela primeira vez, uma prática de ensino em Sociologia, o que pode estar afinado tanto a questões mais locais, uma vez que encontramos referências ao fato de que ao final do IV Congresso Catarinense de Sociologia – evento organizado pela Sociedade Catarinense de Sociologia, realizado entre 30 de maio e 1º de junho de 1980, na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), na cidade de Lages, houve a aprovação de algumas moções por deliberação da Assembleia Geral da Sociedade Catarinense de Sociologia; dentre elas estava a moção “Pela reintrodução das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos currículos de 2º graus” (UFSC, 1980), como também havia um cenário nacional favorável a esse redirecionamento, tendo em vista que é a partir dos anos de 1980 que começam a surgir iniciativas pontuais em algumas unidades da federação de retorno da Sociologia aos currículos escolares (OLIVEIRA, 2013).

Por outro lado, havia outras práticas de ensino que não necessariamente situam-se no campo estrito das Ciências Sociais, que já estavam delimitados de forma bastante próxima com aquilo que conhecemos hoje. Chama a atenção o fato que a prática de ensino em elementos de economia antecede a prática de ensino em sociologia, o que novamente pode apontar para uma compreensão mais alargada do ensino das Ciências Sociais. Indico assim que o ensino de Sociologia surge como uma preocupação posterior no curso de Ciências Sociais

da UFSC, em seu desenvolvimento o ensino da História, da Geografia, da OSPB, dos Estudos Sociais e mesmo dos elementos de economia surgiram antes.

Levanto como hipótese, que pode ser ampliada para outras licenciaturas de Ciências Sociais no país, que este curso passa a ser pensado como um espaço de formação de professores de Sociologia *a posteriori*, como um reflexo das transformações que ocorrem na Educação Básica, bem como do processo de maior delimitação disciplinar entre as ciências, o que se conecta de forma bastante evidente com o advento da pós-graduação após a Reforma Universitária de 1968.

Deve-se ainda considerar que, nos anos de 1980, essa habilitação ampla para a docência era a marca do curso, uma vez que a Portaria do MEC n.º 399, de 28 de junho de 1989, estabeleceu novas normas orientadoras no tocante aos registros de professores e especialistas em educação. Os registros passaram a ser efetuados nas disciplinas e em diferentes graus, conforme relacionado: História e Geografia no 1.º grau, OSPB no 1.º e 2.º Grau, Sociologia no 2.º Grau, Elementos de Economia e Geografia Humana no 2.º Grau. E como a lei n.º 8.663, de 14 de junho de 1993, que revogou o Decreto-Lei n.º 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispunha sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória no ensino do então 1.º grau, a tendência que se observou nos anos de 1990 foi de um crescente centramento apenas na prática de ensino de Sociologia.

Não sem menor relevância, deve-se considerar o argumento lançado por Weber (1996) ao indicar que, no processo de redemocratização da sociedade brasileira, a educação e os professores foram compreendidos como peças-chaves para a consolidação de um projeto de sociedade democrática. Desse modo, as preocupações com a formação docente nas Ciências Sociais no bojo dessas discussões seriam

questões não apenas acadêmicas, no sentido estrito do termo, como também políticas.

Como indica o documento do atual Projeto Político de Curso (PPC), os anos de 1990 foram centrais no processo de redefinição do curso, tendo em vista que foi esse o período no qual ocorreram inúmeras discussões sobre o seu currículo. Foram realizados a I Semana de Avaliação do Curso de Ciências Sociais da UFSC em 1995; o II Seminário de Avaliação do Curso de Ciências Sociais em 1996; a III Semana de Ciências Sociais em 1997; a IV Semana de Ciências Sociais em 2002; a I Jornada para elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais em 2003; a VII Semana de Ciências Sociais e a II Jornada Político Pedagógica do Curso de Ciências Sociais em 2004.

Nesse interstício, no qual essa reforma foi pensada e discutida, ocorreram inúmeros avanços institucionais, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96), a inclusão da Sociologia como componente curricular obrigatório no estado de Santa Catarina em 1998, a elaboração de diretrizes curriculares nacionais para o curso de Ciências Sociais em 2001, sem contar que, no âmbito das Ciências Sociais da UFSC, houve a criação dos doutorados em Antropologia Social e em Sociologia Política em 1999, o que indica que tais discussões ocorreram em meio a um corpo docente mais maduro academicamente.

Adveio, dessa reforma curricular, uma preocupação em demarcar mais claramente tanto a marca da pesquisa, própria das Ciências Sociais, quanto a da licenciatura através do chamado Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL), ou seja, a partir de então os licenciados deveriam apresentar um trabalho final necessariamente relacionado à educação, articulando pesquisa e debate educacional.

Em termos de organização curricular encontramos na primeira fase: Introdução à Antropologia (6), Introdução à Ciência Política (6), Introdução à Sociologia (6), História Contemporânea (4), Produção Acadêmico Textual (4); segunda fase: Teoria Antropológica I (6), Teoria Política I (6), Teoria Sociológica I (6), Fundamentos Filosóficos da Pesquisa Científica (4); terceira fase: Teoria Antropológica II (4), Teoria Política II (4), Teoria Sociológica II (4), Epistemologia das Ciências Sociais (6); na quarta: Teoria Antropológica III (6), Teoria Política III (6), Teoria Sociológica III (6), Teorias da Educação (4), Psicologia Social (4); na quinta: Pensamento Social Brasileiro (6), Prática de Pesquisa II (4), Métodos e Técnicas de Pesquisa I (6), Didática B (4), Psicologia Educacional (4), Economia Política (4), Optativa 1 (4); na sexta: Sociologia da Educação (4); Organização escolar (4); Metodologia do Ensino de Ciências Sociais (6), Optativa 2 (4); na sétima: Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I (14), Estudos Afro-Brasileiros (4), Optativa 3 (4); na oitava: Estágio Supervisionado II (14); Optativa 4 (4); na nova: Seminário de Licenciatura (4); TCL (4).

Há, nesse cenário, portanto, uma maior ênfase na pesquisa, mas ao mesmo tempo um desenho mais claro no que tange à questão educacional, sendo reforçada pelos seminários de licenciatura e pela proposta de TCL. Nas disciplinas optativas, encontramos apenas uma referência direta a uma discussão relacionada à educação, que diz respeito à disciplina de “Antropologia da Educação” (4), e, de forma indireta, a disciplina “Sociologia da Juventude”. No mais, não há nenhuma outra disciplina que aponte para essa interface. Podemos inferir que a oferta de disciplinas optativas reflete não exatamente as demandas do curso, mas sim a agenda própria de pesquisa do corpo docente que o compõe, indicando que o debate educacional, apesar das reformas

levadas a cabo, continuou como periférico na agenda de pesquisa do corpo docente deste curso, o que reflete uma tendência mais geral no campo das Ciências Sociais já observada em levantamentos anteriores (MARTINS; WEBER; 2010; OLIVEIRA; SILVA, 2016).

O curso ainda mantém a entrada única para licenciatura e bacharelado, sendo que, a partir do segundo ano de curso (terceiro semestre), o aluno começa a se direcionar para uma das duas habilitações. Os estágios e as metodologias continuam sendo ofertadas pelo Centro de Ciências da Educação (CED), o qual reproduz o modelo clássico de divisão de trabalhos com as Faculdades de Educação, porém, ressalta-se a relevância de haver disciplinas tais como Sociologia da Educação e Seminários de Licenciatura que são ofertadas pelas Ciências Sociais, o que pode indicar um comprometimento do corpo docente com a formação de professores e, em que pese os limites ainda encontrados no curso, percebe-se que há avanços significativos com relação aos desenhos curriculares anteriores. Nota-se ainda que os currículos da licenciatura e do bacharelado possuem desenhos semelhantes, o que possibilita um fácil trânsito pelas duas habilitações, como indicam Mick, Diamico e Luz (2012), amiúde os alunos realizam ambas as formações ofertadas pelo curso.

Essa organização curricular é um caminho encontrado entre outros tantos possíveis, como indica o levantamento de Handfas (2009), todavia, nos possibilita refletir sobre a realidade mais ampla dos cursos de Ciências Sociais no Brasil. Afinal, tendencialmente, as graduações nessa área do conhecimento não se pensam enquanto cursos de formação de professores, ainda que isso tenha sido alterado sensivelmente com a reintrodução da Sociologia no currículo escolar. O acionamento de instrumentos como o TCL e a elaboração de disciplinas relacionadas diretamente com a licenciatura a serem lecionadas por

professores vinculados institucionalmente às Ciências Sociais, e não ao CED, parece-me ser uma estratégia clara de não apenas criar uma identidade em termos de formação entre os alunos do curso, como também entre os próprios docentes.

Apesar de examinarmos aqui um curso que surge apenas nos anos de 1970, marcado por um cenário particular, acredito que apresenta um percurso semelhante ao de outros de Ciências Sociais que emergem Brasil afora. Minha intenção aqui é demonstrar a necessidade de articularmos as transformações no nível local, com aquelas mais amplas ocorridas no campo das Ciências Sociais brasileiras para compreendermos os sentidos que determinado curso assume, especialmente no que tange à formação de professores.

Há claramente a passagem de uma compreensão mais ampliada de Ciências Sociais para uma mais estrita, especialmente quando consideramos a dimensão da formação docente. Estas licenciaturas teriam passado de uma realidade marcada por um campo mais disperso e pouco delimitado, para um mais claramente delineado assentado numa formação a partir da Antropologia, Ciência Política e Sociologia, visando o ensino na Educação Básica da Sociologia. Recuperar essa dimensão mostra-se como algo relevante tanto no que diz respeito ao avanço nas pesquisas na área de Pensamento Social Brasileiro, ao nos voltarmos para os processos de transformações das Ciências Sociais e para a rotinização do conhecimento sociológico, quanto na do Ensino de Sociologia, por nos possibilitar um mapeamento dos avanços galgados no campo da formação docente, ainda que esses não sejam lineares.

Acrescenta-se, por fim, que este movimento nos cursos deu-se de forma concomitante e relacionada com as próprias modificações ocorridas na Educação Básica, uma vez que a própria Sociologia nos currí-

culos escolares possui um percurso caudaloso, marcado por inúmeras descontinuidades<sup>5</sup>.

A dispersão em termos de foco de atuação profissional das licenciaturas em Ciências Sociais, ao menos num primeiro momento, poderia ser explicada, portanto, pela ainda diversa concepção de Ciências Sociais que estava em curso no período aqui analisado, e pela ausência da própria Sociologia enquanto disciplina escolar no currículo da Educação Básica. Como são movimentos concomitantes, podemos afirmar que eles se afetam de forma recíproca, uma vez que, na medida em que foi se delineando uma determinada configuração de Ciências Sociais, esta também acabou por afetar a Sociologia lecionada nas escolas. Sendo assim, para uma melhor análise da Sociologia na realidade escolar ao longo do tempo, é necessário também examinarmos as dinâmicas que as Ciências Sociais assumem no Ensino Superior, especialmente junto às licenciaturas específicas nesta área, tanto nos diversos contextos locais quanto em termos mais amplos nacionalmente.

## Considerações Finais

As modificações observadas no currículo do curso de formação de professores de Ciências Sociais na UFSC refletem não apenas as demandas existentes na Educação Básica, ainda que o curso tenha surgido visceralmente ligado a essa realidade, mas sim questões mais amplas que refletem o debate intelectual local e nacional e como essas duas esferas dialogam.

Percebe-se um processo de crescente delimitação do que seriam as Ciências Sociais. Inicialmente, mais próximas da História e da Geografia e, em alguma medida, da Economia; e, posteriormente,

delimitando-se cada vez mais à Antropologia, à Ciência Política e à Sociologia. Levanto como hipótese que, se, por um lado, a compreensão ampliada das Ciências Sociais estava ligada às demandas escolares, por outro, seu processo de crescente delimitação liga-se à maior autonomização que essas áreas passam a ganhar com o advento da pós-graduação. Não à toa, se esse processo em Santa Catarina possui uma temporalidade diversa daquela que ocorre em outras instituições do Brasil, é também porque a maturação da pós-graduação ocorre aqui em outro momento.

Um impacto mais direto das demandas da Educação Básica sobre o curso pode ser sentido através da presença incisiva da disciplina de OSPB, assim como sua prática de Ensino, mas que gradativamente perde espaço para a prática de Ensino em Sociologia.

O interstício entre os anos de 1980 e os anos 2000 apresenta-se como de suma importância para a compreensão de que professor de Ciências Sociais estamos falando nesse momento. Então, surgem as pós-graduações disciplinares em Antropologia Social e em Sociologia Política na UFSC. A Sociologia começa a voltar em nível nacional de forma pontual, incluindo Santa Catarina em 1998; também são elaboradas diretrizes para formação de professores, bem como de cientistas sociais.

O curso que há, atualmente, na UFSC possui um desenho claro de licenciatura em Ciências Sociais, ainda que se possam problematizar as tensões que há com o próprio desenho do bacharelado, o que aparece através do parco número de disciplinas optativas voltadas para a educação, da inexistência até 2006 de núcleos de pesquisas dedicados ao ensino, ainda que todos os alunos tenham a obrigação de se integrar a um núcleo de pesquisa. Essa, certamente, é uma marca que se coloca de forma incisiva nas licenciaturas de modo geral, e nas Ciên-



cias Sociais de modo particular, o que fora reforçado pela ausência da Sociologia na Educação Básica.

Acredito que a maior contribuição desse breve ensaio encontra-se na demonstração de que, em que pese a ausência da Sociologia dos currículos escolares por um longo período, o ensino das Ciências Sociais na Educação Básica não desapareceu por todo, apenas apresentava-se através de outra configuração e compreensão do que seriam essas Ciências, o que se refletia também na própria estrutura curricular da licenciatura em Ciências Sociais, podendo essas considerações serem ampliadas em algum grau para outras licenciaturas no Brasil nesta mesma área de conhecimento.

## Referências

AUEDE, Bernadete W.; CAMPOS, Glória G. S.; FERREIRA, Marilene S. Egressos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina: profissão em movimento. *Mosaico Social*, v. III, p. 21-42, 2006.

CARVALHO, Lejeune M. G. X.; MATTOS, Sergio S. *Sociólogos & Sociologia: história das suas entidades no Brasil e no mundo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

COELHO DOS SANTOS, Silvio. A Antropologia em Santa Catarina. In: COELHO DOS SANTOS, Silvio (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: EDUFSC/ABA, 2006, p. 17-77.

HANDEFAS, Anita. A Formação do Professor de Sociologia. In: HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. (Org.). *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p. 187-196.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios." *Sociologias*, v. 7, n. 14, 2005. p. 376-436.

MARTINS, Carlos B.; WEBER, Silke. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, Carlos B; MARTINS, Heloisa H. T. S. *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 131-201.

MELO, Manoel P. C. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

MEUCCI, Simone. *Artesania da Sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba: Appris, 2015.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora Vértice/Idesp/Finep, 1989. p. 72-110.

MICK, Jacques; DIAMICO, Manuela de Souza; LUZ, Joel Rosa. O perfil do egresso do curso de Ciências Sociais da UFSC (2000-2009). *Mosaico Social*, v. VI, p. 347-386, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi. A expansão conservadora dos cursos de formação de professores em Ciências Sociais em Santa Catarina. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, p. 87-103, 2016.

\_\_\_\_\_. Revisitando A História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum Educatum*, v. 35, n. 2, 2013, p. 179-189.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira. A Sociologia, os Sociólogos e a Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016, p. 1-15.

PINTO, Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES (Série Estudos e Ensaio, nº 6), 1955.

REESINK, Misia L.; CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: Ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar C.; PEREIRA, Fabiana G. (Org.) *Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: Editora UFPE-ABA, 2014. p. 53-82.

TAKAGI, Cassiane T. T. *Formação de professores de Sociologia do Ensino Médio: um estudo sobre o currículo do curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. *Boletim de Ciências Sociais*. s/v, n. 17, 1980.

\_\_\_\_\_. Curso de Ciências Sociais – Projeto Político Pedagógico. Florianópolis, 2006.

WEBER, Silke. *O professorado e o papel da educação na sociedade*. Campinas: Papyrus, 1996.

**Resumo:**

O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla sobre a história das Ciências Sociais em Santa Catarina, cujo recorte se circunscreve, sobretudo, nas Ciências Sociais desenvolvidas junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O curso que é aqui objeto de reflexão fora criado em 1973, tendo passado por inúmeras transformações desde então, tendo ocorrido sua última reforma curricular em 2006, sendo esse período entre a década de 1970 e os anos 2000 o recorte temporal aqui adotado a partir do exame de suas mudanças curriculares. Almeja-se desenvolver uma reflexão que possibilite compreender quais concepções de formação de professor de Ciências Sociais estavam em curso e como elas são transparecidas nos diversos desenhos curriculares, ao mesmo tempo em que se inserem numa dinâmica mais ampla das Ciências Sociais no Brasil.

**Palavras-chave:** Formação de Professores de Ciências Sociais; Ensino de Sociologia; Ensino Superior; Pensamento Social.

**Abstract:**

The present paper integrates a broader research about the history of the Social Sciences in Santa Catarina, whose cut is circumscribed, especially in the Social Sciences developed at the Federal University of Santa Catarina (FUSC). The course that was the subject of reflection was created in 1973, having undergone numerous transformations since then, its last curricular reform occurred in 2006. This period between the decade of 1970 and the years 2000 is the temporal cut here adopted for the examination of their curricular changes. It is hoped to develop a reflection that makes possible to understand the different conceptions of teacher training in Social Sciences, and how they are shown in the different curricular designs, at the same time as they are inserted in a broader dynamics of Social Sciences in the Brazil.

**Keywords:** Teacher Training in Social Sciences; Teaching Sociology; Higher education; Social Thought.

Recebido para publicação em 16/03/2018.

Aceito em 02/10/2018.



# Multiculturalismo e escola pública

**Elbio Miyahira**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

elbio.miyahira@hotmail.com

## Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa feita em uma escola pública do Ensino Fundamental 2, na cidade de São Paulo, com o objetivo de verificar a interação social entre os estrangeiros e brasileiros que estudam na mesma classe. Os dados foram coletados através da aplicação de testes sociométricos e de uma entrevista com a coordenadora pedagógica da escola. O artigo se divide em 4 partes. A primeira parte discute algumas questões teóricas sobre o multiculturalismo. A segunda parte descreve a escola onde foi aplicado o teste sociométrico, a montagem dos sociogramas, assim como algumas considerações a partir dos mesmos. A terceira parte descreve a entrevista com a coordenadora pedagógica. A quarta parte contém as considerações finais a partir dos dados coletados.

## Questões teóricas sobre o multiculturalismo

Há uma grande discussão sobre os significados das palavras: multiculturalismo, pluralismo cultural, cosmopolitismo ou interculturalismo. Para Hall (2003), a palavra "multiculturalismo" normalmente é usada no singular e representa uma doutrina ou filosofia escolhida para lidar com os problemas de diversidades e multiplicidades decorrentes da sociedade multicultural. Mas Hall (2003) também nos alerta para a existência de uma diversidade de "multiculturalismos". Temos um multiculturalismo conservador<sup>1</sup> que busca a assimilação da diferença à cultura dominante. Há um multiculturalismo liberal que enfatiza uma cidadania individual universal, aceitando as práticas divergentes da cultura majoritária apenas no âmbito privado.

Para Vita (2002), multiculturalismo também pode ser chamado de pluralismo. Para Lopes (2012), multiculturalismo também pode ser chamado de pluralismo cultural ou cosmopolitismo. Lopes (2012) diz que o multiculturalismo busca a coexistência de culturas diferentes no mesmo espaço social através do respeito às diferenças e da tolerância, já o interculturalismo entende a interação e diálogo entre as culturas. Backstrom e Castro-Pereira (2012) dizem que o interculturalismo implica no diálogo e conhecimento mútuo das culturas.

A ideologia dominante no mundo ocidental ainda é a liberal. Seguindo os conceitos de Hall (2003), portanto, concluímos que a maioria dos multiculturalismos adotados seria um multiculturalismo liberal. Esse multiculturalismo adéqua os seus conceitos de liberdade e igualdade de forma particular. Martuccelli (1996) relata que o con-

---

1. O conceito e a utilização da palavra "multiculturalismo" possui variações conceituais. Um exemplo é o fato de Backstrom e Castro-Pereira (2012) classificarem como assimilacionismo o que, para Hall (2003), foi classificado como "multiculturalismo conservador".



ceito liberal de liberdade é indissociável da divisão entre o público e privado, permitindo somente a expressão de certas características das identidades no âmbito privado, negando a expressão das mesmas no âmbito público. Como pano de fundo, há o caráter universal dos direitos. As representações particulares são abandonadas em favor das representações universais. Já a igualdade foi acomodada dentro do conceito de igualdade de oportunidades.

Contudo, as novas condições multiculturais da sociedade confrontam esse multiculturalismo liberal e os seus conceitos de cidadania universal, neutralidade do Estado, igualdade, liberdade etc. A distância entre a igualdade formal e a igualdade concreta tem assombrado a concepção liberal. A separação dos âmbitos públicos e privados também está cada vez mais enfraquecida. O conceito do homem universal no âmbito público, relegando a liberdade de expressão das particularidades para o âmbito privado, está desmoronando. Hall (2003) afirma que a própria política está intervindo cada vez mais no chamado domínio privado.

Diante desse quadro, Hall (2003) alerta para um dilema crucial que as sociedades atuais trazem que é a dificuldade de equilibrar o particular e o universal, a diferença e a igualdade. Frederico (2016) também relata esse dilema entre os interesses particularistas dos movimentos sociais e os direitos universais estabelecidos na Revolução Francesa de 1789. Por um lado, os particularistas denunciam o caráter abstrato do universalismo e da falsa ideia de cidadania que proclama a igualdade de todos, sendo que, na vida real, as pessoas e grupos são desiguais. Por outro lado, os universalistas alegam que os particularismos impedem a convivência democrática e o entendimento entre os homens (FREDERICO, 2016).

Segundo Martuccelli (1996), os indivíduos já não se satisfazem

com a expressão de suas particularidades somente no âmbito privado. Busca-se, cada vez mais, a afirmação pública destas identidades. Também exigem uma reformulação do conceito de igualdade. Não é mais possível pensar a igualdade no interior de uma concepção global de injustiça, onde se desloca a mesma para o conceito de igualdade de oportunidades.

Diante desse novo quadro, Martuccelli (1996) comenta sobre a necessidade da mudança do Estado. Se antes ele intervinha de maneira universalista, agora é preciso que introduza igualdade de direitos em função da situação particular de cada um. "[...] não se trata mais de aplicar os mesmos princípios a todo o mundo e, às vezes, nem se concebe mais que os princípios sejam idênticos para todo o mundo: trata-se sempre de levar em conta as circunstâncias pessoais." (MARTUCCELLI, 1996, p. 23).

Esse dilema também se manifesta na escola. A concepção laica da escola defende que o indivíduo deva despir-se de suas particularidades e ser um cidadão a ser formado na escola. Por outro lado, há quem deseje a escola como um espaço de afirmações identitárias, onde o desejo de expor publicamente a sua individualidade seja acolhido (MARTUCCELLI, 1996).

Nesse contexto multicultural, há um embate político no qual a cultura passa a ter uma relação com a política em sua busca de reconhecimento. Nesse processo, Frederico (2016) alerta para o fato da cultura minoritária precisar delimitar claramente a sua substância e os seus membros. Com isso, pode-se levar a uma visão muito essencialista da cultura (FREDERICO, 2016) ou ainda um problema de imposição de posturas e valores para com os membros do grupo minoritário para que se enquadrem perfeitamente no que foi desenhado (VITA, 2002). Frederico (2016) também alerta que essa luta política pelo

reconhecimento resultou em uma reação xenófoba também apoiada em uma visão essencialista e particularista. Sansone (2003) comenta que as políticas multiculturais podem destruir as diferenças de classes no interior do grupo minoritário, esconder as características comuns que uma minoria tem com outras minorias ou com grupos da maioria, fossilizar dinâmicas internas do grupo, coletivizar os indivíduos e incentivar a criação de grupos étnicos e suas problemáticas.

A visão de uma cultura estática e essencialista seria um erro conceitual, para Baumann (2012), e levaria a uma reificação na análise. Mateos (2004) também nos alerta para essa questão e defende o conceito de que as culturas se transformam permanentemente e são recriadas pelos grupos conforme os mesmos se adaptam e se deparam com novos meios sociais e ecológicos. Hall (2003), ao estudar a imigração caribenha na Grã-Bretanha, afirma que a identidade é uma costura de posição e contexto e não uma substância ou essência. Afirma que, com a globalização, os laços entre cultura e lugar estão cada vez mais frouxos, passando por um processo desterritorializante da cultura no qual as novas tecnologias modificaram as compreensões de espaço-tempo. Fica cada vez mais difícil identificarmos os locais de origem de cada cultura. Portanto, Hall (2003) afirma que as identidades "caribenhas" na Grã-Bretanha são apenas um pálido reflexo de sua origem, são resultados de uma formação relativamente autônoma. Para Hall (2003), a cultura é uma produção. Depende do seu ponto de origem: tradições e um conjunto de genealogias, mas cada grupo é capaz de produzi-la de novo. Assim, "não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições" (HALL, 2003, p. 44). Ou seja, estamos em processo constante de formação cultural, não somente de ser, mas de se tornar.

Canen e Oliveira (2002) argumentam que a visão essencialista da

cultura leva a uma abordagem que impede o descobrimento dos mecanismos históricos, políticos e sociais que levam à marginalização dos grupos e ao seu silenciamento. Vejo, portanto, um grande dilema na luta política destes grupos minoritários e marginalizados. Ao mesmo tempo que tentam delimitar seus membros e sua cultura para um embate político; essa essencialização da cultura não permite que se veja os processos históricos da marginalização e do silenciamento que sofreram. Tornando a sua luta desfocada e com alcance muito limitado.

Considerando as culturas como dinâmicas e em constante transformação e construção, podemos analisar as interações entre as culturas. Hall (2003) argumenta que há dois movimentos contraditórios neste mundo globalizado. Há as forças de homogeneização cultural, uma força principalmente de americanização que busca se sobrepor a todas as outras culturas no ocidente, que pode ser chamada de "McDonaldização" ou "Nike-zação". Mas, ao mesmo tempo, ocorre outro movimento de descentralização, levando a uma disseminação da diferença cultural no mundo todo. O poder cultural, econômico e tecnológico deste eixo vertical de homogeneização é compensado pelas conexões laterais, criando muitas diferenças locais. Esse movimento não tem vigor para repelir a força de homogeneização, mas tem a capacidade de subverter e traduzir, negociando esse processo. Esse processo é chamado por Hall (2003) de "proliferação subalterna da diferença". Porém, não devemos cair no erro de considerar esse processo de "revitalização" da cultura local como simples resíduo do passado. É, pelo contrário, um processo dinâmico de reconstrução através da articulação com as novas forças.

Barth (2011) argumenta que as fronteiras que definem os limites identitários se mantêm mesmo com um fluxo maior de pessoas entre os grupos. Com isso, argumenta que as "[...] categorias étnicas

não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação” (BARTH, 2011, p. 188). Argumenta que a interação pode ser a própria fundação das distinções culturais.

As características consideradas para a diferenciação entre os grupos não são um resultado de uma análise objetiva ou da soma objetiva das diferenças individuais dos membros do grupo. As características consideradas são eleitas pelos atores, segundo Barth (2011). Neste processo, alguns traços são supervalorizados e outros minimizados ou até negados. Esses traços utilizados para criar a dicotomia étnica são de duas ordens segundo o autor:

1. Sinais ou signos manifestos — os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como: vestuário, a língua, a moradia ou o estilo geral de vida;
2. Orientações de valores fundamentais — os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas.

Como essas distinções são construídas socialmente, a interação entre os grupos pode ser a base das distinções culturais e não a sua ruína, pois através da interação os grupos podem se sentir impulsionados a demarcar as fronteiras. Nessa relação entre grupos, segundo Barth (2011), os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, mas a dicotomização (membros–não membros) permite a manutenção da distinção. Esse processo de continuidade da fronteira permite a investigação da natureza da fronteira, já que a distinção não é baseada na essência fixa das culturas. A fronteira étnica deve ser o ponto central das pesquisas, segundo Barth (2011), pois é ela que define o grupo e não uma matéria cultural fixa.

Addis descreve que há 3 instituições que podem contribuir para o diálogo entre os grupos e culturas: ”a escola — porque ensina o que é importante; a mídia — porque elabora uma imagem sobre os

membros da sociedade; o direito — porque define o que é aceitável.” (*apud* LOPES, 2012, p. 77). Sansone (2003), em seu estudo sobre as políticas públicas desenvolvidas em alguns países europeus que receberam forte imigração, descreve que

Se o serviço público é a esfera em que se experimentam medidas em prol de minorias, como quotas, programas de treinamento e planos de carreira, a escola pública é o palco principal pró-diversidade do multiculturalismo. (SANSONE, 2003, p. 540).

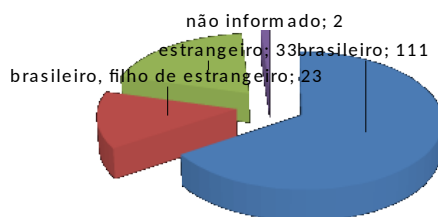
Verificamos, dessa forma, a importância da escola como local de socialização ou de implantação de novos valores como instrumentos de políticas públicas.

Portanto, pretendemos analisar as possíveis fronteiras que os alunos constroem entre si em uma classe com mais de uma etnia. Verificando se os mesmos sentem a necessidade da criação de um “grupo político” na busca de reconhecimento e direitos, e conseqüentemente a criação de limites entre os grupos.

## **Escola pública onde foi realizada a pesquisa e o teste sociométrico**

A escola pesquisada é uma escola estadual do Ensino Fundamental 2 e do Ensino Médio no bairro do Bom Retiro na cidade de São Paulo. Este bairro é conhecido pela grande quantidade de empresas ligadas ao setor de costura. Com isso, há também uma grande concentração de imigrantes bolivianos residentes na mesma região. Rodrigues *et al* (2014) mostram que o distrito da Sé, na região central, onde se localiza o bairro do Bom Retiro, juntamente com os distritos próximos de Freguesia do Ó, Mooca, Vila Maria e Penha são as regiões onde se concentram a maior quantidade de alunos bolivianos na cidade de

São Paulo. A escola pesquisada também possui um número considerável de alunos estrangeiros ou filhos de estrangeiros. No levantamento realizado em duas turmas do sexto ano e duas turmas do oitavo ano, ambas do Ensino Fundamental 2; e duas turmas no segundo ano do Ensino Médio, com um total de 169 alunos; um terço dos alunos são estrangeiros ou filhos de estrangeiros, conforme mostra o gráfico abaixo.



#### Quantidade de alunos estrangeiros, filhos de estrangeiros e brasileiros da escola pesquisada

Fonte: Pesquisa realizada por MIYAHIRA, Elbio.

O teste sociométrico foi aplicado com alunos do sexto ano. Foi aplicado em três áreas: afetividade, estética e cognição. Havia 6 perguntas às quais os alunos deveriam responder com três nomes de outros alunos da classe em ordem de prioridade. As perguntas foram:

- I. Com quais dos seus colegas, você **mais gostaria de brincar, passear**, em seu tempo livre? Indique 3 colegas, começando por aquele que você mais gostaria.
- II. Com quais dos seus colegas, você **menos gostaria de brincar, passear**, em seu tempo livre? Indique 3 colegas, começando por aquele que você menos gostaria.
- III. Com quais dos seus colegas, você **mais gostaria de formar um grupo para realizar um trabalho valendo nota?** Indique 3 colegas, começando por aquele que você mais gostaria.

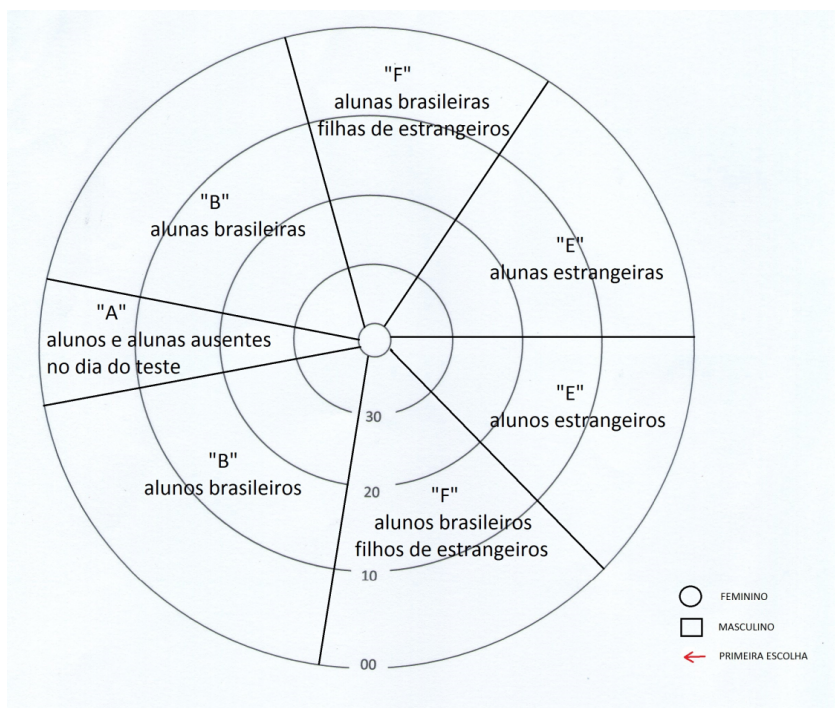
- IV. Com quais dos seus colegas, você **menos gostaria de formar um grupo para realizar um trabalho valendo nota?** Indique 3 colegas, começando por aquele que você menos gostaria.
- V. Quais colegas você acha **mais bonito?** Indique 3 colegas, começando por aquele que você considera o mais bonito.
- VI. Quais colegas você acha **menos bonito?** Indique 3 colegas, começando por aquele que você considera o menos bonito.

Para cada pergunta, foi montado um sociograma. Nesses sociogramas, os alunos foram classificados segundo a pontuação que receberam. Os alunos que foram escolhidos em primeiro lugar ganhavam 3 pontos; os alunos que foram escolhidos em segundo lugar, 2 pontos; os alunos que foram escolhidos em terceiro lugar, 1 ponto. No final, podemos ver as pontuações que cada aluno recebeu com as escolhas dos colegas de classe. Quanto maior a pontuação alcançada pelo aluno, mais próximo do centro do sociograma o aluno se localiza. Quanto menor a pontuação do aluno, mais próximo do círculo externo se localiza o mesmo. Todos os alunos foram identificados por letras e números. Os alunos identificados pela letra "B" são os alunos brasileiros, a letra "E" identifica os estrangeiros e a letra "F" identifica os alunos brasileiros, mas que são filhos de estrangeiros. Alguns alunos não estavam presentes no dia da aplicação do teste e, por isso, foram identificados pela letra "A". Também destacamos nos sociogramas as primeiras escolhas dos alunos com as setas.

As montagens dos sociogramas seguiram a disposição abaixo. As alunas foram colocadas na metade superior do sociograma e os alunos na parte inferior. Os alunos e alunas estrangeiros foram colocados do lado direito. Os alunos e alunas brasileiros foram colocados do lado esquerdo. Os alunos e alunas filhos de estrangeiros, mas já nascidos



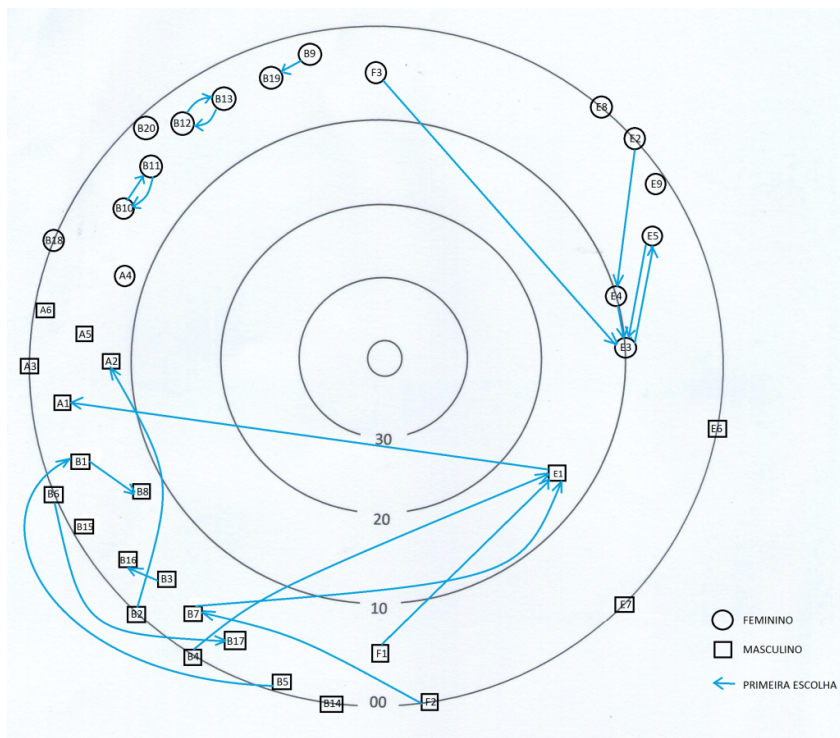
no Brasil foram colocados na região central (entre os brasileiros e estrangeiros). Os alunos e alunas ausentes foram colocados na parte esquerda na altura do centro do sociograma.



Disposição dos sociogramas

Analisando os sociogramas, verifica-se que nenhum aluno se destaca com uma pontuação muito alta. A única exceção é o aluno "A3" que ganha pontuação acima de 30 pontos nos sociogramas "Cognição negativa" e "Afetividade negativa". Mas vê-se que este aluno é escolhido tanto por muitos brasileiros quanto por muitos estrangeiros ou filhos de estrangeiros. Assim, não identificamos nenhuma relação deste fato com a questão cultural dos grupos.

Analisando o sociograma ligado à afetividade, vemos que as meninas preferem passear e brincar com outras meninas. As brasileiras

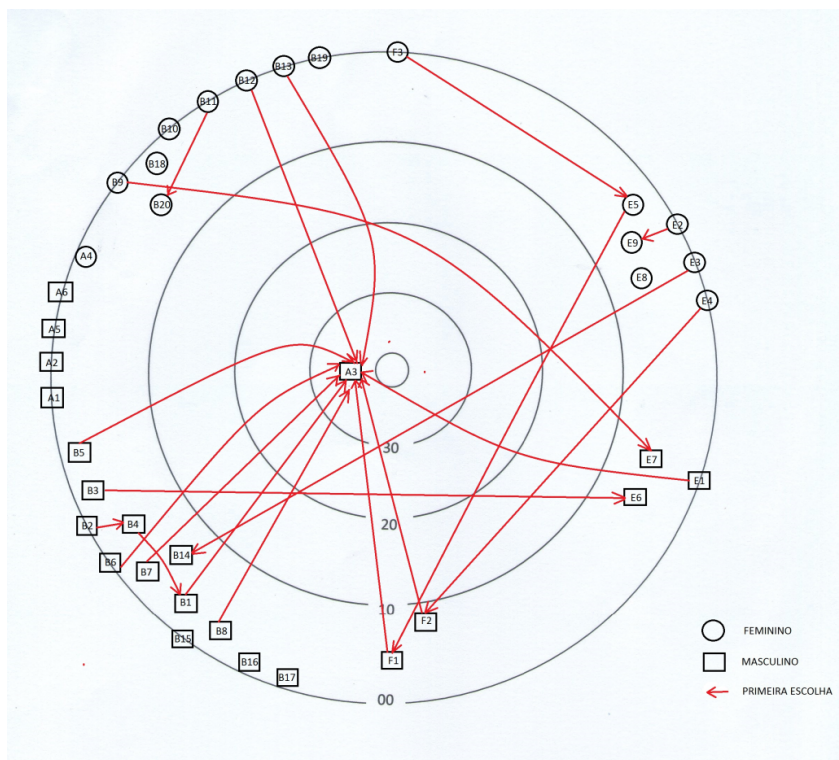


### I. Afetividade positiva.

Fonte: Teste sociométrico realizado pelo autor.

entre si e as estrangeiras e filhas de estrangeiras também entre si. Entre os meninos, já vemos maior interação entre os brasileiros, filhos de estrangeiros e estrangeiros. Isso fica expresso na maior quantidade de setas nas horizontais na parte inferior do sociograma. Porém, da parte dos meninos também vemos uma separação entre os gêneros em suas escolhas.

Nos sociogramas sobre cognição, vemos uma maior quantidade de brasileiros preferindo os alunos estrangeiros. Isso demonstra que os brasileiros entendem que os alunos bolivianos são bons alunos. Miyahira (2015) relata que os professores de uma escola pública do Ensino Fundamental 1 descrevem as famílias dos alunos bolivianos

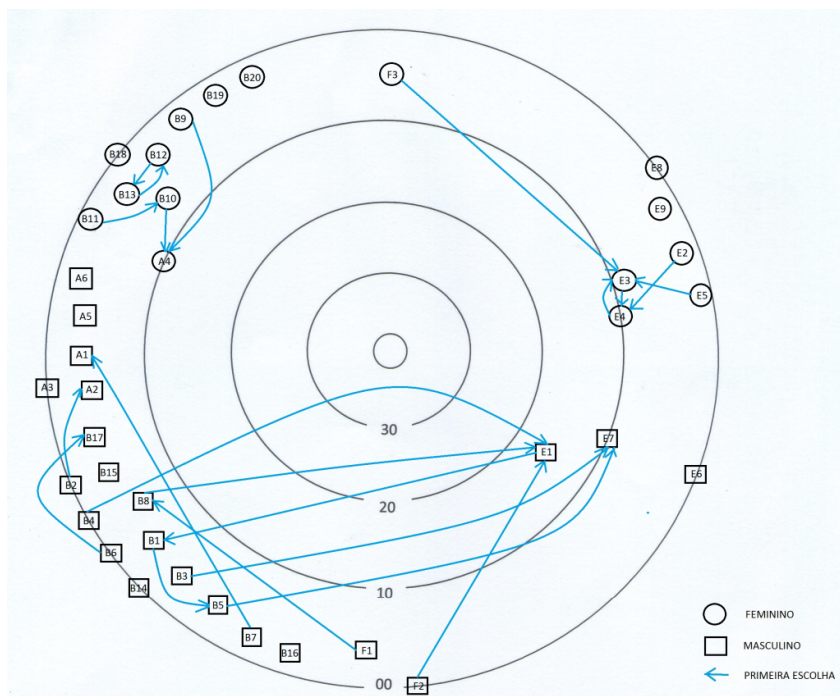


## II. Afetividade negativa.

Fonte: Teste sociométrico realizado pelo autor.

como muito interessadas e participativas na escolarização de seus filhos. Oliveira (2013) comenta sobre a diferença da forma como os alunos brasileiros e alunos bolivianos se dirigem ao professor. Os alunos bolivianos são muito mais formais e, quando se dirigem diretamente ao professor, o fazem com a cabeça baixa e com a voz baixa. O que demonstra maior respeito e obediência aos professores. Já os alunos brasileiros se dirigem ao professor de maneira menos formal e mais desrespeitosa. Essas diferenças se refletem no comportamento durante as aulas e conseqüentemente no desempenho.

Porém, a preferência da parte dos brasileiros pelos estrangeiros ou

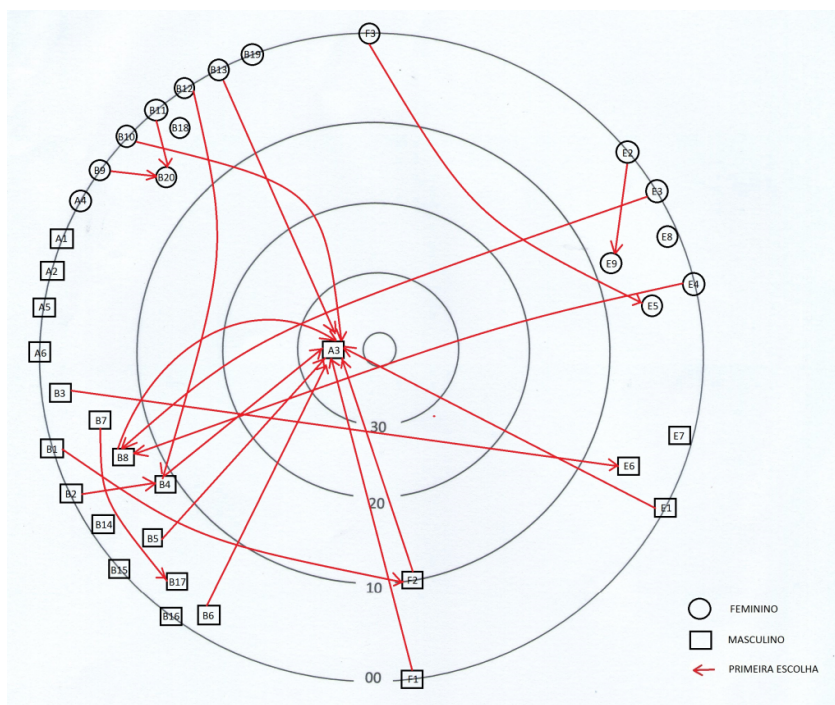


### III. Cognição positiva.

Fonte: Teste sociométrico realizado pelo autor.

filhos de estrangeiros no sociograma de cognição positiva não se manifesta entre as meninas. Nesse caso, as alunas estrangeiras e filhas de estrangeiros se escolhem entre si. Não escolhendo nem as meninas brasileiras nem os meninos quer brasileiros ou não. As meninas brasileiras também se escolhem entre si, não optando pelos meninos brasileiros, estrangeiros ou filhos de estrangeiros e também não optando pelas meninas estrangeiras ou filhas de estrangeiros.

No sociograma sobre a estética negativa, vemos maior rejeição das alunas bolivianas com relação aos brasileiros. Porém, os brasileiros na maioria dos casos escolhem-se entre si. Isso se manifesta com a maior concentração de flechas verticais do lado esquerdo do sociograma.



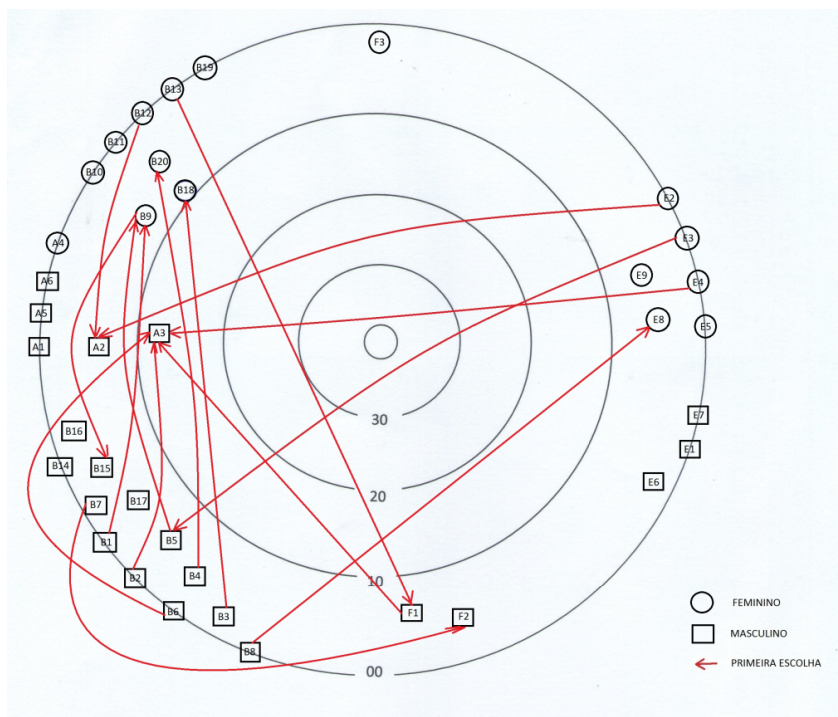
#### IV. Cognição negativa.

Fonte: Teste sociométrico realizado pelo autor.

Verificamos que entre os meninos há uma socialização menos estanque entre os grupos (brasileiros, filhos de estrangeiros e estrangeiros). Essa separação se manifesta de forma mais clara entre as meninas. Porém, de forma geral, parece não haver uma separação bem demarcada entre os grupos na escola pesquisada.

Em outra escola, pesquisada por Oliveira (2013), a situação é bem diferente. A instituição se localiza na mesma região da escola pesquisada neste artigo e também possui número expressivo de alunos bolivianos e filhos de bolivianos. Oliveira (2013) relata que os alunos bolivianos sofrem muita perseguição por serem estrangeiros e são obrigados a criarem estratégias de defesa





## VI. Estética negativa.

Fonte: Teste sociométrico realizado pelo autor.

passou por problemas desse tipo no passado, quando ocorriam cobranças de pedágios para os alunos estrangeiros. Porém, no momento isso não ocorre mais.

## Entrevista com a coordenadora pedagógica

Na busca de entendermos melhor as dinâmicas sociais construídas no interior da escola pesquisada, entrevistamos a direção da mesma. Na entrevista, verificamos que a atual coordenadora já está há nove anos na coordenação desta escola e que a diretora já está há sete anos. A entrevista foi realizada com a coordenadora pedagógica que, antes de ser coordenadora, foi professora nesta mesma escola por um ano.

A coordenadora relata que não ocorrem problemas de discriminação aos estrangeiros dentro da escola pesquisada. Na opinião dela, um dos motivos desta melhor integração é o grande número de estrangeiros. Ela descreve que a integração é bastante percebida entre os alunos do Fundamental. Porém, no Ensino Médio, já identifica um pouco mais de separação das etnias na formação dos grupos de convivência. Mas não percebe problemas de hostilidade entre estes grupos. Os problemas que surgem são pontuais segundo a coordenadora.

Ela afirma que a escola trabalha bastante com uma cultura de paz e com um bom acolhimento de todos os alunos. Os professores e funcionários são sempre orientados a acolherem bem a todos e a integrar a todos. Esses assuntos são sempre trabalhados nas formações dos professores. Inclusive, os professores de língua portuguesa organizam grupos de estudos para os novos alunos estrangeiros. Estes grupos ocorrem fora do período regular das aulas e buscam um atendimento mais individualizado.

Martuccelli (1996) alerta para a diferença entre igualdade e equidade:

Em sua formulação clássica, a igualdade enfatiza os elementos comuns aos indivíduos genéricos e não suas diferenças, seus particularismos coletivos, ela remete sempre a uma concepção global e comum da sociedade. É diferente o que se dá com a noção de “equidade” que reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos e dos grupos, aceitando a idéia de um tratamento diferenciado dos membros dessas coletividades. (MARTUCCELLI, 1996, p. 21).

Vê-se que a escola pesquisada busca uma atuação mais próxima do conceito de equidade. Diferentemente de outras escolas públicas que também trabalham com alunos estrangeiros. Miyahira (2015) descreve uma escola estadual na zona oeste de São Paulo na qual os pro-



fessores ignoram todas as diferenças e dão as aulas como se a turma fosse constituída de um único perfil de aluno. Todos os professores entrevistados expressam que tratam pedagogicamente todos os alunos (brasileiros, estrangeiros, filhos de estrangeiros e migrantes) da mesma forma. Inclusive, expressam esta ideia com alegria, considerando que assim, não fazem discriminação. Ou seja, buscam uma igualdade e não uma equidade.

Oliveira (2013) também se deparou com esta forma de pensar em duas escolas da zona norte de São Paulo, onde realizou a sua pesquisa. Lá, os funcionários também acreditam que todos devem ser tratados igualmente e levam esta orientação ao pé da letra. Oliveira (2013) se deparou com a indignação dos funcionários das duas escolas ao perguntar quantos alunos bolivianos havia nas mesmas. Os funcionários disseram que não se fazia diferenças naquelas escolas, ou seja, entendiam que o simples contar de quantos alunos nasceram no Brasil e quantos nasceram na Bolívia seria uma forma de fazer distinção entre os alunos. Para eles, isso seria um ato preconceituoso.

Vê-se que a escola pesquisada neste artigo procura uma abordagem diferente ao entender as diferenças individuais e ao incorporar no seu cotidiano práticas intencionais de acolhimento e integração por meio da equidade.

## Considerações finais

Como vimos, a sociedade multicultural atual confronta a divisão que o multiculturalismo liberal faz em liberdade positiva e liberdade negativa, relegando a expressão das particularidades somente para o âmbito privado. Também vimos que a luta política de um grupo minoritário pelo reconhecimento de suas particularidades pode levar a

uma visão essencialista da sua cultura. Forçando os integrantes do grupo a se enquadrarem dentro dos limites e das características desenhados, impondo posturas e valores, homogeneizando o interior do grupo. Vimos que as diferenças construídas entre os grupos que lutam politicamente não são resultados de uma análise objetiva, antes, são construídas socialmente. Algumas características são supervalorizadas e outras minimizadas ou até negadas com intuito de construir as barreiras.

Porém, na escola estudada, concluímos que essas barreiras socialmente construídas não são levantadas fortemente. Os alunos não sentem a necessidade de se organizarem politicamente na busca de seus "direitos". Os sociogramas demonstram não haver barreiras fortes entre os grupos. Acredito que, ao identificarem um ambiente acolhedor, os alunos não se sintam impedidos para a construção das fronteiras que demarcariam os grupos. A política pedagógica da escola, ao priorizar a equidade, já parece atender parte das possíveis necessidades do grupo minoritário. Com isso, não sente-se a necessidade da demarcação dos limites do grupo e nem da afirmação política do grupo na busca de seu reconhecimento. As ações desenvolvidas na escola estudada são práticas simples e não exigem grandes investimentos financeiros, mas parecem resultar em bons desdobramentos na convivência entre os grupos. Verifica-se assim a importância das escolas multiculturais priorizarem a equidade e não a igualdade.

## Referências

BACKSTROM, Bárbara; CASTRO-PEREIRA, Sofia. A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, ano XX, n. 38, Jan/Jun, 2012, p. 83-100.

BAUMANN, Gerd. *El enigma multicultural: un replanteamiento de las identidades nacionales, étnicas y religiosas*. Barcelona: Paidós, 2012.

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Angela M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, Set/Out/Nov/Dez, 2002, p. 61-74.

FREDERICO, Celso. O Multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 30 (87), 2016, p. 237- 254.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, ano XX, n. 38, Jan/Jun, 2012, p. 67-81.

MARTUCCELLI, Danilo. As contradições políticas do multiculturalismo. *Revista Brasileira de Educação*, mai/jun/jul/ago, n. 2, 1996.

MATEOS, Natalia Ribas. *Una invitación a la sociología de las migraciones*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004.

MIYAHIRA, Elbio. *Relação entre professor e família: um estudo sobre alunos bolivianos e nordestinos na escola pública*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Lis Régis Pondeteiro. *Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 187-227.

RODRIGUES, Leda Maria Oliveira; SOARES, Cybele de Faria e; MIYAHIRA, Elbio; CUNHA, Marinaldo; MOLINARI, Simone Garbi Santana. Imigração recente e educação, o caso do Estado de São Paulo e sua metrópole. *Anais da XIX Encontro nacional de estudos populacionais: população, governança e bem-estar*. São Pedro: ABEP, 2014.

SANSONE, Livio. Multiculturalismo, Estado e modernidade: as nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil. *DADOS – Revista de Ciên-*

*cias Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 3, 2003, p. 535-556.

VITA, Álvaro de. Liberalismo igualitário e Multiculturalismo. *Lua Nova*, n. 55-56, 2002, p. 5-27.

**Resumo:**

Este artigo discute alguns conceitos teóricos sobre o multiculturalismo. Discute as variações conceituais do multiculturalismo, além do dilema que a atual sociedade multicultural traz para o multiculturalismo liberal ao confrontar a divisão da liberdade em positiva e negativa. Também discute a possibilidade de essencialização da cultura e da homogeneização interna dos membros dos grupos minoritários na luta política. O artigo também analisa os resultados de um teste sociométrico aplicado em uma classe de uma escola estadual do Ensino Fundamental 2, na cidade de São Paulo, onde há a presença de um número considerável de estrangeiros e filhos de estrangeiros. Verifica-se a interação ou não dos alunos estrangeiros, filhos de estrangeiros e brasileiros e a postura da escola diante dessa situação multicultural. A análise da interação entre os alunos se dá através de testes sociométricos nas áreas de estética, socialização e acadêmica.

**Palavras-chave:** Multiculturalismo; Identidade; Interculturalismo.

**Abstract:**

This article discusses the theoretical concepts of multiculturalism. It discusses the conceptual differences of multiculturalism as well as the dilemma that the current multicultural society poses to liberal multiculturalism by confronting the positive and negative aspects of freedom. It also discusses the possibility of the essentialization of culture and the internal homogenization of minority group members in political struggles. This article also analyzes the results of a sociometric test conducted in a class of a state elementary school in the city of São Paulo, where there is a considerable number of foreigners and children of foreigners. It analyses the interactions, or lack thereof, of foreign students, children of foreigners, and Brazilians, in addition to the school's attitude toward this multicultural situation. This analysis of the interaction among the students occurs through sociometric tests in the areas of esthetics, socialization, and academics.

**Keywords:** Multiculturalism; Identity; Interculturalism.

Recebido para publicação em 20/03/2018.

Aceito em 23/05/2018.

**// Resenhas**





## RESENHA

# A Sociologia de Durkheim

STEINER, Philippe. A Sociologia de Durkheim.  
Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

**Fábio Renan Pinheiro de Sousa**

Universidade Federal do Ceará  
renan\_fabio@hotmail.com

**Nilton de Almeida Nascimento**

Universidade Federal do Ceará  
nilton.sociologia@gmail.com

“Conservador”, “funcionalista” e “positivista” são algumas das alcunhas imprecisamente atribuídas ao sociólogo Émile Durkheim e à sua obra e que servem de pontos de partida e mote analítico para uma original interpretação de sua teoria no livro *A Sociologia de Durkheim*<sup>1</sup>. Publicada em 2016, a obra de Philippe Steiner<sup>2</sup> veio a lume para, entre outros efeitos, corrigir uma determinada leitura míope, comumente apresentada nos manuais correntes de sociologia,

---

1. A obra faz parte da coleção “Sociologia: pontos de referência”, que busca apresentar ao leitor brasileiro novas interpretações acerca de clássicos da sociologia, a saber: Max Weber, Karl Marx, Anthony Giddens, etc.

2. É professor de Sociologia da Université Paris-Sorbonne.

que atestam um levantamento pouco crítico da produção durkheimiana.

No decorrer de dez capítulos, Steiner procura contrapor tais inconsistências hermenêuticas que orbitam em torno da sociologia de Durkheim e propõe uma reavaliação de suas teses numa perspectiva mais contextualizada; para além desses reparos críticos, o autor aponta para as “[...] descontinuidades e aporias que devem ser levadas em conta [...]” (STEINER, 2016, p. 11) na leitura da obra do fundador da sociologia francesa, como bem salienta José Benevides Queiroz, que traduz o livro e faz o prefácio à edição brasileira.

Neste processo de descontinuidades, que envolve desde a mudança de metodologias de uma obra para outra até a substituição de conceitos, Steiner fornece chaves de compreensão acerca do complexo empreendimento de Durkheim para garantir a autonomia do campo sociológico. Enfrentando a resistência do campo intelectual francês, composto majoritariamente por filósofos, historiadores, psicólogos e literatos (SAPIRO, 2004), Durkheim conduz essa autonomização através da criação de um grupo coeso, compromissado com estudo dos fenômenos sociais e enfrentando o “[...] frágil lugar que a instituição universitária dispensava à sociologia.” (STEINER, 2016, p. 33), como sublinha o autor.

A criação do *L'Année Sociologique* (1897), periódico que abrigou as publicações de pesquisas realizadas por componentes do grupo de Durkheim (dentre eles, Marcel Mauss), impulsionado pelo lançamento de revistas acadêmicas correlatas, adicionou maior vitalidade à tarefa de alterar a posição vacilante da sociologia no campo universitário à época. Contendo uma miríade temática, esquematizada por Steiner na página 29, de trabalhos acerca da Religião, Moral, Direito, Economia, etc., a revista tinha por desígnio alcançar o “[...] objeto da

ciência, de seu método e de seus resultados, a realidade da sociologia.” (STEINER, 2016, p. 28).

Em paralelo à intensa atividade acadêmica do autor de *Educação e Sociologia* (1922), como bem destaca Steiner, Durkheim interpresa esforços de discussão e posicionava-se a respeito de questões políticas de sua época. Compromissado com as causas defendidas pela Terceira República, Durkheim advogava pela separação entre Igreja e Estado, manifestando sua predisposição em elaborar um plano de ensino laico, mas considerando “as condições nas quais uma moral laica pode substituir a moral religiosa” (STEINER, 2016, p. 23) sem comprometer a força da obrigatoriedade moral.

O mais emblemático desses embates, certamente, refere-se ao “Caso Dreyfus”. De origem judaica (como o próprio Durkheim), Alfred Dreyfus, um oficial do exército francês, condenado por traição, fora julgado por meio de um processo conduzido de maneira defectível, mobilizando um grande contingente de intelectuais para o debate sobre o caso. Apesar de partidário de Dreyfus, o envolvimento de Durkheim nessa causa não chega a “[...] jamais ultrapassar o limiar de um engajamento político [...]” (STEINER, 2016, p. 21).

Côncio do desafio de institucionalizar a sociologia no meio universitário, Durkheim apressa-se por projetar uma ciência social que dê conta de compreender as mudanças trazidas pela modernização no *fin-de-siècle*, como das relações entre indivíduo e sociedade. Tal oposição canônica sempre se fez presente na tradição das ciências sociais, mas Durkheim, como indica Steiner, a ela não se limita e a ultrapassa, questionando de que maneira o indivíduo, em seu processo de autonomização, aparenta depender mais do corpo social.

Sobre a redação de *Da divisão do trabalho social* (1893), Steiner aponta para a originalidade da formulação (*démarche*) durkheimiana

a respeito das condições de surgimento e manutenção dos laços sociais, quando sugere que tais laços contém um substrato puramente moral, onde este é o elemento que serve de base para a gerência de uma solidariedade social, responsável pela “[...] cooperação da qual a sociedade tem necessidade para que os diferentes indivíduos possam agir em comum acordo.” (STEINER, 2016, p. 37). Tal enunciado provoca uma ruptura com as perspectivas vigentes à época, que creditavam ao indivíduo a capacidade de se organizar em sociedade mediante interesses particulares ou por meio de decisões voluntárias de agentes do governo, como sugeriam, respectivamente, o utilitarismo a as teses montesquianas.

No capítulo IV, Steiner propõe que se siga um caminho original à interpretação da obra de Durkheim. O que chamará “Teoria da Socialização”, linha de coesão que permitiria perceber as preocupações do fundador da sociologia francesa a respeito do fenômeno moderno de promulgação do indivíduo como valor e das condições de possibilidade de coesão social sob esses termos. Problemática que mobilizaria reflexões em *Da divisão do trabalho social* e na obra *O Suicídio*.

A Teoria da Socialização, conforme denota Steiner da *démarche* teórica durkheimiana, trata de uma bipartição analítica entre o processo de integração social e o processo de regulação social. O primeiro compreendendo a forma pela qual Durkheim entende que o indivíduo, em sociedade, torna-se pertencente a um todo que lhe outorga aspirações que o ultrapassam. Comunidades religiosas e políticas, no que incentivam a interação frequente de seus membros, num reforço contínuo de ideias, sentimentos e fins compartilhados, são exemplos de como o processo integrativo, que faz transcender as existências individuais, permite ao grupo revitalizar-se e conquistar adesões em diferentes níveis cognitivos.

O processo de regulação, por seu turno, poder-se-ia depreender de três elementos essenciais à maneira como Durkheim concebeu o tópico da socialização – nesse ponto, Steiner refere-se com ênfase a *O Suicídio*. A universalidade das hierarquias sociais; a necessidade de um controle relativo das paixões individuais; e, por último, mas como que critério de satisfação das condições precedentes, esse papel moderador é positivado na medida em que se realiza sobre as expectativas dos indivíduos quanto a sua justiça e legitimidade.

Dos elementos supracitados, Steiner destaca que a regulação social, em Durkheim, é não tanto um processo ostensivo de castração de inclinações particularistas, mas a inculcação, em longo alcance, via autoridade moral que uma geração exerceria nos espíritos (consciências) das novas gerações, de disposições, desejos, fantasias que podem ser apreendidas/explicadas naquilo que têm de devedoras a contextos sócio-históricos específicos; vide o culto a pessoa, cuja gênese a escola durkheimiana habilmente situará no âmbito da moral cristã ocidental (DURKHEIM, 1975; DUMONT, 1985; MAUSS, 2003).

Segundo o autor, ambos os processos mencionados interviriam em três níveis da construção do objeto de investigação social em *As regras do método sociológico* e na elaboração do conceito de representações coletivas. Nível morfológico, isto é, do número finito de combinações entre segmentos societários, para Durkheim, fundamento da variação hierárquica/estrutural das sociedades. O nível dos fatos fisiológicos, aqueles dos “modos de fazer” correspondentes ao funcionamento normal de cada parte do todo social. E, por último, o nível das representações dos agentes, espaço de significações coletivas onde se devem buscar as explicações para as ações ordenadas dos indivíduos.

Tendo decomposto e cercado nas suas especificidades os aspectos constitutivos da Teoria da Socialização, Steiner passará a cruzá-los

no intuito de tornar evidente a progressão teórica e metodológica de Durkheim em apreender e explicar o suicídio como fenômeno sociológico. Os quadros das páginas 81 e 84 sintetizam a maneira pela qual o autor aqui resenhado entende que aquele intelectual realiza a passagem da detecção de regularidades em diferentes estágios da estrutura social à compreensão das regularidades nos comportamentos dos agentes. Holismo metodológico caro à abordagem durkheimiana, que alude, no caso do suicídio, aos mecanismos pelos quais a sociedade produz novos indivíduos elevando-os acima de si próprios (efervescência), tornando-os, com isso, desejosos das amarras que os ligam aos seus pares (regulação), à custa de, não lhes proporcionando experimentar a medida normal destes laços (fatalismo/anomia/altruísmo/egoísmo), fazê-los sentirem-se instados a uma “fuga radical” da existência.

E é propondo que se siga a noção de normal e patológico que Steiner ataca a costumeira caricatura feita da obra durkheimiana de tratar-se de uma sociologia “conservadora”, desprovida dos instrumentos de análise da mudança social e que mesmo a negaria em vistas de um suposto moralismo. Na sua proposta de interpretação, nosso autor seguirá argumentando como esse preconceito estaria ainda relacionado à inobservância do lugar que o indivíduo ocupa nesse programa de pesquisa. No capítulo V, “Da ciência a ação”, Steiner resgata os critérios de definição do normal em Durkheim, a fim de identificar o lugar da mudança em sua obra e apresentar sua sociologia como, ao contrário, uma ciência propositiva (WEISS, 2010).

A normalidade da existência do crime, argumento em *Da divisão do trabalho social*, surge, na interpretação de Steiner, como indicativo da latência com que a possibilidade de mudança toca qualquer agrupamento social. A generalidade com que se representam nas so-

ciudades a probabilidade de desvio da regra apontaria para o espectro das consciências individuais que não é, e nem poderia sê-lo, completamente uniformizado no processo de socialização. Em resumo, “[...] o crime pode prenunciar as mudanças do futuro, como no caso, afirma Durkheim, do crime pelo qual Sócrates foi condenado: a liberdade de pensamento.” (STEINER, 2016, p. 114).

Portanto, do caso limite de uma sociologia do crime e da análise do suicídio, Durkheim haveria, segundo Steiner, postulado as reflexões científicas como fundamento necessário à ação estatal. Steiner utiliza mesmo os termos “diagnóstico” e “terapêutica” para realçar as preocupações extrateóricas, contextuais, que realizam a ligação entre *A divisão do trabalho social* e *O Suicídio*, quais sejam: as do estado de limbo moral e institucional pelo qual passaria a França no entremeio da derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870) e a Primeira Guerra Mundial (1914). É daí que a ideia de agrupamentos profissionais merece menção de Steiner como “tratamento”, proposto por Durkheim, para servir de cimento entre a democracia emergente e uma base societária dispersa.

Steiner não se detém aí e, no capítulo VI, segue argumento a respeito da maneira transversal pela qual as questões políticas trespasam a produção daquele “intelectual orgânico da Terceira República” (ORTIZ, 1989). *As formas elementares da vida religiosa* (1912) e os escritos de Durkheim sobre educação serão analisados nesse capítulo. Nele, Steiner identifica, na virada durkheimiana à problemática da religião, aquele que em verdade seria o *leitmotiv* desta sociologia, qual seja, a relação indivíduo/sociedade.

Que mecanismos sociais atuam na formação dos agentes enquanto seres disposicionais, isto é, com inclinações que apresentam regularidades quanto a um modo ou outro de representar e agir na realidade?

A Teoria da Socialização reaparece aqui no expediente durkheimiano de abordar a religião como uma forma de classificar o mundo, de realizar cortes e gradações no caos de estímulos sensíveis via autoridade moral que a sociedade exerce sobre os indivíduos. Steiner argumenta pelo alcance heurístico que, laicizada, a noção de sagrado e profano, desenvolvida em *As formas elementares da vida religiosa*, adquire para um Durkheim que refletirá sobre o papel da escola na inculcação de uma moral cívica no âmbito democrático.

Na esteira de outros, Steiner indicará, caminhando para o fim de seu trabalho, duas vertentes nas quais ter-se-ão preservado, ainda que parcialmente, as proposições teóricas de Durkheim, na França, de 1920 a 1940. A do grupo de professores que seguiu propalando com êxito institucional, no âmbito do ensino universitário, as ideias durkheimianas segundo seu valor filosófico. E o grupo dos pesquisadores, estes comprometidos com a investigação científica do social e que, segundo Steiner, tinham, na obra daquele precursor da sociologia, como que um programa de pesquisa do qual se poderiam retirar hipóteses para exame empírico.

A posição relativa dos componentes desses grupos no campo intelectual francês entre as duas grandes guerras servirá de hipótese para Steiner quanto à defasagem que experimentará a sociologia naquele país no período pós-Segunda-Guerra mundial. Enquanto aqueles, posicionados estrategicamente para emitir com legitimidade institucional uma interpretação da obra de Durkheim, dedicavam-se aos aspectos menos prolíficos dos trabalhos deste último e expunham-se a críticas das quais o dogmatismo teórico de cátedra muito dificilmente poderia se desvencilhar; os “pesquisadores”, por outro lado, ocupados que estavam em seguir as pistas de Durkheim para compreensão racional e empiricamente orientada da realidade, pouco eram visita-



dos pelos críticos. Steiner referir-se-á, neste ponto, a Celestin Bouglé, Maurice Halbwachs, Marcel Mauss e François Simiand como autores de inspiração durkheimiana.

A tradução da obra ora resenhada é oportuna e vem se somar aos esforços de pesquisadores brasileiros<sup>3</sup> em realizar leituras criativas do cabedal de ideias legadas por Durkheim. Longe da reificação teórica de conceitos, interpretações como estas tratam de reapresentar aquele herói fundador contextualizando-o, informando sobre as inquietações que outrora mobilizaram-no, proporcionando um avançar do conhecimento científico por meio da apreensão original das potencialidades de seu programa de pesquisa. O livro de Philippe Steiner fornece, nessa direção, uma retomada analítica de aspectos do trabalho de Durkheim que atestam a coerência interna de um projeto que se fazia e refazia movido por um objetivo sempre o mesmo, de lançar as bases de uma ciência nascente.

## Referências

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, p. 235-263, 1975.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SAPIRO, Gisèle. Défense et illustration de “l’honnête homme”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 154, p. 11–27, 2004.

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11, p. 5-22, 1989.

---

3. Ver, a esse respeito, o dossiê publicado pela revista *Sociologias: Cem Anos sem Durkheim, Cem Anos com Durkheim*. Disponível em: [seer.ufrgs.br](http://seer.ufrgs.br). Acesso em: 30 abr. 2017.

WEISS, R. A. *Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Recebido para publicação em 18/05/2017.

Aceito em 27/08/2018.



## RESENHA

# Um olhar sobre o neopentecostalismo

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

### **Jheniffer Vieira de Almeida**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
jheniffer.vi@gmail.com

A obra *Neopentecostais* é produto da dissertação de mestrado de Ricardo Mariano apresentada, no ano de 1995, à Universidade de São Paulo (USP). O livro foi publicado pela primeira vez em 1999, sendo esta resenha da sua 5ª edição, em 2014, o que explica mudanças observadas nos dias atuais. O livro é uma enciclopédia imprescindível para aqueles que desejam entender como se constrói o pentecostalismo no Brasil e como surgiram seus maiores fenômenos religiosos. O autor conduz o texto de modo simples ao apresentar o pentecostalismo como ele observou em campo. O livro divide-se entre cinco partes compostas pela tipologia do pentecostalismo, histórico das principais religiões (?) neopentecostais e as três características do neopentecostalismo, a saber, a guerra contra o diabo, a teologia da prosperidade e

a liberalização dos usos e costumes pentecostais. Os dados coletados derivam de entrevistas (80 lideranças e 100 membros), observação de cultos (mais de 200), programas de TV e rádio, jornais como a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e outros, livros e periódicos com a temática.

Na introdução do livro, Mariano demonstrou o aumento do número de Pentecostais no Brasil, onde, segundo folha Datafolha, em 1994, 76% dos evangélicos eram pentecostais numa amostra de 20.993 eleitores (p. 11). Um crescimento desigual nas camadas sociais, com concentração nos extratos mais pobres da população. A falta de interesse da igreja Católica e dos protestantes históricos levavam os pobres a buscar apoio terapêutico, espiritual e também material nos templos pentecostais.

Mariano optou por trabalhar com três gerações do Pentecostalismo por entender que existe uma grande diferença temporal e conceitual. A primeira geração fica isolada por 40 anos com apenas duas denominações, a Congregação Cristã no Brasil (1910) e Assembleia de Deus (1911), que traziam um comportamento radical, anticatólico, ascético, sectário e aversão ao mundo. Acreditavam no Espírito Santo como o que daria o dom das línguas como em pentecostes. A segunda geração, classificada como deuteropentecostalismo, inicia-se na década de 50, em São Paulo, com missionários de The Church of the foursquare gospel, ligada à Igreja do Evangelho Quadrangular aqui no Brasil. Ainda nessa geração, surgiram as igrejas O Brasil para Cristo, Casa da Bênção e Deus é Amor, que diferiam da primeira onda porque acreditavam que o Espírito Santo também curava. Expandiram-se com o uso do rádio num discurso sedutor que gerou a primeira fragmentação denominacional.

O neopentecostalismo surgiu, na década de 70, com a Igreja Nova

Vida, de onde saíram as lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Internacional da Graça de Deus e Cristo Vive, tendo também as Comunidade Sara Nossa Terra, Comunidade da Graça e Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo. Essa geração é mais distante das duas anteriores por defender a prosperidade, estar em guerra constante contra o diabo e não fazer uso dos costumes tradicionais, além de uma grande expansão em sistemas de rádio e TV, o que ajuda a entender o crescimento dessas igrejas frente às anteriores. Cabe ressaltar que nem todas as igrejas surgidas pós 1970 podem ser classificadas como neopentecostais, para tal é necessário possuir as principais características.

No segundo capítulo, o autor traz o histórico das principais igrejas neopentecostais iniciando pela Nova Vida, depois a IURD, em análise mais detalhada, gastando mais páginas. A última, o autor chama de “fenômeno neopentecostal”. Famosa por aparições em noticiários tendenciosos, ataques a religiões de matriz africana e ao lado da Assembleia de Deus, possui a “maior visibilidade pública e sucesso na política partidária”. (MARIANO, 2004, p. 122). Machado (2006) observou esse dado ao analisar os pleitos de 2000 (município do Rio de Janeiro) e 2002 (estado do Rio de Janeiro). Em entrevista com vereadores e deputados eleitos, os mesmos afirmavam que a escolha dos candidatos e organização da campanha advinha da IURD, além do apoio financeiro e da captação de votos. A vitória, assim, era fruto dessa disciplinarização iurdiana. (MACHADO, 2006, p. 34-5).

O próprio Bispo Macedo lançou um livro, em conjunto com Carlos Oliveira, no ano de 2008, com o título de *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, o qual, nas palavras dele, não é um livro acadêmico, mas desejou mostrar, por meio da Bíblia, que Deus sempre teve a política como projeto para seu povo. Macedo traz uma série

de exemplos para confirmar sua tese de que Deus vem, desde os primórdios, tentando colocar os seus escolhidos no controle da política. Assim, chama atenção dos cristãos como um todo num grupo que se organize, pois são numerosos o suficiente para eleger em qualquer instância e, se acaso se unissem como um movimento social, seria um grande movimento com mais de 40 milhões de adeptos. Ele aponta que o poder político é o mais importante dos poderes e que a Bíblia é o manual para posse desse poder. No entanto, chama atenção para que o Estado não seja teocrático, mas sim laico, com a política vivida continuamente e não só no ato de votar. (MACEDO; OLIVEIRA, 2008).

Essas duas falas se assemelham ao que se percebe na atuação e projeto de governo do PRB. Em seu estatuto, o PRB afirma que deve haver liberdade de culto sem qualquer dano aos religiosos. As ações do partido perpassam anos de eleição, sendo contínua a presença de cabos eleitorais em eventos do partido. (ALMEIDA, 2017). Características que aproximam o partido do conceito norte-americano de máquina política. (DINIZ, 1982; MOTTA, 2000).

Mariano também falou das demais igrejas, a Igreja Internacional da Graça de Deus possui semelhanças com a IURD, visto que o seu líder, RR Soares, cunhado de Macedo (líder da IURD), já esteve na construção da IURD. Difere em distribuição geográfica e foca seu trabalho nos programas de TV, pois, segundo RR Soares, é de onde vêm seus seguidores. A Renascer em Cristo, outra igreja neopentecostal, atrai jovens e empresários pela sua liberalização de costumes. Na política, apoiam evangélicos e são contra a esquerda. Por fim, a comunidade Sara Nossa Terra, até 1994, possuía uma rede de comunidades, porém promoveu uma reestruturação e centralizou o poder, com as igrejas fazendo uma espécie de partilha dos bens financeiros,



em que cada congregação fica com 86,5% e o restante é dividido entre programas de rádio, recursos da cúpula da igreja e para os bispos coordenadores regionais.

Nos três últimos capítulos, Mariano analisou separadamente cada uma das características do neopentecostalismo. A primeira delas, “a guerra contra o diabo”. O autor afirma que essa guerra incide diretamente nas religiões afro-brasileiras, encaradas como demoníacas com diversos episódios de agressão verbal e vias de fato. (p. 122-3). Para Mariano, Deus e o diabo são parceiros inseparáveis como se ambos estivessem ali disputando o controle do ser humano: ora o diabo com suas ações, ora Deus dando a vitória sobre o diabo. Para expulsão do mal, são feitos exorcismos, comuns nas neopentecostais, mas não sendo criação delas – a Igreja do Evangelho Quadrangular já apresentava cultos de libertação no ano de 1973.

A teologia da prosperidade é o carro chefe das igrejas neopentecostais. Milhares de pobres – classe dominante nas igrejas – são atraídos pela ideia de que irão enriquecer aqui na Terra, com frequência são estimulados a serem empresários. A teoria é originária dos Estados Unidos, surgiu, na década de 40, com os carismáticos, difundindo-se entre outros grupos. Aqui no Brasil, essa teologia chega nos anos 70, encontrada na IURD, Igreja da Graça de Deus, Nova Vida, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Verbo da Vida, Nacional do Senhor Jesus Cristo, dentre outras. A prosperidade em todas as áreas: família, saúde, financeira e outras, deve ser recíproca: é necessário “dar para receber” e que os cristãos cobrem, determinem as suas bênçãos, tudo com base em trechos e exemplos bíblicos. Segundo os dados da pesquisa Novo Nascimento do ISER, é na IURD que os membros doam as maiores quantias em dízimos e ofertas, mas os dízimos também não são exclusivos das

igrejas neopentecostais. As Pentecostais e deuteropentecostais pedem que seus membros deem dízimos à igreja. A Deus é Amor proíbe a participação de membros devedores nos cultos de Ceia. A diferença maior está no modo como são pedidas as ofertas, em muitos casos geram constrangimentos e afastamento de fieis. Mariano concorda que a teologia da prosperidade não pode ser colocada como difusora do capitalismo na América, como alguns autores destacam. Ela não é ascética, ao contrário, completamente mágica:

Para finalizar, gostaria de assinalar a ironia de que a Teologia da Prosperidade, ao se configurar como conjunto de crenças altamente mágicas e ao renegar o velho ascetismo protestante, possa estar jogando por terra justamente o elemento de natureza ética do protestantismo capaz de, ao menos potencialmente, promover a realização de sua principal promessa: a tão almejada prosperidade material. (MARIANO, 2014, p. 186).

O último capítulo aborda a liberalização dos costumes tradicionais; os neopentecostais são responsáveis por uma extrema radicalização, separando-os dos pentecostais clássicos e deuteropentecostais. Estes são mais resistentes aos estilos de roupa ritmos considerados mundanos. Já os neopentecostais, entretanto, são mais abertos possuindo inclusive bandas de rock. Ambos concordam que o sexo deve ser feito somente em matrimônio. A IURD novamente se destaca porque, mesmo possuindo uma população de baixa renda, tem os menores índices de natalidade devido ao incentivo aos métodos contraceptivos e campanha antinatalista. Para impedir o pecado no lazer, pentecostais criam espaços de sociabilidade para os seus seguidores e proibições; a Deus é Amor possui uma cartilha de proibições com regras até para o que é assistido na TV. Esses comportamentos contribuem para o afastamento do crente da vida social, conflitos entre pais e filhos, além de afastar a classe média dos templos. Mariano apresenta o cresci-

mento do movimento gospel nesse ambiente de liberalização acaba influenciando outras denominações como a Assembleia de Deus.

A leitura do livro de Mariano pode ser considerada um divisor de águas para a análise do pentecostalismo do Brasil, uma leitura obrigatória para entender o cenário religioso e se livrar de juízos de valor é pré-noções. Muito embora a pesquisa tenha sido realizada na primeira metade da década de 1990, as características ainda estão presentes. O que muda é a maior participação de clérigos em cargos políticos (MACHADO, 2006; MARIANO, 2015). A IURD – o fenômeno – continua expandindo-se tendo hoje, além de rádio, TV, diversos programas na sua plataforma online “IUIRD TV”, estando cada vez mais presente no cenário político brasileiro. (MARIANO, 2004).

## Referências

ALMEIDA, Jheniffer Vieira de. *Servir e obedecer: política e religião por meio de cabos eleitorais neopentecostais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 121–138, 2004.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo. Religião e política no Brasil: ocupação evangélica da

esfera pública e laicidade. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 342–355.

MOTTA, Marly Silva Da. *Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. Cidade: Editora, 2000.

### **Sites consultados**

Estatuto. Disponível em: [www.prb10.org.br](http://www.prb10.org.br). Acesso em 08/04/18

Membros da Executiva Nacional. Disponível em: [www.prb10.org.br](http://www.prb10.org.br). Acesso em: 08 abr. 2018.

Recebido para publicação em 30/04/2018.

Aceito em 24/06/2018.



# // INSTRUÇÕES AOS AUTORES





## A REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC ESTÁ ABERTA A CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DE:

- **Artigos de demanda livre** — ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.
- **Dossiê temático** — a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do Dossiê temático pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado. Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.
- **Resenhas** — podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado.

Situações que possam estabelecer conflito de interesses de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar proveito direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de coautorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos

avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise. Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

## **NORMAS EDITORIAIS**

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Os autores devem se cadastrar no portal da Revista de Ciências Sociais na internet ([periodicos.ufc.br/index.php/rev-cienso](http://periodicos.ufc.br/index.php/rev-cienso)) e fazer o cadastro necessário para enviar o documento. Os trabalhos devem ser formatados em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas. A página inicial deve indicar: título do artigo; título do artigo em inglês, nome do(s) autor(es); resumo (até dez linhas), abstract, palavras-chave e keywords (no máximo 5). A ausência de qualquer um desses itens resultará na devolução do artigo.

O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões. Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico. Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los. As notas (numeradas) e a bibliografia, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto. O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas. Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

## **FORMAS DE CITAÇÃO**

As citações que não ultrapassem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto. As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36). Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses

as fórmulas (Idem, p. tal) ou (Idem, ibidem quando a página for a mesma). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b). Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p. 33-37) afirma que... Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota.

## FORMATO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

**Livro:** sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987. Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome et al. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990. Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo. Exemplo: MATOS, Olgária. Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin, In: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), primeira e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado. Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125- 149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o en-

dereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (site) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado, Ano.

## EXEMPLOS

### Livro

BALZAC, Honoré. *A mulher de trinta anos*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

### Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

### Jornal em meio eletrônico

Sem o nome do autor. Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. *O Povo online*, Fortaleza, 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalopovo.com.br>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Com o autor

BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. *O povo online*, 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalopovo.com.br>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

## ÉTICA EM PESQUISA E PUBLICAÇÃO E POLÍTICA ANTIPLÁGIO

A Revista de Ciências Sociais (RCS) acredita que o bom fazer científico se baseia em preceitos éticos e normas de conduta visando à transparência e integridade dos resultados atingidos como forma de melhor avançar e socializar de forma pública o conhecimento científico gerado.

Por se preocupar com a Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações, RCS recomenda aos autores, pareceristas e editores de dossiês a leitura dos seguintes documentos e diretrizes básicas aos quais subscrevemos:

- a Declaração de Cingapura sobre Integridade em Pesquisa, 2010, [www.singaporestatement.org/translations.html](http://www.singaporestatement.org/translations.html);
- as Diretivas para a Integridade da Pesquisa do CNPq, 2011 [cnpq.br/diretrizes](http://cnpq.br/diretrizes);

- o Código de Boas Práticas em Pesquisa da FAPESP, 2014 [www.fapesp.br/boaspraticas](http://www.fapesp.br/boaspraticas);
- a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 07 de abril de 2016 - Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais ([conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf))
- o documento de Cooperação entre Instituições de Pesquisa e Periódicos em Casos de Integridade em Pesquisa: Orientação do Comitê [Internacional] de Ética em Publicações - COPE ([publicationethics.org/](http://publicationethics.org/)).

Além disso, acreditamos que praticar plágio, ou autoplágio, em todas as suas formas, é inadmissível. Os autores devem garantir a originalidade dos manuscritos e quando utilizem artigos ou fontes de outros autores, os mesmos devem ser obrigatoriamente citados. Casos suspeitos poderão ser submetidos à verificação por meio de software antiplágio e é possível que os autores recebam eventuais questionamentos referentes a eventuais indicações apontadas pelo software utilizado durante o processo avaliativo. Em caso de plágio comprovado, os manuscritos serão devolvidos aos autores.

## **DEFINIÇÃO DE COAUTORIA**

Para o envio de submissões com mais de um autor, a Comissão Editorial de RCS precisa ser informada sobre a contribuição específica de cada autor(a) nas distintas etapas de elaboração do mesmo.

Entendemos que a atribuição de coautoria deve se dar apenas a quem deu alguma contribuição intelectual significativa para a pesquisa e redação. Seguindo a boa prática da área de Ciências Sociais, são aceitos pela revista como coautores somente aqueles que deram uma contribuição acadêmica substancial e direta em pelo menos dois dos componentes típicos de uma pesquisa:

- Concepção e desenho;
- Coleta e processamento dos dados;
- Análise e interpretação dos dados.

Além disso, é imprescindível que cada coautor tenha participado diretamente da redação de partes do texto.

Cada pessoa listada como autor deve, além disso, ter lido as sucessivas versões do texto e aprovar a versão final, sendo assim solidária, ética e academicamente, com a integralidade do seu conteúdo e por ele respondendo para todos os efeitos.

### **DECLARAÇÃO DE COAUTORIA (OBRIGATÓRIO PARA TEXTOS COM MAIS DE UM AUTOR)**

Para a submissão de manuscritos com mais de um autor, cada participante deverá preencher uma declaração contendo:

- **Identificação do texto:** Título do texto; nome dos coautores;
- **Identificação do coautor:** Nome, nacionalidade, documento de identidade, endereço completo;
- **Descrição da participação específica em:**
  1. concepção e desenho da pesquisa;
  2. coleta e processamento dos dados;
  3. análise e interpretação dos dados;
  4. detalhamento da colaboração na elaboração do texto final;
- **Declaração** de que aprova a versão final e assume a corresponsabilidade ética e acadêmica pela integralidade do conteúdo.
- **Local, data e assinatura.**

O documento deverá ser anexado, em formato PDF, como documento suplementar, deixando desmarcada a opção “Habilitar documento aos avaliadores”.

A Comissão Editorial de RCS se reserva o direito de aceitar ou não a atribuição de coautoria para os respectivos participantes assim declarados.

### **OBSERVAÇÕES**

**Edição de imagens:** A completa edição da imagem, tal como o autor deseja que seja publicada, é de inteira responsabilidade do próprio autor. A RCS-UFC se reserva o direito de fazer apenas alterações simples, convenientes à

formatação da edição. Artigos com imagens inadequadas à publicação serão devolvidos. As imagens devem ainda ser legendadas com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples.

**Tabelas:** As tabelas devem obedecer às regras de formatação do corpo do texto e, ainda, devem ser legendadas, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples. A forma da tabela deve ser simples e editável. Não serão aceitas tabelas em PDF ou em qualquer outro formato que não possa ser editado pela RCS-UFC.